**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**
Centro de Educação e Humanidades
Faculdade de Formação de Professores

Leandro Rosetti de Almeida

# A nostalgia da ordem:
# Cultura histórica, memória e ditadura em Duque de Caxias (RJ)

São Gonçalo
2023

Leandro Rosetti de Almeida

# A nostalgia da ordem:
# Cultura histórica, memória e ditadura em Duque de Caxias (RJ)

Tese apresentada como requisito para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores. Área de concentração: Território, Identidades e Representações.

Orientadora: Sonia Maria de Almeida Ignatiuk Wanderley

São Gonçalo

2023

CATALOGAÇÃO NA FONTE

UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/D

BXXX
TESE

ALMEIDA, Leandro Rosetti de.
A nostalgia da ordem: Cultura histórica, memória e ditadura em Duque de Caxias (RJ) / Leandro Rosetti de Almeida. – 2023.
301fl.

Orientadora: Sonia Maria de Almeida Ignatiuk Wanderley.
Tese (Doutorado em História Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.

1. História – Teses. 2. Memória 3. Ditadura civil-militar 4. Trabalhadores 5. Baixada Fluminense. I. Wanderley, Sonia Maria de Almeida Ignatiuk. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Formação de Professores. III. Título.

CRB/?

CDU XXX

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

_____ _____

Assinatura Data

Leandro Rosetti de Almeida

**A nostalgia da ordem:**
**Cultura histórica, memória e ditadura em Duque de Caxias (RJ)**

Tese apresentada como requisito para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores. Área de concentração: Território, Identidades e Representações.

Aprovada em 20 de dezembro de 2023

Banca Examinadora:

---

Profª Drª Sonia Maria de Almeida Ignatiuk Wanderley (orientadora)

Faculdade de Formação de Professores – UERJ

---

Profª Drª Marcia Gonçalves

Faculdade de Formação de Professores – UERJ

---

Profª Drª Ana Lucia Enne

Universidade Federal Fluminense

---

Prof. Dr. Luis Fernando Cerri

Universidade Estadual de Ponta Grossa/PR

---

Prof. Dr. Nielson Rosa Bezerra

Faculdade de Educação da Baixada Fluminense – UERJ

São Gonçalo - 2023

## DEDICATÓRIA

*Aos trabalhadores e às trabalhadoras que construíram suas histórias junto à história do município de Duque de Caxias, atuando diretamente na construção desta cidade e na formação de seu povo, forjado a partir de tecnologias de sobrevivência desenvolvidas por diversas gerações deste município para as quais a esperança pareceu se destacar como possibilidade de resistência.*

## AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Selma (in memoriam), que sempre se orgulhou de meus caminhos, que sempre me incentivou com seu sorriso, que sempre me acolheu com seus pratos saborosos em meio às turbulências do cotidiano, que me ensinou os significados de resistência e de determinação. A ela, que nos deixou durante este processo de escrita, minha mais profunda gratidão por cada um dos trinta e oito anos que compartilhei ao seu lado.

Ao meu pai, Paulo, por sua presença crescente em minha vida, pelo apoio incondicional às minhas trilhas profissionais, pela preocupação verdadeira com minhas necessidades mais básicas. Minha gratidão por ter feito de tudo o que lhe era possível para que eu chegasse até aqui.

A este programa de pós-graduação, por me acolher e me direcionar durante esses longos e difíceis anos em que as sombras políticas e pandêmicas se somaram ao revelarem o espectro da morte sob diferentes aspectos. Agradeço ao Programa de Pós-graduação em História Social da UERJ em toda a sua dimensão, e especialmente aos seus coordenadores à época, os professores Helenice Rocha e Gelsom Rozentino, sempre tão atenciosos quanto determinados durante o enfrentamento daqueles tempos sombrios.

A Sonia Wanderley, minha orientadora, por acreditar e confiar em mim quando nem eu mesmo poderia mais fazê-lo. Dizer que Sonia me orientou é verdadeiro, mas é insuficiente, porque sua generosidade amplia em muitos ângulos o conceito de orientação. Agradeço por me impulsionar, por me cobrar, por me acolher, por me ouvir e por me respeitar durante o período mais difícil da minha vida. Eu jamais esquecerei.

A FAPERJ pela concessão da bolsa de pesquisa que me possibilitou o desenvolvimento desta investigação e a escrita desta tese.

Às minhas amizades frutos do PPGHS, em especial aos companheiros Gustavo e Marize, pela parceria, pela ajuda e pelos sonhos compartilhados durante esses anos de doutorado e após eles.

Aos amigos mais chegados que irmãos, que me ofereceram seus ombros e me apoiaram neste período com suas orações e preces. A toda minha comunidade da ICM que me amparou para que eu não caminhasse sozinho.

Em tempo, minha gratidão à Carla, minha psicóloga, que desenvolveu um trabalho impecável para que eu tivesse condições mínimas de finalizar a tese em circunstâncias tão adversas.

Aos meus colegas professores, que não apenas me incentivaram com palavras, mas moveram esforços ao divulgarem minha pesquisa, o que me permitiu acessar um número maior de entrevistados potenciais. Agradeço especialmente à Vânia e à Simone pela compreensão, paciência e confiança na minha história e no meu trabalho.

Agradeço a cada pessoa que colaborou na divulgação do formulário de busca de entrevistados, e agradeço, é claro, a todos e a todas que aceitaram o convite de serem a parte central desta pesquisa. A Ana Maria, a Benedito (in memoriam), a Casemiro, a Danilo, a Euclides e a Felipa, minha mais profunda gratidão pela acolhida, pelo tempo, pelos cafés, pelas histórias e pela generosidade de me emprestarem a voz e a biografia de vocês.

A Luiz Gustavo, meu companheiro de vida, meu esposo, meu amigo, meu confidente, meu porto seguro. Obrigado por ser meu chão quando ele mesmo me faltou. Por me suportar nos momentos em que eu mesmo me julgava insuportável. Por me trazer doçura enquanto eu me tornava um ser humano mais amargo e mais ácido. Pelos sonhos conjuntos e pelo seu amor, que é o que vale, afinal, quando nada mais importar.

Por fim, ao Sagrado que me habita e que me extravasa, por ter me permitido encontrar todas essas pessoas na jornada, pelos ensinamentos que a vida tem me dado, mesmo aqueles acompanhados de profunda dor. Obrigado por se revelar na humanidade que me alcança.

## RESUMO

ALMEIDA, L. R. A nostalgia da ordem: Cultura histórica, memória e ditadura em Duque de Caxias (RJ). 2023, 301 fls. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2023.

Esta tese tem como objeto de investigação a relação da população trabalhadora caxiense com o seu passado a partir de suas memórias e da relação que elas estabelecem com a cultura histórica de Duque de Caxias (RJ), Baixada Fluminense, tendo como foco a carga emotiva, sentimental e afetiva que este cenário produziu nas memórias e, consequentemente, no sentido que elas possuem para as pessoas que as sustentam no âmbito do tempo presente, com toda a profusão efervescente que ele traz ao ser cenário de disputas políticas de narrativas sobre o passado. O objetivo geral da tese é analisar o sentido do passado para a população trabalhadora caxiense a partir das memórias e das narrativas sobre o tempo em que vigorou a ditadura civil-militar. O estudo se concentra na construção das memórias de sujeitos comuns, pertencentes à classe trabalhadora da cidade, que viveram a ditadura iniciada em 1964 como cenário de fundo de sua vida laboral. Este objetivo se soma à proposta de identificação de elementos constitutivos da cultura histórica de Duque de Caxias durante o período da ditadura, em articulação com o debate teórico sobre memória e tempo presente. O conceito de cultura histórica é movido para compreender a maneira através da qual a população trabalhadora da cidade tem lidado com seu próprio tempo e com os tempos passados.



Palavras-chave: Memória, Cultura Histórica, Ditadura Civil-Militar, Trabalhadores, Baixada Fluminense

## ABSTRACT

ALMEIDA, L. R. The Nostalgia of Order: Historical Culture, Memory, and Dictatorship in Duque de Caxias (RJ). 2023, 301f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2023.

This thesis investigates the relationship between the working population of Duque de Caxias (RJ) and their past, drawing from their memories and their connection to the historical culture of this city in the Baixada Fluminense region. The focus lies on the emotional, sentimental, and affective weight that this context has imprinted on memories, shaping their significance for those who carry them into the present, amidst the vibrant profusion it brings as a backdrop for political disputes over narratives of the past. The overarching goal of this thesis is to analyze how the working population of Duque de Caxias perceives the past through their memories and narratives during the period of the civil-military dictatorship. The study delves into the memories of ordinary individuals, members of the working class in the city, who experienced the dictatorship that began in 1964 as a backdrop to their working lives. This objective aligns with the exploration of key elements constituting the historical culture of Duque de Caxias during the dictatorship era, informed by theoretical discussions on memory and the present. The concept of historical culture is employed to understand how the city's working population engages with their own time and the times that have passed.



Keywords: Memory, Historical Culture, Civil-Military Dictatorship, Workers, Baixada Fluminense.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACIDC - Associação Comercial e Industrial de Duque de Caxias

AI – Ato Institucional

ARENA - Aliança Renovadora Nacional, partido político brasileiro que existiu entre 1966 e 1985.

CGG – Comando Geral de Greve

CGT - Confederação Geral do Trabalho, central sindical brasileira fundada em 1943.

CIEP - Centro Integrado de Educação Pública, projeto educacional brasileiro criado em 1982.

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho, conjunto de leis que regulamentam as relações trabalhistas no Brasil.

CNTI - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, central sindical brasileira fundada em 1951.

COAP - Comissões de Abastecimento e Preços (órgãos auxiliares da COFAP nas capitais dos Estados e dos Territórios brasileiros)

COFAP - Comissão Federal de Abastecimento e Preços

COVID - “Coronavirus Disease”, ou “Doença do Coronavírus” em português.

CTPS - Carteira de Trabalho e Previdência Social, documento obrigatório para quem trabalha com carteira assinada no Brasil.

DOI-CODI - Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna, órgão de repressão política do governo brasileiro durante a ditadura militar.

DOPS - Departamento de Ordem Política e Social, órgão de repressão política do governo brasileiro durante a ditadura militar.

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio, prova aplicada pelo Ministério da Educação do Brasil.

FABOR – Fábrica de Borracha Sintética da Petrobras

FEUDUC – Fundação Educacional de Duque de Caxias

FNM - Fábrica Nacional de Motores, empresa brasileira que fabricava motores e veículos.

GB – Estado da Guanabara

IAPETEC - Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas

IASERJ - Instituto de Assistência dos Servidores do Estado do Rio de Janeiro, órgão público brasileiro que oferece assistência médica aos servidores do estado do Rio de Janeiro.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, órgão público brasileiro responsável por produzir informações estatísticas e geográficas do país.

LGBTI+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Pessoas Transgêneras, Pessoas Intersexo, e outras orientações sexuais e identidades de gênero.

MDB - Movimento Democrático Brasileiro, partido político brasileiro fundado em 1966; nome adotado pelo antigo PMDB a partir de 2017.

PCB - Partido Comunista Brasileiro, partido político brasileiro fundado em 1922.

PDS - Partido Democrático Social, partido político brasileiro que existiu entre 1980 e 1993.

PDT - Partido Democrático Trabalhista, partido político brasileiro fundado em 1980.

PM - Polícia Militar, força policial estadual brasileira.

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro, partido político brasileiro que existiu entre 1980 e 2017.

PP – Partido Popular, partido político brasileiro fundado em 1979.

PT - Partido dos Trabalhadores, partido político brasileiro fundado em 1980.

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro, partido político brasileiro fundado em 1945.

PUA – Pacto de Unidade e Ação

REDUC - Refinaria Duque de Caxias, refinaria de petróleo localizada em Duque de Caxias, Rio de Janeiro.

REFER - Rede Ferroviária Federal S.A., empresa pública brasileira que administra a malha ferroviária federal.

RENAVE - Empresa Brasileira de Reparos Navais S/A

SAMDU - Serviço de Assistência Médica Domiciliar de Urgência

SASE – Serviço de Assistência Social Evangélico

SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, instituição brasileira de educação criada em 10 de janeiro de 1946

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, instituição privada brasileira de interesse público, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado

SEPE – Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação

SESI - Serviço Social da Indústria, entidade privada que atende a educação básica e profissional, a inovação, a saúde e a segurança no trabalho para a indústria e a comunidade

ZN – Zona Norte

## LISTA DE FIGURAS


FIGURA 1 As dimensões da cultura histórica ..... 46

FIGURA 2 Abordagem de O Cruzeiro em relação às motivações do saque de 1962 ..... 125

FIGURA 3 Abordagem de O Cruzeiro sobre o alcance dos impactos do saque de 1962 ..... 126

FIGURA 4 Cartaz de divulgação do documentário *1962: o ano do saque*..... 255


## LISTA DE GRÁFICOS


GRÁFICO 1 Percentual de votação nas eleições 2018 (1º turno): Brasil x RJ x Baixada Fluminense ..... 94

GRÁFICO 2 Percentual de votação nas eleições 2018 (2º turno): Brasil x RJ x Baixada Fluminense ..... 94

GRÁFICO 3 Percentual de aprovação e de reprovação do Governo Bolsonaro ..... 188

GRÁFICO 4 Infográfico: Migração dos entrevistados e/ou suas famílias para Caxias ..... 195

**LISTA DE TABELAS**


TABELA 1 Eleições 2018: Brasil x RJ x Baixada Fluminense: porcentagem e números do 1º turno..... 89

TABELA 2 Eleições 2018: Brasil x RJ x Baixada Fluminense: porcentagem e números do 2º turno..... 90

TABELA 3 População do Estado do RJ e da Baixada Fluminense nos anos 1950 e 1960..... 98

TABELA 4 Veículos em tráfego indiscriminado no município de Caxias (1958) ..... 100

TABELA 5 Escolas de Caxias – Dados estatísticos ..... 102

TABELA 6 Levantamento quantitativo sobre a educação de Caxias (1958) ..... 103

TABELA 7 Loteamentos aprovados pela Prefeitura em Caxias (RJ): 1949 – 1978 ..... 109

TABELA 8 Chefes do Executivo em Duque de Caxias (1971 – 1985) ..... 139

TABELA 9 Eleições em Duque de Caxias (1982) ..... 144

TABELA 10 Lista de entrevistados ..... 149

TABELA 11 Cartografia da origem dos entrevistados ..... 189

**SUMÁRIO**

INTRODUÇÃO..... 318
1. DA EFERVESCÊNCIA DO PRESENTE À NOSTALGIA DO PASSADO: IMBRICAÇÕES TEÓRICAS SOBRE O TEMPO ..... 422
1.1. AS CONTINGÊNCIAS DE UM TEMPO INCENDIÁRIO: AS PAUTAS CONSERVADORAS E A ELEIÇÃO DE 2018 ..... 422
1.2. À LUZ DA TEORIA: A CULTURA HISTÓRICA COMO CHAVE DE LEITURA PARA A COMPREENSÃO DE UM TEMPO ..... 444
1.3. A NARRATIVA COMO RECHEIO: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE MEMÓRIA E HISTÓRIA..... 477
1.4. MEMÓRIA E TESTEMUNHO ..... 522
1.5. NOSTALGIAS E MITOLOGIAS..... 58
1.5.1. NOSTALGIA DA ORDEM: RESTAURAÇÃO OU REFLEXÃO?.....60
1.5.2. A ORDEM NOSTÁLGICA COMO MITOLOGIA POLÍTICA.....65
1.6. CULTURA POLÍTICA ..... 79
2. O MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS ENTRE A ORDEM E O PROGRESSO: PASSADO RECENTE, PASSADO PRESENTE ..... 8686
2.1. O MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS E O HISTÓRICO DE (DES) ORDEM NA CIDADE ..... 86
2.2. O PROGRESSO BATE À PORTA: TRANSFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS DE CAXIAS ENTRE AS DÉCADAS DE 1950 E 1980 .....95
2.2.1. O SURTO DEMOGRÁFICO E A CIDADE DO PROGRESSO.....97
2.2.2. TERRA À VISTA: ONDAS MIGRATÓRIAS, POLÍTICA DE LOTEAMENTOS E ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA .....104
2.2.3. CIDADE-DORMITÓRIO: DESDE QUANDO OU ATÉ QUANDO? .....110
2.3. CULTURA HISTÓRICA E AS CAMADAS DE MEMÓRIA EM DUQUE DE CAXIAS ..... 11212
2.4. O SAQUE DE 1962: O QUEBRA-QUEBRA COMO ELEMENTO CHAVE PARA A COMPREENSÃO DA MEMÓRIA DA CIDADE ..... 11414

2.4.1. A ESPIRAL FLUMINENSE: A CRISE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO ENTRE OS ANOS 1950 E 1960 .....116
2.4.2. A ESPIRAL CAXIENSE: O LEVANTE DE 5 DE JULHO DE 1962 ..... 120
2.5. CAXIAS E A ORDEM: TENSÕES LOCAIS, DISPUTAS POLÍTICAS E REALINHAMENTOS ESTRATÉGICOS NA PERIFERIA DA DITADURA ..... 13131
3.TRABALHADORES CAXIENSES E AS HISTÓRIAS DE VIDA "DO MEU TEMPO", QUANDO A DITADURA NÃO TINHA NOME..... 14646
3.1. OS TRABALHADORES E SUAS HISTÓRIAS DE VIDA ..... 14747
3.1.1. ANA MARIA ..... 149
3.1.2 BENEDITO ..... 152
3.1.3 CASEMIRO ..... 157
3.1.4 DANILO ..... 162
3.1.5. EUCLIDES ..... 165
3.1.6. FELIPA ..... 172
3.2. DISCUSSÃO SOBRE CULTURA POLÍTICA EM CAXIAS ..... 17878
3.3. NARRATIVAS, MEMÓRIAS E AS TRAJETÓRIAS DOS TRABALHADORES CAXIENSES NA PERSPECTIVA DA CULTURA HISTÓRICA .....18080
3.3.1 APRENDIZAGEM HISTÓRICA EM TEMPOS PANDÊMICOS ..... 182
3.3.2. EXPERIÊNCIAS PASSADAS QUE ORIENTAM PRESENTES: MEMÓRIAS ..... 186
3.3.2.1. MIGRAÇÃO ..... 186
3.3.2.2. A PRIMEIRA ONDA: ANA MARIA ..... 192
3.3.2.3. A SEGUNDA ONDA: CASEMIRO E DANILO ..... 204
3.3.2.4. A TERCEIRA ONDA: BENEDITO, EUCLIDES E FELIPA ..... 217
3.4. NOSTALGIA DA ORDEM: O TEMPO DO CAOS, O SAQUE DE 1962 E AS MEMÓRIAS CAXIENSES SOBRE A DITADURA CIVIL-MILITAR ..... 25151
3.4.1 O TEMPO DO CAOS ..... 251
3.4.2 O SAQUE DE 1962 .....254
3.4.3 O TEMPO DA FOME .....257
3.4.4 O TEMPO DA ORDEM ..... 267

CONCLUSÃO..... 282
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....288
ANEXOS ..... 296

# INTRODUÇÃO

## A antessala da tese ou quando o projeto encontra a vida

Quando surgiu inicialmente a ideia de pesquisar as memórias da população de Duque de Caxias a respeito do que consideravam ter sido a ditadura civil-militar (1964-1985), a intencionalidade da pesquisa estava alinhada muito mais a um olhar prático, mas um tanto estático, sobre os caminhos da memória. O que quero destacar é que a própria pesquisa sofreu reveses em seu curso – o que, diga-se, é comumente esperado em um processo de doutoramento – posto que parte do processo mesmo da pesquisa consiste em avaliar e reavaliar os alicerces teóricos e metodológicos do estudo. Entretanto, a pesquisa que aqui apresento sofreu impactos muitos significativos para serem considerados no corpo deste texto. O olhar estático ao qual fazia referência linhas acima foi substituído por um olhar poroso, atravessado por intempéries advindas de agentes internos e externos, e por eles atravessados a ponto de requalificarem o próprio sentido da pesquisa e sua relevância para o sujeito pesquisador.

Para compreender os agentes externos que impactaram a pesquisa, vale considerar que este projeto nasceu no fim do ano de 2017. Naquele contexto, o Brasil era politicamente governado por um arranjo político que sucedeu a deposição de Dilma Rousseff da Presidência da República, através de um processo que, no mínimo, gerou muitas críticas sobre os acordos de gabinete que favoreceram a aprovação do impeachment em 2016. O país do final de 2017 equilibrava-se em garantir legitimidade para a governança, desvincular-se da crise política associada à presidenta deposta, e já mirava no ano seguinte, nas eleições de 2018. É neste contexto que ganha projeção a viabilidade da candidatura de Jair Bolsonaro à presidência da república. Quando o projeto foi pensado, o que se via era uma expressiva parcela da sociedade apostando todas as suas fichas no político que há três décadas compunha, no Parlamento, o chamado baixo clero. Tal aposta era retroalimentada e, com a ajuda do advento das redes sociais, o nome de Bolsonaro foi impulsionado como candidato muito viável no ano seguinte. Junto com ele, consolidou-se o antipetismo como uma marca daquele tempo. Contra o Partido dos

Trabalhadores, toda a sorte de discursos de caráter conservador passou a ser validado, apoiado e propagado. Por outro lado, contra a candidatura da extrema direita, no outro espectro político, o nome de Luiz Inácio Lula da Silva surgia como aquele capaz de vencer o recém impulsionado candidato do baixo clero do Parlamento. Em 2018, contudo, Lula foi preso em decorrência dos trâmites da Operação Lava Jato e este fato se tornou um acontecimento tanto para a esquerda quanto para a direita. Em um campo, criava-se a narrativa do político injustiçado que é levado à prisão. Em outro, enfatizava-se a narrativa de que a justiça estava sendo feita e o ladrão estava, finalmente, sendo levado à cadeia, como que prenunciando tempos sem crimes e sem corrupção.

Esse dado não é um dado irrisório. O projeto que passou a ter em seu título a "nostalgia da ordem", é redigido em um momento em que o discurso de ordem estava em ascensão e em consolidação no país, não exatamente a partir de Bolsonaro – mas mesmo antes, quando "Ordem e Progresso" se torna o slogan do governo Michel Temer, em certo sentido em resposta aos clamores populares que desde 2013 ganharam as ruas, as manchetes e os tribunais, com foco no combate à corrupção, e que pavimentaram o caminho para o impeachment de Rousseff. Mas é preciso insistir que a candidatura de Bolsonaro, uma vez que dialogava abertamente com correntes de pensamento ultraconservadoras, garantiu um terreno seguro para que os discursos que valoravam positivamente a ditadura emergissem. Esses discursos não eram isolados, nem homogêneos e tampouco coerentes; o que se via de modo crescente eram manifestações onde se defendia ou o Ato Institucional Nº 5, ou uma intervenção militar, ou uma volta mais explícita da ditadura, ou a restauração monárquica, ou a expulsão de comunistas do Brasil, quando não a própria morte de pessoas associadas ao comunismo, ou do próprio Lula, ou todas essas bandeiras juntas. Tratava-se de um conjunto de medidas trajadas de verde e amarelo que ganharam força e respaldo durante a campanha eleitoral de 2018.

Às vésperas das eleições, a candidatura de Jair Bolsonaro disparou nas pesquisas após o episódio do atentado que sofreu na cidade de Juiz de Fora. O candidato fora vítima de uma tentativa de homicídio através de uma facada desferida durante um cortejo político em sua campanha na cidade mineira. Após o episódio, o candidato foi hospitalizado, e passou a esquivar-se de exposição pública e dos debates com os demais presidenciáveis, até que, por fim, foi eleito presidente em outubro de 2018.

Ora, se todo o processo tivesse sido esse, e apenas esse, em absolutamente nada o projeto sofreria alteração, posto que todos os agentes externos simplesmente contribuiriam e reforçariam os pressupostos que levaram à redação do projeto ainda em 2017, isto é, a ascensão (ou o retorno) do conservadorismo político no Brasil, confirmada na eleição do candidato que mais representava esta corrente de pensamento. Porém, um dos agentes externos que efetivamente alterou o curso da pesquisa, seu sentido, seus métodos e seus resultados, foi o surgimento do novo coronavírus e a oficialização da pandemia da COVID-19 a partir de março de 2020. A segunda metade do governo Bolsonaro foi de uma profunda instabilidade política associada aos desafios econômicos decorrentes de um país vivendo em um mundo pandêmico. Se por um lado, na primeira metade do novo governo, pautas anticientíficas e/ou que desdenhavam do conhecimento científico ganharam projeção (por exemplo, o desprezo pelo combate ao desmatamento florestal, a ideia de que a universidade era um ambiente de balbúrdia e não de produção de conhecimento significativo, o corte de verbas dos programas de pós-graduação, a descrença nos prejuízos civilizatórios de uma ditadura, visto que o "regime" militar foi bom para o país, ou até mesmo o movimento terraplanista, que se fortaleceu junto com outras teorias conspiratórias difundidas pela Internet), por outro lado, a segunda metade de seu governo precisou conviver com o desafio de conciliar o desprezo à ciência com a necessidade iminente de lidar com um problema de natureza científica: a urgente contenção de uma pandemia.

O conflito estava posto e dele nasceu a instabilidade política. Para contorná-la, Bolsonaro passou a apostar na liminaridade, isto é, aquele espaço de sentido localizado em um entrelugar, onde a afirmação pública de determinadas sentenças polêmicas poderia ser desdita e/ou retificada no dia seguinte, dadas as circunstâncias onde a manipulação do sentido se faria necessária. Decorrem desta aposta na polêmica que se instala na liminaridade três consequências: a primeira, a manutenção do nome do candidato nas redes sociais e nos seus algoritmos, cada vez mais consolidados como o espaço de poder do presidente e seus correligionários; a segunda, a fidelização de grande parte de seu eleitorado, os quais, independentemente do quão graves sejam as suas declarações polêmicas, não abandonariam seu político de referência; e a terceira, o crescimento de um enorme constrangimento de uma parte expressiva da sociedade que, se outrora garantiu o

apoio ao presidente, após a pandemia se mostrou arrependida ou indignada, diante do avanço dos números de internações e óbitos em decorrência da covid, assim como diante das reações do presidente ao agravamento da pandemia, ao descrédito em relação às medidas de vacinação, ao apoio inegociável a medicamentos que cientificamente se comprovaram inúteis no combate à doença, mas que receberam incentivo pessoal do próprio presidente que, em suas declarações, apoiou o que era chamado de "tratamento precoce" para a COVID-19.

Pois bem. Esta pesquisa tem como matéria-prima as memórias que são produzidas sobre o tempo que passou. As memórias não nascem virginais. Ao contrário, elas nascem imiscuídas com o diálogo de sentido estabelecido entre o passado e o presente, diálogo este alimentado em ambas as direções, tanto do presente para o passado quanto o oposto. O presente instalado no final de 2017 foi desinstalado a partir de 2020. A promessa de um futuro ordeiro, com um horizonte de expectativa projetado na utopia de um país sem corrupção organizado por um poder assentado no militarismo (ou, mais que isso, na ideia de que os militares e seus exemplos são a solução para os problemas do país, tal como em 1964 ou no decreto do AI-5), foi abalada pelo caos da desordem imposto pela pandemia. A realidade foi suspensa. O caos pandêmico passou a exigir um regime de ordem e organização do qual Bolsonaro abdicou, delegando aos estados da federação a responsabilidade de gerir a crise sanitária e/ou culpando-os por ela. A outrora defesa da ordem apostou no regime de anarquia, isto é, um estado em que cada um decide por si como lidar com a sociedade, apelando para o direito à liberdade em seu recurso retórico produzido em meio as centenas de milhares de mortes causadas pelo novo coronavírus.

As memórias produzidas e analisadas neste trabalho não estiveram imunes aos reveses do tempo presente. Elas precisam ser lidas a partir deste contexto de crise. De modo muito consciente, posso dizer que elas provavelmente seriam diferentes se as entrevistas tivessem ocorrido entre 2017 e 2019, período em que a expectativa de grande parte da sociedade brasileira e, especialmente, fluminense, confiava a Bolsonaro a solução para a sociedade "degenerada" pela corrupção associada ao Partido dos Trabalhadores, ao comunismo, à quebra de costumes tradicionais etc.

Sob um outro ponto de vista, a pandemia também atuou no processo da pesquisa de modo significativo. Refiro-me ao aspecto metodológico da produção das entrevistas.

Uma das medidas associadas à prevenção da covid era o isolamento social. Pessoas idosas eram especialmente mais sensíveis aos efeitos da doença e mais suscetíveis ao agravamento dos sintomas e à própria morte. Assim, para este estudo que apostou nas memórias de pessoas idosas sobre o passado, a realização de entrevistas nessas condições sanitárias poderia implicar, literalmente, na morte desses indivíduos. Foi necessário aguardar muitos meses para que estivéssemos em um ambiente minimamente seguro para abordar os sujeitos entrevistados, dado que a entrevista por telefone ou pela Internet foi descartada como ferramenta metodológica, devido à dificuldade de manuseio dos recursos tecnológicos de comunicação por parte dos entrevistados. Essa abordagem se deu de modo presencial, então, a partir do final de 2021 e transcorreu pelo início de 2022.

Mais uma vez é preciso evocar o presente e seus reveses para compreender onde alocar as memórias produzidas nas narrativas dos entrevistados desta pesquisa. Elas refletirão, em muitos aspectos, o espírito daquele tempo e os anseios do momento histórico em que foram tomadas. O ano de 2022 foi um ano eleitoral no Brasil, tendo a vaga da presidência da república, novamente, como protagonista da peça política encenada nos meios de comunicação, nas esquinas das ruas, nas publicações da Internet e nos debates públicos. E, como não poderia deixar de ser, no interior das casas. Essas residências mesmas que foram visitadas e que acolheram gentilmente a proposta de entrevista. A crise política vivida na segunda metade do governo Bolsonaro passou a conviver com a candidatura cada vez mais convincente de Luiz Inácio Lula da Silva, que deixou a prisão em 2019 e, logo em seguida, recebeu aval jurídico para disputar as eleições de 2022. O duelo foi bastante acirrado, onde cada qual buscou reunir o maior conjunto de forças políticas e de apoio de suas respectivas bases sociais e/ou de aliados. As entrevistas não foram produzidas em meio à campanha oficial, mas antes dela, em meio às especulações políticas sobre possíveis candidatos, suas propostas etc. A tendência à vitória de Lula se confirmou em outubro de 2022, com a vitória do petista.

Se as informações apontadas acima contribuem para compreender melhor o conjunto de agentes externos que impactaram a produção desta tese, também é verdade que ajudam a entender de que forma, internamente, esses mesmos agentes atuaram no sentido de transformar a própria razão da produção do estudo. A começar pela oscilação do apoio político dirigida a Bolsonaro e o próprio comportamento da parcela da sociedade

caracterizada por seguir seu pensamento político. Paralelamente a isso, a instabilidade política do presidente, associada à manutenção de um grupo fechado e inabalável de seguidores fiéis, assim como a ascensão da candidatura de Lula atrelada a uma frente ampla no espectro político nos últimos meses, contribuíram para que eu refletisse se ainda fazia sentido pesquisar o que estava esboçado quando do projeto desta tese. O turbilhão político dos últimos anos não pode ser considerado como um mero dado, uma informação contingencial que simplesmente circunscreve e confere a quem lê uma breve noção sobre as condições de produção da tese. Não. Ele é parte central da tese. Ele é a razão primeira, o sentido inicial, o incômodo visceral que levou à redação do projeto cinco anos atrás. Não é um dado irrisório; antes, a massa que sustentou filosoficamente as inquietudes para compreender o tempo chamado presente. Não posso deixar de apontar o impacto destes últimos anos na produção da pesquisa. Eu poderia fazê-lo caso a interferência fosse meramente técnica, burocrática ou financeira, como se a crise instalada nos últimos anos afetasse a universidade apenas na questão do corte de verbas para pesquisa, por exemplo. Mas foi além, e por isso insisto em apontar os efeitos internos desse momento político.

Ao destacar os impactos internos, quero com isso discorrer sobre os efeitos psicológicos instalados enquanto pesquisador que tem no tempo presente o motor inicial de sua pesquisa, onde reside seu incômodo, sua angústia. Inicialmente, ao redigir o projeto, o incômodo quanto à ascensão das correntes ultraconservadoras passou da observância à constatação, o que se confirmou com a eleição do presidente no pleito de 2018. Estou pesquisando para quem? Estou pesquisando para quê? Quem vai me ler? E o que importa, afinal, escrever sobre a ascensão desta vertente ideológica, se o que se recebe da sociedade é o desprezo pelo conhecimento acadêmico e científico? A quem interessa pesquisar sobre as memórias da ditadura? E, sobretudo, qual o sentido de continuar pesquisando sobre memória da ditadura se a própria ciência perdeu seu estatuto de validade social, ou seja, se os impactos sociais da pesquisa científica têm se mostrado absolutamente ineficazes diante dos algoritmos e da comunicação direta e sensacionalista propagada pelas redes sociais?

As perguntas acima são um fragmento da enxurrada de questionamentos que comecei a fazer a mim mesmo, questionando a minha própria capacidade de mudar e/ou impactar o mundo com o que pesquiso. Elas trazem consigo um ambiente de resignação?

Trazem. Sim, elas refletem o sabor da derrota, a experiência do ponto final, o sentimento da partida perdida, do fim do jogo, das cortinas que se fecham após o fim da tragédia encenada. Não se trata propriamente do fracasso político de uma corrente específica do espectro ideológico, mas a sensação de fracasso da própria humanidade, dos direitos humanos, das noções básicas de civilidade ou mesmo dos fundamentos da civilização. A barbárie foi transformada em heroína e o abatimento que se experimentou a partir de aí no próprio fazer historiográfico foi tão expressivo que não é possível passar por esse episódio sem fazer uma autorreflexão sobre as condições da pesquisa que aqui se apresenta. Não havia mais o que fazer. Ou havia? Talvez por isso este projeto tenha se alterado tantas vezes e seu rumo tenha se direcionado para outros quintais, a ponto de me deparar com a ideia de que meu objeto de pesquisa, a certa altura, eram os planos de aula e os diários antigos dos professores de história de uma escola secundária em Duque de Caxias. Algumas pessoas ligadas a essa instituição chegaram a ser entrevistadas, e não foram poucas. E o que isso tinha a ver com o meu objeto inicial? Nada ou muito pouco. Talvez tenha sido a estratégia do inconsciente de fugir do caos do tempo presente. Talvez tenha sido a rejeição ao sentimento de derrota que impulsionou o foco da pesquisa para outra direção, a fim de que não me confrontasse com a experiência da dor e do trauma que eram gestados no centro da efervescência do tempo presente. Nesse caso, a própria história enquanto disciplina é mister em afirmar que o tempo é a matéria prima de si mesma. E não apenas porque a história investiga os fatos que se deram no passado, mas porque é necessária a experiência do tempo para que o historiador consiga enxergar os caminhos de sua investigação.

Tecer qualquer conclusão no meio de um processo como o que se viveu no Brasil nos últimos anos era um misto de presunção com ingenuidade. É como um viajante que não consegue apreciar o movimento de rotação da terra enquanto está em sua atmosfera, mas que dela se afasta para saber se ela gira para a direita ou para a esquerda. Ou um fotógrafo que, tal como o viajante, consegue mapear a mesma rotação do planeta através de fotografias sequenciais do céu noturno registradas dentro de um fragmento de tempo amplo o suficiente para que as alterações no céu visível sejam perceptíveis. Nesse sentido, entendo que a experiência da derrota e o sabor amargo trazido com ela foram parte significativa da escrita desta tese. Mas foi preciso tempo, foi necessário aguardar a

digestão do sabor da derrota e maturar a amargura da resignação para compreender, afinal de contas, qual a razão desta tese existir, o que ela pretendia investigar, onde ela queria chegar. Tratava-se de refundar em mim mesmo a potência da escrita e o poder da pesquisa em história.

É curioso pensar que o projeto de investigação desta tese surgiu a partir de um jogo retórico entre Clio e Mnemósine, a dança entre a história e a memória que tinham como palco o saudosismo em relação à ditadura militar, o diálogo entre o passado e presente em que a ditadura aparecia como objeto a partir do momento em que sua memória era evocada por seus admiradores ou por seus combatentes. O que não contávamos era que o balé da história e da memória tinha outro personagem, Cronos, o deus que na mitologia grega devorava os seus próprios filhos, e que costuma ser associado ao deus Saturno na mitologia romana. Quer na versão grega, quer em sua versão romana, o fato é que se trata do deus do tempo, o divino devorador eternizado na obra de Francisco de Goya no alvorecer do século XIX. A obra é um óleo sobre reboco que tem no centro do afresco, em destaque, um corpo mutilado sendo devorado por Saturno, representado como um gigante às sombras, com uma expressão faminta e terrível, engolindo pedaços do corpo de seu filho, que segue sustentado em seus braços. É a cena pintada por Goya que me vêm à mente quando penso no balé de Clio e Mnemósine, e que agora se torna uma dança de três pontas, com a entrada de Cronos. É o próprio tempo, com todo o seu poder de devorar tudo o que lhe passa pela frente, o elemento necessário fundamental para compreender os impactos do presente no curso dessa pesquisa. O horror assinalado por Goya em sua alegoria é similar à força do presente quando este engole a história e a memória como no caso aqui apresentado. É como se, em determinado momento, a investigação sobre a memória da ditadura e a própria importância do passado perdessem o sentido. Era a imposição do hoje, a urgência se impondo sobre a temperança. As perguntas que foram feitas durante a crise no curso da pesquisa, na verdade, traduziam um fato: a necessidade eminente de compreender e superar a crise que o próprio mundo passou a enfrentar com a emergência da pandemia e que, no Brasil, ganhava um tempero especial com a gestão mambembe do representante do ultraconservadorismo e da ideologia de extrema direita.

A pandemia e a instabilidade política no Brasil avançaram em seu impacto sobre os agentes internos com os quais estiveram relacionadas, em especial os de natureza psicológica, afetando a busca de sentido para a escrita desta tese. Mas os agentes internos também receberam suas influências de outros fatores alheios ao controle da pesquisa. Neste caso, destaco a descoberta e o tratamento do câncer da minha mãe. Este foi o período mais duro para produzir sentido em pesquisar sobre memória. Porque a própria escrita passa a ganhar outro significado diante da iminência da morte, que é o que o câncer evoca quando se descobre a doença em um ente familiar tão próximo como uma mãe. Para mim, foi um período em que precisei redefinir prioridades, atualizar o senso de urgência, repensar a importância das relações, requalificar o tempo presente, e buscar fé na existência de futuro, o que é algo muito devastador quando se está escrevendo uma tese fruto de um projeto, algo que, por natureza, aponta para o porvir. O câncer abalou completamente meu equilíbrio emocional à medida que sugou minha necessidade de racionalidade e proatividade na provisão de informações sobre caminhos possíveis para reverter o quadro da doença. Como forma de proteger as pessoas da família, e porque tinha fácil acesso ao hospital, eu me tornei o sujeito que absorveu todo o impacto que esta notícia trouxe, tornando-me a pessoa de referência junto às equipes médicas e no acompanhamento da minha mãe em praticamente todas as suas consultas. Como tal, precisei resgatar em mim uma espécie de confiança irrestrita na ciência que se julgava profundamente abalada em meio ao contexto político que rotulava como balbúrdia o conhecimento produzido na universidade. O câncer me ajudou a repensar o fazer científico. De algum modo, ele requalificava as bases da minha pesquisa porque, enquanto historiador que se ocupava em lidar com as memórias, tratei de atribuir muito peso e valor às narrativas pouco ortodoxas sobre o tempo. Nutri um interesse particular em tentar entender como as pessoas podiam acreditar em explicações do mundo que passavam pela negação da ciência. Tentei compreender o descrédito do senso comum em relação ao conhecimento básico acumulado por séculos sobre a natureza. Sofri tentando encontrar algum sentido em narrativas que desmereciam a informação de que o planeta era esférico, e não plano. Não me conformei com o fato de que as pessoas clamavam por uma intervenção militar. Tinha que haver algum sentido naquilo. Tinha que haver uma razão lógica, humana, compreensível e sensata para que as pessoas renunciassem a

racionalidade e abraçassem, cegamente, comportamentos e visões de mundo tão descolados da realidade prática.

Ao partir para o estudo das narrativas sobre o passado de Duque de Caxias, minha intenção prática era tentar compreender como aquela população pôde apoiar a ascensão do pensamento de extrema direita, ou seja, que dispositivos sociais, que agentes e quais fatores estavam atuando para que as pessoas daquele município fizessem tão pouco caso dos horrores de um regime como foi aquele dos tempos da ditadura. E então veio o câncer da minha mãe, e com ele toda a sorte de comentários, curiosidades, perguntas, apelos, recomendações, que igualmente se descolavam da realidade. Dentro de mim criava-se uma realidade paralela, onde o senso comum era protagonista e antagonista em suas respectivas histórias. Como protagonista, era a matéria prima da pesquisa que eu estava realizando, ou seja, seria a partir da análise das narrativas de pessoas comuns que eu estava estudando como a memória operava na sociedade e na história; como antagonista, era o conjunto de saberes que mais atrapalhavam do que ajudavam na relação com a doença da minha mãe. O câncer era uma realidade que se impunha, era Saturno devorando seus filhos, as peças de xadrez produzindo o xeque que movia todo o tabuleiro da vida. A partir do câncer, minha pesquisa perdeu o sentido de ser naquele momento. Não era simplesmente a devastação psicológica advinda da má notícia, mas a implicação sobre a epistemologia da vida em seu sentido mais simples. Não é que não fosse possível pesquisar o senso comum para se investigar a dança entre a memória e a história. É que isso já não mais importava. Não tinha nenhum efeito transformador da minha vida, não resolvia meu problema, não revertia o câncer. E não reverteu.

Minha mãe veio a óbito em junho de 2022. Após passar por uma cirurgia e, posteriormente, por um tratamento muito intensivo e doloroso de radioterapia, seu corpo não se recuperou e se tornou imunologicamente vulnerável. Restaram-lhe apenas alguns meses após o tratamento que, a princípio, tinha sido bem-sucedido. Uma notícia dessas no meio de uma pesquisa acadêmica também não é irrelevante. A sensação era de paralisia. A imposição da vida fez com que eu me sentisse absolutamente pequeno e inútil. Isso abalou como nunca a crença em mim mesmo e na minha capacidade de ação. Minha escrita foi bloqueada, não apenas porque eu não me encontrava em condições emocionais

para escrever com tranquilidade e parcimônia, mas porque a vida trouxe novas preocupações que se descolavam daquelas de 2017.

## A tese e os seus (in)cômodos

Tem sido recorrente a discussão sobre o desconforto vivido pelos profissionais da história do e no tempo presente no Brasil. Dos ambientes acadêmicos e das salas de aula brotam um mar de angústias e dilemas para professores e pesquisadores de história, mas seguramente não apenas dali; de todos os espaços públicos, em especial as redes sociais, onde circulam diversas vozes sobre o passado, pululam as angústias que motivaram a investigação sobre a construção da memória do passado recente do país.

As primeiras décadas do século XXI têm testemunhado no Brasil o ressurgimento de discursos apologéticos e saudosistas em relação ao passado que se julgava adormecido até pouco tempo atrás. Esses discursos provocam inquietações para os historiadores desejosos de investigar esse diálogo constante entre passado e presente. Dentre os discursos que emergem neste presente alargado e suspenso, os que descortinam a ditadura civil-militar através do olhar de veneração e admiração parecem ocupar a lista das maiores inquietações.

Os duelos discursivos protagonizados por defensores e críticos de bandeiras ultraconservadoras – entre as quais a defesa da volta da ditadura e/ou de uma intervenção militar – consagraram a corrida presidencial de 2018, assim como as disputas para o Executivo estadual, influenciando no desfecho político e na nova configuração do país para os próximos anos. Pivô de grande parte das disputas com relação ao passado nas campanhas eleitorais do dito ano, a referência à ditadura, quer na forma de elogio, quer na forma de repúdio, significou – entre outras coisas – o fato de que o passado da República não está bem resolvido. É claro que a categoria “bem resolvido”, neste caso, não emoldura o passado e nem enquadra o tempo dentro de contingências estáticas. Seu oposto, por sua vez, isto é – o passado “mal resolvido” – aproxima-se do que

convencionou-se chamar na historiografia de passados sensíveis, assim como do conceito de trauma histórico[1].

Esta tese tem como objeto de investigação a relação da população trabalhadora caxiense com o seu passado a partir de suas memórias e da relação que elas estabelecem com a cultura histórica de Duque de Caxias[2]. Não se trata de uma investigação sobre a ditadura deste município propriamente, mas da constatação de que ela é importante enquanto cenário histórico através do qual a atuação das agências de memória daquela população pode atuar. O foco da pesquisa está direcionado para a carga emotiva, sentimental e afetiva que este cenário produziu nas memórias e, consequentemente, no sentido que elas possuem para as pessoas que as sustentam.

O projeto que originou a pesquisa é fruto das reflexões que emergiram a partir da observação dos conflitos vivenciados, em escala mais ampla, quando das disputas de narrativas sobre aquele passado que se quer doloroso ou sensível – a ditadura iniciada em 1964. Ecos das manifestações de apreço e defesa de uma narrativa saudosista em relação a este passado brotaram das mais diversas fontes e, especialmente, foram observados nas práxis da vida docente durante o desenvolvimento da dissertação de mestrado que antecedeu esta pesquisa de doutorado. Na ocasião, não passaram despercebidos os casos em que estudantes não apenas desdenhavam da importância histórica de a ditadura ter dado seus últimos suspiros no curso dos anos 1980, como propunham mesmo que a democracia atual se vestisse e/ou se revestisse de um tal senso de ordenamento e de justiça (ou de vingança) próprio dos anos de chumbo e que, na visão deles, o regime democrático, tal como o conhecemos hoje, não teria conseguido substituir de maneira eficiente para a melhoria da sociedade do tempo presente.

Dessa forma, a democracia brasileira surge como cenário de um ciclo paradoxal de sentidos, onde sua razão de existência é questionada pelos mecanismos próprios desta

---

[1] HEYMANN, Luciana Quillet. “O devoir de mémoire na França contemporânea: entre memória, história, legislação e direitos”. In: GOMES, Angela de Castro (coord.). **Direitos e cidadania: memória, política e cultura.** Rio de Janeiro: FGV, 2007, pp. 15-43.

[2] Doravante denominada simplesmente como “Caxias”, por respeito à forma usual como a população da cidade se refere ao próprio município. Também, de modo análogo, “caxiense” será usado no lugar de “duquecaxiense”, em um esforço de estar em sintonia com inúmeros aparatos públicos e privados da cidade que operam segundo o primeiro gentílico.

mesma existência, ou seja, democraticamente passa a se desejar o fim da democracia. O paradoxo democrático, estudado pelo filósofo Jacques Rancière (2014) tem sido uma marca do tempo presente e uma importante ferramenta de análise dos discursos políticos e das disputas de narrativas sobre a política e sua memória. Se é verdade que as narrativas de cunho saudosista ganharam visibilidade nos últimos anos, seria errôneo afirmar que tais narrativas eram hegemônicas no pensamento estudantil daqueles jovens da Baixada Fluminense e de muitos outros lugares. Contudo, elas são fundamentais para se buscar compreender, no âmbito do tempo presente, a razão pela qual esses pensamentos – outrora desajustados e esporádicos – conseguiram, mês a mês, alçar a passos largos uma robustez identitária capaz de uni-las, nacionalmente, em torno de um projeto político de natureza ultraconservadora que, sem maiores constrangimentos, mostrou-se bastante afinado com os projetos e as estratégias dos anos dos governos militares.

O Estado do Rio de Janeiro representou um dos mais fortes celeiros destes projetos, provavelmente por razões diversas, entre as quais o fato de ser o estado de origem do candidato à presidência que, no contexto de 2018, era o mais notório nome a carregar as bandeiras do conservadorismo. O resultado das eleições daquele ano impressionou pela expressão dos números. No primeiro turno, Jair Bolsonaro (PSL) venceu em todas as cidades do Estado e, no segundo turno, em 89 dos 92 municípios. Entre as regiões que se destacaram em relação à esmagadora vitória daquele candidato está a Baixada Fluminense, região nacionalmente famosa pelos baixos índices de desenvolvimento humano e pelos altos índices de violência. O município de Duque de Caxias compõe esta região e participou, como os demais, da agitação que incendiou as eleições de 2018 com o verde-e-amarelo das pautas ultraconservadoras.

Partindo deste presente incendiário, esta tese voltou-se para o passado de Caxias, aos moldes do que Michel Foucault (1992) relacionaria ao conceito de genealogia[3]. Entenda-se aqui o método genealógico como inspiração para mergulhar no universo de subjetivação dos moradores de Caxias, no sentido de pensar como esses sujeitos se constituíram e se relacionaram com a cultura histórica deste município; ou ainda, de

[3] Para o filósofo francês, o método genealógico é um instrumento de investigação que busca compreender como surgem as configurações peculiares dos sujeitos e dos objetos nas relações de poder, por meio da análise das práticas discursivas e não-discursivas.

investigar que papel essa relação entre a formação dos sujeitos e a cidade desempenha na forja da memória sobre o passado, assunto urgente e necessário em tempos em que a memória, sob diferentes aspectos, é colocada em xeque ou à prova, na compreensão da história e dos sentidos que ela assume nos dias de hoje.

A tese foi construída acreditando-se na originalidade de trazer para o centro do debate historiográfico uma parcela significativa da população de Caxias que, em certa medida, possui correspondência com um sem-número de outros municípios do país, no sentido de compor um contingente muito expressivo de pessoas que está deslocado, alijado e/ou esquecido pelos consagrados modelos historiográficos que visam explicar como se deu a ditadura no Brasil. Esses modelos gerais, a despeito de haver disputas internas e, muitas vezes, restritas aos artigos científicos, possuem narrativas relativamente consagradas quanto à maneira de se referir aos processos e aos acontecimentos da ditadura. Em geral, são narrativas alinhadas a uma história política permeada de marcos históricos gerais que privilegiam espaços territoriais vistos como centros do poder político e/ou econômico do país que, no nosso caso mais próximo, tem a cidade do Rio de Janeiro como espaço detentor deste privilégio. Essas narrativas acabam se projetando como sendo de interesse nacional ou, melhor que isso, como dando sentido a uma história nacional. Nessas narrativas, a sociedade civil costuma ocupar o espaço da resistência direta ou, no extremo oposto, o papel de beneficiária da ditadura no país. Esta tese se vale das memórias que em muitos aspectos é representativa de um contingente enorme de pessoas que não se enquadravam nem na resistência direta e nem na operação tática da repressão. São trabalhadores e trabalhadoras, pessoas anônimas, sujeitos comuns que se criaram e/ou viveram naquele município e encontraram sentido para estabelecer ali a sua vida.

Além disso, a tese busca contribuir para a discussão sobre o papel da memória diante dos desafios impostos pelo tempo presente. O debate é pertinente, especialmente nesta década de 2020, em que levantes no mundo inteiro tem questionado monumentos, derrubado estátuas e ponto em xeque o prestígio obras de arte consagradas. Diante de um presente tão inflamado, a memória nunca esteve tão “em alta”. No Brasil não é diferente, e a memória também parece ocupar um lugar privilegiado na disputa política, desde a exaltação do nome de um torturador da ditadura em pleno Congresso Nacional às

alterações da política de valorização de personagens negros da Fundação Palmares durante o Governo Bolsonaro.

O objetivo geral da tese é analisar o sentido do passado para a população trabalhadora caxiense a partir das memórias e das narrativas sobre o tempo em que vigorou a ditadura civil-militar. Em particular, o foco do estudo é estudar a construção das memórias de sujeitos comuns, anônimos, trabalhadores, tendo o regime ditatorial em Caxias como cenário histórico. Para tanto, pareceu-nos importante conciliar este objetivo mais amplo com alvos mais específicos, dentre os quais, a identificação de elementos constitutivos da cultura histórica de Duque de Caxias durante o período da ditadura em articulação com o debate teórico sobre memória e tempo presente; o estabelecimento de relação entre as memórias da população trabalhadora de Caxias e as contingências sociais, econômicas e políticas próprias do período da ditadura na cidade; e a identificação dos impactos da cultura histórica caxiense – se ela existir enquanto tal – sobre a maneira como a população trabalhadora da cidade tem lidado com seu próprio tempo e com o passado.

Para tanto, foi necessário pensar nos caminhos teóricos que sustentariam os argumentos que aqui se defende. Esses caminhos trilham as ideias de alguns nomes importantes da filosofia e da teoria da história. Pensar em estudar como se dá a relação entre memória e história é pensar também em que medida se relacionam expectativas e experiências e, nesse sentido, os estudos de Koselleck (2006) se tornam fundamentais, como é também importante o amparo fornecido por Nora (1993) em seus clássicos estudos sobre os diálogos entre história e memória. Em Hartog (2014), as contribuições acerca do tempo presente, do presentismo e dos regimes de historicidade, de forma geral, ganham relevância para este projeto, e dialogam profundamente com os dilemas da contemporaneidade, conforme evocados por Agamben (2009). De igual modo, a Didática da História de Rüsen (2010) fornece subsídios para se pensar a narratividade no pensamento histórico, e os estudos de Ricoeur parecem imprescindíveis para compreendê-la. São esses alguns dos teóricos que inspiram esta tese, alguns dos quais doravante pretendemos aprofundar.

Desde a Antiguidade, segundo o historiador Reinhart Koselleck (2006), paira um modelo de pensar a história fundado na ideia de que ela contém exemplos úteis e funcionais no passado para serem aplicados à moral do presente. Esta ideia, associada à

palavra *Historie*, resume grosso modo a ideia de *Historia Magistra Vitae*, a história como mestra da vida (KOSELLECK, 2006). Paulatinamente, o significado de *Historie* foi sendo preterido por um outro significado de "história", e que apontava, não para a narrativa, mas para o próprio acontecimento. Tal significado, em alemão, responde pelo termo *Geschichte*.

Ao analisar a mudança semântica de *Historie* para *Geschichte*, Koselleck apostou na ideia de que as experiências do passado, se tivessem algo a ensinar, ensinariam ao próprio passado. São experiências cujo aprendizado pertenciam ao seu próprio tempo, ao seu presente que passou. O que passaria a importar é o futuro que ainda não se havia constituído, sendo necessário, portanto, planejá-lo. E, na medida em que se alcançaria o que era futuro, através do presente, novos futuros se forjariam, acelerando a ânsia da história pelo tempo que ainda não se deu. Esta aceleração ligada à esperança (KOSELLECK, 2006, p. 58) foi fundamental e marcou, como nunca em outras eras, o advento da modernidade, sendo ela responsável pelo afastamento progressivo do que Koselleck chama de "espaço de experiência" e "horizonte de expectativa". A experiência é o passado atual, trazido ao presente, onde os acontecimentos podem ser lembrados, de onde é possível emanar tanto elaborações racionais e/ou inconscientes de comportamento. A expectativa, por sua vez, está ligada sempre à pessoa e ao interpessoal. Ela opera no hoje, mas mira no futuro, volta-se para o que ainda não é (KOSELLECK, 2006, p. 309-311).

O advento do progresso representou um novo horizonte de expectativa para o mundo; a história passou a ser percebida como um processo contínuo de aperfeiçoamento, as classes e os países passaram a ter consciência de estarem superiores a outras classes e países, civilizações inteiras foram lançadas ao atraso, enquanto o progresso transformava tanto o universo da expectativa quanto o da experiência (KOSELLECK, 2006, p. 317). Pensando na desnaturalização do presente e na relação entre as diferentes temporalidades, François Hartog (2014) buscou reconhecer que, de alguma forma, a percepção do tempo oscilaria de acordo no percurso da história. Segundo o francês, passado e futuro se conjugam de modo distinto em um determinado presente. Essa peculiaridade do hoje que vivemos é o motivo pelo qual o autor defende que cada época tem a sua própria percepção de tempo ou, sob o conceito que ele funda, o seu "regime de historicidade". A tese de

Hartog repousa na ideia de que o momento que vivemos hoje se apresenta de modo distinto de outras experiências temporais. Nele, assistimos a um presente eternizado, suspenso, como se somente ele existisse e como se ele tivesse um fim em si. É a esta experiência do tempo que François Hartog chama de *presentismo*, isto é, a vivência de um presente que produz para si mesmo o seu próprio tempo histórico (HARTOG, 2014, p. 39-40).

O próprio pensamento histórico não escapa desta relação, dada no presente, de produção para si de seu próprio tempo histórico. No século XX, os pesquisadores da história, no intuito de se desvencilharem da história positiva, atrelada à narrativa linear dos fatos, conforme o modelo cientificista que estivera em evidência no século XIX, trataram de esquivar-se da possibilidade de conjugar a narratividade com o estatuto científico da história. Tratava-se da superação de uma etapa do pensamento histórico e da negação de um possível retorno ao modelo anterior.

Quando da tentativa de se impor à história um modelo de cientificidade único e universal, a rejeição à narratividade foi flexibilizada e ela (a narratividade) foi trazida ao pensamento histórico através da linguística, campo do conhecimento que, àquele contexto, detinha prestígio acadêmico suficiente para ser aceito sem ter sua propriedade de argumentação racional deslegitimada na disputa dos saberes no universo científico. A linguística possuía o estatuto de constituição de sentido e de argumentação racional. A narrativa, propriamente, não. A racionalidade do pensamento histórico operava como um modo de constituição de sentido que se traduzia em uma forma de comunicação do raciocínio argumentativo. Para que a narrativa obtivesse uma função dentro do pensamento histórico, tornou-se mister que ela fosse legitimada cientificamente enquanto uma operação mental de constituição de sentido (RÜSEN, 2010, p. 154).

Isto representou uma mudança substancial no entendimento da noção de narrativa para a história. Esta possibilidade de perceber a narratividade como categoria de análise dialogava com as reflexões de Paul Ricoeur no campo hermenêutico. Carmen Gabriel (2012, p. 192-193) destacaria que Ricoeur incorporou atributos que nos permitem pensar a narrativa como um discurso híbrido que opera, ao mesmo tempo, com elementos tanto da história-ciência quanto da história-relato.

As críticas que emergiram à racionalidade do pensamento histórico eram produto das críticas que o próprio progresso passou a ser alvo após o atingir seu esplendor na modernidade. Dialogando com Jörn Rüsen (2010), François Hartog (2014) diria que os grandes crimes do século XX, a indústria da morte na qual ele se transformou, alimentariam as ondas memoriais a partir da década de 1980, como que em busca de um "passado [que] não havia passado e [que] na segunda ou terceira geração, ele estava sendo questionado" (HARTOG, 2014, p. 25). Esses questionamentos coincidem com as críticas do fenômeno pós-moderno à experiência da modernidade. Rüsen evoca a argumentação da chamada pós-modernidade quando esta, ao avaliar as vivências, prefere delas as divergências e as contradições. Seu olhar opta pela diversidade, pela diferença, e por uma razão mais simbólica e dialogal. Assim é que, seguindo o pensamento rüseniano, novas correntes de pensamento surgem para salvar a razão do descrédito e da falência de sentido (RÜSEN, 2010, p. 168). Essas correntes, em geral, buscariam valorizar as experiências catastróficas de ruptura, a percepção de sentido através dos potenciais de interpretação, os elementos estético-racionais; encontrar um sentido próprio à vida humana passada, e propor, ante à categoria de identidade fundada na exclusão, uma constituição de identidade includente e marcada pela diferença cultural.

O debate levantado por/em Jörn Rüsen está longe de estar finalizado ou isolado. Consagrado nos estudos da pós-modernidade, Zygmunt Bauman (1998) endossa – provavelmente com maior destaque – a lista dos que apostam no tempo presente como uma era de instabilidade e de fluidez. Uma era em que "as regras do jogo não param de mudar no curso da disputa" (p. 113). Regras de jogos que são jogados intensamente por curtos períodos, de forma que possam ser desintegrados, dando lugar a outros jogos tão breves e estreitos quanto os anteriores. Este parece ser o mesmo pensamento de Sonia Wanderley (2016), que ratifica este ponto de vista ao discorrer sobre o papel dos meios de comunicação quando analisa a relação entre a história e sua dimensão pública. A historiadora afirma que:

> Assim, se a narrativa midiática tende a esmaecer a distinção entre passado e futuro, reforçando a ideia de um presente que se autoexplica, o resultado pode ser o fortalecimento de certa *nostalgia por um passado idealizado*, construído pela supervalorização dos relatos e da memória. Essa "cultura da memória"

> seria uma forma de compensar a perda de estabilidade que o indivíduo tem no tempo presente, uma forma de combater a profunda ansiedade com a velocidade da mudança e o contínuo encolhimento dos horizontes de tempo e de espaço que caracteriza a cultura histórica contemporânea (WANDERLEY, 2016, p. 213).

Surge precisamente deste excerto a ideia de pensar o sentimento de nostalgia que dá título à tese. Diante de presentes eternizados, da liquidez das certezas e da brevidade das permanências, as identidades e as memórias se constroem nas narrativas dos sujeitos em busca de algum tipo de sentimento que os ordene e lhes confira sentido.

As narrativas que contam de si, de seu passado, de suas memórias, são essas que se constroem da fluidez desses tempos estranhos. Narrativas que falam de si e que, por isso, necessariamente, falam do outro. E é de dentro dela, da narrativa, que se anuncia e que se deixa de anunciar. A propósito, o que se deixa de anunciar é, também, anúncio. Assim como o esquecimento é, também, lembrança. Lembrança que a lembrança esconde. A lembrança escondida revelada pela lembrança que se pode lembrar. Quem não fala jamais de estupros, fala de estupros por não falar de estupros. Quem não fala jamais do Holocausto, fala do Holocausto porque dele não se fala. Quem diz não ver sentido na democracia, vê sentido na democracia, porque diz não ver o que quer que seja; e neste momento já passa a ver o que diz não poder ser visto. Quem afirma ter sempre enfrentado a ditadura, diz também sobre as formas como não se enfrentou a ditadura, porque a afirmação é também, e sempre, uma negação. As lacunas caracterizam as narrativas e são fundamentais para darem sentido ao sujeito que anuncia.

Giorgio Agamben (2009) descobre esse universo lacunar da ausência de sentido quando se pergunta de quem nós somos contemporâneos. O autor italiano busca compreender que fenômeno é esse que se apresenta como contemporaneidade. Para ele, ser contemporâneo é aquele que não coincide perfeitamente com o seu tempo (AGAMBEN, 2009, p. 57-58); é o que está desajustado; aquele para quem o tempo não é algo usual. O compromisso da contemporaneidade, ressalta o autor, está na intempestividade, esse anacronismo que nos permite conceber o nosso tempo como uma região de fronteira entre o “muito cedo” e o “muito tarde”, entre aquilo que “já foi” e o que “ainda não é” (AGAMBEN, 2009, p. 65-66).

A reflexão de Agamben nos convida a pensar o tempo hoje e o "tempo do hoje". Quando investiga a contemporaneidade, depara-se com um tempo que, para ser compreendido, é preciso que se distancie dele ou, como na metáfora da luz e da escuridão, para entender a luz dos tempos atuais é preciso olhar, antes, para as suas trevas. Parece-nos que entre as muitas lacunas do tempo presente, a memória é, indubitavelmente, uma das mais sedutoras. Ela se apresenta como o refúgio do tempo (de) hoje. Ela é a âncora no mar das coisas que se liquefazem, das coisas que somem, que desparecem, como salienta Nora. "Fala-se tanto em memória porque ela não existe mais", diz o autor, que completa: "Há locais de memória porque não há mais meios de memória" (NORA, 1993, p. 7). O ritmo acelerado da mudança tira o chão, a segurança, porque tudo o que se conhece pode mudar. Assim, a busca pela memória é a tentativa de estabelecer um porto seguro onde as identidades e os sujeitos que as constroem possam se fundamentar. O passado, através da memória, torna-se necessário na medida em que ele se apresenta como rocha. É verdade, uma rocha meio pedra, meio lava, aquecida pelos vulcões do tempo presente, que se molda e se reconstrói a cada erupção mnemônica. Mas rocha.

Porém, a memória – uma vez distanciada da história – não deve ser entendida como oposta a esta, ou mesmo sua inimiga. Recorrer à memória dá sentido ao tempo, através das narrativas que a mobilizam. E a busca de sentido para a experiência temporal, através da narrativa, orienta os sujeitos e os motivam a agir, conforme já demonstrara Jörn Rüsen quando descrevera a constituição de sentido da narrativa histórica. Menos como rival e mais como parceira, a memória não deve ser negligenciada pelos historiadores. Ao contrário, nas narrativas que mobilizam a memória podem conter as lacunas, as trevas e o vazio de sentido dos quais nos advertia Agamben.

Para iniciar a pesquisa que originou esta tese, escolhemos justamente apostar na potência das memórias e considerar suas possíveis lacunas, trevas e vazios. São eles que nos permitiram elaborar as duas hipóteses que alavancaram o início da presente investigação. A primeira delas é a de que os significados que a ditadura civil-militar assumiu em Caxias estão atravessados pelas dimensões cognitiva, política e estética da cultura histórica da cidade, em especial pelo crescente e precário processo de urbanização e pelas condições gerais de moradia, mobilidade e renda que caracterizaram o município naquele contexto dos anos 1960 e 1970, primordialmente. E a segunda, é que as

estratégias de sobrevivência dos trabalhadores caxienses durante a referida ditadura sedimentaram na memória destes sujeitos percepções sociais, políticas e econômicas que tem destoado dos e/ou complexificado os modelos gerais explicativos daquele regime, correntemente amparados em uma narrativa política de cunho nacional, e comumente fundamentados no binarismo resistência *versus* repressão, insuficientes, no nosso ponto de vista, para estabelecer conexões profícuas entre a narrativa amplificada da ditadura civil-militar e a realidade local da população de Caxias.

Os capítulos que seguem tentam responder a essas duas grandes apostas. O primeiro deles versará sobre algumas questões teóricas que buscarão dialogar com o debate conceitual já iniciado nesta seção introdutória, trazendo novos elementos, conceitos e autores para a discussão. Ele é iniciado com a apresentação do que chamamos de "presente incendiário", isto é, uma metáfora para a abordagem da profusão de conflitos decorrentes das disputas políticas no cenário da corrida eleitoral de 2018 e do período que a precedeu. A partir das angústias do presente, o capítulo tenta abordar a nostalgia do passado, valendo-se das discussões teóricas sobre o próprio tempo.

A discussão teórica que é proposta no primeiro capítulo da tese avança pelo debate sobre o conceito de cultura histórica e sobre suas três principais dimensões: cognitiva, política e estética, a partir das reflexões de Jörn Rüsen, principalmente. O conceito de narrativa também é abordado nas suas interseções com a memória e a história; para tanto, alguns autores relevantes são evocados, dentre os quais Paul Ricoeur, Joël Candau e Lawrence Stone se destacam como alguns dos principais. Para além do debate teórico sobre narrativa e memória, o capítulo primeiro traz luz ao próprio conceito de nostalgia – que dá título à tese – assim como o faz em relação ao conceito de mitologia, particularmente o de mitologia política, valendo-se, neste último caso, dos arquétipos discutidos pelo historiador Raoul Girardet e, no caso anterior, do pensamento da linguista Svetlana Boym acerca da nostalgia no mundo contemporâneo. Encerra-se o capítulo com a verticalização do debate em torno do conceito de cultura política, aspirando-se, no horizonte de expectativa da tese, à possibilidade de conexão deste conceito com a discussão inicial sobre cultura histórica.

O segundo capítulo se concentrará na história de Caxias, iniciando a partir das tensões do tempo presente e aprofundando o olhar, em seguida, para as décadas de 1960

e 1970, principalmente, sem deixar de considerar os múltiplos fatores anteriores que construíram a Caxias deste período, e nem aqueles que avançaram pela década de 1980, promovendo continuidades e rupturas dignas de nota. Dentro das tensões do tempo presente, a disputa eleitoral de 2018 é examinada em detalhes e, a partir dela, são analisadas as disputas políticas e sua expressão na sociedade, principalmente diante da escalada avassaladora do pensamento conservador refletido na candidatura de Jair Bolsonaro à presidência naquele ano. Para além das tensões do tempo presente, o capítulo cumpre a tarefa de trazer à tona a história do município de Duque de Caxias a partir das transformações que ele sofreu entre as décadas de 1950 e 1980, mas tendo as décadas do meio (1960 e 1970) como o centro de sua atenção, pois é a partir delas que algumas análises estratégicas são feitas a partir da sincronicidade com a história política nacional, a saber, a maior parte dos anos da ditadura civil-militar. Assim, temas como o surto do progresso na cidade, as ondas migratórias, a política de loteamento no município e a construção da ideia de Caxias como cidade-dormitório ganham espaço neste capítulo. Também é nele que o conceito de cultura histórica é abordado a partir de sua relação com a dimensão da memória.

Ainda neste capítulo, em que a história de Caxias foi colocada em perspectiva estadual e nacional, um de seus episódios mais marcantes será estudado como ponto de inflexão para a análise dos significados da ditadura civil-militar para os trabalhadores da cidade – o saque de 1962 – ocorrido dois anos antes do golpe que abriu as portas para os governos militares. Conhecido como “quebra-quebra”, o saque de 1962 esteve e está ainda profundamente enraizado nas memórias dos moradores da cidade, especialmente entre os trabalhadores e os comerciantes do município. O estudo do saque de Caxias foi minuciosamente situado dentro do quadro de crise do Estado do Rio de Janeiro iniciado a partir dos anos 1950 e examinado em detalhes, considerando os desdobramentos do próprio dia 5 de julho de 1962 a partir de jornais e revistas da época. Justifica-se, neste capítulo, a expressão “nostalgia da ordem” adotada nesta tese como título. A ideia tem a ver com a construção do imaginário da ordem na cidade. Nesse sentido, o capítulo investigará como Caxias refletiu, expressou ou se apropriou da dinâmica que instaurou e manteve os generais no poder durante a ditadura iniciada a partir de 1964. As disputadas eleitorais locais, as alianças entre os líderes políticos e grandes nomes da política nacional,

os atos institucionais e as alterações que eles trouxeram ao município dão o tom da parte final do segundo capítulo desta tese.

E o terceiro capítulo será constituído das reflexões decorrentes das narrativas obtidas com o estudo de caso realizado durante a fase final da pesquisa. O estudo de caso se mostrou a metodologia mais eficiente e adequada diante das circunstâncias em que se deu a pesquisa, ainda durante a fase mais restritiva da pandemia. O estudo envolveu a realização de encontros presenciais com 6 trabalhadores caxienses[4]. Tais encontros foram guiados por um roteiro que buscou se concentrar na vida pessoal e laboral de cada trabalhador, bem como nas interlocuções possíveis com o episódio da ditadura civil-militar. Além do roteiro propriamente dito, as conversas que resultaram nas narrativas aqui analisadas foram desenvolvidas com um material de apoio composto de *cards* com palavras-chave e por reproduções de imagens clássicas sobre a ditadura civil-militar e de matérias jornalísticas sobre a cidade de Duque de Caxias[5].

A seleção das personagens para este estudo de caso preservou o seu anonimato e levou em consideração a possibilidade de investigação de suas memórias e da conexão entre elas e o passado da cidade. Para tanto, foram erigidos alguns critérios que, do ponto de vista metodológico, atenderiam as necessidades desta pesquisa: todos os nomes selecionados neste trabalho são pseudônimos; referem-se a trabalhadores que tinham pelo menos 51 anos no 1º semestre de 2021; estavam inseridos no mercado de trabalho entre 1964 e 1985; e eram, durante este período, moradores de Caxias. Essa seleção foi realizada a partir de um formulário eletrônico (Google Formulários) disparado nas redes sociais e a partir de grupos virtuais de mensagens, tendo alcançado a marca de 72 respondentes, dos quais apenas 6 foram selecionados mediante critérios de diversidade etária, profissional, de classe, de cor e de gênero. Ao longo do capítulo, discorrer-se-á sobre os critérios metodológicos que fundamentaram a seleção dos trabalhadores e a forja de suas biografias. A apresentação dessas biografias foi a saída metodológica para discorrer sobre as personagens selecionadas, preservar o seu anonimato e analisar as suas

---

[4] Ao aludir a trabalhadores caxienses, é preciso esclarecer que o gentílico, neste caso, não identifica propriamente o local de nascimento das pessoas às quais se refere; tratamos como caxienses aqueles e aquelas que se tornaram parte da cidade e participaram, através de suas histórias de vida, da construção de Caxias como município, tendo elas nascido ali ou migrado para lá em algum momento de suas vidas.

[5] Para maiores informações sobre o roteiro e o material de apoio, ver ANEXOS.

narrativas. As biografias cumprem o objetivo de trazer para o corpo da tese a vida desses sujeitos caxienses. Através delas, o diálogo com o campo conceitual trabalhado ao longo de toda a tese será promovido na esperança de que essas linhas tragam alguma contribuição significativa para a história da cidade. Eis um convite sincero e repleto da esperança de que este propósito seja alcançado.

# 1. DA EFERVESCÊNCIA DO PRESENTE À NOSTALGIA DO PASSADO: IMBRICAÇÕES TEÓRICAS SOBRE O TEMPO

> Daí, para a genealogia, um indispensável demorar-se: marcar a singularidade dos acontecimentos, longe de toda finalidade monótona; espreitá-los lá onde menos se os esperava e naquilo que é tido como não possuindo história – os sentimentos, o amor, a consciência, os instintos; apreender seu retorno não para traçar a curva lenta de uma evolução, mas para reencontrar as diferentes cenas onde elas desempenharam papéis distintos; e até definir o ponto de sua lacuna, o momento em que eles não aconteceram (...)".
>
> Michel Foucault[6]

## 1.1. A contingências de um tempo incendiário: as pautas conservadoras e a eleição de 2018

Desde que esta pesquisa começou a ser realizada, os motivos primeiros que nortearam esta investigação têm passado pelo incômodo gerado pelas lacunas entre a história local do município de Duque de Caxias e uma historiografia geral, de viés mais institucionalizado, atrelado à construção da história política do Brasil. É importante marcar este descompasso porque ele foi a matriz dos caminhos pelos quais a pesquisa passou, seus muitos becos sem saída, seus revezes, e seus oásis. A pesquisa começou tendo a ditadura como pano de fundo e enveredou pelos caminhos do ensino da história e da memória em Duque de Caxias.

A trajetória desta pesquisa, com suas idas e vindas, figura para mim como imprescindível na busca de sentido do fazer historiográfico. Num exercício de viés meta-histórico, incorporo a história mesma desta investigação nesta exposição inicial, porque ela é produto das provocações do tempo presente, especialmente desses anos últimos em que a suspensão da lógica do tempo parece dar o tom da vida, e porque, afinal de contas,

---

6 FOUCAULT, Michel. "Nietzsche, a genealogia e a história", 1992. p. 15. / FOUCAULT, Michel. "Nietzsche, la généalogie, l'histoire", 1994, p. 136.

o ofício historiográfico prevê a autorreflexão. Refletir sobre a história do estudo tem a ver também com os trânsitos entre sujeito e objeto de pesquisa. No nosso caso, os lugares que passado e presente podem ocupar nesse trânsito entre subjetividade e objetividade. As flamas de um presente incendiário que impulsionaram o olhar historiográfico para o passado – a partir da constatação (e da consternação) em relação a apropriações, no mínimo, curiosas, sobre o passado recente da história do Brasil (sobretudo no apagar das luzes das disputas eleitorais de 2018) – levaram-me ao interesse em investigar como se têm construído as memórias em relação à ditadura no país; precisamente, no município de Duque de Caxias, que é onde nasci e me criei (novamente observo os trânsitos entre objetividade e subjetividade na pesquisa).

Escolhi um excerto de Michel Foucault como epígrafe deste capítulo introdutório porque me sinto contemplado nele quando percorro o caminho que me levou das flamas daquele presente incendiário à pesquisa da memória da ditadura na cidade de Duque de Caxias. A abordagem genealógica do filósofo francês, à medida que se propõe a restaurar o histórico das relações de poder, me impulsiona e instiga a efetivamente produzir uma pesquisa histórica. A busca da origem dessas relações, dos acontecimentos, dos eventos políticos, das práticas de controle continuamente perpetuadas, em suma, a origem do mundo tal como ele se apresenta, hoje, representa, para mim, um desafio com um sentido diferente. E aqui, entendo as contingências de um país às vésperas do pleito presidencial de 2018 absolutamente relacionadas à e inseridas na composição desse presente incendiário. A compreensão, dentro da perspectiva genealógica foucaultiana, das origens deste presente, assume um significado não apenas diferente, mas oposto à ideia das fundações originais, dos marcos fundadores que atestam com certezas fixas o ponto inicial do mundo tal como ele é. Esses marcos fundadores que congelam as contingências, que eliminam os processos, que ignoram as rupturas e essencializam os agentes políticos por meio de uma continuidade sem fim de suas identidades, acabam por transformar sujeitos históricos em sujeitos essenciais, estereotipados com rótulos limitadores e incompletos.

Por isso, não vejo outra forma de pensar a população de Duque de Caxias hoje senão pela ruptura desses rótulos. Para mim, urge pensar na memória que esta população herda e professa em relação à ditadura. Não porque ela seja capaz de explicar o meu presente incendiário como um todo – e nem tenho (mais) tal ambição – mas porque, de

alguma forma, esse presente se construiu tecendo relações com aquilo que se lembra e com o que se esquece da ditadura naquele município. Por isso, eu acredito que com minha pesquisa tenho buscado fazer algo similar à genealogia foucaultiana. Ouso dizer que me pretendo debruçar genealogicamente no passado do município que me formou como sujeito, Duque de Caxias, a despeito de não ter no filósofo francês a base teórica que me guia na escrita desta tese. Recorro ao passado da cidade motivado pelo presente, mas direcionando minha pesquisa, genealogicamente, para compreender melhor a cultura histórica do município de Duque de Caxias.

## 1.2. À luz da teoria: a cultura histórica como chave de leitura para a compreensão de um tempo

O conceito de cultura histórica tem sido desenvolvido e mobilizado desde os anos 1980 e 1990 por nomes importantes e referenciais nas discussões da teoria da história, como Jacques Le Goff, Bernard Guenée e Jörn Rüsen. É especialmente sobre este último que me amparo para desenvolver minha reflexão sobre o conceito de cultura histórica nesta pesquisa.

Segundo Rüsen (2010), a cultura histórica é "o campo em que os potenciais de racionalidade do pensamento histórico atuam na vida prática", ou seja, "o campo da interpretação do mundo e de si mesmo, pelo ser humano, no qual devem efetivar-se as operações de constituição do sentido da experiência no tempo, determinantes da consciência histórica humana" (p.121). A visão que uma determinada sociedade, de quaisquer tempos ou espaços, possui sobre seu próprio passado, é resultado de fatores muito diversos, os quais produzem um conjunto igualmente variado de imagens, idealizações, projeções e conclusões a respeito do tempo que passou e que também atuam de forma dinâmica para dar sentido ao tempo em que se está, o presente (GONTIJO, 2014). O passado de um povo, de um grupo, de uma nação, de um coletivo específico, é compreendido a partir dessa diversidade de forças que atuam para atribuir sentido ao presente. Para frustração (ou nem tanto) dos historiadores profissionais, a matéria-prima da história, que é o tempo da experiência humana (com destaque para o tempo passado),

não é compreendida e significada pelos grupos sociais exclusivamente a partir dos poderes notabilíssimos da pesquisa historiográfica. Cada grupo, sociedade, povo, constrói seu olhar para o passado a partir daquele emaranhado de fatores de origens diversificadas. É ao produto desse conjunto imbricado de forças construtivas do passado e orientadoras do presente que Rüsen chama de cultura histórica.

Para compreender o conceito, é importante levar em consideração as três[7] dimensões de que é constituído (RÜSEN, 2010, p. 122-123). A primeira delas é a dimensão cognitiva. Esta é a dimensão que orienta as impressões sobre o passado a partir do rigor científico que se quer mediador das questões relacionadas à memória histórica. Trata-se do saber histórico propriamente dito, que forma e performa uma determinada visão sobre o passado para e/ou de uma sociedade ou um grupo, a partir do dispositivo da verdade. Esta dimensão não caminha sozinha – daí a anedota em relação à possível frustração dos historiadores profissionais – na construção de uma visão sobre o passado. Ela coexiste com duas outras dimensões. A cultura histórica de uma comunidade, a partir da dimensão cognitiva, pode ser construída pelo ensino de história nas escolas, pelo livro didático, pelo debate fomentado nas universidades e os impactos que eles geral na sociedade, pela produção de livros e revistas de história, pelos institutos históricos e espaços de memória de um município ou instituição, entre outros.

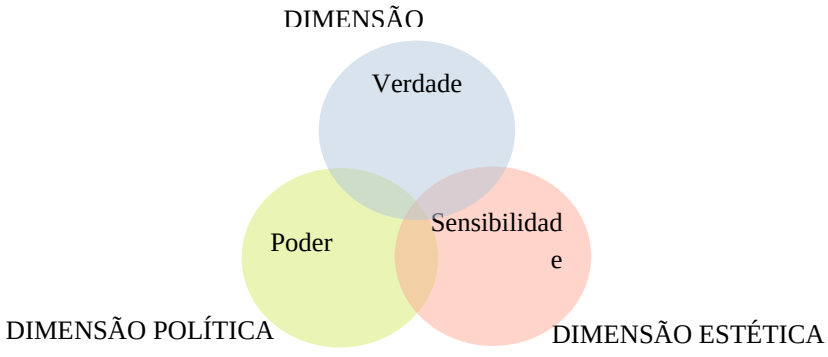
A segunda dimensão da cultura histórica é a dimensão política. Ela é aquela cuja razão assegura a validade de dominação e de poder, e que orienta o presente a partir da perspectiva da legitimidade. A dimensão política da cultura histórica está relacionada ao princípio da legitimação jurídica e ao sistema de direitos do homem e do cidadão. Uma comunidade específica poderá ter uma cultura histórica alicerçada na dimensão política quando este passado é explicado e/ou ensinado a partir de dispositivos do poder, como podemos ver nos hinos oficiais dos municípios, nos discursos políticos, na filiação partidária e no funcionamento dos partidos, no estabelecimento de vínculos com base em tradições familiares, como o casamento ou a circuncisão, na promoção ou negação do

[7] A bem da verdade, o conceito de cultura histórica a partir de Rüsen passou a ser compreendido não apenas a partir de três, mas de cinco dimensões, sendo a quarta e a quinta aquelas atreladas respectivamente à moral e à religião – posteriormente abordadas pelo teórico (RÜSEN, 2015). Para esta tese, especificamente, optou-se por não abordar as duas últimas, pois a produção bibliográfica sobre elas ainda não é tão robusta quanto a que, há bem mais tempo, tem se debruçado sobre as dimensões cognitiva, política e estética.

direito baseada em preceitos da legislação vigente ou mesmo em práticas coronelistas. Sempre que o poder, em toda a sua expressão, recorre ao passado para justificar e/ou legitimar o presente, aí está se expressando a cultura histórica através de sua dimensão política.

Finalmente, a terceira dimensão é a estética. Ela está associada aos princípios da apresentação formal, a qual promove a eficácia da primeira dimensão, a da ciência, e colabora para que se enraíze a segunda dimensão, a do poder. A dimensão estética, em relação às outras duas, é marcada pela autonomia de si enquanto fator constitutivo do sentido narrativo e encontra ecos no campo da arte e da religião enquanto conhecimento que molda o passado e orienta o presente. A dimensão estética se dá no estilo de uma fotografia que remonta ao passado, na letra de um samba-enredo ou no próprio desfile da escola de samba, na disposição das peças em uma exposição em um museu, na retórica e na oratória de uma apresentação pública de um político ou de um professor, nas séries televisivas sobre a época da colonização, no cinema com seus filmes de guerra, ou ainda nos *games* ambientados num cenário medieval. A dimensão estética não é meramente ilustrativa (apesar de comumente ser vista como tal), mas traz em si um valor que participa ontologicamente do sentido de passado que ela comunica.

**FIGURA 1 – As dimensões da cultura histórica**



Jörn Rüsen (2010) busca avaliar de que forma essas três dimensões se relacionam (p. 122). Aliás, o fato de que se relacionam já é, em si, fator a ser considerado. A cultura histórica existe a partir desta interação, não necessariamente de forma isonômica, mas obrigatoriamente com conexões. A forma como se dão essas conexões é que será objeto de problematização do teórico alemão. Sua questão precisamente está em apresentar como as dimensões política e estética da cultura histórica se articulam com a cognitiva.

Não pretendo aqui, por enquanto, esmiuçar a apresentação de Rüsen sobre essa articulação das dimensões política e estética com a cognitiva. Mas sublinhar que, para o autor, é uma tendência natural e espontânea que haja uma instrumentalização mútua do saber científico tanto com os argumentos políticos quanto com os aparatos estéticos. Os jogos de instrumentalização entre as três dimensões da cultura histórica suscitam a reflexão sobre o fato de que o passado sobre o qual se ancoram as dimensões da cultura histórica será sempre produto de disputas (conscientes ou não). O passado enquanto conhecimento de uma comunidade sobre si sempre será um conjunto de saberes que se duelam e se equacionam a partir das disputas de sentido entre os campos da ciência, do poder e da sensibilidade. O que sabemos sobre nós, isto é, sobre o passado que nos constitui no presente, enquanto coletivo, é fruto das conexões entre o poder e as ideias políticas, o universo do sensível e as formas estéticas, e suas imbricações com a ciência e seus aparatos cognitivos. Os sentidos que a consciência histórica implica à vida prática, a partir do princípio da orientação, serão necessariamente atravessados pelas memórias dos sujeitos – seja por meio de lembranças ou através dos esquecimentos – as quais são materializadas nas narrativas, elas mesmas constituídas de razão, uma razão para esses mesmos sujeitos que dela se valem para o (re)conhecimento do mundo e de si mesmos.

## 1.3. A narrativa como recheio: considerações teóricas sobre memória e história

A narrativa sempre foi parte do discurso histórico, pelo menos até a metade do século XX, tendo se configurado em modalidade ideal de discurso nos dois séculos que

antecederam essa virada de perspectiva. Em que consistia a narrativa, afinal? Lawrence Stone (1991) explica que:

> A narrativa aqui designa a organização de materiais numa ordem de sequência cronológica e a concentração do conteúdo numa única estória coerente, embora possuindo sub-tramas. A história narrativa se distingue da história estrutural por dois aspectos essenciais: sua disposição é mais descritiva do que analítica, e seu enfoque central diz respeito ao homem, e não às circunstâncias.

Se Tucídides tinha como tema de sua narrativa a Guerra do Peloponeso, ou se a de Troia era a tema da de Homero, a partir da chamada "história nova", a narrativa adquiriu um sentido negativo para a história. Depreciada, coube servir ao campo da literatura, rejeitada pela ciência histórica, que a esta altura estava mais empenhada em afirmar-se diante das demais ciências – sociais, exatas, jurídicas, biológicas – buscando um padrão de investigação do processo histórico que investisse nos problemas sociais e na complexidade da economia do que, propriamente, numa história encerrada em personagens individuais ou enredos limitados no tempo e no espaço. A preocupação com os recursos estilísticos e estéticos, característicos da escrita narrativa, eram vistos como aparatos de menor valor diante das disputas pelo saber científico. Por outro lado, a narrativa pressupõe um certo alinhamento cronológico contra o qual uma maioria de historiadores estava bastante disposta a lutar contra, posto que este alinhamento refletia o modo positivista de lidar com o tempo e os fatos, oriundo da Escola Metódica, o que se cria haver superado.

> Além disso, naquela época, os historiadores se encontravam sob a forte influência tanto da ideologia marxista, quanto da metodologia das ciências sociais. Por decorrência, estavam interessados em sociedades, e não em indivíduos, e confiavam que se poderia chegar a uma "a história científica" que, com o tempo, criaria leis generalizadas para explicar a transformação histórica (STONE, 1991).

O historiador Lawrence Stone salienta que todo o referencial no campo científico característico das aspirações da modernidade – de Ranke ao modelo marxista, do estruturalismo à história quantitativa – produziu inúmeras e valiosas contribuições para a

historiografia. Porém, nenhum deles logrou êxito em solucionar em definitivo os dilemas e os problemas enfrentados pela história. Segundo Stone, "supunham que finalmente se apresentariam soluções inflexíveis para questões até o momento tão desconcertantes, como as causas das 'grandes revoluções'", considerando os desenvolvimentos intelectuais, culturais e religiosos como meros arranhões na estrutura social. A alta expectativa de que a história tivesse os seus próprios meios, seus próprios métodos, seus próprios esquemas, confrontou-se, com frequência, com a frustração decorrente dos limites dados por abordagens que se amparavam em sistemas lógicos e ordenados demais.

A perda de vitalidade do referencial marxista na historiografia (apesar de nomes como E. P. Thompson despontarem como referenciais), em certo sentido, caminhou na mesma direção do que Guilherme Pereira das Neves[8] considerou como o "calcanhar de Aquiles" da Escola dos *Annales*, isto é, ao se constituir enquanto ciência especializada, a história se distanciou do público para o qual estava antes destinada, quando inicialmente pensada como disciplina da Modernidade, ou seja, o saber que substituiria a lacuna antes ocupada pela religião como instrumento de orientação, acarretando uma certa crise de identidade na disciplina. Lawrence Stone aborda este tema ao abordar a cisão entre a história social e a história intelectual.

Entretanto, a crise identitária dos estudos historiográficos foi acompanhada de uma aproximação da ciência histórica com outras disciplinas, em especial a antropologia e a linguística. Este encontro foi fundamental para que a disciplina se libertasse da busca de autoafirmação enquanto ciência a partir de métodos autóctones de investigação. Com isso, referenciais de outros campos do conhecimento possibilitaram à história a descoberta das sensibilidades, das emoções, dos comportamentos, das subjetividades. Deste encontro nasceu a possibilidade de abertura para a psicologia dos sujeitos históricos, para a história cultural, para a micro-história e para o entendimento da linguagem enquanto chave do conhecimento histórico, mas, mais que isto, enquanto chave da própria condição humana. Ou, como sustenta Émile Benveniste (2005, p. 284-293)[9], "é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito; porque só a

---

8NEVES, Guilherme Pereira das. **História, teoria e variações.** Rio de Janeiro: Contracapa, 2011, p. 98.
9BENVENISTE, Émile. "Da subjetividade na linguagem". In: **Problemas da Linguística Geral I.** 5a ed. Campinas: Pontes Editores, 2005, p. 284-293.

linguagem fundamenta na realidade, na sua realidade que é a do ser, o conceito de 'ego'"(p. 286). O que entra no jogo da história – e que também estava em transformação nas demais ciências sociais, é preciso dizer – é uma reformulação da forma de olhar para si e para o mundo, uma reestruturação da dialética entre o "eu" e o "nós", ou entre o indivíduo e a sociedade. Não há como negar que o estreitamento com a antropologia esteve intimamente ligado a esta maneira de entender o mundo e a si mesmo, sujeito e objeto, pesquisador e fonte, presente e passado. Se "eu" existo porque me comunico com "tu" ou com "nós", então a comunicação não é acessória, senão a condição mesma para que "eu" exista, para que "eles" existam.

O despertar pelo interesse e o reconhecimento da linguagem como categoria essencial da condição humana e, portanto, inerente ao processo de investigação histórica ficou conhecido como giro linguístico. O termo compreende, em sentido estrito, as teorias segundo as quais os problemas filosóficos podem ser resolvidos ou elucidados através de uma melhor compreensão da linguagem que os anuncia. Em sentido lato, o termo se refere ao fato de que o nosso conhecimento de mundo não é factual, mas linguístico em seu caráter[10].

> Os historiadores que incorporaram os debates sobre o giro linguístico à escrita da história argumentavam que a linguagem não era somente uma modalidade de comunicação, mas a própria possibilidade de conhecimento histórico. (...). Isso significa (…) que os fatos sociais de uma sociedade devem ser decifrados por referência ao seu código linguístico, um código composto de uma estrutura de significados, cuja relação entre eles é arbitrária (...) (AVELAR, GONÇALVES, 2016, p. 64-66).

Os efeitos da incorporação dos debates sobre o giro linguístico propiciaram aos historiadores a percepção da natureza contingente, histórica e condicionada de seus relatos, assim como anunciaram a dimensão ficcional da narrativa histórica. Não se trata – como se fez supor quando das primeiras críticas aos estudos de Hayden White – de transformar a história em ficção. Trata-se de reconhecer que existe uma propriedade ficcional na narrativa histórica – posto que é narrativa – e, ao mesmo tempo, compreender

---

10AVELAR, A. e GONÇALVES, M. "Giro linguístico e escrita da história nos séculos XX e XXI". In: MEDEIROS, B. F. et. al. (Orgs.). **Teoria e historiografia: debates contemporâneos**. 2016. pp. 57-78.

que a dimensão narrativa da história é inseparável da aprendizagem da disciplina em si e de sua cientificidade.

A cientificidade da história atrelada ao papel da narrativa e, portanto, da linguagem, tem sido objeto de estudo de Jörn Rüsen, em diálogo com a vasta produção de Paul Ricoeur no campo da narratividade. Em *Razão Histórica*[11], o historiador alemão sustenta que o retorno da narrativa à história só foi possível na medida em que ela obteve o reconhecimento de uma função dentro do pensamento histórico. Assim, tornou-se fundamental que ela fosse legitimada cientificamente enquanto uma operação mental de constituição de sentido[12]. A legitimação da narrativa histórica enquanto categoria de sentido obedeceria quatro critérios: a *percepção* da contingência e da diferença no tempo; a *interpretação* daquilo que foi percebido através do processo de articulação narrativa; a *orientação* da vida prática, resultante dos modelos de interpretação produzidos na etapa anterior; e a *motivação* do agir dos sujeitos que protagonizam uma determinada experiência narrativa[13].

Os estudos de Jörn Rüsen apontam para a importância da atribuição de sentido à história por parte dos sujeitos que a interpretam por meio da articulação narrativa. A ideia de sentido, que indubitavelmente está atrelada à vida prática desses sujeitos, é chave para a lida dos estudos históricos com a questão das sensibilidades, das emoções, dos afetos e, portanto, das subjetividades. Na trilha aberta pelos debates sobre o giro linguístico, Beatriz Sarlo desenvolve o conceito de "guinada subjetiva", "utilizando-o como chave problematizadora do nosso gosto atual pela 'reivindicação de uma dimensão subjetiva' e pela 'revalorização da primeira pessoa como ponte de vista', com o foco na 'identidade dos sujeitos' em lugar das 'estruturas', manifestas na expansão da história oral e do testemunho"[14]. Reconhecendo a importância e a legitimidade dos testemunhos, a autora considera igualmente importante a ponderação em relação aos excessos de subjetividade, alertando para o risco de facilmente se associar a verdade de alguém tão somente por sua memória pessoal.

---

11RÜSEN, Jörn. **Razão histórica: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica.** Brasília: Editora UnB, 2010.
12RÜSEN, J. Op. cit. p. 154.
13Idem. pp. 155-156.
14AVELAR, A. e GONÇALVES, M. Op. cit. p.70.

## 1.4. Memória e testemunho

Nas décadas de 1980 e 1990, a produção historiográfica assistiu a uma profusão de produção científica tendo a memória como tema principal. Não apenas a produção historiográfica, em si, mas a própria sociedade civil testemunhou a febre da busca memorial, da musealização das experiências humanas, da patrimonialização da cultura material. A onda memorialista não foi uma fresta ou um acaso da historiografia; antes, alinha-se ao que já foi exposto neste estudo a respeito dos muitos sentidos atribuídos ao século XX, mas especialmente aquele que se dirige a ele como o século de crises. Crise humanitária, que se diga.

O sangue, a extradição, o exílio, a guerra e a morte abalaram as certezas e a confiança em um futuro promissor e promotor da felicidade. As cidades destruídas, as vidas apagadas e a negação de direito ao próprio corpo decrépito e inerte formaram gerações traumatizadas com o passado. Decorre daí dois movimentos: um, o esforço de reconstrução (da vida, da família, do emprego, das cidades, da arquitetura); outro – decorrente da necessidade do primeiro – o apagamento do passado por meio dos esquecimentos, dos silêncios ou da negação. Esses dois movimentos não são necessariamente sucessivos e nem excludentes entre si.

Joël Candau (2014) aborda os dois movimentos em momentos distintos. O historiador argumenta que "a memória dos mortos é um recurso essencial para a identidade" (p. 145), fazendo supor que manter a memória sobre um passado traumático possa ser fundamental para a reconstrução da vida cotidiana (primeiro movimento). Por outro lado, afirma que "quando se perde a felicidade, a memória dessa perda pode ser tão dolorosa que o esquecimento vem ajudar aquele que sofre" (segundo movimento), sendo este "a condição indispensável para seguir adiante, inovar, reconstruir" (p. 128).

Seja como for, o que é inegável é que os impactos dos conflitos que ocasionaram diversos traumas ao longo do século XX, estão tão ligados à formação das identidades das gerações seguintes quanto à própria identidade do conhecimento histórico, que se vê obrigado a reformular sua forma de olhar o tempo, identificando no passado os futuros

projetados, e comparando com os presentes que foram, ao longo do tempo, sendo construídos/destruídos. O século XX foi crucial para que a história rompesse com a conexão absolutamente lógica e presumida entre passado, presente e futuro. Os sonhos, destruídos ou transformados pela radiatividade de Hiroshima ou pela queda do muro de Berlim, não se concretizaram tal como sonhados, restando às gerações que se seguiram a eles o esforço identitário de se ligarem ao passado através da memória, por meio dos relatos, do compartilhamento de lembranças ou tão somente pelos silêncios compartilhados e necessários para suportar a dor.

Quem é capaz de mensurar a dor da perda do filho em uma guerra? Quem é capaz de dimensionar a vergonha de ter escapado de um campo de concentração? Quem é capaz de compreender a imperdoável experiência de ter sobrevivido? A onda memorialista que ganhou força na historiografia conforme os traumas se estabelecessem, está ligada não apenas às identidades dos sujeitos, mas ao papel deles enquanto testemunhas oculares, ou descendentes delas, do tempo que passou[15]. A memória, porque é viva e sanguínea, projetou-se enquanto prosopopeia, dando vida aos mortos[16], enquanto a história buscava equilibrar sobre si o peso da busca da objetividade e da cientificidade. Fria, não era capaz de dar conta da verdade da dor. Dores subjetivas, individuais e coletivas, experiências humanas que as grandes sequências numéricas de uma história quantitativa empenhada em produzir gráficos e fórmulas matemáticas ininteligíveis jamais puderam contemplar.

Contudo, se a memória é aliada da história, esta aliança não é feita senão com as rivalidades inerentes à posição que ocupam enquanto irmãs uma da outra. Beatriz Sarlo, nas palavras de Alexandre Avelar e Marcia Gonçalves, atentando para a concorrência entre história e memória, alerta para o "perigo de um subjetivismo de marcas individualistas, que pouco se debruça sobre a complexidade histórica das experiências traumáticas de muitos, e para o esquecimento teórico de que toda subjetividade (...) é

15Joël Candau trata esta questão através do conceito de "memória geracional", entendida também como uma memória de fundaçao que tem seu lugar no jogo identitário (CANDAU, p. 142).
16Segundo Candau, "todo indivíduo morto pode converter-se em um objeto de memória e identidade" (p. 143). O conceito de prosopopeia aliado à memória é um recurso utilizado pelo autor, que se apropria da figura de linguagem para referenciar a vitalidade e a importância do passado e dos mortos na (con)formação dos que estão vivos.

histórica e relacional". De igual modo, o historiador François Hartog é assertivo ao afirmar que:

> A testemunha de hoje em dia é uma vítima ou o descendente de uma vítima. Esse estatuto de vítima serve de suporte à sua autoridade e alimenta a espécie de temor reverente que, às vezes, a acompanha. Daí o risco de uma confusão entre autenticidade e verdade ou, pior ainda, de uma identificação da segunda com a primeira, no momento em que deveria ser mantida a separação entre a veracidade e a confiabilidade, por um lado, e, por outro, a verdade e a prova (AVELAR, GONÇALVES, 2016, p. 227).

Fernando Catroga[17] recupera os estudos de Joël Candau destacando a grande contribuição deste último no campo da memória. Aquele historiador português sublinha a importância de Candau na relação tecida entre a memória e a construção de identidades sociais e pessoais, sobretudo através da forma como em sua obra ele categoriza/decompõe a memória: a proto-memória, a memória propriamente dita (memória de evocação) e a metamemória. Cabe avançar um pouco mais a partir da interseção entre Candau e Catroga para depois discorrer sobre outras contribuições deste último.

A proto-memória seria algo de natureza quase irracional – a memória social incorporada – um tanto próxima ao conceito de *habitus* de Pierre Bourdieu; diz-se daquele tipo de memória que é acionada sem muita preocupação ou intencionalidade, quase que por instinto, tamanha a internalização de determinados hábitos na cultura onde grupos ou sujeitos estão inseridos: a forma como se pega os talheres, como se toma um transporte público ou como se escreve ou lê um texto, de maneira que a leitura e a escrita simplesmente fluem (e não consta que qualquer pessoa letrada em sua própria língua examine sílaba a sílaba, ou ainda palavra por palavra, a fim de buscar seu sentido isolado). Catroga lê esse tipo de memória a partir de um quê de passividade, e associa ao que os gregos chamariam de *mneme* (p. 15). Os outros dois tipos, por sua vez, estariam no campo da *anamneme*, porque são fruto de uma procura intencional e ativa de recordações. A memória propriamente dita, o segundo tipo, significando a evocação ou a recordação voluntária, as quais podem ser estendidas e materializadas em saberes como a literatura,

---

[17] CATROGA, Fernando. **Memória, história e historiografia.** Editora Quarteto, 2001.

as religiões e as cerimônias militares. O terceiro tipo, a metamemória, é menos espontâneo que os dois tipos anteriores; trata-se daquele tipo de memória que se associa mais diretamente à construção das identidades. É quando se tenta representar a lembrança, quando se recorda para se atribuir um sentido atual àquilo que é recordado. Essas três dimensões da memória não são isoladas, mas se atravessam mutuamente, de forma que se materializam a partir do momento em que os indivíduos se constituem enquanto sujeitos, isto é, quando suas identidades são formadas, informadas e reformadas. Então parece importante compreender que as memórias individuais são, portanto, um compilado de muitas dimensões da própria memória arranjadas de forma tal que possam apresentar ao mundo um sujeito único e, ao mesmo tempo, associado a grupos de afinidade com os quais se identifica por inúmeras razões. Nesta tese há um esforço de trabalho com memórias individuais de determinados sujeitos escolhidos de acordo com um determinado perfil social. Vale considerar a citação de Catroga:

> A memória individual é formada pela coexistência tensional e nem sempre pacífica, de várias memórias (pessoais, familiares, grupais, regionais, nacionais etc.) em permanente construção devido à incessante mudança do presente em passado e as consequentes alterações ocorridas no campo das representações do pretérito (CATROGA, 2016, p. 16).

Nesse sentido, este trabalho vai ao encontro do pensamento de Fernando Catroga, quando este caracteriza a memória a partir dessa profunda relação existente entre suas muitas camadas, isto é, como uma grandeza heterogênea e fluida, que se forma e se transforma à medida que o tempo passa e à medida em que as memórias individuais encontram outras memórias individuais, ou grupais, ou coletivas. A identidade dos sujeitos não é um processo que se dá apenas e voluntariamente pelo desejo egóico do sujeito que se pretende constituir como tal, mas “a consciência do eu se constrói em correlação com camadas memorias adquiridas, [as quais] só se formam a partir de narrações contadas por outros” (p. 18), o que implica que a memória, necessariamente, seja um processo interrelacional. Além disso, trata-se de um processo tanto retrospectivo quando prospectivo, conforme já anunciara Reinhardt Koselleck ao discorrer sobre os conceitos de espaço de experiência e horizonte de expectativa, como bem nos lembra o

historiador português, de cujo balanço emerge a noção de *projeto* (p. 20), que é justamente esse processo de formação em que o eu de cada sujeito, enquanto fabrica a si próprio, estabelece relações com os valores da sociedade, dos grupos, de outros indivíduos, e também com o seu próprio passado, mobilizando o tempo todo passado e futuro para construir o presente no qual ele está inserido.

Ora, todo projeto é constituído de escolhas, de opções, de caminhos. No caso do projeto de si, nem sempre essas escolhas são feitas conscientemente, porque os dispositivos que operam a memória possuem muitas dimensões que transbordam o universo da consciência plena. Independente do grau de consciência com o qual determinadas escolhas são estabelecidas, elas serão fundamentais para situar quem é o sujeito naquele tempo presente. Não precisam ser escolhas eternas e nem fixas. Podem durar muito ou pouco tempo, podem ser contraditórias, podem nem sequer encontrar lastro na cronologia, no fato histórico, na verdade divinizada por tantos saberes. Isto porque a memória é um processo incrivelmente passional, sanguíneo e sensível. Catroga concordaria, pois ele também entende que a memória "não é um armazém que, por acumulação, recolha todos os acontecimentos vividos por cada indivíduo, um mero registo; mas é retenção afetiva e "quente" do passado feita dentro da tensão tridimensional do tempo" (p. 20).

E o que não é escolhido? E o que fazer da opção que não é selecionada? Quando a memória reivindica a recordação no processo de constituição do projeto do eu, brechas são criadas, vazios são estabelecidos, lacunas brotam aos montes, e a essas brechas, vazios e lacunas chamamos de esquecimento. Eles não são uma falha da memória, são parte dela. Toda escolha implica uma desistência. Aquilo que é esquecido vai sendo preenchido, completado, unificado, como duas pontas de dois novelos distintos que são costuradas como se pertencessem ao mesmo emaranhado de fios, e à essa reconexão, a essa costura, a esse enlace, chamamos recordação. Recordar é, como diria Catroga (p. 21) é domesticar o aleatório, o casual, os fragmentos e as brechas. Recordar é fabricar roteiro, é ficcionar o real e realizar a ficção, porque as fronteiras entre o real e o ficcional se derretem e se misturam no calor da memória "quente". É prever ao contrário. É enxertar o vazio estéril. Pois que o vazio, em si mesmo, não constrói o eu, não possui valor e não produz sentido,

mas a forma como se resolve o vazio, sim, isto transforma toda a história (ou toda a memória, para fazer jus ao tema). Ou, nas palavras do historiador,

> [...] a mesmidade do eu tende a preencher os vazios da amnésia, como se o percurso autobiográfico fosse um *continuum*, cuja coerência existencial unifica os buracos negros da caminhada, isto é, como se [...] cada indivíduo transportasse em si o cumprimento de uma vocação específica (CATROGA, 2016, p. 21).

Por fim, resta trazer à concretude as potencialidades da memória. Nesse sentido, o historiador é cauteloso ao estabelecer os limites entre o ato de recordar e o ato de imaginar. Afinal, se a recordação se dá no calor da paixão, então pode-se recordar qualquer coisa? Existiriam, ao fim das contas, fronteiras entre o imanente e o etéreo, o recordado e o imaginado, a memória e a fantasia? Onde termina o real e onde começa a ficção? Pois bem, se a representação estética que constitui os atos imaginativos se permite ter ou não algum tipo de referência do ponto de vista da história humana, o ato de recordar pressupõe se submeter ao *princípio da realidade* (p. 22), ou seja, é necessário que a memória se vista do possível. A recordação, ainda que preencha lacunas ou as ignore, precisa unir as duas pontas do novelo. É preciso haver novelo. É preciso fio, tessitura, estrutura (narrativa, social etc.), sobre os quais a identidade do eu se sustentará.

Caberá à história um outro papel, distinto daquele de que se ocupa a memória. Para esta tese, que é um trabalho de história, as memórias são preciosíssimas. Mas elas, sozinhas, não são história. Mas também estão longe de serem inimigas. Nas narrativas de si, não faltarão testemunhos sobre o passado do município de Duque de Caxias, sob o ponto de vista daqueles que experimentaram se construir enquanto *projeto* naquela cidade. Eles contam o que sabem, o que lembram, o que fabricam. São autores de sua história e, essencialmente, a autoridade lhes constitui. Mas até que ponto? Onde a história mostra seu papel, sem desmerecer a autoridade sanguínea que vem do calor da memória?

A concorrência entre memória e história marca no tempo presente o debate sobre a autoridade sobre o passado. Se a história entende que seu papel está atrelado a uma dimensão pública relativa a uma audiência que a mobiliza para construir narrativas sobre o tempo, tanto quanto mobiliza a memória, há de se considerar que é seu papel se dedicar

à investigação sobre como este público tem (sido) afetado (pelas) águas temporais que banham o tempo presente. São muitas as frentes de investigação que a história, atualmente, tem mobilizado, diante do desafio de equilibrar-se com a memória na tarefa de dar conta da infinitude do tempo – dentre elas, talvez uma das mais profícuas, o ensino de história. Acionar as memórias sobre a ditadura em tempos de disputa onde aqueles anos são evocados seja para louvor ou condenação certamente também, de igual modo, é uma dessas frentes. Ao tomar a cidade de Duque de Caxias como referencial para tanto, pretende-se contribuir para o referido e acalorado debate historiográfico, sendo tão pertinente quanto necessário conferir cor e forma a considerável parte dos sujeitos dali oriundos através dos quais essas memórias, um tanto acinzentadas e disformes, têm sobrevivido nas brechas dos silêncios.

## 1.5. Nostalgias e mitologias

A pesquisa aqui proposta, cujo caminho é inspirado na genealogia de Foucault, tem suas raízes bastante firmadas no conceito de cultura histórica e suas respectivas dimensões. Isto importa dizer porque, particularmente ao que nos interessa em relação a esta última, a dimensão estética – que é a dimensão imaginativa, das emoções, daquilo que está na ordem do sensível em relação ao passado que se tem registrado e (re)construído na memória – as narrativas que se dão em relação ao passado do município de Duque de Caxias são, na voz dos trabalhadores e trabalhadores daquela cidade, absolutamente atravessadas pelo imaginário político ali desenvolvido.

Não à toa escolho trazer este tema precisamente neste capítulo, no contexto do debate sobre os diálogos entre a memória e a história. E aqui, é preciso dizer, a presença do presente na construção do passado, assim como a presença do passado na concepção do presente, são peças-chave para a leitura das narrativas que se dão naquele município por aqueles sujeitos supracitados. Não se pode negar o impacto político do que tenho chamado de “presente incendiário”, especialmente após a ascensão das correntes

ultraconservadoras ao poder e do próprio presidente eleito em 2018 sob os aplausos dessas mesmas correntes e do metafórico título que lhes representaria a partir de então: “Mito”.

O “presidente-mito”, isto é, Jair Messias Bolsonaro, foi construído como um ponto de encontro de setores diversos, de alguma forma amparados pelo guarda-chuva da direita e da extrema-direita, que concordavam no ponto em que o chefe do executivo poderia corresponder ao título mitológico. A partir desse fenômeno, e das razões que levaram uma parcela expressiva do país a mitificar um agente político, o convite para pensar o papel do mito na representação política na sociedade se tornaria cada vez mais sedutor. O que seria um mito político? O que pensam aqueles que elevam um político ao posto do mito? E, principalmente, de que forma o que se pensa sobre um político-mito do presente pode impactar ou ser impactado pelo que se pensa sobre o mito-político do passado? Esses questionamentos encontram alguns outros que enveredam pelas indagações sobre a capacidade de determinados agentes políticos – como aquele supracitado – representar ou mobilizar os anseios de uma expressiva camada da sociedade brasileira, que costumeiramente é conhecida como conservadora ou ultraconservadora, e também em que medida esse conservadorismo dialoga com os anseios por ordem social no contexto atual. Pensar este anseio como um sentimento nostálgico parece ser um caminho possível para refletir sobre este tema, e não à toa este sentimento deu título à presente tese.

Para discutir sobre essas indagações, parece providente referenciar duas contribuições teóricas, que são: Svetlana Boym (2017), linguista russo-americana e teórica da literatura que refletiu sobre os sentidos da nostalgia no mundo contemporâneo; e Raoul Girardet (1987), historiador francês que empreendeu uma discussão sobre mitos e mitologias políticas em uma obra homônima. E aqui, entenda-se, muito mais para analisar as narrativas sobre o passado de Duque de Caxias e os sentimentos nostálgicos presentes da memória dos trabalhadores da cidade do que, propriamente, para entender o fenômeno da ascensão, da manutenção ou da queda de quaisquer políticos elevados ao estatuto de mito no tempo presente ou de seus simpatizantes.

### 1.5.1. Nostalgia da ordem: restauração ou reflexão?

> Talvez sonhos de terras natais imaginadas não possam e não devam ganhar vida. Às vezes é preferível (...) deixar os sonhos quietos, que eles não sejam nem mais nem menos do que sonhos, e não os parâmetros para o futuro.
>
> Svetlana Boym[18]

A discussão de Svetlana Boym sobre o conceito de nostalgia está ancorada no recorte temporal do século XX e do XXI. A linguista se preocupa com o impacto do conceito e seus impactos na modernidade do mundo contemporâneo. Embora recorra às origens da palavra que remontam aos Setecentos, é no diálogo entre os séculos XX e XXI que a discussão de Boym ganha corpo. A nostalgia, para Boym, viria marcar o final do século XX, assim como a utopia marcou o início daquele século. Nostalgia – palavra formada por dois radicais gregos: *nostos* e *algia* – seria o "desejo por um lar que não existe mais ou nunca existiu", na definição da autora. Embora seus radicais remontem à Antiguidade Grega, a palavra propriamente surgiu quando da tese de medicina de um suíço chamado Johanes Hofer, no ano de 1688, e se referir propriamente a uma doença, um mal-estar, passível de diagnóstico e de cura. Em sentido estrito, a palavra significaria o anseio por voltar à casa, ao lar (*nostos*, voltar à casa; *algia*, anseio); em sentido mais amplo, nostalgia estaria associada à perda, ao deslocamento e/ou à fascinação com a própria fantasia da existência desse lar, afirmaria Boym.

Três observações são realizadas pela linguista a respeito da natureza da nostalgia: primeiro, que ela não se oporia à modernidade, mas seria contemporânea a ela, fruto de uma nova compreensão de tempo; depois, que ela parece ser o sentimento de saudade de um lugar mas, na verdade, é o anseio por um tempo diferente (o tempo da infância, por exemplo) ditado por um outro ritmo de vida, que compete com o ritmo acelerado da modernidade; e terceiro, que a nostalgia pode apontar para o passado, mas nem sempre; às vezes é o oposto, quando ela aponta o futuro. Não se trataria de melancolia, pois. Nesta,

---

[18] BOYM, 2017, p. 163.

paira o sentimento individual e personalista. Naquela, a biografia do indivíduo é superada pela de grupos maiores, coletivos, gerais, bem como suas memórias.

Boym situa o conceito na perspectiva das tradições intelectuais que com ele dialogaram. Ela resgata os off-modernismos – tradição de reflexão crítica sobre a modernidade, grande parte amparada em tradições intelectuais e artísticas marginais, como aquelas surgidas na América Latina. Isso é importante dizer porque, se estamos discorrendo numa tese que versa sobre a realidade da Baixada Fluminense a partir das contribuições teóricas de, entre outros, uma autora russo-americana e um autor francês, não é irrelevante observar que parte significativa das provocações trazidas por europeus é advinda originalmente da parte sul do globo. Não é irrisório pensar que outras intelectualidades não-europeias estiveram incomodadas com a modernidade que se impunha. E nessas realidades marginais o sentimento de nostalgia certamente foi experimentado. Como afirma Boym, menos como um mero exercício artístico e mais como estratégia de sobrevivência (p. 155). Ou seja, a nostalgia que emergiu nas realidades marginais tornou plausível a ideia de que a volta para o lar seria, para essas pessoas, uma impossibilidade. E diante do impossível, vive-se a vida como se pode.

Boym argumenta que a nostalgia, no século XIX, era algo a ser combatido e superado, conforme acreditavam muitos intelectuais daquele século, cujas expectativas encontravam no progresso a grande possibilidade de cura para aquele sentimento social. Contudo, argumenta a linguista, o progresso não apenas não combateu a nostalgia, mas passou a constituí-la, tornou-se codependente dela, e ela dele, criando um jogo de paradoxos, de realidades controversas, mas que tornaram possível o século XX e o XXI conforme vivemos e conhecemos até aqui. Graças a esta simbiose, é plenamente possível que, no alvorecer dos anos 2000, fosse possível se encantar pela realidade trazida pelo mundo cibernético e, ao mesmo tempo, desejar alvoroçadamente que determinadas tradições sociais ou religiosas fossem continuadas. Foi assim que a Revolução Francesa teria produzido o Antigo Regime, e não apenas o oposto, pois a revolução foi oportunamente o momento para se pensar possibilidades no campo imaginativo, criativo, de futuro, contra o qual o regime anterior necessitaria estar em rota de colisão. Era preciso criar a narrativa de que um ciclo foi encerrado com a destituição da monarquia francesa. Assim também ocorreu com o fim da União Soviética, cujo processo de desmonte teimou

por produzir uma espécie de Era de Ouro daquele país – narrativa reforçada pela Rússia dos anos 2000, ao insistir no apogeu da URSS como um grande momento de estabilidade e de força soviéticas.

Assim, à medida que passou a incorporar os elementos da modernidade, especialmente a tecnologia e a aceleração trazidas em crescente ao longo do século XX, a nostalgia tornou-se cada vez mais presente no tecido social. De mal tratável, passou a uma doença incurável. A modernidade só é modernidade porque nostálgica. E a nostalgia moderna é, nas palavras de Svetlana Boym, "o luto pela impossibilidade do retorno mítico, pela perda de um 'mundo encantado' com limites e valores claros" (p. 158). A nostalgia se cria na experiência da distância. Com o tempo acelerado, em cada vez menos anos uma geração se distancia da outra. Em cada vez menos tempo uma música se torna obsoleta, uma roupa fica fora de moda, o software de um computador ou de um telefone são ultrapassados. O aumento das distâncias poderia ter gerado uma sociedade plenamente voltada para o futuro, sem vínculos com as tradições que a formaram, que tão somente anseia pelas novidades do porvir; mas não foi isso o que aconteceu. Ao contrário, a distância (espacial ou cronológica, ou onde uma encontra a outra) é a matéria-prima da nostalgia. Como afirma Boym, "o nostálgico nunca é um nativo, mas sim um desterrado que faz a mediação entre o local e o universal" (p. 158).

A linguista argumenta que o ritmo acelerado da industrialização e da modernização aumentou o desejo das pessoas por um modo de vida mais desacelerado, mais vagaroso, um ritmo que estava – ou se imaginou estar – no passado, lá mesmo onde era possível (será?) viver em uma sociedade coesa e tradicional. O paradoxo reside no abismo de esquecimento gerado/revelado pela obsessão com o passado – o que Pierre Nora traduz muito bem ao discorrer sobre o conceito de *lugar de memória*, como oportunamente lembra a autora. Em seu argumento, a linguista elabora uma tipologia da nostalgia que ajuda a pensar como este conceito pode ser compreendido à luz das intempéries do tempo presente no contexto analisado por esta tese. Boym tipifica a nostalgia considerando duas categorias: a nostalgia restauradora, concentrada em *nostos* (regresso, retorno ao lar) e a nostalgia reflexiva, com foco em *algia* (anseio, vontade de). Ela considera que não se trata de duas categorias absolutamente binárias ou antagônicas.

São duas referências que podem ser atravessadas uma pela outra e formar um grande espectro acinzentado onde o sentimento nostálgico pode ser experimentado.

A começar pelo primeiro tipo nostálgico, aquele de caráter restaurador não se veria a si mesmo como nostalgia; antes como verdade absoluta, como espelho da tradição, como tradução perfeita do passado. Este tipo reivindica para si dois enredos principais, que são o retorno às origens e a ideia de conspiração (esta, a propósito, será mais à frente discutida sob a leitura de Raoul Girardet e sua perspectiva mitológica sobre o termo). No campo da memória, a nostalgia restauradora se filia às memórias nacionais, fomenta os orgulhos nacionalistas contemporâneos e subsidia os reavivamentos religiosos recentes. O modelo restaurador se ocupa dos hábitos do passado e dos hábitos de restauração do passado. Amparada em Eric Hobsbawn, Svetlana Boym destaca sobre aquele modelo revestido de certo "caráter de antiguidade" (p. 160), que o contexto oitocentista foi palco do surgimento de uma série de tradições que se ocupavam tão fortemente da formalização simbólica e da ritualização de seus processos que chegavam a representar um determinado tempo passado de uma maneira até mais forte e mais veemente do que como seria originalmente realizado naquele tempo pretérito que justamente forneceu as bases para as tradições oitocentistas, como se o presente reproduzisse mais verdadeiramente os sentidos do passado que o próprio passado teria sido capaz de fazê-lo. A nostalgia restauradora se alicerça no sentimento de perda da comunidade e tenta compensar a frustração deficitária apresentando um modelo coletivo e coeso que confere conforto àqueles e àquelas a quem é destinado.

Já o segundo tipo nostálgico, diferente do primeiro, tem apreço pela ambivalência da experiência do tempo. A nostalgia reflexiva se dá com o contraditório, é amiga das mudanças e das transformações, faz tremer os pressupostos absolutos. No campo da memória, enquanto a nostalgia restauradora se alinha às memórias nacionais, a reflexiva abarca as memórias sociais e as conexões possíveis entre as memórias coletivas e as individuais. (p. 159). É este tipo nostálgico que se permite estar em dois ou mais lugares-tempos simultaneamente, que foca nos detalhes, que compreende as contingências do tempo e faz delas o seu maior tesouro. A nostalgia reflexiva não está à vontade com a reprodução fiel do passado; prefere e se satisfaz com a simples passagem do tempo, comprazendo-se com a ideia de que o tempo que passou, naquilo que ruiu ou ainda

permanece de pé, possui novos sentidos e novos significados no tempo presente. Esse tipo de nostalgia se aproxima com a tipologia da narrativa histórica genética e da consciência histórica homônima, construídas e apresentadas por Jörn Rüsen em algumas de suas obras sobre filosofia da história. Para o teórico alemão, quando pensamos a o tempo geneticamente, conseguimos administrar de maneira mais eficaz o intercâmbio dos elementos do passado no sentido de compreender que eles podem orientar o agir no presente, mas considerando que são novos tempos, novos ares e, portanto, novos sentidos constituem aqueles elementos que, no passado, possuíam outros significados. Se pensarmos a partir das ciências biológicas, a genética é esse tipo de conhecimento que permite que compreendamos que cada indivíduo é um ser único, mas constituído de diversos elementos de outros indivíduos que o antecederam. A (re)combinação de genes, como a (re)combinação de fatores históricos contingentes, permite que tenhamos uma outra experiência com o tempo e o espaço em que habitamos hoje. E da mesma forma como não é possível trazer à vida o indivíduo morto há duzentos anos, ainda que com o advento da clonagem e outras tecnologias da ciência moderna, a nostalgia reflexiva não considera trazer à vida o tempo que morreu; ela entende que o tempo que morreu até pode ser vivido no presente, mas sob outra perspectiva, isto é, através das transformações, das rupturas, das descontinuidades, das adequações e dos fragmentos do passado, como um familiar falecido que é capaz de se manter vivo através das memórias e das lembranças de seus amigos e parentes, ou através dos traços genéticos que foi capaz de transmitir aos seus descendentes.

Para Svetlana Boym, a nostalgia reflexiva está concentrada na *algia*, o anseio por, e não na *nostos*, no retorno para o lar. Essa volta para a casa pode ser suspensa, ou talvez deva mesmo sê-lo. Não existe esse compromisso ranzinza com a manutenção das tradições. A nostalgia reflexiva, argumenta Boym, não se leva a sério, é bem-humorada, irônica, leve. Não quer reconstruir nada, pelo contrário, ela gosta da aparência da ruína, da ideia da distância, das possibilidades inconclusas, da realidade fragmentária (p. 161). A linguista exemplifica este tipo de sentimento nostálgico ao discorrer sobre refugiados e desterrados neste início do século XXI. Ela demonstra como o exílio para muitos deles é justamente a força artística central que os impele a viver suas profissões. A despeito de serem episódios trágicos, os desterros são também forças poderosas que levam pessoas a

seguir adiante com seus projetos de vida. Além do exemplo dos exilados, Boym apresenta a arquitetura como exemplo de como a nostalgia reflexiva se constitui na modernidade. Detalha sobre alguns projetos arquitetônicos que incorporam e preservam ruínas industriais, sobre como alguns espaços são criativamente reciclados, sobre como a "ruinofilia" constitui aqueles que não querem superar ou invisibilizar a distância, mas permitir que a própria distância oriente o agir no tempo presente, como diria Jörn Rüsen, quando teorizou sobre a constituição de sentido da consciência histórica.

### 1.5.2. A ordem nostálgica como mitologia política

Prosseguindo no debate acerca da relação entre a nostalgia e o tempo, convém acionar as colaborações de Raoul Girardet, que se ocupou de uma outra categoria, a mitologia política, para expressar o diálogo entre as temporalidades. A discussão de Girardet não está exclusivamente direcionada ao presente, mas à percepção de como determinadas categorias mitológicas são construídas ao longo do tempo em diversas sociedades. A propósito, é ele quem afirma que "os mitos políticos de nossas sociedades contemporâneas não se diferenciam muito [...] dos grandes mitos sagrados das sociedades tradicionais" (p. 15) – precisamente no que se refere à fluidez que os caracteriza e à imprecisão de seus contornos[19]. Os mitos, onde quer que se deem, podem ser desdobrados ao infinito, podem se decompor e dialogar uns com os outros, não estão presos nem à cronologia e nem ao território precisamente delimitado. Se, por um lado, o autor trata da interseção entre sociedades tradicionais e contemporâneas no aspecto do imaginário político, por outro, o esforço aqui é tentar perceber como ou se essas categorias tão fluidas quanto polimorfas se aplicam ao imaginário político dos trabalhadores duquecaxienses que são analisados nesta pesquisa.

---

[19] Isso não deve pressupor que a fluidez e a imprecisão descaracterizem as categorias anunciadas por Raoul Girardet. O autor, ao contrário, defende que, apesar da imprecisão e da fluidez dos mitos, existe uma certa coerência na representação destes, como se as imagens que os representasse pudessem ser agrupadas ou seriadas de modo combinado. Diz o autor que: "nem essa sucessão e nem essa combinação escapam a uma certa forma de ordenação orgânica. Elas se inserem em um sistema, inscrevem-se em uma 'sintaxe', para retomar a expressão de Claude Lévi-Strauss" (p. 17).

Girardet trabalha quatro grandes categorias mitológicas tendo como referência os dois últimos séculos e privilegiando o caso francês. São elas: a Conspiração, a Idade do Ouro, o Salvador e a Unidade. O francês se vale de três narrativas para ilustrar o mito da Conspiração, três complôs narrados no século XIX: o complô judeu, o complô jesuítico e o complô maçônico. O primeiro, inscrito num interessantíssimo manifesto de um ancião representante das Doze Tribos de Israel em meio a sepulturas de um antigo cemitério judeu. O segundo, não menos interessante, se inscreve em uma austera Paris de 1831 retratada por Eugène Sue nos primeiros capítulos de "O Judeu Errante" (Le juif errant), onde também surgem dois personagens misteriosos que demonstram formidável poderio e ambição sobre todo o mundo, revelando-se exímios vigilantes de uma velha conhecida instituição, a Companhia de Jesus. O terceiro complô, extraído de "Joseph Balsamo", obra de Alexandre Dumas, contemporâneo de Eugène Sue, nos remete à Alemanha da segunda metade do século XVIII, quando dezenas de homens mascarados se reúnem às margens do Reno em uma sala subterrânea de um castelo abandonado, os quais proferem uma série de juramentos, comprometendo-se entre si e com uma causa maior. Os conjurados eram representantes dos mais diversos governos do mundo inteiro, ali reunidos com o objetivo de destronar a velha ordem monárquica cristã, preparando com cumplicidade o terreno para o reino da Liberdade e da Igualdade.

Os três casos de complô estão estruturalmente conectados por uma sucessão de imagens que se completam, e de alguma forma estão diluídos em muitas representações contemporâneas sobre espionagem, segredos milenares e aventuras supra territoriais. Mas nos três casos, prevalece antes de tudo uma imagem temível e temida, que é a imagem da Organização (Girardet, p. 34), em torno da qual os correligionários estabelecem pactos de silêncio e tomam consciência dos castigos em caso de inconfidência. Ritos de iniciação, códigos secretos e instruções cifradas dão o tom aos partícipes da Organização. Hierarquicamente rígida, ela tem no topo da pirâmide uma autoridade soberana, incontestável e invisível, e no alvo de suas ações a dominação do mundo, para cujo fim todo meio se torna absolutamente legítimo. Para Girardet, "trata-se sempre [...] de corresponder a uma inextinguível vontade de poder e de retomar o sonho eterno da edificação de um Império em escala universal, da unificação do globo sob uma única e total autoridade" (p. 36). Ao longo do século XX, o desdobramento do complô escorreu

para além do aparelho político e administrativo, atingindo todos os domínios da vida coletiva, dos costumes aos sistemas de educação. Literatura e imprensa se tornam estratégia eficientíssima para operar a manipulação da informação. Sistemas bancários, imobiliários, agricultura, nada disso escapa dos mecanismos de atuação da Organização. Mas a corrupção, no contexto do complô, é a última estratégia de atuação, através da qual se operaria o domínio da infância, o cultivo dos vícios, o repúdio às concepções éticas tradicionais, e a elevação da Mulher como a dilaceradora da família e dos costumes.

Quanto à sua caracterização, a Organização é soturna. Seus cúmplices trabalham nas sombras, à noite, às escondidas, na escuridão. São desconhecidos, portanto, encarnam perfeitamente o arquétipo do Estrangeiro, a figura nômade e um tanto vadia que ronda as muralhas dos vilarejos sem trabalho fixo. Peregrinos, viajantes, trazem de fora toda a sorte de pestes, doenças, epidemias. São uma praga a ser extirpada, figuras animalescas, abjetas e devoradoras, cujas bocarras estão ávidas por sangue inocente, a ser derramado em sacrifício.  (p. 43 a 46). Com todas essas peculiaridades, a Organização adquire uma tez demoníaca e se aproxima de Satã, das práticas de feitiçaria, das maldições, do universo macabro e do Maligno. Importa dizer que a ideia de conspiração associada a uma verve quase espiritual também é abordada por Svetlana Boym. A autora explora o sentido de nostalgia sob a perspectiva restauradora e, ao fazê-lo, discorre sobre como este tipo nostálgico se associa a uma espécie de cosmologia transcendental e a uma concepção simples do que seria o bem e o mal. Toda complexidade da sociedade moderna é apagada porque existem respostas simples que são capazes de dar conta dos sentidos daquele tempo, dissolvendo ou até negando a dimensão da historicidade. Não raro, esta explicação costuma se associar a modelos de profecia ou a personagens proféticos que tomam para si a narrativa do mundo, o que, na perspectiva de Raoul Girardet, costuma estar associado ao mito do Salvador, como se verá mais adiante.

De todo modo, existe uma dança epistemológica, um espectro de significados e de conceitos que precisam ser lidos à luz da imiscuidade. Conspiração que se associa a concepções transcendentais de bem e de mal, que por sua vez se associa a uma linguagem profética, a qual ajuda a performar o mito do Salvador, que se materializa numa realidade concreta, numa sociedade imanente, em práticas culturais, em políticas públicas, em medidas econômicas, em revoluções etc. Essa imiscuidade potencial ajuda a compreender

como toda essa estrutura conspiratória que associa o adversário ao mal a ser combatido se reproduziu ao longo do século XX – da perseguição aos judeus pelo nazismo alemão à demonização dos vietnamitas pelo cinema hollywoodiano. Mas é importante frisar que essas ideias só foram sedimentadas porque encontraram terreno fértil para tanto, ou seja, "a mensagem a ser transmitida deve, para ter alguma possibilidade de eficácia, corresponder a um certo código já inscrito nas normas do imaginário" (Girardet, p. 51). Esse terreno fértil pode corresponder, em grande medida, a dados concretos e reais sobre os sujeitos dos complôs: judeus, jesuítas ou maçons. Existem dados substanciais de natureza histórica que ajudam na construção e propagação do mito, por exemplo, a emancipação econômica de comunidades israelitas no final do XIX ou a pressão política exercida pelas sociedades maçônicas durante processos revolucionários na França no XVIII. O que não se pode perder de vista é o abismo entre essas realidades contingentes e a apropriação que a narrativa mitológica faz dessas realidades, mudando qualitativamente seu sentido histórico, praticando anacronismos escandalosos, ignorando a própria historicidade de outros tempos passados, em nome da inserção desses sujeitos na ordem do mal.

Por último, resta dizer que todo complô que se quer legitimamente acreditado, apresenta-se como um contracomplô (p. 60). Para se combater o Mal, deve-se operar na mesma lógica do Mal, só que a serviço do Bem. A quem atua nas sombras deve-se combater com as estratégias de luta na escuridão. Uma organização secreta só é vencida se houver uma outra combatente à altura, ainda mais secreta e mais articulada no jogo de códigos e segredos, o que, nas palavras de Raoul Girardet, representa "um jogo desconcertante e praticamente infinito de espelhos invertidos" (p. 60).

A segunda categoria mitológica trabalhada pelo historiador francês é a do Salvador. Para tanto, recupera a investidura de Antoine Pinay na presidência do Conselho, no contexto da IV República Francesa, em 1951 (p. 64). A partir de então, traça-se um paralelo com a ideia de uma figura renomada destinada a desatar, em um futuro breve, os laços que prendem ou atrasam a caminhada do país. Por sua função, torna-se curiosamente poderoso, atrai as atenções das massas, à exemplo do personagem hollywoodiano Sr. Smith – um sujeito banal promovido acidentalmente à vida política. Trata-se do homem comum que ascendeu ao poder com a responsabilidade prática de solucionar uma questão

inerente àquele contexto específico, o que, na França, tratar-se-ia da instabilidade da moeda.

Girardet destaca o caráter mediano do sujeito salvador. Paradoxalmente, aquele que se torna lenda não possui elementos legendários: é médio em todos os aspectos – da origem geográfica à trajetória individual tanto privada quanto pública, passando pelo meio social de onde é egresso. Na representação do Salvador, o Sr. Pinay é "titular da medalha militar" e, prossegue Girardet, "antigo combatente da Primeira Guerra Mundial, na qual foi gravemente ferido; sua entrada na vida pública é relativamente tardia e começa, como se deve, pelo exercício dos cargos mais modestos (...)" (p. 64). Sujeito banal, tudo é feito para que assim o seja, de modo que cada qual possa se reconhecer nele, quase como um espelho da própria cidadania.

Além de banal, o Sr. Pinay é antipolítico ou, pelo menos, avesso à política profissional. Em suas palavras, ele diz saber que "a política é boa apenas para alimentar a conversa no trem ou no café" (p. 65). Seu objetivo nela, como já exposto, reduz-se a recuperar o franco e a colocar "ordem na casa". Ora, e por que um sujeito mediano que tão somente se presta a desatar nós burocráticos e financeiros contingenciais torna-se uma lenda? A explicação não tarda: trata-se de uma profunda aspiração à estabilidade após mais de dez anos de incertezas.

Após discorrer sobre o perfil de Antoine Pinay, Girardet traz à exposição um outro exemplo a fim de comparar e contrapor o arquétipo que é anunciado no primeiro. Trata-se do poema Tête d'Or, de Paul Claudel, escrito em 1890. Diferente do Sr. Pinay – e embora se tratando de um exemplo cuja fonte se assenta na literatura e não na história – a narrativa claudeliana promoverá ao poder um outro tipo de salvador, que bruscamente surge na cena política e consegue abruptamente captar os ânimos da esperança coletiva. A escalada deste salvador ao poder, segundo Girardet, segue um padrão de três etapas: o apelo, depois o poder, e por último, a glória ou o martírio. Na prática, este padrão se revela em Simon Agnel, quando este adolescente sem antecedentes e maiores ambições descobre seu próprio destino (apelo) – até tornar-se o General Tête D'Or. Do alto de sua patente, o general mata o imperador (poder). Prossegue em um sem-número de batalhas até que padece supliciado em uma delas (glória).

Da comparação entre os dois exemplos acima, Girardet expõe um contraste importante: no primeiro caso, trata-se de um homem simples, com hábitos tradicionais, mas modestos, sóbrio; no segundo, um sujeito sem raízes, sem heranças, sem nada a perder, que se impõe pela força e por ela conquista o poder. Nos dois casos, não se trata de cada sujeito individualmente, mas da imagem, da representação que deles se faz, porque essa representação é sempre uma narrativa. E essas narrativas revelam dois sistemas de valores: o primeiro é representativo de um certo espírito francês que está vinculado a um certo ideal de boa gestão pública e privada, às virtudes do trabalho, à "justa medida" ou, segundo Girardet, aquilo que poderia ser identificado na "memória de dona de casa", que conhece o preço dos produtos, sabe quanto custa o quilo disto ou daquilo etc. No segundo caso, tem-se o oposto. Tête D'Or recusa todos esses valores e explora os limites sociais daquele coletivo. Sua narrativa é direcionada aos rebeldes e marginais, aos "cansados dessa vida de alfaiate". Contudo, ambos pertencem ao mesmo domínio, que é a do homem providencial, o chefe, o guia. O primeiro, "herói da normalidade"; o segundo, "herói da exceção". Entre um e outro, uma miríade de imagens que podem perfeitamente se combinar, se atravessar, se entrecruzar, no imaginário coletivo. Seja como representante da normalidade ou da exceção, a questão crucial é entender como o sujeito passa de um mero indivíduo ao estatuto de herói de um povo. Para responder a essa questão, Raoul Girardet elenca três etapas, três tempos, onde se dá a passagem do histórico ao mítico: o primeiro, o tempo da espera – é nele que se forma a imagem do salvador desejado; o segundo, o tempo da presença – que é quando o curso da história acontece após o salvador, enfim, se revelar; e terceiro, o tempo da lembrança – quando o salvador, já instalado no passado, passa a ser modificado de acordo com os meandros operacionais da memória.

O historiador ainda categoriza quatro arquétipos que ilustram bem como as imagens produzidas de cada salvador, de cada um desses tipos de guia, desses chefes providenciais, podem se revelar a partir de suas múltiplas combinações: o sábio, o conquistador, o legislador e o profeta. O primeiro é o arquétipo de Cincinnatus, o velho homem que, outrora eminentemente reconhecido em suas missões de paz ou de guerra, retorna pelos clamores de seu respectivo povo para a dianteira do Estado. Sua função é apaziguar, proteger, restaurar. O conceito latino de *gravitas* se destaca entre suas

características: a combinação de firmeza, experiência e prudência. A continuidade, a estabilidade e a conservação são os princípios de onde partem sua ação. No curso da história, o arquétipo do sábio foi encarnado por Pétain (1940) e por De Gaulle (1958) em certo momento de suas respectivas trajetórias políticas.

Ao conceito latino de *gravitas* se contrapõe um outro, *celeritas*, para aludir ao segundo arquétipo – o de Alexandre, o conquistador. O arquétipo do conquistador é movido pelo ímpeto, pela audácia, pela enérgica precipitação para a glória. Diferente do sábio, que oferece seu passado como currículo para o presente, o conquistador se funda na ação imediata; dispensa os atributos da lembrança para investir nos da aventura. Se o sábio é um velho, o conquistador é, naturalmente, um jovem. Um entusiasta da coragem que há de ter uma bela morte, uma queda brilhante, que será acometido pela traição ou pela dureza da mais difícil das batalhas, que será eternizado por não ter desistido. Algumas imagens de Napoleão fazem jus a este arquétipo, com especial destaque para aquelas que destacam suas vitórias nas batalhas da Itália em sua juventude. As batalhas, a propósito, prenunciam seu destino potencial – a queda grandiosa precedida por episódios de perfídia e traição.

Um terceiro arquétipo ajuda a compor o mosaico do salvador – o homem legislador, Sólon, o administrador por excelência. Este perfil arquetípico se realiza na duração e no processo. É no "ao longo" que o salvador legislador se revela, é quando se mostra suas habilidades de concentração, de atenção, de sobriedade, através das quais ele é capaz de instaurar uma ordem tal na esfera administrativa que é capaz de transformar o seu tempo em uma era de referência para gerações futuras. Este é o papel que eventualmente Napoleão assume na memória coletiva, tanto quanto De Gaulle quando este estabelece os princípios da Nova República Francesa.

Por fim, o último arquétipo elencado pelo historiador como faceta do modelo de salvador é o arquétipo do profeta, e Moisés é o personagem que encarna o tipo que anuncia o tempo que está por vir. Clarividente, tem a orientação e a condução do sagrado revelado do alto, de cima, lá mesmo onde não se pode alcançar com as informações limitadas do homem comum. Este lugar transcendente e distante, de onde emana a voz que anuncia para o homem iluminado tanto o destino dos indivíduos quanto o destino das massas. A relação entre os dois destinos é justamente articulada pelo salvador-profeta.

Este é o perfil arquetípico, segundo o historiador, assumido pela maioria dos líderes ditatoriais do século XX, líderes que agiriam pelo e com o poder do verbo, da palavra eficaz e capaz de mudar o curso da história. Personagens religiosos históricos que encarnaram o salvador-profeta, ao exemplo de Moisés, reforçam o argumento do historiador; de Jesus Cristo a Maomé, esses líderes foram reconhecidos pelo que pregaram, não pelo que escreveram, endossa Girardet. A oratória sobrepondo-se à escrita, configuração aproveitada por líderes políticos contemporâneos que, da esquerda à direita, atravessaram o difícil século XX. De Lênin a Mussolini, portanto, este século teria revelado figuras de falas e discursos potentes e salvacionistas que performariam, para cada qual, o arquétipo do profeta. Hitler, por exemplo, comparava sua voz a um tambor que reverberava as vozes de todos os homens e todas as mulheres da Alemanha. Sua atuação na história não se daria *para* o povo, mas *enquanto* povo; ele não representaria à vontade, antes seria a própria encarnação vontade geral. Assim, uma vez que o Führer era o tambor das vozes do povo, então ele também era, portanto, povo, esse conjunto abstrato contemplado e respondido quando se realiza a comunicação entre o seu vértice, o profeta, e o sagrado transcendente.

Seja Cincinnatus, Alexandre, Sólon ou Moisés, o salvador sempre reunirá determinados atributos (lutador, combatente, ameaçado, resistente etc.). Sua personalidade se estabelece à medida que ele forja uma linha de ruptura com o tempo presente, afirmando-se como salvador no presente imediato, e afirmando-se, de igual modo, perante um inimigo externo que deve ser enfrentado e para o qual o herói é convocado. O desafio, neste caso, consiste em perpetuar-se no tempo, e não sucumbir à disputa imediata. Quanto mais amplitude o mito salvador conquista, mais se prolonga no tempo e se enraíza na memória coletiva. É nela que se solidificarão os detalhes biográficos do mito, sua personalidade, suas características físicas, seus hábitos, enfim, elementos importantes que ajudarão a estender a presença do herói em meio ao seu povo ou, em outros termos, “todo processo de heroificação implica (...) uma certa adequação entre a personalidade do salvador virtual e as necessidades de uma sociedade em um dado momento de sua história” (GIRARDET, p. 82). A este respeito, aposta o historiador, estudos aprofundados de qualquer sociedade sobre as imagens de seus heróis salvadores

poderiam revelar de maneira precisa os modelos de autoridade que regem esta mesma sociedade e suas características.

A terceira categoria mitológica trabalhada pelo francês é a Idade de Ouro. Esta categoria diz respeito a uma idealização no imaginário coletivo de uma determinada época de felicidade do passado. Na expressão de Fréderic Mistral, "tempos de antes", representados pela propriedade, pela autoridade patriarcal, pela segurança vigorosa, pelo poder do pai sobre a terra, pela intimidade protetora de um grupo fechado, por uma sociedade estritamente hierarquizada (GIRARDET, p. 97). O mito da Idade de Ouro irá aludir a um estado de ordem e de harmonia de um tipo de sociedade que existiu ou que se supõe ter existido. Uma sociedade pretérita e lendária, em função da qual o presente e o futuro devem ser definidos e cuja origem, na maioria das vezes, escapa à memória individual, vindo a compor, quando muito, a memória da história daquela sociedade. Os "tempos de antes" surgem em oposição a um presente decadente, reivindicando um passado de glória, de plenitude e felicidade. À medida que esse passado é mobilizado e é encaixado nas expectativas de um determinado grupo ou sociedade, ele se torna mito, no sentido máximo do conceito: ficção, sistema de explicação e mensagem mobilizadora do tempo presente.

O processo de mitificação de uma era – a chamada Era de Ouro – se dá em três níveis. No nível mais elementar, diz respeito a como uma sociedade moderna lida com os estilhaços de um passado ainda próximo, em certo sentido ainda presente, mas destroçado ou superado. Este é o nível da imediata efemeridade, bastante reproduzido pela indústria da moda, por exemplo, que tem como pressuposto retornar de quando em quando a um passado, buscando trazê-lo à vida no tempo presente. Este retorno é sempre incompleto, fragmentado e deformado. Mas não deixa de ser referência para o hoje. Já em um segundo nível, encontram-se outros tipos de retorno. São aqueles que buscam resgatar passados mais longínquos, como se deu quando a referência à República Romana foi acionada pelos jacobinos durante a Revolução Francesa, ou quando o Romantismo, em pleno século XVII, se inspirou nas construções e ideais da Idade Média.

Mas existe ainda um terceiro nível, cuja compreensão é tão mais sofisticada quanto abstrata no que tange à compreensão da construção mítica: a não-história. Esta modalidade de construção escapa à cronologia e nela todo esforço de memória torna-se

inútil. É quando o tempo de referência se descola de qualquer raiz histórica ou de periodização e o "antes" adquire um valor em si mesmo, de natureza absoluta. Assim, essa modalidade de Idade do Ouro alude a um tempo não datado e nem mensurável; não se pode contá-lo e nem o conter. Ele está em algum lugar impreciso do início da jornada humana, onde residiam a inocência e a felicidade (GIRARDET, p. 101).

O historiador é assertivo ao comparar este lugar de imprecisão ao paraíso perdido que, na história da filosofia, foi associado ao conceito iluminista de natureza. Este estado de natureza próprio do mito se caracterizaria justamente por seu caráter extra temporal, dissociado de historicidade, onde o passado se impõe pela eternidade. Cabe dizer ainda que o mito da Idade de Ouro, nessa perspectiva, em grande parte encontraria paralelos nas religiões de salvação, as quais elaboram o tempo presente a partir de uma referência pretérita que é anterior à queda – o jardim da inocência – e de uma projeção em direção ao futuro, posterior à redenção – o paraíso – o qual não deixa de ser uma espécie de retorno para o estado de inocência ou, no vernáculo ilustrado, o estado de natureza. É por esse estado que se dobra uma dupla nostalgia quando da cristalização do mito: a da inocência/pureza e a da amizade/solidariedade, valores que surgem tal qual bandeiras para guiar a vontade geral. Ora, dessa maneira, o mito participa tanto do retrospectivo quanto da espera, flui da evocação da inocência à projeção da redenção e equilibra-se entre a lembrança e o sonho. Em quaisquer dessas circunstâncias, resta ao presente a pecha do caos, da degradação e da decadência. Sua superação está no futuro promissor e, ao mesmo tempo, no passado de grandeza e de felicidade – Paraíso e Éden – representações absolutamente avassaladoras diante da precisão da cronologia e da historicidade que o presente caótico evoca. Não à toa dele se foge. Ou, nas palavras de Girardet,

"É na fuga para fora do tempo presente, na recusa ou na negação de algumas das formas contemporâneas da vida social que eles [os sonhos da Idade de Ouro] projetam, por sua vez, o encadeamento singularmente complexo de imagens, de representações e de símbolos de que permanecem os inesgotáveis geradores" (p. 134).

A quarta e última categoria mitológica mobilizada por Girardet é a Unidade. O mito da Unidade se constrói de modo antagônico à divisão da sociedade e à diversidade por ela produzida. Em seu argumento, o historiador recupera Michelet: "Temos um único desejo: perder-nos no grande todo" – diria no final do século XIX, corroborando o

pensamento de Bossuet que, desde o XVII, já anunciava: “Na unidade está a vida, fora da unidade a morte é certa” (GIRARDET, p. 144). O mito da Unidade trata do dilema travado entre indivíduo e sociedade, entre o eu e o outro, entre a aceitação da liberdade do sujeito em uma sociedade caótica e conflituosa e o desejo de união com vistas à construção de uma sociedade harmônica e monolítica. No primeiro caso, prevalece a liberdade do indivíduo; no segundo, impera o bem comum em detrimento do desejo individual. Girardet resgata Rousseau ao se aprofundar sobre as origens da divisão da sociedade e da busca pelo desejo de unidade. O iluminista argumentaria que, desde os tempos de Cristo, quando César e Deus se tornaram alvos distintos da entrega e dedicação humanas, vigoraria na sociedade uma constante quebra de unidade de poder, pairando o secular em uma ponta e o religioso em outra. Entre o senhor e o padre, a sociedade ocidental se fez submissa a esse duplo sistema de valores representados pelo Estado em um vértice e pela Igreja no outro.

Desde então, Estado e Igreja protagonizaram a divisão de poder que representaria um imenso obstáculo para se alcançar a chamada Unidade. A cisão é capturada por Thomas Hobbes, e não por outra razão o filósofo é categórico ao afirmar que é preciso “reunir as duas cabeças da águia”, reduzindo todas as instâncias a uma unidade política tal que seja capaz de fornecer ao Estado e ao governo a devida estabilidade. Assim, seria através de uma “religião civil”, conforme o *contrato social* rousseauniano, que seria restabelecida a ligação necessária entre o culto sagrado e o corpo do Estado (GIRARDET, p. 147), e onde a pátria alcançaria o estatuto de divindade, devendo receber, como se espera, as devidas honrarias, homenagens e cultos. O historiador recupera a história do período revolucionário francês e de como este se construiu a partir dos festejos e de celebrações da pátria, que atuam segundo um propósito: “a festa deve apoderar-se da existência de cada um para levá-lo a perder-se na imensidão do fervor coletivo” (p. 149). Altares da pátria, monumentos, estátuas da liberdade, procissões, todos esses formatos celebrativos apontariam para uma nova forma de sagrado condizente com o que Rousseau associaria à *religião civil*. Trata-se do triunfo do sagrado patriótico sobre as velhas e obsoletas crendices. Mas talvez apostar em um triunfo seja elevar demais a potencialidade das novidades trazidas pela revolução. Porque as velhas e obsoletas crendices constituíam, afinal, aspectos muito enraizados da tradição francesa que a intrepidez do processo

revolucionário não foi capaz de superar, razão para que o sucesso dos festejos patrióticos restasse absolutamente comprometido. E, desse modo, permaneceria ainda aberta a lacuna a ser preenchida capaz de unir os dois pontos da corda: o Estado e a religião.

Uma outra corrente de pensamento também se debruçou sobre a necessidade de buscar a Unidade. Um de seus expoentes, Auguste Comte, haveria de engrandecer o passado medieval como exemplo de equilíbrio entre os poderes material e espiritual. Tudo o que viria após o medievo teria constituído um verdadeiro caos espiritual, segundo os pensadores dessa corrente. Seria necessário construir um projeto doutrinal coerente associado aos paradigmas absolutos da ciência. Ou, nas palavras de Comte, "não se pode ordenar o conjunto de forças humanas senão erigindo, acima das diversas autoridades políticas, uma mesma influência, destinada a subordinar as diversas atividades parciais à providência geral (...)" (p. 155).

Embora diferente do projeto de Rousseau, a corrente encabeçada por Comte se soma àquela primeira em seu propósito essencial, a saber, a vontade de construir, reconstruir ou de descobrir os fundamentos religiosos da política. Essa vontade de unidade que aponta para a possibilidade de harmonia, de equilíbrio, de união. Mas, além disso, uma vontade de unidade que aponta para o destino, como se prenunciado este fosse. No caso da França, persiste a ideia de que este país tem lidado com a Unidade não como um mero objetivo, mas como um destino inescapável inscrito no passado francês, ou seja, "a ideia de uma França preexistente à França (...), uma pátria virtual anterior à pátria real" (p. 159). Um símbolo bastante prático da Unidade enquanto destino inscrito na ordem do universo está na própria configuração geográfica da França; o país é um hexágono. A geografia se encarregou de legitimar a história pela geometria: linhas equidistantes, equilíbrio entre as faces, harmonia das fronteiras, distribuição adequada do relevo e da hidrografia etc. Ora, se até a natureza se encarregou de propiciar um país harmônico e equilibrado, por que a história ousaria romper com o destino dos franceses? Desse modo, forja-se a ideia de que a França está prenunciada a ser a França desde o sempre, e os atores que se dispõem a reunificar o país em circunstâncias em que a unidade tenha se dissipado ou fragilizado, são percebidos como os entes necessários para unir as duas pontas da história – o futuro e o passado daquele país.

Merece destaque ainda o apontamento de que a história da França consistiu na história da disputa entre forças do bem contra forças do mal; as primeiras sendo representadas pelos valores de unidade, coesão, ajuntamento, e as segundas pelas forças de dissensão, dispersão e ruptura. Importante recuperar que Svetlana Boym chamou de nostalgia este sentimento que clama por uma tal coesão e harmonia sociais, virtudes que estariam em algum lugar real ou imaginário do passado e que muitas vezes podem ser recuperadas/reinventadas no presente, performando tradições revestidas de um caráter de antiguidade (BOYM, p. 160). A linguista identifica que este sentimento nostálgico se intensificou com o ritmo acelerado da industrialização e da modernização, a partir do século XIX (p. 158-159). Para ela, a nostalgia advinda dessas transformações de ordem econômica e social estaria diretamente associada ao clamor por Unidade, ao retorno à Idade de Ouro, o que nos estudos de Girardet é abordado a partir da categoria mitológica. É a partir desta categoria que este autor compreende a história francesa e seu duelo de forças entre bem e mal.

Diante dessa disputa de forças, quando se olha para a Revolução Francesa, argumenta o historiador, esse olhar lê um episódio não de ruptura, mas de continuidade. Aquela revolução é uma espécie de destino apoteótico. Esta perspectiva é reforçada por Svetlana Boym, quando a linguista afirma que: "na França, não foi apenas o Antigo Regime que produziu a revolução, mas, em algum sentido, a revolução produziu o Antigo Regime, conferindo-lhe uma forma, um encerramento e uma aura dourada" (BOYM, p. 156). Não se rompe com o Antigo Regime, mas supera-o. É o apogeu da obra de unificação que se tentou realizar durante os séculos anteriores pelos monarcas que as contingências históricas permitiram ascender ao trono. Afirma o historiador: "Depois de ter sido a artesã da unidade francesa, a Monarquia tornara-se, em suma, o último obstáculo à sua conclusão" (p. 162).

Outro destaque sobre o mito da Unidade está em seu caráter místico. A celebração da unidade tem a ver com uma espécie de elevação das almas e dos espíritos em torno dos símbolos da pátria. Trata-se de uma suspensão da realidade em nome da transcendência representada pelo espírito patriótico. Importante considerar, por paralelismo, que quando se eleva a pátria à esfera mística, e a elevação das almas em torno desta pátria alcança o estatuto de uma oração ou de um transe, tudo o que destoa

deste processo elevatório cívico-espiritual permanece na esfera mística, porém no outro polo do espectro da transcendência. Assim, não há que se estranhar se vozes dissonantes ou desencaixadas das formas estabelecidas pela pátria forem lidas como representantes do mal, do submundo espiritual, como fantasmas que atentam contra a unidade do país, da nação ou do povo. Esta última consideração tomada por paralelismo não foi propriamente elaborada por Girardet, mas convém arriscar a inferência diante do contexto em que, na atualidade, se inscrevem as disputas políticas e as alianças religiosas, tanto no mundo quanto no Brasil, em particular.

Sobre a perspectiva do Ocidente Moderno, Girardet traz três importantes constatações relacionadas ao estado crítico da sociedade e que se relacionam, todas, ao mito da Unidade e aos estados de cisão em que se encontra a sociedade contemporânea (p. 166). A primeira constatação é sobre o crescente hiato entre o conhecimento da ciência e as aspirações da fé. Segundo o historiador, desde que as Luzes irromperam no século XVIII com suas críticas ao sistema clerical, ciência e fé estão alocadas no espectro social mais distanciadas do que nunca, o que explicaria, em certo sentido, a expectativa que se nutre, vez por outra, de que as ciências possam ser domadas pelo dogma da fé. No novo mundo, o conhecimento da natureza, da física, da humanidade, estaria sujeito às estruturas do pensamento religioso, apontando para a Unidade que se havia perdido, forjando o elo que um dia se rompeu. Paralelamente, uma segunda constatação também é evocada, e esta diz respeito ao processo de decadência das antigas formas de vida comunitária. Girardet pontua que a sociabilidade andaria na iminência de um rompimento à medida que as velhas solidariedades começam a erodir, processo que se alinha ao e se explica pelo aumento da divisão do trabalho e do avanço das especializações técnicas no mundo do trabalho.

A terceira constatação trazida pelo historiador é sobre a situação criada para a mulher no Ocidente moderno. Para ele, trata-se dos problemas que advêm da separação desses dois mundos – o mundo do Homem e o mundo da Mulher – no contexto da experiência do progresso. O homem, por um lado, teria sido motivado a caminhar a passos largos em direção ao progresso; a mulher, ao contrário, estimulada a viver no e para o lar. Como fruto da fusão desses mundos, o casamento, uma instituição erigida e sustentada sob leis religiosas que se encontrariam sob suspeição. O resultado não poderia ser outro:

a frieza das relações conjugais, a prostituição como válvula de escape (sendo o próprio casamento uma expressão da prostituição) e o adultério quase como destino. Nas palavras de Michelet, e resgatadas por Girardet, homem e mulher estão absolutamente distanciados e "o pior é que eles não parecem ter pressa de se reaproximar. Parece que não têm nada a dizer-se. O lar é frio, a mesa muda e a cama gelada" (p. 171). É certo que Michelet escreve no final da década de 1850 e é sobre esta sociedade que ele discorre, com ênfase na experiência francesa. Mas não deixa de ser curioso perceber a percepção do olhar crítico sobre a instituição do casamento, este olhar que enxerga suas fragilidades, suas incoerências, apesar de sustentado sobre um alicerce que aparenta uma robusta solidez, porque milenar. É este casamento do século XIX que se constrói às sombras do romantismo das paixões presentes nos cantos literários de séculos anteriores. Como se estivesse orientando o futuro, as sombras do passado do casamento do século XIX, guiam e orientam a construção de uma nova relação entre homem e mulher no mundo que estaria por vir. Buscar-se-á a unidade do casal, à guisa de uma espécie de redenção religiosa, associada à busca de uma moral coletiva, uma ética que uniria a humanidade a Deus. O casamento, portanto, não seria mero detalhe na construção da Unidade que estaria a caminho; antes, seria parte fundamental da estrutura que uniria os mundos imanente e transcendente, costurados pela narrativa mítica e pela mística em torno da Unidade, essa heroína abstrata que habitou em algum lugar do passado e que haveria de ser redescoberta na chegada do porvir.

## 1.6. Cultura política

Se Raoul Girardet nos provoca a todos pensar as mitologias políticas que, a partir do olhar francês, se materializam em diferentes experiências concretas ao longo do tempo e, porque parece ser necessário ampliar os fundamentos teóricos para compreender, na realidade de um município da Baixada Fluminense, como sujeitos advindos de categorias "de baixo" elaboram suas narrativas sobre o passado no (e a partir do) momento político que atravessam no tempo presente, então não resta dúvidas sobre a necessidade de tecer

algumas considerações sobre o conceito de *cultura política*. Isto é importante porque, entre outras razões, esta tese é produto de reflexões muito incômodas que surgiram a partir de uma crise política de enormes proporções no país, por um lado; e por outro, ela é atravessada epistemologicamente pelo conceito de cultura histórica, que tem como um de suas três dimensões[20], a dimensão política.

Para tanto, a tese se apoia no conceito conforme trazido por Rodrigo Patto Sá Motta (2018). A discussão que o historiador propõe em "Cultura política e ditadura: um debate teórico e historiográfico" é oportuna tanto pelas interseções com a temática da ditadura quanto pelo ponto de partida que o levaram a refletir sobre o tema, ou seja, a crise brasileira vivida pelo país no contexto do ano 2018, a qual incentivou o pensamento sobre a história do país, considerando as antigas tradições que o sustentaram e os dilemas estruturais vividos pela nação (p. 110). O historiador recupera a origem do conceito de cultura política. A despeito de escritos do século XIX terem inspirado a elaboração deste conceito no XX, ele foi de fato forjado entre os anos 1950 e 1960 pelas ciências sociais norte-americanas, no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial. Neste ínterim, são identificados dois pontos de crítica a este conceito conforme originalmente elaborado: seus idealizadores tenderam a considerar a democracia liberal como um modelo padrão a ser alcançado e, além disso, pensaram a cultura política em termos de espaço nacional. Quando das décadas subsequentes (especialmente os anos 1980 e 1990), fomentaram uma renovação no campo da história política, este conceito foi apropriado das ciências sociais norte-americanas por, entre outros, intelectuais franceses, que procuraram enfatizar a dimensão antropológica presente no conceito de cultura, distanciando-se de seus colegas norte-americanos, cuja inspiração advinha mormente da psicologia e da sociologia. Assim, os franceses teriam rejeitado as implicações etnocêntricas do conceito de cultura política e buscaram superar a perspectiva nacional, considerada insuficiente (p. 112).

Pato Sá Motta argumenta que a ênfase na dimensão cultural do conceito não pressupõe que os indivíduos abarcados pelo conceito se comportem de maneira homogênea ou estática. Esta é a primeira observação que, para esta tese, precisa ser

---

[20] A cultura histórica, segundo Jörn Rüsen, é composta de três dimensões, a saber: a cognitiva, a estética e a política.

considerada. Conforme sustenta o historiador: “os sujeitos não são peças inertes diante de estruturas sociais perenes”, e sempre há abertura para a escolha de diferentes caminhos de atuação (p. 112). Em outros termos, é certo que a cultura política influenciará os comportamentos, as atitudes, as relações, mas isso não significa que os sujeitos estão eternamente atados às estruturas enquadradas em determinada configuração da cultura política de determinado povo/grupo/sociedade. Por outro lado, a existência de uma cultura política implica, segundo Pato Sá Motta, um imaginário, “um conjunto de representações que contribui para instituir o grupo como comunidade política” (p. 115). No caso em questão, que versará sobre a cultura política brasileira, como se verá adiante, trata-se de um imaginário de caráter nacional, em torno do qual se forjariam heróis, vilões, eventos, imagens de diversas ordens que seriam reproduzidas e reapropriadas ao longo do tempo. É nessa perspectiva que o historiador propõe a definição do conceito, a qual serve aos fundamentos teóricos da presente tese:

> Conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas, partilhado por determinado grupo humano, que expressa/constrói identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro (PATO SÁ MOTTA, p. 114).

Conceito posto, o historiador parte então para a investigação sobre em que consistiria a cultura política brasileira. Ele considera que o debate é antigo e a discussão já rendeu, ao longo da história, uma série de conceitos provenientes em grande parte de reflexões ensaísticas: cordialidade, paternalismo, autoritarismo, clientelismo etc., muitas das quais propostas, pavimentadas e consolidadas a partir de uma série de imagens, obras e concepções artísticas que colaboraram na construção de uma imaginação histórica do país.

Dois desses conceitos são escolhidos por Pato Sá Motta para aprofundar a reflexão sobre a cultura política brasileira, e ambos se alinham perfeitamente aos interesses desta tese, em particular em suas conexões com a história da Baixada Fluminense: personalismo e conciliação/acomodação. O primeiro trata da preferência ou do privilégio que as relações de parentesco, de amizade, de compadrio, sempre tiveram em relação às relações formais e impessoais no Brasil. O personalismo explicaria a identificação

política de seus cidadãos com pessoas e não com projetos coletivos, e isso também se conecta com a "tendência de identificação popular com grandes líderes carismáticos, um fenômeno marcante e atual" (p. 115-116). O segundo conceito também seria uma marca da cultura brasileira. O historiador sustenta que o conceito de conciliação já era usado desde o século XIX para abordar as razões pelas quais o Império se sustentara. Na década de 1960, foi tomado pelos estudos acadêmicos que se debruçaram sobre uma suposta passividade brasileira diante de episódios como o golpe ocorrido em meados daquela década, colocando-a em xeque. Decorre desta análise a conclusão de que "a conciliação foi uma estratégia dos grupos dominantes para construir estruturas de poder estáveis e para evitar rupturas revolucionárias" (p. 116). A partir das décadas de 1970 e 1980, novos estudos avançaram sobre o conceito de conciliação, com destaque para o ensaio de Antônio Cândido sobre o romance *Memórias de um sargento de milícias*, de Manuel Antônio de Almeida. Nesta análise, destacou que determinados comportamentos populares como tolerância, flexibilidade ou indiferença diante de determinados episódios difíceis ou autoritários funcionariam como estratégias destes setores populares para lidar com a ordem que vem do alto. Michel Debrun, por sua vez, apostou em uma dupla conciliação: uma chamada de ideologia primária, produto da relação entre europeus, africanos e indígenas, associadas a uma certa flexibilidade entre norma e resistência; e a outra, de natureza propriamente política, que forneceria subsídios para que a dominação ocorresse baseada em mecanismos ideológicos (p. 117). Seja como for, desses estudos decorre a ideia de que o conceito de conciliação envolve as relações entre raça e classe, bem como seus conflitos, assim como também envolve processos de dominação. Com inspiração nesses estudos, Pato Sá Motta tenta compreender como esses processos ajudaram a dar forma a uma cultura política no Brasil, tentando romper com a polaridade entre cultura e ideologia (binarismo até então marcado pela rivalidade entre a tradição norte-americana e a tradição francesa desses estudos).

O ineditismo da proposta daquele historiador decorre do enfrentamento de uma questão, a saber, os possíveis efeitos da conciliação/acomodação sobre os setores populares. Ele questiona "até que ponto tais estratégias [de despolitização dos setores populares para excluí-los das disputas de poder] surtiram efeito e foram integradas à cultura popular" (p. 118), e tenta compreender se os artifícios ideológicos se

materializaram/internalizaram na cultura do país. Ele pontua que os arranjos de dominação estiveram presentes há séculos, da independência do país à Proclamação da República, da escravidão colonial à política indigenista do século XX, por exemplo – estas mesclando práticas de paternalismo com violência física e simbólica – estratégias que garantiriam a dominação de enormes contingentes humanos. Isso também ocorreu no contexto da última ditadura, iniciada com o golpe de 1964, inclusive em seu desfecho gradual marcado pelo processo de anistia e pela ausência de julgamento e punição em relação aos crimes cometidos pelos agentes do Estado (p. 119). Muito das tradições brasileiras poderia ser mais bem compreendido com base nas considerações feitas acima, entre elas, destaca o historiador:

> "a costumeira desconfiança em relação às instituições políticas e o apego às lideranças carismáticas; a frágil adesão popular aos partidos e ao debate das ideias políticas; os baixos índices de participação política dos cidadãos [...]; a frequente falta de confiança em ações políticas coletivas; o apreço por políticas gradualistas e a aversão a soluções radicais; as explosões intensas de participação ou de protesto popular (quebra-quebras, depredações, manifestações de rua), ao mesmo tempo superficiais e efêmeras" (PATO SÁ MOTTA, p. 120).

A partir do exposto, isto é, da genealogia do conceito de cultura política e suas implicações na história do Brasil, Pato Sá Motta traz o debate conceitual para o terreno da crise política brasileira neste final da segunda década do século XXI e segue respondendo a críticas realizadas sobre uma de suas obras, à qual é citada como base das suas inquietudes e de sua investigação sobre o conceito de cultura política [brasileira]. Embora esse não seja propriamente o foco desta tese, convém uma maior aproximação com algumas das considerações do autor nesta seção de seu trabalho, a qual versa sobre o tempo em que vivemos no país, seus conflitos, e as disputas contemporâneas entre segmentos sociais em território brasileiro, todas elas relacionadas ao conceito de cultura política e, mais propriamente, com o exame do conceito de *acomodação* – no qual o autor prefere investir, por considerar mais amplo que o conceito de *conciliação*.

O que ocorre é que o livro sobre o qual Pato Sá Motta discorre e cujas críticas se propõe a responder, aborda a pesquisa sobre as universidades e a ditadura. O autor acaba se tornando alvo de críticas por entrar em um campo bastante sensível, eivado de

melindres e traumas. Sua pesquisa aponta, em suma, que houve acomodação nas universidades brasileiras durante o período da ditadura. Setores intelectuais reagiram à pesquisa por pressuporem que o autor estaria sugerindo uma espécie de conivência dos professores em relação ao regime, mas Pato Sá Motta é enfático e preciso: "tais relações [entre o aparato repressivo e os meios acadêmicos e intelectuais] foram permeadas por jogos de acomodação que não se enquadram na tipologia binária resistência versus colaboração" (p. 124-125). O historiador, a partir das muitas entrevistas que realizou, foge de modelos gerais que situam intelectuais [tão somente] no campo da resistência e o aparato estatal [tão somente] no campo da repressão. Na vida prática, evocando aqui um conceito rüseniano, o que orientava o agir era a necessidade de sobreviver, de ambos os lados, o que, no final das contas, impelia que escolhas devessem ser realizadas. Intelectuais de esquerda conseguiram se manter nas universidades e isso não é irrelevante: o que contribuiu para isso? Que jogos foram jogados para que esses intelectuais se equilibrassem em suas cadeiras profissionais? Até que ponto reprimir ostensivamente esses segmentos da elite intelectual do país contribuiria para a manutenção do regime? Não é irrelevante considerar que este segmento representava um percentual mínimo, muitíssimo pequeno, da população brasileira, onde flexibilizar a circulação do marxismo nos corredores acadêmicos poderia ser mais interessante – porque controlável – do que empreender uma caça às bruxas com direito ao completo esvaziamento dos quadros do magistério superior. Isto não minimiza nem ignora a perseguição sofrida pela intelectualidade do país, mesmo porque os jogos de acomodação nem sempre funcionavam e não devem ser lidos sob um ponto de vista determinista; mas há que se considerar que essa experiência [da repressão ostensiva], se generalizada, apaga os muitos mecanismos e estratégias empreendidas pelos próprios intelectuais com o intuito de preservar os seus. O terreno, como já dito, é sensível. Contudo, Pato Sá Motta é categórico: "o expurgo de docentes foi acompanhado de acordos para proteger alguns intelectuais de esquerda, que continuaram a trabalhar em instituições acadêmicas públicas". O autor segue, pontuando a existência de "casos de contratações de docentes com tal perfil [de esquerda] mesmo na fase mais aguda da repressão". E não só isso. É preciso destacar que "houve arranjos também para retirar pessoas das prisões, para liberar passaportes retidos e para obter autorização de saída do país" (p. 125).

E por que propriamente nos interessa o ponto de vista de Pato Sá Motta? Em que pese as muitas críticas que recebeu, bem como a pertinência das réplicas que empreendeu, Pato Sá Motta se aventura em um campo de disputas, tanto do ponto de vista conceitual e teórico (ditadura, cultura política etc.) quanto do ponto de vista da memória e do corporativismo profissional, que caracterizam o universo do sensível. Nesse campo de disputas, enveredar por interseções parece ser um caminho interessante para pensar fora da caixa, para além dos modelos explicativos pré-estabelecidos. Aqui nos interessa especialmente os "jogos de acomodação que não se enquadram na tipologia binária resistência versus colaboração" (p.124-125).

Esse não-lugar situado em algum ponto entre não morrer e resistir, ou entre ceder e sobreviver, rompe os binarismos explicativos no que se refere à experiência de vida durante a ditadura, principalmente em regiões periféricas não contempladas nos grandes manuais de história. No nosso caso, em específico, pensar as manobras realizadas no seio da universidade e as possíveis flexibilizações que os agentes do Estado se permitiam, dada a pequenez do quantitativo populacional que compunha a elite intelectual do país – se comparada ao contingente total da população – e as possibilidades de controle deste pequeno segmento de letrados, serve de parâmetro para que projetemos interpretações sobre como este mesmo aparelho repressor atuava em áreas em que os contingentes eram compostos de grandes conglomerados demográficos, onde a população em sua maioria era de baixa ou nenhuma escolarização, muitos dos quais formados por pretos, pardos, migrantes, nordestinos, roceiros e campesinos, trabalhadores em sua maioria absoluta. Se os corredores acadêmicos eram potencialmente controláveis a partir de jogos de acomodação, como esses jogos eram possíveis em ambientes onde a população a ser controlada era o retrato da maioria da população brasileira, tanto pelo perfil quanto pela quantidade? Seria possível pensar uma cultura política baixadiana, ou talvez duquecaxiense, em que esses ou outros jogos de acomodação pudessem ser experimentados?

# 2. O MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS ENTRE A ORDEM E O PROGRESSO: PASSADO RECENTE, PASSADO PRESENTE

## 2.1. O município de Duque de Caxias e o histórico de (des)ordem na cidade

O município de Duque de Caxias está localizado na Baixada Fluminense, o primeiro com o qual a cidade do Rio de Janeiro estabelece limite, partindo do centro da capital carioca. Embora limítrofe com outros municípios da Baixada, como São João de Meriti, Belford Roxo e Nova Iguaçu, ou da Região Serrana, como Petrópolis, foi a proximidade com o Rio de Janeiro que imputou ao município de Caxias a alcunha de *cidade-dormitóri*o. O título parece amparar-se no fato de que os trabalhadores caxienses se deslocariam para a capital fluminense para seus ofícios e retornariam para suas residências para o descanso. Durante muitos anos, este modo de vida era efetivamente comum à população do município, mas o perigo está na estereotipificação da cidade a partir de dados contingenciais. Os estereótipos não são mentira em si mesmos, mas verdades incompletas e parciais. E porque incompletas, são insuficientes para explicar realidades mais profundas e complexas como as relacionadas às experiências locais dos moradores daquele município.

Do mesmo modo que alcunha acima sinalizada é promotora de rótulos limitadores, especialmente porque configura à cidade um perfil dependente e submisso à estrutura da capital fluminense, também é limitador pensar a sociedade caxiense e suas dinâmicas políticas atuais à luz do que é experimentado na cidade do Rio de Janeiro. Isso vale especialmente para a onda conservadora que motivou o presente estudo e que está diretamente ligada às eleições presidenciais de 2018. O que quero dizer é que, no contexto mesmo em que o cenário político começou a caminhar com os passos da extrema-direita e que culminou com a eleição de Jair Bolsonaro à presidência do Brasil, não faltaram opiniões e argumentos que relacionavam a pobreza e a violência da população às escolhas políticas direcionadas a este campo político. Parecia fazer sentido que o município de Duque de Caxias compusesse no Estado do Rio de Janeiro a lista das cidades onde o bolsonarismo mais se frutificaria. Contudo, nem no tempo presente – quando as escolhas

políticas dos caxienses não espelhariam, necessariamente, as aspirações da capital fluminense – nem em um passado um tanto mais longínquo (neste caso, os anos da ditadura), as leituras sobre a população daquele município serão suficientes se se limitarem aos estereótipos binários de uma sociedade civil que ou apoiou ou rechaçou os governos ditatoriais. Porque, é preciso dizer, grande parte desses estereótipos está fundado no protagonismo dos eventos que se dão/deram no seio da capital, Rio de Janeiro, e seus agentes políticos mais notáveis (no caso do estado fluminense, obviamente). São estes os personagens que ganham os livros didáticos e se tornam famosos nos muitos meios impressos, televisivos e cinematográficos.

Não apenas o bolsonarismo em si, mas as convicções que têm sido profundamente associadas a este movimento no Brasil, entre as quais: o negacionismo científico, o movimento antivacina, o terraplanismo, a perseguição a professores (concebidos como doutrinadores), o combate à "ideologia de gênero", a demonização das esquerdas de forma mais ampla e, de forma mais específica, a exaltação do período da ditadura, como exemplo ou baluarte de uma opção política viável a partir do advento de um uma intervenção militar no país – conforme atestam as inúmeras manifestações que ganharam a imprensa brasileira desde os desdobramentos das Jornadas de Junho de 2013. Reside precisamente aí o incômodo que levou ao começo da pesquisa: pesquisar por que a cidade de Duque de Caxias, que foi diretamente afetada pelo regime militar, desde a sua imediata inserção como Área de Segurança Nacional até as investidas violentas de militares sobre a população da cidade, escolheu como representante maior da nação o candidato que publicamente defendeu a ditadura militar e exaltou nomes do alto escalão das Forças Armadas ligados a práticas de tortura durante aquele regime, como é o caso do Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, homenageado por Bolsonaro em discurso na Câmara dos Deputados, quando da votação pelo impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em 2016.

Assim, acredito que seja necessário colocar a cidade de Duque de Caxias em perspectiva, em relação a esta escolha política. Não acredito que seja suficiente pensar que a cidade, isoladamente, tenha optado pela atual configuração das forças políticas do país. Posto isso, antes de enveredar pela seara da história do município e suas contingências durante a ditadura, e também antes de adentrar o terreno da memória das pessoas que ali viveram, gostaria de analisar brevemente o pleito de 2018, tentando

compreender a atuação e as escolhas dos eleitores da cidade. Mas não de forma isolada, senão através da comparação com as demais cidades que compõem a região da Baixada Fluminense. Mais ainda, compreendendo estes números à luz do que significaram as eleições de 2018 para o Estado do Rio de Janeiro, de forma geral.

Para tanto, valho-me dos números que compõem as estatísticas de votação em todo o Estado fluminense. Podemos ler visualmente os dados estatísticos dos dois turnos do pleito de 2018 e chegar a uma imagem gráfica concebida a partir do escalonamento dos percentuais do candidato vencedor, distribuídos de forma gradativa, considerando cada resultado dos municípios da Baixada Fluminense, em comparação com a capital, Rio de Janeiro, o próprio Estado do Rio e os votos totais do país. É precisamente importante visualizar esses dados porque a imagem do resultado pode nos dar uma ideia mais elucidativa do que significaram os votos da Baixada Fluminense em termos de escolha política. Para além, é possível situar, no gráfico, o município de Duque de Caxias dentro da região da Baixada, assim como compará-lo com os dados do Estado e da União.

A primeira observação a respeito das escolhas políticas dos eleitores é relacionada ao Estado do Rio de Janeiro. De uma forma geral, os fluminenses fizeram uma opção muito acentuada por um polo político, notadamente aquele com bandeiras alinhadas à extrema-direita e fundadas em preceitos conservadores e em discursos que apelavam a uma certa "regeneração moral" da sociedade. No primeiro turno, 59,79% dos votos foram destinados ao, então candidato, Jair Bolsonaro, em todo o estado do Rio de Janeiro, enquanto para o segundo lugar, ocupado pelo candidato Ciro Gomes, os votos totalizavam não mais que 15,22% dos eleitores. Fernando Haddad foi o terceiro candidato na preferência dos fluminenses, embora habilitado para o segundo turno, no contexto nacional, com a marca de 14,69% dos votos dentro do estado fluminense. Já no segundo turno, Bolsonaro ampliou a preferência dos eleitores, conquistando 67,95% dos votos fluminenses, àquela altura absolutamente insuperáveis pelos 32,05% do segundo colocado, Haddad.

**Tabela 1 – Eleições 2018: Brasil x RJ x Baixada Fluminense: porcentagem e números do 1º turno[21]**

| ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS 2018 – 1º TURNO | Regiões e municípios | | Jair Bolsonaro (PSL) | | Fernando Haddad (PT) | | Ciro Gomes (PDT) | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | % | *Votos* | % | *Votos* | % | *Votos* |
| | Norte Fluminense | C. Goytacazes | 55,19 | *131.431* | 16,95 | *40.355* | 13,88 | *33.042* |
| | Sul Fluminense | Angra dos Reis | 67,37 | *59.499* | 14,95 | *13.204* | 9,85 | *8.696* |
| | Região dos Lagos | Cabo Frio | 67,40 | *70.511* | 9,86 | *10.310* | 12,88 | *13.478* |
| | Região Serrana | Petrópolis | 62,44 | *102.541* | 9,57 | *15.710* | 14,99 | *24.623* |
| | Vale do Paraíba | Valença | 47,88 | *18.175* | 24,13 | *9.160* | 14,27 | *5.417* |
| | Reg. Metropolitana | São Gonçalo | 59,62 | *277.978* | 17,34 | *80.858* | 13,41 | *62.506* |
| | Baixada Fluminense | Guapimirim | **59,07** | ***16.510*** | **20,98** | ***5.864*** | **8,78** | ***2.454*** |
| | | Magé | **61,06** | ***76.079*** | **19,53** | ***24.330*** | **9,66** | ***12.031*** |
| | | Itaguaí | **66,51** | ***42.488*** | **14,37** | ***9.181*** | **9,45** | ***6.036*** |
| | | Seropédica | **63,77** | ***24.610*** | **14,05** | ***5.420*** | **12,24** | ***4.722*** |
| | | Paracambi | **61,76** | ***15.049*** | **14,58** | ***3.553*** | **14,17** | ***3.453*** |
| | | Queimados | **59,43** | ***33.789*** | **18,22** | ***10.362*** | **10,96** | ***6.231*** |
| | | Japeri | **58,60** | ***29.283*** | **22,46** | ***11.225*** | **8,68** | ***4.339*** |
| | | Nilópolis | **65,56** | ***63.845*** | **12,70** | ***12.364*** | **13,27** | ***12.921*** |
| | | Nova Iguaçu | **65,04** | ***267.051*** | **14,76** | ***60.602*** | **10,98** | ***45.069*** |
| | | Mesquita | **65,02** | ***62.947*** | **14,82** | ***14.351*** | **11,45** | ***11.089*** |
| | | Belford Roxo | **61,15** | ***138.676*** | **19,55** | ***44.336*** | **9,46** | ***21.452*** |
| | | S. João de Meriti | **64,29** | ***163.283*** | **15,23** | ***38.673*** | **11,22** | ***28.487*** |
| | | **Duque de Caxias** | **61,40** | ***274.487*** | **17,34** | ***77.504*** | **11,40** | ***50.959*** |
| | **Capital** | **Rio de Janeiro** | **58,29** | ***1.930.657*** | **12,02** | ***398.033*** | **19,49** | ***645.674*** |
| | **Estado** | **RJ** | **59,79** | ***5.107.735*** | **14,69** | ***1.255.425*** | **15,22** | ***1.300.292*** |
| | **União** | **BRASIL** | **46,03** | ***49.276.990*** | **29,28** | ***31.342.005*** | **12,47** | ***13.344.366*** |

**Fonte: Tabela comparativa com dados completos dos resultados em todos os municípios da Baixada Fluminense e da cidade do Rio, do Estado do Rio de Janeiro e do Brasil, e também de alguns municípios de diferentes regiões do Estado.**

[21]Dos 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro, em apenas 10 (Pinheiral, Valença, Rio das Flores, Comendador Levy Gasparian, Três Rios, Carmo, Trajano de Moraes, Quissamã, Laje do Muriaé e Porciúncula) o candidato Jair Bolsonaro venceu por menos de 50% dos votos no 1º turno. Nos demais, a porcentagem ultrapassou a metade dos votos válidos para o candidato do PSL.

**Tabela 2 – Eleições 2018: Brasil x RJ x Baixada Fluminense: porcentagem e números do 2º turno** [22]

| ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS 2018 - 2º TURNO | Regiões e municípios | | Jair Bolsonaro (PSL) | | Fernando Haddad (PT) | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | % | *Votos* | % | *Votos* |
| | Norte Fluminense | C. dos Goytacazes | 64,87 | *147.437* | 35,13 | *79.838* |
| | Sul Fluminense | Angra dos Reis | 74,31 | *63.148* | 25,69 | *21.829* |
| | Região dos Lagos | Cabo Frio | 67,40 | *70.511* | 9,86 | *10.310* |
| | Região Serrana | Petrópolis | 74,20 | *116.947* | 25,80 | *40.665* |
| | Vale do Paraíba | Valença | 47,88 | *18.175* | 24,13 | *9.160* |
| | Reg. Metropolitana | São Gonçalo | 67,35 | *307.577* | 32,65 | *149.075* |
| | Baixada Fluminense | Guapimirim | 67,50 | *17.709* | 32,50 | *8.525* |
| | | Magé | 69,06 | *83.510* | 30,94 | *37.416* |
| | | Itaguaí | 74,97 | *46.148* | 25,03 | *15.406* |
| | | Seropédica | 71,82 | *27.258* | 28,18 | *10.695* |
| | | Paracambi | 69,62 | *16.288* | 30,38 | *7.108* |
| | | Queimados | 68,47 | *38.830* | 31,53 | *17.884* |
| | | Japeri | 66,48 | *32.013* | 33,52 | *16.143* |
| | | Nilópolis | 71,82 | *68.352* | 28,18 | *26.814* |
| | | Nova Iguaçu | 72,48 | *291.877* | 27,52 | *110.820* |
| | | Mesquita | 71,73 | *67.824* | 28,27 | *26.728* |
| | | Belford Roxo | 68,88 | *153.078* | 31,12 | *69.174* |
| | | São João de Meriti | 71,46 | *176.534* | 28,54 | *70.499* |
| | | Duque de Caxias | 68,79 | *300.227* | 31,21 | *136.240* |
| | Capital | Rio de Janeiro | 66,35 | *2.179.896* | 33,65 | *1.105.393* |
| | Estado | RJ | 67,95 | *5.669.059* | 32,05 | *2.673.386* |
| | União | BRASIL | 55,13 | *57.797.847* | 44,87 | *47.040.906* |

**Fonte: Tabela comparativa com dados completos dos resultados em todos os municípios da Baixada Fluminense e da cidade do Rio, do Estado do Rio de Janeiro e do Brasil, e também de alguns municípios de diferentes regiões do Estado.**

Embora os resultados gerais do Estado do Rio de Janeiro no primeiro turno apontem para a sequência Bolsonaro (1º) – Ciro (2º) – Haddad (3º), esta não foi uma marca dos municípios do Estado isoladamente. Em algumas cidades, como Petrópolis e Cabo Frio, a sequência dos resultados até corresponde ao resultado final geral do Estado do Rio. Na Baixada Fluminense, apenas o município de Nilópolis seguiu esta sequência

22No 2º turno do pleito de 2018, a vitória de Jair Bolsonaro se deu na faixa abaixo dos 60% em 10 municípios (Rio Claro, Pinheiral, Valença, Três Rios, Carmo, Trajano de Moraes, Quissamã, Cambuci, Miracema e Porciúncula). Em outros 03 (Rio das Flores, Comendador Levy Gasparian e Laje do Muriaé), o candidato Fernando Haddad conseguiu virar o placar, vencendo Bolsonaro com percentuais que levemente ultrapassavam a faixa dos 50%. Mas o fato é que os demais 79 municípios fluminenses, incluindo a capital e a cidade de Duque de Caxias, consagraram a vitória do candidato do PSL, à época, ultrapassando em todos eles os 60% dos votos válidos.

de preferência entre os eleitores. A razão é simples. Na capital fluminense, a quantidade absoluta de eleitores é expressivamente superior à demografia média dos municípios do estado. Entre os cariocas, Ciro Gomes ocupou a segunda posição no resultado final com certo conforto em relação a Haddad, terceiro colocado. A escolha política dos cariocas efetivamente pesou na balança do resultado final. Assim, é preciso considerar que as escolhas políticas da cidade do Rio de Janeiro, embora possam impactar os âmbitos estadual e federal, não necessariamente explicam e nem obrigatoriamente refletem na mesma medida a dinâmica e as escolhas políticas dos demais municípios do estado.

Quando olhamos para o município de Duque de Caxias no contexto do primeiro turno das eleições de 2018, observamos que o perfil daquela cidade se aproxima muito mais do perfil individual da maioria dos municípios do estado do Rio de Janeiro e se distancia consideravelmente da capital. No contexto da Baixada Fluminense, Caxias ocupa uma posição intermediária em relação à quantidade de votos conferidos a Jair Bolsonaro (61,40%) – nem tão avassalador quanto em Itaguaí (66,51%), nem tão "equilibrado" quanto em Japeri (58,60%) – guardadas as devidas reservas quanto ao que pode ser considerado "equilibrado" em uma eleição marcada por uma quantidade enorme de municípios que conferiram mais de 60% dos votos para o candidato vencedor do pleito.

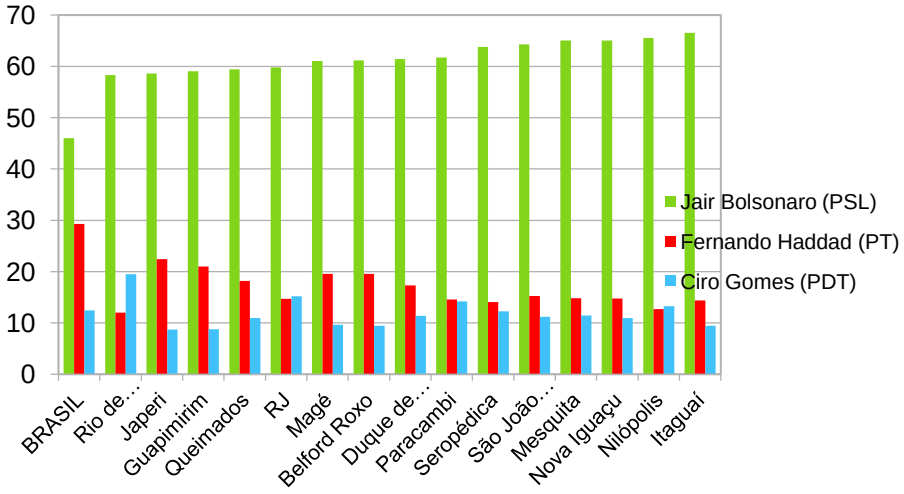
Já no segundo turno, Caxias cedeu espaço para as demais cidades da Baixada Fluminense em relação à quantidade de votos para Jair Bolsonaro (68,79%), aproximando-se mais do resultado obtido em Japeri (66,48%), cidade da Baixada Fluminense onde este candidato também saiu vitorioso, mas com o menor percentual de votos em relação às demais cidades da região. Caxias também se aproxima do perfil geral do Estado do Rio de Janeiro (67,95%) e da própria capital (66,35%), afastando-se de resultados mais abissais, como aconteceu em Itaguaí, onde Bolsonaro conquistou 74,97% dos votos e, Haddad, meros 9,45%. A tendência se repete se o olhar se dirigir para os votos em Haddad, que em Caxias recebeu 31,21% dos votos no segundo turno, percentual relativamente próximo ao do município do Rio (33,65%) e do Estado do Rio de Janeiro (32,05%).

Da análise desses dados resultam algumas considerações. A primeira é que, a despeito das pontuais diferenças entre os municípios, em todo o Estado do Rio de Janeiro, a vitória da extrema-direita, personificada na escolha de Jair Bolsonaro como porta-voz

de suas bandeiras foi avassaladoramente significativa e inquestionável. Tratou-se, nos dois turnos, de um abismo percentual que isolou o primeiro colocado dos demais candidatos. No primeiro turno, Bolsonaro saiu vitorioso em absolutamente todos os municípios do Rio de Janeiro. No segundo turno, a diferença percentual entre os dois candidatos no estado fluminense foi de 35,9% – mais do que o percentual de votos de Fernando Haddad (32,05%). Na média do Brasil, essa diferença cai para 10,26%. Em Caxias, ela é ainda maior que no Estado, subindo para 37,58% – bem mais do que os 31,21% de Haddad.

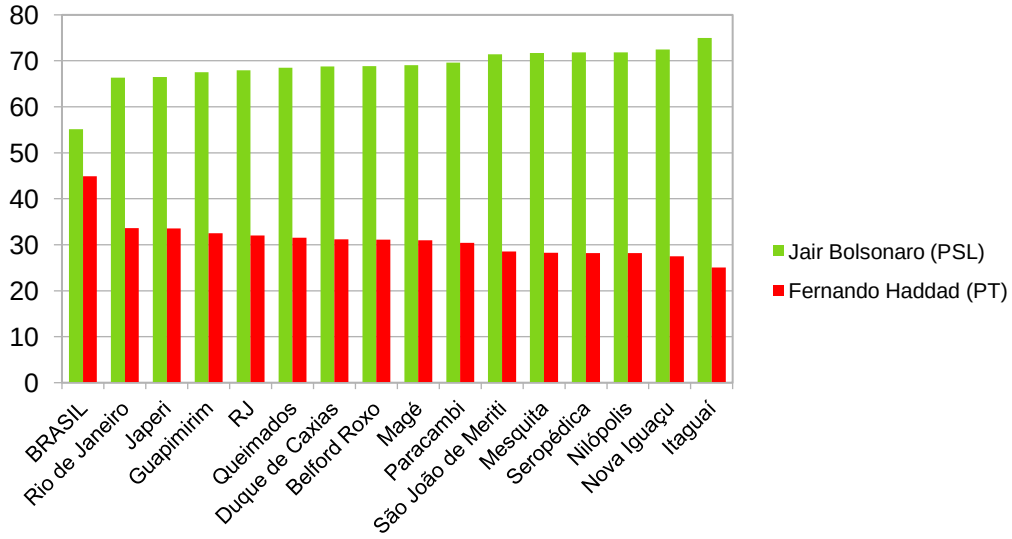
A segunda observação é que, em termos de escolha política, Duque de Caxias apresentou uma posição mediana em relação aos demais municípios da Baixada Fluminense, tendendo no segundo turno a diminuir a vantagem de Bolsonaro em relação a Haddad. Porém, no geral, o município ocupou uma posição que poderia, grosso modo, representar a média resultante do equacionamento dos demais municípios baixadianos e, também, do perfil geral do Estado do Rio de Janeiro, cujos resultados apontaram para, numa ponta, o peso da capital fluminense (cuja diferença percentual no segundo turno entre primeiro e segundo colocados foi menor do que qualquer município da Baixada) e, na outra ponta, a força do interior do Estado e de parte significativa da Região Metropolitana, onde a vitória de Bolsonaro se deu de forma mais abissal (como em São Pedro da Aldeia, na Região dos Lagos, que rendeu ao candidato do PSL a marca de 80,60% dos votos válidos, contra 19,40% do concorrente petista), à exceção das cidades de Rio das Flores, Comendador Levy Gasparian e Laje do Muriaé, onde Haddad venceu Bolsonaro por uma tímida maioria dos votos válidos.

**Gráfico 1 – Percentual de votação nas eleições 2018 (1º turno): Brasil x RJ x Baixada Fluminense**




**Fonte: Elaborado pelo autor com buscas seletivas através do link: https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/apuracao/presidente.ghtml acesso em 2022.**

**Gráfico 2 – Percentual de votação nas eleições 2018 (2º turno): Brasil x RJ x Baixada Fluminense**




**Fonte: Elaborado pelo autor com buscas seletivas através do link: https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/apuracao/presidente.ghtml acesso em 2022.**

O terceiro aspecto a ser comentado em relação aos resultados das eleições de 2018 diz respeito às diferentes expectativas políticas tanto no município de Duque de Caxias quanto na cidade do Rio de Janeiro. Esse aspecto é particularmente interessante porque ele sinaliza para a necessária atenção em relação às distintas realidades socioeconômicas vividas pela população nessas municipalidades. São contextos sociais diferentes, históricos de desenvolvimento diferentes, como diferentes são os sentidos que determinadas experiências históricas assumiram nos dois municípios. No caso do Rio de Janeiro, cidade, a narrativa historiográfica que relaciona a experiência da ditadura a este município está bastante afinada a uma certa hegemonia narrativa[23] acerca do regime militar. É essa narrativa que, comumente, é acessada pelos estudantes da educação básica e divulgada pelos seus respectivos professores de história de Duque de Caxias[24], como sendo parte do conteúdo mínimo deste componente curricular. Reside neste descompasso entre Caxias e Rio um importante ponto de interseção que une tanto os eventos do tempo

---

23Ao me referir a uma hegemonia narrativa, não estou desconsiderando o profícuo debate existente a respeito da ditadura, tampouco sacramentando qualquer corrente historiográfica que sustente alguma leitura específica dos anos ditatoriais. O que se quer dizer é que, diante da necessidade de síntese que é requerida principalmente onde a história se quer pública, ou diante das grandes narrativas históricas que são construídas para orientar uma ampla audiência sobre como tal passado se deu – como é o caso dos livros didáticos escolares ou uma novela televisiva – a cidade do Rio de Janeiro é quase que naturalmente inserida no transcorrer dos acontecimentos como se deles fosse inseparável. De forma que, falar de ditadura no Brasil é, quase automaticamente, trazer à tona os eventos transcorridos no Rio, desde os antecedentes do golpe de 1964 (por exemplo, o comício da Central do Brasil), passando pelos eventos-chave da narrativa da ditadura (assassinato do estudante Edson Luís no Calabouço, a construção da Ponte Rio-Niterói, a bomba do Riocentro etc.), pelos personagens famosos emblemáticos do período (Zuzu Angel, Chico Buarque, dentre outros) até as manifestações de resistência (a passeata dos Cem Mil na Cinelândia, o comício das Diretas Já na Candelária etc.). Contudo, esse modelo explicativo, que é tão próximo da cidade do Rio de Janeiro, apresenta-se distante e distinto do município de Duque de Caxias, a despeito de ter sido esta cidade uma das primeiras do Estado e do Brasil a serem decretadas como Área de Segurança Nacional pelos militares. Nesse caso, é necessário fazer o esforço de recorrer a uma abordagem historiográfica vinculada à história local e suas metodologias para atrelar Caxias à ditadura. Ao passo que a história da ditadura no Rio de Janeiro, grosso modo, é perfeitamente lida e compreendida como uma história de âmbito nacional, ainda que fatos específicos se desenrolem no domínio do local. E isto assim se dá por diversos fatores, dentre eles, obviamente, o fato de a cidade ter sido, durante muitos anos, a Corte do Império e a capital da República. Da mesma forma como o estatuto de corte e capital contribuem na construção de uma imagem de passado profundamente atrelada à cultura histórica do município do Rio e, nesse sentido, também a uma narrativa historiográfica de caráter nacional, também no município de Duque de Caxias existem imagens do passado que se constroem e reconstroem recorrentemente. Esses passados duquecaxienses performaram e ainda performam a cultura histórica do município e contribuem para a existência de expectativas distintas para Caxias no tempo presente, incluindo, neste caso, as que tratam dos anseios que levaram seus moradores a estabelecer um perfil eleitoral diferente do da capital fluminense quando do pleito presidencial de 2018.

24Não apenas de Caxias, mas do país inteiro, se levarmos em conta o papel do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD), que possui alcance nacional, ou da própria Base Nacional Comum Curricular (BNCC), igualmente de abrangência estendida.

presente, representados pelo pleito de 2018, quanto os do tempo passado, representados pela experiência da ditadura. Nos dois casos, salienta-se o perigo de se tomar o todo pela parte, alijando a parte da devida diferença em relação ao todo. Ao tomarmos a capital fluminense como baliza para compreender outras realidades que lhe escapam, corremos o risco de produzir e reproduzir compreensões equivocadas nos mais diversos campos do conhecimento, e com a historiografia não é diferente. E porque o alvo desta pesquisa é uma dimensão do campo historiográfico, a saber, as contingências da ditadura no país e as memórias caxienses sobre elas, é que se faz necessário debulhar a realidade daquele município nos anos em que vigeu a ditadura no Brasil.

## 2.2. O progresso bate à porta: transformações socioeconômicas de Caxias entre as décadas de 1950 e 1980

Pretendo levantar algumas questões de ordem socioeconômica para buscar compreender a experiência de cidade vivida pelos moradores de Duque de Caxias entre os anos 1950 e 1980. Concentro-me nas décadas de 1960 e 1970 devido ao interesse notório nos anos da ditadura, mas entendo que é necessário recorrer à década de 1950 (e, indiretamente, às décadas anteriores) para compreender a formação da cidade no decênio seguinte, inclusive em relação a episódios importantes para a história do município que ocorreram antes da ditadura (como o saque de 1962). Estendo o olhar até os anos 1980, precisamente até 1985, que é o ano de referência para pensar o fim da ditadura no Brasil e, no âmbito local, trata-se do ano de transição para o primeiro prefeito diretamente eleito após o regime ditatorial.

Nesta seção, pretendo discorrer sobre as condições de moradia e habitação que, à luz da história do município de Duque de Caxias, são dimensões diretamente relacionadas às políticas de loteamento que caracterizaram as cidades atingidas diretamente pelo nacional desenvolvimentismo. Também pretendo abordar os impactos do progresso na

cidade e a relação deste com algumas narrativas memorialistas[25] sobre o passado caxiense. Assim, tratarei sobre a chegada das indústrias na cidade, sobre o surto demográfico em seu território e os impactos dessas transformações no âmbito social, desde a instalação da Fábrica Nacional de Motores (FNM) em Xerém, nos anos 1940, e outras empresas importantes ao longo das décadas seguintes, ao aumento significativo da violência urbana em razão, em grande parte, da precariedade do planejamento do crescimento urbano do município. Na década de 1950, Caxias atingiria o auge da aprovação de loteamentos em seu território[26], conforme trataremos mais à frente, fato que merece ser observado com o auxílio tabelas e dados estatísticos. As décadas seguintes – precisamente as que nos interessam para nosso objeto de estudo – são seguidas por um decréscimo progressivo na aprovação de loteamentos e, segundo Costa (2009), a década de 1970 chegou reduzir a menos da metade os loteamentos aprovados na década anterior[27]. O resultado foi duplo: a diminuição da oferta e do tamanho dos terrenos oferecidos e o encarecimento de seu preço de mercado. A rede de transporte não acompanhou a explosão demográfica, de forma que morar em Caxias durante os anos 1960 e 70, para grande parte de sua população, era equilibrar-se entre uma moradia cada vez mais encarecida e espremida por entre lotes cada vez menores, e um deslocamento ineficiente cujos custos podiam chegar a consumir até um quarto da renda do trabalhador (COSTA, 2009, p. 176). Trataremos, ainda, da origem do crescimento demográfico da cidade, que foram as sucessivas levas migratórias que irromperam dos interiores em direção às proximidades da cidade do Rio de Janeiro, e exploraremos uma reflexão sobre adjetivação recebida pela cidade durante muitos anos, que é a de ser ela uma "cidade-dormitório", pois entendemos que uma análise sobre a

---

[25] Valho me aqui da concepção de "memorialistas" conforme definido por Ana Lucia Enne em sua tese de doutorado. Ela identificou a existência de pelo menos duas sub-redes de intelectuais que pensariam a Baixada Fluminense, em geral, e Caxias – que é o nosso caso – em particular. Essas sub-redes seriam os memorialistas e os acadêmicos. Para os memorialistas, a história de Caxias e dos demais municípios da Baixada era concebida a partir da narrativa dos acontecimentos, enquanto que para os acadêmicos, o foco seria a problematização dos processos. No início do projeto desta tese, havia a intenção de aprofundar o diálogo entre essas duas tradições intelectuais para analisar como o passado da cidade era construído, principalmente durante a ditadura civil-militar. O interesse, contudo, foi postergado, e deverá ser retomado em momento oportuno. Ver: ENNE, 2002, p. 142-288.

26Resultando num total de 85.642 lotes, segundo o cadastro municipal de 1978.

27Na década de 1960, o total de lotes aprovados foi de 60.038 e, na década seguinte, o número foi reduzido para 27.988.

vida e trajetória de trabalhadores não poderia abdicar de refletir sobre como a cidade é representada no diálogo com a composição de sua população.

### 2.2.1. O surto demográfico e a cidade do progresso

A questão que dispara todas essas observações sobre um conjunto tão expressivo de transformações socioeconômicas não poderia ser outra senão o crescimento demográfico[28] da cidade. De acordo com Pierre Costa (2009), em 1960, a cidade que contava com pouco mais de 92 mil habitantes no decênio anterior, ultrapassa a marca dos 240 mil. O número quase dobra em 1970, chegando a mais de 430 mil. Foi precisamente nesta década que o município viveu um processo de urbanização sem precedentes em sua história. Marlúcia Santos de Souza (2002) investigou as transformações do município nesse período. Ela destaca o chamado "surto progressista" ou "era do desenvolvimentismo" que atravessou a cidade a partir da década de 1950. Grande parte desse desenvolvimento econômico decorreu do crescimento do comércio que se expandiu em disparada a partir de meados dos anos 1950. Segundo a historiadora, 206 indústrias empregavam cerca de 3,18% da população caxiense na segunda metade dos anos 1950. Nove agências bancárias davam dinamismo às transações do município e a produção agrícola batia a marca dos dezessete milhões de cruzeiros. Na Baixada Fluminense, Caxias liderava a arrecadação e a taxa de crescimento populacional (p. 113-114). Na década seguinte, reforça Marlúcia Santos de Souza, o crescimento seria ainda maior, alcançando o índice de 161%. Alguns fatores contribuíram para a façanha, dentre os quais, a abertura da Avenida Brasil, da Rodovia Presidente Dutra e da Rodovia Washington Luís, a organização do campesinato fluminense que garantiu a este setor a permanência na terra, além do funcionamento de duas grandes empresas estatais: a REDUC (Refinaria Duque de Caxias), cuja construção foi finalizada em 1961, seguida pela FABOR (Fábrica de Borracha), no ano de 1962 (SOUZA, 2002, p. 114).

---

28IBGE – Censos Demográficos do IBGE – 1940, 1950, 1970.

**Tabela 3 – População do Estado e da Baixada nos anos 1950 e 1960**[29]

| Ano | 1950 | 1960 | Crescimento aproximado |
|---|---|---|---|
| Estado | 2.297. 194 | 3.367.738 | 47% |
| Nilópolis | 46.406 | 95.111 | 105% |
| Nova Iguaçu | 145.649 | 356.645 | 145% |
| São João de Meriti | 76.462 | 190.516 | 149% |
| Duque de Caxias | 92.459 | 241.026 | 161% |

**Fonte: Censo Demográfico de 1950 e 1960. IBGE**

As empresas de renome instaladas no início da década de 1960 em Caxias marcaram a era do chamado "surto progressista", consolidando a industrialização através de grandes companhias nacionais. Mas é importante considerar que o processo de industrialização da cidade teve início em anos anteriores, em parte em decorrência das estratégias econômicas tomadas ainda na década de 1930 em nível nacional, com Vargas no poder, diante de um contexto internacional de crise decorrente da fratura econômica de 1929 e a Grande Depressão que a seguiu, conjuntura que permitiu à produção industrial do Brasil, pela primeira vez, superar a produção agrícola. Não à toa, Caxias receberia duas grandes companhias ainda na década de 1940. A este respeito, Stélio Lacerda (2010) endossa que:

> A periferia das grandes cidades atraiu indústrias, como o foi o caso – no Rio de Janeiro – do Andaraí, Gamboa, São Cristóvão, Madureira, Bangu.... As fábricas contribuíam ao povoamento das áreas suburbanas – a Companhia Progresso Industrial do Brasil, ao inaugurar sua fábrica de tecidos em Bangu, em 1889, incentivou o povoamento daquela região. Em Duque de Caxias, na década de 1940, instalaram-se duas grandes empresas: a FNM (Fábrica Nacional de Motores), em Xerém; e a Companhia União Manufatora de Tecidos, no bairro Centenário. Nos anos seguintes, o perfil industrial se acentuou com a chegada de fábricas de menor porte – metalúrgicas, produtos alimentícios, material de limpeza.... Nos anos 1960, consolidou-se a industrialização da cidade com o Polo Petroquímico – a REDUC (Refinaria Duque de Caxias) (LACERDA, 2010, p. 15).

[29] Apud SOUZA, 2002, p. 115.

Estimulada pela industrialização, Duque de Caxias viria a se tornar a "Meca" do progresso, segundo a visão de alguns memorialistas, como José Lustosa[30], que escreveu orgulhosamente no final dos anos 1950 sobre o lento, porém significativo caminho que o município encontrou para chegar ao progresso, cujo ícone era seu parque industrial que, a propósito, "(...) representa a maior riqueza, e dela advém a maior renda para o município de Duque de Caxias. (...) Foi assim, relativamente lenta, a evolução da cidade" (LUSTOSA, 1958, p. 113-114). Lustosa registrou detalhadamente cada evidência material que espelhava a modernidade no município. Assim, do primeiro prédio com

[30] O trecho a seguir ilustra como o memorialista compõe a narrativa de superação do passado da cidade de Duque de Caxias. Note-se a associação direta entre o progresso representado pelas inovações arquitetônicas e urbanísticas com personagens progressistas do município, a quem tributa homenagens devido ao patriotismo dos referidos munícipes. Note-se, ainda, que os referidos idealistas do progresso são reconhecidos desta forma por homenagearem o passado do país, mas o passado que realmente ficou no passado. Comemora-se o centenário da Independência do Brasil, mas como evidência de que o país avançou cem anos. Os indígenas são reconhecidos enquanto marcos fundacionais da identidade nacional brasileira, mas não como agentes do presente na cidade. Assim, são os cidadãos progressistas da cidade a quem se presta a autêntica homenagem do memorialista. Dessa maneira, José Lustosa discorre: "Como colaborador do progresso, é justo que se destaque o nome do Dr. Abel Forquim de Abreu Mendes, pois a êle devemos um dos primeiros levantamentos topográficos, que se realizou, compreendido, entre à atual Rua Pinto Soares, com a Rua Dr. Manoel Reis, à margem da linha férrea, nas proximidades da estação. Pràticamente foi esta uma das primeiras realizações para o fim de loteamento organizado, dentro da séde, onde se fizeram lotes de 12x60, e que foram oferecidos a cincoenta mil réis o lote. Isto foi por volta do ano de 1918 época em que a malária fazia vítimas. O fato desistimulava os compradores, que não podiam crer na recuperação da baixada pantanosa. Porém escrito estava, nas páginas do destino, que o progresso viria, e mais rápido do que calculavam os céticos, os descrentes .... De 1919 a 1920, D. Francisca Tomé, proprietária à época, do sítio da Jaqueira, vendo o brilhante trabalho do Dr. Forquim, solicitou dele os seus trabalhos profissionais, para o loteamento da propriedade, o que que se combinou, para em 1922 estar a obra completada. Como coincidisse à data da conclusão, com os festejos do Centenário, o conjunto recebeu o nome de VILA CENTENÁRIO. Era o progresso em marcha ... A mesma senhora, possuidora de outra faixa de terra, do lado oposto da linha férrea, anunciou sua venda. Surgiu um vulto extraordinário, de visão e ação, que se candidatou a compra: Antônio Gonçalves Ferreira Netto, que juntamente com seu irmão, Adalberto Gonçalves Ferreira, criaram um moderno núcleo residencial e comercial que recebeu o nome de Itamaraty. Pretendiam êstes idealistas, colaboradores do progresso, prestar suas homenagens aos primitivos donos das nossas TERRAS, os INDÍGENAS, e dessa maneira deram nomes de tribus aos logradouros que faziam. Não parou aí a atividade dêsses homens, gastando somas elevadas levaram água encanada até o loteamento, e instalaram uma bica pública na Praça que hoje tem o nome de Praça Coronel João Telles, bica que hoje não mais existe. É comum chamarem o magnífico bairro Itamaraty, de Itatiáia, porque uma de suas artérias principais têm o nome de Avenida Itatiáia. Não demorou que os herdeiros de Antônio Telles de Bittencourt, vendessem a Fazenda do Engenho do Pôrto, que já tivera o título de "Vassorinha", sendo a mesma também loteada, e dela resultando o famoso Parque Lafaiete. Seria por demais fastidioso para o leitor acompanhar passo a passo a criação de tantos e admiráveis bairros já que o processo passou a ser o mesmo, isto é, terras que se compravam e loteavam, afim de atender a ância de moradores, que corriam em busca da terra da promissão, da méca do progresso" (LUSTOSA, 1958, p. 92-93).

elevador ao primeiro acidente de automóvel da cidade, as transformações de Caxias às vésperas da virada para a década de 1960 representaram, para o memorialista, o sinal de que a cidade caminhava em direção ao futuro, libertando-se das amarras coloniais e obsoletas[31].

> Era desolador o conjunto de todo êsse casario baixo, anti-estético, em tôrno de vielas e travessas, distribuídos ao lado das antigas estradas, que eram trânsito forçado de tropas, carros e carroças, carregando gêneros para os centros de consumo, para os portos movimentados os produtos das lavouras e indústrias rudimentares. A transformação, embora morosa, foi das mais completas. Apresenta-se agora a cidade, com a magestade das novas construções e as conquistas progressistas das gerações diversas, que deram a contribuição, maior ou menor, para a valorização diuturna do patrimônio coletivo, parte integrante da terra fluminense e do Brasil (LUSTOSA, 1958, p. 91-92).

O transporte da cidade também era, para Lustosa, o sinal do avanço da cidade em direção ao progresso. O memorialista registrou que no ano de 1958 a cidade possuía:

**Tabela 4 – Veículos em tráfego indiscriminado no Município (1958)[32]**

| Veículos | Quantidade |
|---|---|
| Automóveis de Passeio (particulares) | 425 |
| Caminhões e ônibus | 2.309 |
| Automóveis de aluguel | 178 |
| Carros à tração animal | 325 |
| Bicicletas em geral | 3.680 |
| Veículos sem especificar | 22 |
| Total | 4.939 |

**Fonte: Lustosa, 1958, p. 97.**

Dessa maneira, o memorialista celebra orgulhoso os quase cinco mil veículos que trafegavam pelas ruas da "Meca do Progresso" no final dos anos 1950. Quanto aos ônibus,

---

[31] "Continuavam, em vários bairros, verdadeiros aleijões, os casebres coloniais, em ruínas. Era necessário novo surto de animação, afim de que melhoramentos, julgados indispensáveis, fôssem dando novas roupagens ao panorama. Empreendimentos deviam surgir para ampliação urbanístico a ser executado" (LUSTOSA, 1958, p. 114).
[32] LUSTOSA, 1958, p. 97.

em especial, destaca o nome de uma empresa específica como que ilustrando, a partir dela, a evolução de Caxias rumo à modernidade:

> É com satisfação que registramos de modo especial a Emprêsa Duque de Caxias Ltda. Fundada em 5 de maio de 1945, começou sua atividade com dois carros apenas. Em 1946, 10 sócios resolveram aumentar e desenvolver o capital, dêstes, nove eram extrangeiros e um apenas brasileiro. Aos poucos, foi o sócio brasileiro adquirindo, as quotas de capital dos seus colegas extrangeiro, até comprá-las totalmente. Hoje o Sr. Sebastião Araújo, é o único proprietário da mais moderna frota de veículos do Município, contando com 51 carros ultramodernos, no valor de dois milhões e quinhentos mil cruzeiros, cada um, podendo transportar até 100 passageiros de cada vez. Trata-se de uma emprêsa altamente organizada, que prima em atender bem aos passageiros (LUTOSA, 1958, p. 98).

Mas o otimismo e o idealismo de José Lustosa são contrapostos pelo realismo e a objetividade de Pierre Alves Costa (2009), que não tem a mesma impressão quanto ao transporte da cidade. Destaca este último o descompasso entre a explosão demográfica e a oferta de transporte em Caxias. É certo que, de um lado, a chegada de novos meios de transporte contribuiu para valorizar os novos lotes ofertados à população, porém, não se pode afirmar o mesmo em relação à suficiência desses sistemas de locomoção no atendimento à necessidade da população, na visão de Costa. O historiador afirma que o transporte era ineficiente e caro nos anos 1970, para frustração de idealistas do progresso de Caxias, como aquele referido memorialista. Endossa a posição de Pierre Costa o historiador Antonio Augusto Braz (2006), que destacou, dentre outros problemas, a irregularidade, a falta de segurança e o desconforto dos sistemas de transportes, sobretudo quando do momento de transição em que o eixo ferroviário já se encontrava saturado e a cidade já mirava no transporte automotor, aproveitando-se das rodovias que passaram a cortar o município.

> O deslocamento da maior parte da mão-de-obra ativa no município de Duque de Caxias para o trabalho no Rio de Janeiro e pelo município, impunha à população um enorme problema em relação à regularidade e a qualidade dos transportes públicos. O progressivo aumento populacional saturou o eixo ferroviário que servia a região e as abertura de novos loteamentos cada vez mais distantes das estações ferroviárias, estimulavam o surgimento de um tipo de transporte auto-motivo irregular, conhecido como “lotação”, que era

> marcado pela irregularidade de horário, pelo desconforto e pela insegurança (BRAZ, 2006, p. 87).

No campo educacional, Lustosa destaca a contribuição de nomes da cidade que atuaram diretamente para levar Caxias em direção aos padrões da civilização, dentre os quais, o da educadora Armanda Álvaro Alberto, famosa por defender uma alimentação saudável e suficiente para os estudantes do ensino primário e por ter criado a escola que futuramente veio a ser conhecida como "Mate com Angu", justamente por conta da prioridade da alimentação dos estudantes[33]. Associada à busca do que havia de mais moderno, que era a segurança alimentar, a professora Armanda teria enfrentado uma "luta titânica" com os departamentos oficiais, pois ela "que já vinha estudando os métodos mais modernos, clamava, em relatório, sobre a necessidade do amparo oficial" (LUTOSA, 1958, p. 124). Lustosa destaca a trajetória de personagens como a referida professora, à luz do heroísmo e atrelada à jornada da educação em direção ao progresso. Mas não apenas isso. O memorialista se ocupou de sondar quantas e quais eram instituições de ensino que o município possuía, bem como a relação entre seus segmentos e os índices do país. Assim, temos que, em 1958, Caxias contava com alguns dados estatísticos como apresentados na tabela 5 a seguir:

**Tabela 5 – Escolas de Caxias – Dados estatísticos**

| **Ensino primário: 1958** | |
|---|---|
| Unidades municipais | 29 |
| Unidades particulares | 101 |
| **Ensino secundário** | |
| Unidades | 3 |
| **Industrial** | |
| Unidades | 2 |
| **Categorias diversas** | |
| Unidades | 29 |
| **TOTAL** | **164** |

**Fonte: LUSTOSA, 1958, p. 112**

[33] Escola Regional de Meriti. Sobre a refeição oferecida no estabelecimento, é importante considerar a perspicaz observação de Nielson Bezerra, que reconhece a importância da instituição enquanto modelo sanitarista e pedagógico, mas que não deixa de identificar na merenda oferecida um elemento simbólico muito significativo que a remete aos tempos de escravidão e às casas de angu do século XIX. Ver:

É importante considerar que no censo de 1960, dois anos após o levantamento de Lustosa, Caxias contava com uma população de mais de 241 mil pessoas. É certo que, obviamente, nem todas em idade escolar. Se nos ativermos apenas aos estudantes, segundo Lustosa, temos os seguintes dados apresentados na tabela 6 a seguir:

**Tabela 6 – Levantamento quantitativo sobre a educação em Caxias (1958)[34]**

| | | |
|---|---|---|
| Ensino Municipal | Professores | 168 |
| | Alunos | 7.801 |
| | Relação Alunos x Professor | 46,43 |
| Ensino Particular | Professores | 389 |
| | Alunos | 15.645 |
| | Relação Alunos x Professor | 40,21 |
| Ensino Estadual | Professores | 79 |
| | Alunos | 4.213 |
| | Relação Alunos x Professor | 53,32 |
| **TOTAL** | **Professores** | **649** |
| | **Alunos** | **27.659** |
| | **Relação Alunos x Professor** | **42,61** |

**Fonte: Lutosa, 1958, p. 131.**

Os dados da tabela são bastante convidativos em muitos aspectos, e em si mesmos já têm um potencial avassalador para se compreender como a população caxiense se instruía no alvorecer da década de 1960. Aqui, porém, atendo-nos aos interesses deste estudo, limitar-nos-emos a destacar dois aspectos que os dados acima evidenciam. O primeiro deles, o disparate quantitativo entre os alunos das redes de ensino públicas (municipal e estadual) para a rede particular. Esta contava com quase o dobro de alunos do ensino municipal e quase o quádruplo de alunos do ensino estadual. O segundo, também decorrente das diferenças entre a educação pública e privada, é o nítido afrouxamento da relação entre alunos e professores quanto mais o estudante se afastava do ensino público primário e mais se aproximava do ensino secundário e, mais ainda, do

[34] Com base nos dados divulgados em: LUSTOSA, 1958, p. 131.

particular[35]. A cidade tida como a "Meca" do progresso, se era anunciada como potencialmente talentosa quanto à sua vocação para a modernidade, padecia quanto aos índices educacionais que não acompanhavam suas aptidões vocacionais. Lustosa, a este respeito, ciente do crescimento demográfico notório da cidade, afirmaria que:

> Triste é confessar, que estamos alheios ao conhecimento das letras, das artes e das ciências, sobretudo no que toca ao ensino Municipal, não por culpa dos professôres. Não deve ir nessa franqueza qualquer sombra de crítica destrutiva.
>
> Quem examinar com olhos serenos e imparciais o espêlho fiel que se segue, verá, que não há exagero, e, verificará que o problema tem fácil solução.
>
> Não culpamos os professôres, (com uma despesa estimada de "Educação Pública" para 1958, de Cr$ 4.439.112,00), em face de uma população de Duzentos Mil Sêres Humanos, é óbvio, que o milagre não se verificará. (...) (LUSTOSA, 1958, p. 125).

### 2.2.2. Terra à vista: ondas migratórias, política de loteamentos e estratégias de sobrevivência

De forma acelerada e não planejada, a população caxiense cresceu e se urbanizou. Buscando livrar-se do atraso e extirpar a sombra dos anos em que a malária assombrou a região, a aceleração rumo ao progresso traria novos problemas e, com eles, novos desafios. Em 1960, a população urbana do município chegava aos 72,1% da população total. Mas em 1970, esse número despontou para avassaladores 93,8%. As condições básicas de vida também melhoraram em termos absolutos, mas nem de longe os números eram satisfatórios. Nos anos 1960 nem mesmo uma rede geral de esgoto havia em Caxias, e apenas 20% de sua população, aproximadamente, teria, no ano de 1970, um destino mais ou menos "adequado" para seus dejetos[36]. Se somarmos os números da demografia do

---

[35] No Brasil do final da década de 1950, a instrução estava dividida de acordo com as seguintes categorias: a) instrução primária: a cargo das secretarias de educação dos Estados e dos Municípios; b) instrução secundária: dada pelos governos federal, estadual e pelas instituições particulares; c) instrução superior: a cargo da União e administrados pela Universidade do Brasil. Ver: LUSTOSA, 1958, p. 125.

36Justificam-se as aspas: as instalações a que se referem o percentual são de fossas sépticas, que totalizam 20.831 em 1970, para uma população geral de 89.482 habitantes.

município às precárias condições nas quais sua população vivia nas décadas de 1960 e 70, teremos uma forte combinação de fatores que ajudam a explicar, por exemplo, o crescimento da violência urbana e o aumento da insegurança no município, o que parecia ser um padrão para a realidade de toda a Baixada Fluminense nessa época.

> O expressivo crescimento populacional, a acelerada e não planejada urbanização e as precárias condições de vida aumentaram o quadro de violência social na [Baixada Fluminense]. A população não dispunha de serviços públicos essenciais (quantitativamente e qualitativamente): coleta regular de lixo, sistema de água encanada, rede de esgoto, escolas públicas e hospitais, dispositivo de segurança pública, entre outros.
>
> [...] Caxias detinha, até 1945, 534 veículos motorizados, 11 logradouros públicos iluminados com luz elétrica e somente um posto telefônico para ligações interurbanas. Apenas 4% de suas residências tinham, em 1960, água encanada, inexistindo também uma rede de esgotos (COSTA, 2009, p. 177).

O crescimento acelerado da população caxiense em muito se deve à força da migração para as terras do município, principalmente após a emancipação, em 1943. Antonio Augusto Braz afirmou categoricamente: "Duque de Caxias é uma cidade de migrantes" (BRAZ, 2009, p. 25). E é ele quem explica como Caxias se tornaria alvo das ondas migratórias que partiam das cidades nordestinas do país, das cidades mineiras e capixabas, dos interiores fluminenses, e também da própria cidade do Rio de Janeiro.

> Esse conglomerado urbano desordenado, característica do município e da Baixada Fluminense, constitui-se a partir da década de 30 do século XX, poucas décadas depois em que uma profunda crise demoliu a economia e a sociedade rural/colonial que havia caracterizado a região nos séculos anteriores. Essas terras recuperadas e entregues à especulação imobiliária, tornaram-se alvo de uma forte migração interna de contingentes populacionais ansiosos por tentar uma vida melhor na capital federal, o Rio de Janeiro, ocupando sistematicamente seu entorno. Essa avalanche populacional avolumou-se nas décadas de 40 e 50 contribuindo para reconfigurar politicamente e administrativamente a região (BRAZ, 2009, p. 25-26).

Uma vez sanada a crise que afetou toda a região da Baixada no início do século, por volta da década de 1930 a situação se estabilizou. A especulação imobiliária atuou

sobre as terras recuperadas e delas se apropriava muitas vezes à margem da lei[37]. A partir da indústria e, agora também, com a especulação imobiliária, o que se observou foi uma verdadeira expansão urbana em direção às áreas periféricas do Rio de Janeiro, com destaque para a Baixada Fluminense, consolidando o que viria a ser conhecida e reconhecida como Área Metropolitana do Rio de Janeiro[38]. A partir dos anos 1940, afirmaria o historiador, o volume migratório só tenderia a aumentar. Some-se a esse quadro a resposta à pergunta fundamental: para onde esse contingente populacional tão volumoso estava migrando? Se para Caxias, como é suposto, então em que condições se dá a transferência dessas famílias? Nesse sentido, é necessário abordar as políticas de loteamento que caracterizaram a cidade a partir da segunda metade do século XX, porque grande parte dos migrantes viria a ocupar justamente as terras que eram adquiridas conforme se davam os loteamentos na cidade. Estes, por sua vez, transcorriam às margens da linha férrea, prevalecendo os núcleos mais próximos às estações de Caxias, Gramacho e Campos Elíseos (anteriormente, chamada Actura), e garantindo aos compradores dos lotes acesso mais fácil ao sistema de trens, ou então mais próximos à rodovia que cortava a cidade, a Rio-Petrópolis, o que também facilitava, como no primeiro caso, o deslocamento até a cidade do Rio de Janeiro. Esses primeiros lotes serviram de base a novas ondas de loteamentos, os quais passaram a ocupar os terrenos imediatamente secundários aos primeiros, afastando-se um pouco mais das rodovias e das estações e

---

[37] Sobre as transformações na legislação que permitiram manobras que facilitaram a grilagem de terras em Caxias, Antonio Augusto Braz afirma que: "Os interesses imobiliários e a "grilagem" se moveram em direção a apropriação de grandes propriedades abandonadas, contando com privilegiadas informações de agentes governamentais transformados em sócios desses empreendimentos [...]. Em 1937 uma mudança na legislação permitiu que as transações relativas à compra e venda dessas terras revalorizadas e judicialmente indefinidas pudesse acelerar essas transferências de titularidade de maneira muitas vezes fraudulenta. Segundo a nova legislação, as terras lançadas no mercado imobiliário em forma de loteamentos deviam ter seus registros e projetos alocados junto às municipalidades da região que, por sua vez, ficariam encarregadas da fiscalização não só dessa burocracia como também das ações relativas aos melhoramentos básicos que deveriam ser realizados nos loteamentos postos à venda, como arruamento e sistema de esgoto". Ver: BRAZ, 2006, p. 74.

[38] Em sua dissertação de mestrado, Antonio Augusto Braz sustenta que: "Esse movimento de expansão urbana em direção às periferias representou o lançamento das bases do que viria a se constituir como a Área Metropolitana do Rio de Janeiro que se caracterizaria pela cristalização de uma estrutura urbana baseada em uma dicotomia que opunha o núcleo, as áreas centrais do Rio de Janeiro, relativamente bem servido de infra-estrutura, com a presença atuante do poder público, onde residiam as classes mais favorecidas às áreas periféricas, os subúrbios próximos e distantes que serviam de lugar de moradia das classes populares e onde imperava a carência de infra-estrutura e do poder público". Ver: BRAZ, 2006, p. 36.

permitindo o afluxo de comércios e serviços para os futuros bairros da cidade (BRAZ, 2009, p. 28-29).

> As terras, antes alagadiças e insalubres, foram se tornando acessíveis à ocupação e intensamente retalhadas, foram sendo transformadas em loteamentos populares que passaram a brigar milhares de migrantes originários do Nordeste do país, de Minas Gerais, do Noroeste Fluminense e do próprio município do Rio de Janeiro. Até os primeiros anos da década de 60 quase 80% do total de loteamentos que se constituíram no período que vai de 1920 a 1980 já haviam se configurado (BRAZ, 2009, p. 26).

Em sucessivas ondas migratórias, Caxias foi sendo maciçamente ocupada por migrantes de algumas regiões específicas, conforme destacou Antonio Augusto Braz. A Região Nordeste indubitavelmente foi uma das que mais alimentou o fluxo de pessoas em direção a Duque de Caxias. Mas as levas migratórias não precisavam vir de tão longe. A região que compreende a tríplice divisa dos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo desponta como uma das principais áreas do país que protagonizou sucessivas histórias de famílias que se viram obrigadas a deixar sua terra natal para buscar melhores condições de vida. No Estado do Rio de Janeiro, as famílias do Noroeste Fluminense, de Itaperuna e arredores, representam bem esses grupos de indivíduos que "descem" fugindo da crise social e econômica que atinge os interiores. No estado capixaba, cidades como Cachoeiro do Itapemirim e Mimoso do Sul, figuram dentre as que mais testemunharam o êxodo de seus moradores em direção a Caxias. Em terras mineiras, Muriaé e Leopoldina também se destacam como cidades de onde partiram as famílias que viriam a ocupar os lotes em Caxias. Mas é certo também que a própria cidade do Rio de Janeiro também testemunhou este episódio de migração. Nesse caso, como numa reação em cadeia, zonas afetadas pela crise expulsavam famílias em direção a áreas mais afastadas da própria cidade, até que se escapa dos limites do município do Rio de Janeiro e o destino passa a ser a Baixada Fluminense. É por isso que, não raro, moradores da Zona Norte do Rio ou de suas favelas, passando por dificuldades financeiras, alimentavam a esperança da aquisição de terrenos em regiões como Duque de Caxias ou São João de Meriti.

Essas pessoas partiam de suas regiões de maneira estratégica. A incursão era exploratória numa primeira fase, visando sondar as possibilidades de se viver no futuro destino[39]. Alguns membros da família migravam primeiro, em geral os homens, tentavam conseguir algum tipo de trabalho que garantisse seu sustento nesta primeira etapa da migração, e somente quando a situação estava razoavelmente estabilizada o restante da família se transferia. Obviamente não é um roteiro tão rígido ou programável. O trabalho não era garantido, tampouco a aquisição de um imóvel ou um terreno para construir, de modo que não é exagero dizer que todo este processo pode ser lido à luz de uma grande aventura de sobrevivência[40]. As redes de solidariedade eram bem-vindas. Por isso, era tão comum o preenchimento de vagas de emprego por indicação, assim como não era raro que esses migrantes morassem na casa de seus parentes que conseguiram anteriormente algum nível de estabilidade, até a conquista de seu próprio terreno[41]. Sem nenhum tipo de equipamento de infraestrutura urbana que precedesse a ocupação pelos migrantes, grande parte das novas moradias dessas pessoas resultou de ações conjuntas para desbravar mangues e matagais, demarcar a terra comprada, ocupá-las e desenvolvê-las com as técnicas aprendidas em suas regiões de origem[42].

---

[39] Esse é o ponto de vista defendido por Antonio Augusto Braz, quando discorre sobre a progressão do processo migratório para Caxias: "Essa trajetória literariamente reconstituída revela uma importante questão relativa ao movimento migratório. O fato de que a migração das famílias se dava em etapas. Na maioria esmagadora das vezes, migravam primeiro os homens, que se empenhavam na obtenção de trabalho e moradia. Uma vez obtidas essas condições básicas, o restante da família transportava-se com a explícita intenção de reconstituir os laços de parentesco no novo lar e, principalmente com intuito de somar esforços na luta pela sobrevivência de todos". Ver: BRAZ, 2009, p. 33.

[40] Segundo Antonio Augusto Braz, "Os homens e mulheres que compuseram esse turbilhão populacional 'experimentavam suas situações' em meio a condições muito difíceis. As condições que encontraram eram precárias, num ambiente que mudava aceleradamente do rural para o urbano, pois recentes bairros dessa nova cidade pouca ou nenhuma estrutura ofereciam obrigando seus recém-instalados moradores a construir as estratégias necessárias para fixarem-se, sobreviverem e quem sabe progredirem na nova terra". Ver: BRAZ, 2009, p. 31.

[41] Antonio Augusto Braz estudou relatos de migrantes em Duque de Caxias. Assim, sobre esses estudos, afirma o historiador que: "Esses novos moradores, antes de comprar seu lote e construir sua modesta residência, vagavam por vários endereços ou moravam em casa de parentes. O Sr. Luiz Paulino, durante anos morou em Mantiqueira; o Sr. Antônio Massera, residiu em pelo menos cinco endereços diferentes no município, enquanto o Sr. Orlandim morou muitos anos em 'casas de cômodo' no centro de Caxias". Ver: BRAZ, 2009, p. 32.

[42] A esse respeito, Antonio Augusto Braz destaca que "Um dado interessante no processo de construção era a herança familiar das técnicas de construção e a amplitude familiar desse trabalho. Ainda segundo o Sr. José Matoso 'no começo meu sogro me orientava (...), mas depois fui aprendendo' e 'todo mundo ajudava nas obras, até a mulher e as crianças". De uma maneira geral, a maioria dos depoimentos ressalta esse trabalho coletivo da família, reservando pouca informação a respeito de ajuda de vizinhos na construção da

**Tabela 7 – Loteamentos aprovados pela Prefeitura em Caxias (RJ) – 1949-1978**[43]

| Período | Nº de lotes | (%) do nº de lotes | Área total (ha) | (%) da área total | Área média dos lotes (m²) |
|---|---|---|---|---|---|
| Até 1949 | 57.206 | 24,78 | 6.198 | 34,72 | 1.083 |
| 1950-1959 | 85.642 | 37,09 | 7.001 | 39,22 | 817 |
| 1960-1969 | 60.038 | 26,00 | 3.374 | 18,35 | 545 |
| 1970-1978 | 27.988 | 12,13 | 1.376 | 7,71 | 492 |
| Total em 1978 | 230.874 | 100 | 17.849 | 100 | 773 |

**Fonte: Prefeitura Municipal de Duque de Caxias – Cadastro Municipal**

Os dados acima suscitam algumas constatações importantes. A primeira delas é a curva de loteamento da cidade. Nela, podemos testemunhar e reconhecer que os anos 1950 são, realmente, a década em que o loteamento da cidade atinge seu ápice. É o cume da curva, a década de maior especulação e venda de terrenos em Caxias. Porém, esses lotes são significativamente menores que os anteriores. Disso decorre a segunda constatação, que diz respeito justamente ao tamanho dos lotes postos à venda. Nos primeiros anos, a área média dos lotes oferecidos aos ocupantes da cidade era notadamente superior aos anos seguintes, e a tendência de encolhimento segue para as décadas seguintes. O tamanho dos lotes progressivamente decresceu conforme os anos se passaram. Isso evidencia, conforme endossa o historiador Pierre Alves Costa (2009), uma política de valorização desses lotes, além da diminuição de oferta de terras conforme o passar dos anos. Com o avançar das décadas, e com as melhorias mínimas de infraestrutura que começam a chegar ao município (concentradas inicialmente no primeiro distrito), muitas das quais resultantes de obras de drenagem, de chegada de

casa. Provavelmente por se tratar de operações realizadas no âmbito do privado, já que quando se tratava de intervenções no espaço público, na área do bairro, esse esforço coletivo aparecia com mais constância". Ver: BRAZ, 2009, p. 35.

[43] COSTA, 2009, p. 175.

novos meios de transporte, da progressiva instalação de energia elétrica, o preço do metro quadrado dispara na cidade. Os novos compradores enfrentariam condições cada vez mais árduas, restando-lhes a opção de ocupar lotes cada vez mais estreitos ou adquirir algum tipo de moradia nas favelas caxienses. Em 1970, afirma Costa, mais de 21 mil pessoas moravam em nove favelas em Duque de Caxias[44]. Desse montante, o primeiro distrito disparadamente concentrava a população favelada da cidade, distribuída em cinco dessas comunidades (COSTA, 2009, p. 175-176).

### 2.2.3. Cidade-dormitório: desde quando ou até quando?

Uma última questão que me parece fundamental nesta investigação são os dados do mundo do trabalho daquele município durante os anos da 1960 e 1970, principalmente. Esses dados são importantes porque eles estão diretamente ligados à alcunha de *cidade-dormitório* pela qual o município ficou conhecido. De fato, Caxias foi uma grande fornecedora de mão-de-obra, especialmente no setor de serviços, para o Rio de Janeiro – mas também para outros municípios. Apesar da industrialização que se impôs à cidade (FNM, FABOR, REDUC etc.), ela não correspondeu na mesma proporção à empregabilidade local para sua população economicamente ativa, conforme apontado por Pierre Costa (p. 187). Em 1960, eram 64,5% da população caxiense os que trabalhavam fora do município de Caxias no setor industrial, e no setor de serviços esse número chegava a assustadores 88,9%. No ano de 1970, a proporção era de 70,3% no setor industrial e 83,5% no de serviços. Em relação aos ganhos da população economicamente ativa naquele município, quase metade (46,6%) recebia até 1 salário-mínimo, e uma outra fatia significativa (37,6%) abarcava entre 1 e 2,5 salários mínimos[45]. Apenas pouco mais de 10% da população recebia mais de 2,5 salários-mínimos (COSTA, 2009, p. 188).

---

[44] A população favelada de Caxias em 1970 era composta de 21.950 indivíduos, dos quais 20.300 estavam residindo em favelas do primeiro distrito. Ver: COSTA, 2009, p. 176.
45Salário mínimo entre maio de 1970 e abril de 1971: Cr$187,20.

Esses dados, contudo, possuem natureza estritamente socioeconômica. O rótulo de *cidade-dormitóri*o, ao que parece, se sustenta sobre eles, mas esquiva-se de outras dimensões da realidade local, como as de natureza política. Um estudo da década de 1970 – portanto, contemporâneo ao estrato temporal que nos interessa – critica o uso daquele rótulo à cidade justamente porque limitado ao âmbito da esfera econômica. Nancy Alessio e Irene Lopes (1971) contestam o título de Caxias como *cidade-dormitório* porque

> "trata-se de um exemplo típico de um município que, por força do crescimento de suas atividades econômicas, transformou-se rapidamente em centro industrial e mercado consumidor de primeiro grau, sem que esse desenvolvimento econômico fosse acompanhado de idêntico desenvolvimento institucional, quer no plano social, quer no plano político (p. 45).

O *xis* da questão sob esta perspectiva desloca-se da dependência em relação à metrópole fluminense e incide sobre a forma como o município cresceu, pelo menos, até o início da década de 1970. Além disso, as autoras sustentam que aspectos de outra ordem precisam ser considerados. Por exemplo, o descompasso existente entre a ampla produção industrial (atrelada aos altos índices de urbanização) e o processo de modernização da ação política; ou a profunda dependência entre mecanismos pessoais e informais da ação política e a influência das lideranças partidárias; ou ainda, o fato de que os conflitos políticos se dariam precisamente a partir de querelas locais e não de pautas mais amplas com impactos nos âmbitos estadual e federal (p. 45-46). Esses pontos são importantes e inspiram investigações posteriores a respeito da forma como a modernização da ação política se articula, em Caxias, com a produção industrial. Não será possível explorar a fundo o desdobramento desta articulação neste estudo, senão pelo caminho da cultura política e sua relação com as histórias dos trabalhadores. Porém, é importante destacar que esta brecha é potente no sentido de olhar para a cidade para além dos roteiros pré-concebidos e amparados somente por estruturas econômicas. É imprescindível que o olhar se atente para outras dimensões, como a cultura da cidade, as alianças e pactos políticos e as aspirações de ascensão social que ilustram algumas das narrativas que traremos para a cena desta investigação.

A crítica das autoras caminha em direção à busca de uma organicidade do município bastante *sui generis* do ponto de vista do lugar que ele ocupa no espaço e no tempo. No espaço, porque o município havia sido enquadrado como Área de Segurança Nacional em 1968[46]. No tempo, porque o próprio enquadramento de Caxias dentro de interesse muito específico para a segurança do país era parte central de um período de expressivo controle militar de pessoas e lugares, de endurecimento da vigilância política e do acirramento das práticas persecutórias, de censura e de violência de estado. Essa organicidade *sui generis* do município de Caxias, em termos teóricos, será buscada e conduzida neste trabalho a partir do conceito de *cultura histórica* (RÜSEN, 2010).

## 2.3. **Cultura histórica e as camadas de memória em Duque de Caxias**

Ao se evocar o conceito de cultura histórica, evoca-se também cada uma daquelas dimensões e, consequentemente, as respectivas disputas a elas atreladas. Cada uma delas comunica de uma forma o passado que se quer, e dependendo de como essa comunicação se instala e enraíza na comunidade, a memória se encarrega de agir no intuito de atribuir sentido ao passado no tempo presente, ora recorrendo à dimensão do poder e das ideias políticas, ora se amparando no universo do sensível e do estético. Pensar as relações entre cultura histórica e memória em Duque de Caxias traz algumas possibilidades e dúvidas, principalmente porque temos como foco o período da ditadura – ditadura que pública e notadamente é explicada nos mais diversos meios a partir de recursos estéticos (filmes, novelas, livros etc.) e políticos (partidos políticos, prisões, censura, tortura etc.). Como entender como esses recursos se constroem no caso do município de Duque de Caxias?

São pelo menos dois os caminhos possíveis de trilhar nesta seara: o primeiro deles, entender de que forma a população caxiense experienciou a ditadura e que sentidos este período confere ao tempo presente para ela. Neste caso, interessaria aqui entender as

46Lei Nº 5.449 de 4 de junho de 1968.

forças que atuaram, especialmente no contexto dos anos 1960 e 1970, no sentido de forjar uma determinada visão daquele período para os moradores da cidade. Caberia investigar o que estudaram ou deixaram de estudar na escola, quem eram os seus familiares, onde trabalhavam e que profissões tinham, as relações sociais que nutriam, se participaram de algum movimento de resistência, se tiveram algum familiar desaparecido durante o regime, se eram militares ou se o militarismo era parte da cultura familiar, entre outras questões. Todas essas inquietudes são fatores que ajudam a compor, hoje, uma visão de passado em determinado segmento social.

O segundo caminho é entender como a sociedade caxiense construiu sua visão de passado no contexto mesmo das décadas de 1960 e 70. É investigar o passado do passado, ou seja, o tempo que passou quando os anos 1960 e 70 eram considerados o presente que se vivia. Um presente constituído de sentido a partir de forças outras e questões tão diversas quanto aquelas sugeridas na seção anterior. Uma investigação que mira no passado do passado, mas que é disparada a partir do presente e só a partir dele pode obter respostas. Ao nos debruçarmos sobre o passado da Caxias dos anos 1960 e 70 (e não sobre o passado da Caxias de hoje), importará inquirir sobre outras questões que não necessária ou diretamente se conectam com as eventualidades da ditadura civil-militar especificamente. Assim, por exemplo, a investigação poderá inquirir sobre práticas migratórias, sobre o êxodo rural (especialmente numa região notadamente conhecida pela ascendência nordestina), sobre a política de concessão de terras, sobre as negociações com as lideranças políticas locais, sobre as dificuldades ou as facilidades de locomoção, sobre o impacto de uma carteira de trabalho e sobre questões relacionadas à violência urbana e a segurança pública. Todas essas contingências são fatores que antecedem os anos 1960, portanto, não são diretamente produto ou resultado dos desdobramentos da ditadura em Duque de Caxias. São sombras de passado que se projetam sobre o presente dos anos da ditadura, a partir dos construtos da memória, e fazem com que os rigores da cronologia escorram pelos dedos do pesquisador ávido por datas e marcos situacionais.

Esses dois caminhos possíveis não se excluem mutuamente. Eles se complementam. Isso significa que não é possível enveredar por um sem levar o outro em consideração, mas é possível realizar escolhas conscientes de perspectivas teóricas e metodológicas para a pesquisa. Neste caso, o segundo caminho é o que nos interessará

neste estudo, com a perspectiva de que o trabalho com memórias deve conduzido tal como é degustada uma sobremesa folhada, cujas camadas existentes de trigo perderiam o sentido e o sabor se apreciadas isoladamente e sem o recheio, quer seja o doce de leite, quer sejam as narrativas.

## 2.4. O saque de 1962: o quebra-quebra como elemento chave para a compreensão da memória da cidade

Se é correto dizer que a história não se repete jamais, é igualmente apropriado dizer que ela não é um somatório de ineditismos absolutos e isolados. Entre um ponto e outro, poder-se-ia ficar com a imagem de uma espiral, essa figura geométrica que acena para a onda, para a curva, para os ciclos, para avanços e retrocessos. A ideia de espiral do tempo não é nova e nem está circunscrita à disciplina da história propriamente dita. Ela está presente em teóricos como Jörn Rüsen (2016, p. 16), para quem o pensamento histórico precisa ser compreendido à luz desta figura geométrica e da metahistória, ou em Paul Ricoeur, com suas considerações sobre o *círculo hermenêutico* (REIS, 2005; 2006); no campo literário, mas também se tratando de história e escrita de si, Roland Barthes já afirmava que "o trajeto da espiral, tudo volta, mas em outro lugar, superior: é então a volta da diferença, a marcha da metáfora; é a ficção". (BARTHES, 1977, p. 96), ainda no campo da literatura, a ideia de espiral também poderia se aproximar do conceito de *cronotopo*, de Mikhail Bakhtin, quando este promove uma espécie de fusão entre os índices de tempo e de espaço, associados ambos às narrativas – o espaço transparecendo no tempo, e o tempo no espaço (DO CARMO ARCENIO; DE AZEVEDO, 2021). Conectando-se à ideia de espiral, mas indo além dela, há quem, na filosofia, associe o tempo ao conceito deleuziano de rizoma, porque "o rizoma remete à ideia de dispersão, de heterogeneirdade e de múltiplas conexões, pois qualquer um de seus pontos pode ser conectado a outro, rompido e reconectado", conforme sugere Margareth Rago (2003, p. 31), endossando as palavras de Peter Pelbart, para quem o tempo já não mais flui como um rio, "mas algo como a massa da Terra, os estratos emaranhados da Terra em constante remanejamento" (RAGO, 2003, p. 30).

Justamente porque localizada na espiral do tempo, a onda da crise política dos últimos anos sinaliza, curiosa, a existência de uma outra onda semelhante caracterizada pelo ambiente político confuso e instável, só que em outro plano da história. Não se trata, claro, de uma repetição de onda, mas da compreensão de que determinadas contingências existem geneticamente – parafraseando a tipologia da consciência histórica rüseniana – e como tal encontram fragmentos de paralelismo em suas oscilações. É o caso da instabilidade política pela qual o Estado do Rio de Janeiro e o próprio país, como um todo, passaram a partir do final da década de 1950 até meados da década seguinte (por razões que se diferenciam, muitas vezes, por abismos de sentido, como o cenário político propriamente em sentido estrito); mas seus efeitos e suas mazelas (inflação e fome, por exemplo) terminam por aproximar momentos tão distintos, e talvez isso explique a elaboração de uma seção de capítulo totalmente dedicada a esse momento.

Assim como julgou-se necessário esmiuçar as inquietudes sobre a crise política dos últimos anos, as quais impulsionaram a pesquisa no início, convém também abordar as inquietudes daquele contexto para compreender como se construíram determinados braços de memória em Duque de Caxias. É o caso do episódio que foi escolhido como metonímia histórica: o grande saque de 1962, naquela cidade. A figura de linguagem aqui se justifica: o saque – também conhecido como "quebra-quebra" – é uma parte que quase fala em nome da história daquele município das últimas décadas, como que devorando a cronologia em que é fundada; é um dos episódios da história de Caxias que mais se internalizaram na memória da população que conscientemente viveu aqueles anos, a ponto de sentirem os impactos deste episódio os seus descendentes imediatos, ainda que não tenham propriamente vivido o episódio. Esta reflexão já foi feita em trabalho anterior com maiores detalhes[47], e pode ser recuperada em momento oportuno.

O saque de 1962 é um marco na história de Caxias. Ele representa o *passado* para uma determinada geração de trabalhadores. O passado sem muita especificidade, sem muito apego cronológico, simplesmente ele – o passado. O quebra-quebra é um desses episódios que cabem num lacônico "antigamente". Em algum lugar enevoado da memória,

---

[47] ALMEIDA, Leandro Rosetti de. **Museu da lembrança: história ensinada, narratividade e memória.** Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Mestrado Profissional em História – Faculdade de Formação de Professores – UERJ, São Gonçalo, 2016.

lá está ele, o saque, irradiando através da lembrança seus raios a atravessar a história da cidade. Estariam neles a base de compreensão da cultura política de Caxias? Poder-se-ia começar a pensar em uma cultura histórica do município a partir dos sentidos produzidos por este episódio? Para ajudar a esclarecer os sentidos que o saque produziu na cidade, é preciso olhar para o contexto em que ele foi produzido. Porque o saque não se explica apenas pelo local; ele é como um prisma capaz de traduzir o micro em macro, e vice-versa. O quebra-quebra é a ligação capaz de conectar o pontual e o subjetivo, ligados às histórias individuais, ao geral e o coletivo, ligados aos eventos de maior proporção, e até à história política nacional – uma fagulha de micro-história que ajuda a pensar as relações tecidas no tempo.

### 2.4.1. A espiral fluminense: a crise do Estado do Rio de Janeiro entre os anos 1950 e 1960

Comecemos a partir da história do Estado do Rio de Janeiro. De que Estado fluminense estamos falando no final dos anos 1950? Estamos falando de uma unidade federativa que, naquela altura, tinha em seus domínios a cidade do Rio de Janeiro, que era também a capital do Brasil, mas estava prestes a deixar de sê-lo. No final daquela década, a Capital Federal dava seus últimos respiros no entorno da Baía de Guanabara, às vésperas de sua transferência para Brasília, a cidade modernista que precisou de um lago artificial para não sucumbir à seca, o Lago Paranoá. Com a transferência da capitalidade para o Planalto, a cidade do Rio de Janeiro ganharia o estatuto de Estado – a Guanabara – em torno da qual haviam estabelecidos um conjunto de municípios, dentre eles Niterói (a capital) e grande parte da Baixada Fluminense, por meio de municípios como Nova Iguaçu, São João de Meriti e Duque de Caxias, que seguiriam compondo o Estado do Rio de Janeiro. Esta é uma ruptura interessante na história de toda esta região, e será mais ainda a partir da fusão com o Estado da Guanabara em 1975. Pensar pelas rupturas pode trazer excelentes pontos de inflexão, e aqui não seria diferente.

Existe uma outra ruptura que não necessariamente compete com a anterior, mas nos ajuda a seguir adiante. Em 1961, o governador Roberto Silveira sofreu um grave

acidente que lhe tirou a vida, no meio do mandato, no auge de sua popularidade. O jovem governante tinha sido eleito pelo PTB, e sua morte aos breves 37 anos transtornou as esperanças daquele partido, que se desestabilizou, àquela altura, sem um nome que representasse, em igual proporção, a força política que Roberto Silveira possuía no Estado. A cadeira do Estado foi assumida pelo seu vice, Celso Peçanha, eleito pelo PSD em chapa distinta da candidatura de Silveira. Alvo de muitas críticas, seu governo tentaria se equilibrar em meio a uma enxurrada de críticas sobre desvios, corrupção, má gestão etc. O Estado do Rio se viu mergulhado em profunda crise política e financeira, e é durante o governo de Peçanha que se deu o grande saque de 1962, em Caxias.

Mas o motim de 1962 ocorrido naquele município não foi um movimento isolado. O Estado já se encontrava em instabilidade política e assistia a levantes populares há pelo menos dois anos. Em 1959, ocorreu o quebra-quebra das barcas que faziam a travessia Rio-Niterói. A população revoltada com a precariedade do serviço que era a ela oferecido pela empresa da família Carretero, não poupou esforços para destruir tudo o que visse pela frente, das barcas até as casas dos Carretero no centro de Niterói, com um contingente expressivo fazendo troça dos bens dos proprietários da empresa, que ficaram absolutamente revirados ou destruídos. No centro do levante, problemas de ordem econômica e social: uma grande greve de funcionários paralisou o serviço de transporte hidroviário e a solução foi convocar a Marinha para atuar interinamente na operação da empresa. Mas a escolha gerou péssimos resultados: o serviço colapsou, o caos se formou, tiros foram disparados pelos marinheiros, e então os revoltosos não se contiveram e o motim aconteceu.

Na mesma cidade, que era a capital do Estado, cerca de dois anos depois ocorreu a tragédia do *Grancircus Norte Americano*, isto é, em dezembro de 1961, episódio que traumatizou toda a cidade de Niterói por décadas. O rastro da fatalidade: mais de trezentas pessoas mortas diretamente pelo incêndio, além dezenas de feridos. O aparelho estatal fluminense foi colocado em xeque, mais uma vez. Inerte, incapaz, inábil – não faltaram desqualificações para explicar a frustração da população trabalhadora com a gestão pública dos bens. Uma população que se levantava em insurgência devido à precariedade em serviços essenciais, como transporte e segurança. Não se podia sequer contar com direito a lazer, pois, se um dos maiores empreendimentos de entretenimento da América

Latina naquele início de década não resistiu à imperícia e à instabilidade da administração pública, como se haveria de admitir que o cidadão comum poderia confiar no Estado para lhe garantir o mínimo de seguridade?

Entre 1960 e 1964, estima-se que mais de trezentas greves tenham irrompido no Estado do Rio de Janeiro. Somado a esse clima de insurgência das organizações trabalhistas, o campo também era palco de outros tipos de movimentos populares, dos quais as ligas camponesas eram, provavelmente, seu maior expoente. Da ocupação de fazendas aos clamores pela reforma agrária, o campo fluminense ecoava *dos* e fazia ecoar *nos* meios urbanos o sentimento de insatisfação diante da carestia a que estava submetida a maior parte da população do estado. No plano ideológico, o fantasma do comunismo surgia capitaneado pelos grandes veículos de comunicação, que não tardaram em associar os motins à chegada do perigo vermelho, especialmente com a ascensão de João Goulart à Presidência da República em setembro de 1961, após a renúncia de Jânio Quadros no mês anterior[48]. Os motins ajudaram a prosperar o anticomunismo no Estado do Rio de Janeiro. Mas outro fator também colaborou para que o quadro de instabilidade ganhasse, no Rio, um sabor tão intenso quanto amargo: à crise política e à crise financeira, somava-se a crise alimentícia. Nos anos que antecederam o golpe de 1964, o estado passou por um quadro de desabastecimento que deixou profundas marcas na história da região. De forma que, em algum nível, esses levantes – barcas, circo, greves, ocupação de fazendas etc. – acabam conectados pela escassez dos recursos básicos necessários à sobrevivência.

> "O descompasso entre a produção industrial e a agrícola, agravado pelo crescimento urbano provocaria um colapso no abastecimento dos grandes centros. Por outro lado, a prestação de serviços públicos essenciais, notadamente o de transportes, não havia acompanhado a demanda que o desenvolvimentismo do período de Juscelino desencadeara (...). Greves nos transportes, sonegação dos gêneros alimentícios, precário funcionamento dos serviços públicos essenciais, penalizavam, principalmente, as camadas

[48] "As manifestações populares que se verificaram no País, como consequência imediata da crise política entre o Presidente João Goulart e o "Premier" Moura Andrade, que logo em seguida renunciou, tiveram o seu clímax no Estado do Rio, onde a população enfurecida, em vários municípios, sob orientação de agitadores comunistas, depredou e saqueou mais de mil casas comerciais, numa revolta incontida diante da atual escassez de gêneros alimentícios. Quarenta e duas pessoas morreram e setecentas saíram feridas nos conflitos de rua, segundo os dados oficiais fornecidos pelo Palácio do Ingá, em Niterói". O Cruzeiro., 21 jul. 1962, p. 8.

> inferiores da população que exasperadas respondiam com atos de vandalismo – saques e quebra-quebras" (TORRES; MENEZES, 1987, p. 7-8).

E a situação no Estado do Rio se agravava devido à crise no abastecimento pela qual passava a unidade federativa. À época, a precificação dos insumos era ditada pela COFAP – Comissão Federal de Abastecimento e Preços[49] – órgão regulatório federal responsável pela fiscalização e pela padronização do consumo pela população, com destaque para aqueles produtos de primeira necessidade. Mas rotineiramente as iniciativas do plano federal eram boicotadas pelos varejistas, que artificialmente manipulavam os preços, retirando das prateleiras determinados produtos a fim de que a população pudesse pagar mais caro pelo produto que estava, aparentemente, escasso. Por outro lado, o sociólogo José Cláudio de Souza Alves lembra que "neste mesmo período, apareciam as notícias sobre as safras de arroz e de feijão, que colocavam o Brasil, no caso deste último produto, entre os maiores produtores do mundo" (ALVES, 2020, p. 149). Daí a razão da crítica que sequencialmente Alves tece ao questionar: "Como explicar então a falta destes produtos? Falha do sistema artificial de preços que não percebia os reais custos da produção ou resultado da estrutura agrária de monopolização das terras produtivas, modo de produção arcaico e relações de trabalho anacrônicas, típicas de um país onde a Reforma Agrária não ocorreu? " (ALVES, 2020, p. 149). Na prática e no chão da sobrevivência, a consequência deste período acabou sendo a racionalização da compra de alimentos, a proliferação de filas imensas para conseguir alguns poucos quilos de arroz ou feijão, e ainda mais greves e motins que estralavam cotidianamente pelo estado.

Mas a instabilidade política não era apenas marca do governo estadual. A crítica do sociólogo já indica que questões exteriores aos domínios do estado fluminense estavam em jogo. No plano federal, por exemplo, a situação não inspirava segurança política. O Brasil vivia sob um remendado regime parlamentarista, uma concessão controversa arranjada para que João Goulart fosse mantido no cargo de Presidente da República. A esse respeito, Torres e Menezes detalham o impacto político causado pelo remendo parlamentarista:

---

[49] Órgão criado em 26 de dezembro de 1951, durante o Governo Vargas, pela Lei nº 1.522. A COFAP vigorou até 1962, quando foi substituída pela Superintendência Nacional do Abastecimento (SUNAB).

> O parlamentarismo, solução improvisada e extemporânea, já nascera morto. Em seu curto período de adoção (setembro de 1961 a janeiro de 1963) provocara uma série de crises políticas com amplos reflexos sociais.
>
> Tanto assim que em junho de 1962 a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI) e o Pacto de Unidade e Ação (PUA) aliados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a ala esquerda do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) apoiaram Jango na indicação de San Tiago Dantas que teria seu nome rejeitado pelo Congresso Nacional. Diante do veto, essas organizações deflagrariam uma greve geral reivindicando um gabinete nacionalista. No dia 5 de julho de 1962 ela foi levada a efeito, apesar de não contar com o apoio de Jango. A greve funcionou como um verdadeiro vendaval que fez estremecer o já cambaleante parlamentarismo" (TORRES e MENEZES, 1987, p. 5-6).

### 2.4.2. A espiral caxiense: o levante de 5 de julho de 1962

Um dos motins dentre aqueles que emergiam aqui ou ali, todos os dias, em terras fluminenses, acabou ganhando destaque na imprensa e na memória da população: o saque de 1962, em Caxias – um levante que levou à morte 42 pessoas, oficialmente[50], e cerca de 700 feridos (ALVES, 2020, p. 145). Para alguns, os dados estão subestimados. Algumas fontes elevam o número de mortos para 65. O Jornal *Última Hora*, na edição do dia seguinte ao saque, dedicava duas páginas para o episódio, entre as quais a capa que ostentava com o massacre: "65 mortos e mil feridos nos saques". O desastre era explicado ainda na manchete: "Revolta da fome na Baixada Fluminense custou dezenas de vidas", em um tom muito ácido em relação aos estratagemas do governador Celso Peçanha – desvelando um personagem histórico que, apesar de em posição de poder, equilibrava-se entre a governabilidade e a impopularidade – mas bem menos sensacionalista que a abordagem do *A Noite*, que priorizou destacar do quebra-quebra a fúria da "multidão desvairada" a partir de seus "instintos sanguinários". Neste último periódico, o espetáculo

[50] Pelo menos até o início da noite do dia 5 de julho de 1962, quando a informação foi recebida pelo jornal Última Hora.

de sangue parecia dominar a pauta da redação[51]. Em um dos destaques da matéria naquele 6 de julho de 1962 era o que foi noticiado como "Enforcamento dantesco":

> Das cenas dantescas vividas desde a madrugada de ontem pelas populações das cidades de Caxias, Nilópolis, Meriti, N. Iguaçu e outras do vizinho Estado, a que mais dramática se revelou foi, sem dúvida, o bárbaro enforcamento de um negociante, que na tentativa de proteger seu estabelecimento da fúria da multidão desvairada, foi impiedosamente massacrado, a socos e pontapés. Dando vazão aos seus instintos sanguinários, elementos mais exaltados, passando uma corda pelo pescoço do infeliz, já nos estertores da morte, penduraram-no, numa trave do teto do estabelecimento alçando seu corpo ainda em vida com bruscos e violentos puxões da corda.
>
> A Noite. Balanço da Greve: Mortes, Saque e até Enforcamento. Pág. 7. Ano 1962. Edição 16073.

Então, o levante de 1962 em Caxias extrapolou as bordas do local; ele estava inserido em um contexto muito peculiar, tanto em nível estadual quanto em nível federal. Em nível local, o episódio se alinhava a outros motins que vez ou outra apareciam na cidade, como em outros municípios do estado, como aquele que quatro dias antes do grande saque explodiu nos arredores do bairro caxiense de Saracuruna, após os moradores descobrirem um depósito clandestino de feijão da casa Maracanã, obrigando o gerente a vender os produtos para o povo da cidade, ou como o abaixo-assinado contra a fome e contra a exploração econômica de grupos mais abastados que controlavam a venda de produtos de primeira necessidade, em São João de Meriti, no mesmo dia em que o depósito clandestino foi descoberto em Saracuruna (ALVES, 2020, p. 145). Em Niterói, dois dias antes do grande saque de Caxias, o povo saqueava armazéns e enfrentava as forças policiais nas ruas. A revolta niteroiense aconteceu após uma passeata popular até o Palácio do Ingá. O *Última Hora* tratou de noticiar que naquela cidade as chamadas "donas-de-casa" aguardavam a chegada do caminhão da COFAP, que não apareceu, e então teriam decidido partir para o quebra-quebra após o discurso insuflado pelo

[51] Além do caso de enforcamento que este estudo destaca, o jornal noticia e explora, ainda, outros episódios de violência, dentre os quais a morte de um tal vigia que veio a óbito por tentar proteger a propriedade onde trabalhava. Afirma o *A Noite* que "Adriano José dos Santos, vigia da Casas da Banha; na Praça Duque de Caxias, tentou, a todo custo, evitar que, a população penetrasse no estabelecimento sob sua guarda. Armado de pau, os saqueadores massacraram e pisoteando-o e deformando-o completamente. Teve morte instantânea. " (A Noite, 6 jul, 1962, p. 7).

governador Celso Peçanha sobre "quebrar a COAP" (a entidade equivalente à COFAP, mas a nível municipal)[52]. Contudo, isto não impediu que a revista *O Cruzeiro*[53] noticiasse, em matéria de 21 de julho de 1962, que o Estado do Rio testemunhou um "movimento que não tem precedentes na história do país", referindo-se ao episódio ocorrido em Duque de Caxias, ou que o *Jornal do Brasil*, em consonância com a revista, estampasse: "Verdadeira explosão popular".

No plano estadual, a unidade federativa que poderia estar usufruindo da renovação política, do refrescar democrático, na verdade revelava um pacto de governabilidade absolutamente fragilizado por muitos fatores, dentre os quais, a morte precoce do governador Roberto Silveira e a frustração das expectativas dos populares (e de seu partido) com a ausência de um nome que respondesse, à altura, as esperanças da população; a crise política motivada por um índice enorme de denúncias contra o governador Celso Peçanha, vice de Silveira, que não possuía tantas habilidades políticas e significativo lastro de representatividade junto aos eleitores; inúmeros episódios de revoltas populares e de organização de movimentos sociais que, desde o final da década de 1950, pavimentaram o caminho para a explosão do grande saque de 1962, entre os quais a revolta das barcas, as mais de trezentas greves, as ocupações de terra, as ligas camponesas e a expansão da atuação dos partidos de esquerda junto às camadas populares.

Ainda era madrugada quando, no dia 5 de julho, os trabalhadores saíram de suas casas e começaram a se aglomerar na Praça do Pacificador, a principal praça da cidade, no centro de Caxias, nas imediações da estação de trem e das rodoviárias que levavam a outros municípios. A aglomeração era explicada pela tentativa malsucedida de chegar aos seus postos de trabalho porque não havia transporte; havia sido deflagrada uma greve pelo CGG (Comando Geral de Greve) em razão da rejeição do nome de San Tiago Dantas pelo Congresso Nacional ao segundo gabinete do regime parlamentarista[54]. O nome de San Tiago foi escolhido por João Goulart, porém rejeitado em razão da preferência por

---

[52] NITERÓI: povo saqueia armazéns e enfrenta polícia nas ruas. Última Hora, Rio de Janeiro, 3 de julho de 1962.
[53] O Cruzeiro. "Greve e fome abalam o Brasil". Ano XXXIV – Nº 41 – 21 de julho de 1962. Edição 0041. Pág. 6.
[54] No caso em questão, trata-se do Ministério do Trabalho, segundo o historiador Alexandre Marques. Ver: https://lurdinha.org/site/50-anos-do-grande-saque-em-duque-de-caxias/. Acesso em: 22 mar. 2023

Auro de Moura Andrade[55] (TORRES e MENEZES, 1985, p. 8). Contudo, é importante considerar que desde o mês anterior, as principais centrais sindicais já apoiavam abertamente Jango quanto à indicação de San Tiago Dantas. Por este motivo, o CGC reivindicava um gabinete nacionalista, alinhado à causa dos trabalhadores, e contrário ao nome apontado pelo Congresso Nacional.

Deflagrada a greve, os trabalhadores caxienses saíram ainda mais cedo de suas residências para tomar o transporte público em direção aos seus postos de trabalho, grande parte deles localizado no Estado da Guanabara[56]. Esforço inócuo. A greve já havia atingido o setor de transportes. Aglomerados na Praça do Pacificador, o contingente de trabalhadores ali concentrados alcançou a marca das 20 mil pessoas, quando um anônimo anunciou aos gritos que havia feijão na Casa da Banha, uma das principais casas comerciais do centro da cidade (TORRES e MENEZES, 1985, p. 8-9). Foi o estopim para a explodir a revolta.

Após a tomada da Casa da Banha, outros estabelecimentos comerciais passaram a ser alvo da ação dos populares, entre os quais, o Armazém Dragão, o Supermercado São Vicente, o Mercadinho Nacional, dentre outros. O ataque a estes estabelecimentos foi sucedido por saques a açougues, padarias e estabelecimentos menores, a ponto de, em poucas horas, todos os estabelecimentos de gêneros alimentícios do centro de Duque de Caxias já terem sido saqueados (ALVES, 2020, p. 146). A revolta não sei conteve neste município, chegando a irradiar suas ações por outras cidades como São João de Meriti, Nova Iguaçu, e por bairros do Estado da Guanabara (que era a configuração política da cidade do Rio de Janeiro naquele ano) que se avizinhavam aos limites do município de Caxias, hoje pertencentes à Zona Norte da capital fluminense (Pavuna, Vigário Geral,

---

[55] A título de referência, Moura Andrade foi o político que declarou vaga a Presidência da República no dia 2 de abril de 1964. Na ocasião, Andrade, que era Vice-Presidente do Senado Federal, atuava praticamente na presidência desta casa legislativa (a Presidência do Senado era, oficialmente, atribuição do vice-presidente da República). Após sua declaração contribuir para legitimar a vacância do cargo, a despeito de Jango ainda estar em território nacional, o deputado Ranieri Mazzilli ocupou interinamente a presidência do país, até que o Congresso apontasse o nome de Castelo Branco, dando início à sequência autocrática que compôs os 21 anos de ditadura civil-militar.

[56] O que se quer dizer é que a deflagração de greve não implicou necessariamente a adesão do esmagador contingente de trabalhadores da cidade; ao contrário, apesar do comando de greve, a carestia dificultou a adesão daqueles que precisavam, desesperadamente, de comida em suas mesas. Ver: TORRES; MENEZES; 1985, p. 8.

Brás de Pina, Penha etc.). Na ocasião, surgiriam rumores de que o levante chegaria ao Estado da Guanabara, atingindo seus principais centros comerciais. A polícia e os órgãos de fiscalização não tardaram em averiguar se nas regiões centrais do Rio e de Niterói aqueles manifestantes encontrariam apoiadores[57]. Tanto Niterói quanto São Gonçalo, no dia seguinte ao saque, seguiram ocupadas pelo Exército devido à greve dos rodoviários em atendimento ao Comando de Greve Geral deflagrado no dia anterior e que levou, no outro lado da Baía de Guanabara, à insurgência caxiense[58]. O próprio Governador da Guanabara, Carlos Lacerda, se encarregou de pessoalmente demonstrar preocupação em conter possíveis focos de motim nas imediações da Rua Uruguaiana, numa espécie de "haitianismo contemporâneo": prevenindo que o terror que se encontrava além, no campo das "barbáries", não adentrasse a "ordem" estabelecida dentro dos limites da civilização, representada pelo Estado da Guanabara, sob seu governo:

> Nas proximidades da Rua Uruguaiana, o Governador Carlos Lacerda saltou e, sempre seguido pelo capitão, iniciou uma caminhada por entre a multidão, parando às portas das casas comerciais semicerradas, para incentivar seus proprietários a abri-las completamente:
>
> – Podem abrir. Aqui não há nada. O povo deseja trabalhar. Não deem ouvidos aos agitadores, que eles querem impor o terror e o medo (BALANÇO, 1962, p. 7).

[57] "[...] os contingentes policiais passaram a guardar, desde ontem, as filas de abastecimento contra qualquer motim, do tipo dos que ocorreram na véspera em Niterói e chegaram a esboçar-se ainda ontem, em São João de Meriti. As firmas varejistas, que, ontem, decidiram pôr à venda arroz e feijão tiveram que solicitar auxílio da Polícia a fim de evitar que a multidão revoltada fizesse, como em Niterói, um verdadeiro saque dos estoques existentes. " Ver: Balanço da greve: mortes, saque e até enforcamento. A Noite, Rio de Janeiro, 6 de julho de 1962.

[58] Niterói ocupada pelo Exército: rodoviários continuam em greve. A Noite, Rio de Janeiro, 6 de julho de 1962.

**Figura 2 – Abordagem de *O Cruzeiro* em relação às motivações do saque de 1962**

**Fonte: O Cruzeiro, 21 jul. 1962, p.10-11**

Alguns setores da imprensa foram eficientes em reforçar o binômio civilização *versus* barbárie: "Podem abrir. Aqui não há nada. O povo deseja trabalhar. Não deem ouvidos aos agitadores, que eles querem impor o terror e o medo", reproduzia a Revista *O Cruzeiro* sobre a insurgência caxiense, poucas semanas depois do ocorrido. O periódico foi categórico: "Carioca não participou da confusão generalizada"[59], e assim noticiava o comportamento da sociedade civilizada dos "cidadãos de bem" residentes na Zona Sul carioca: "No Rio, as filas continuam extensas em Copacabana e, de modo amplo, em toda a Zona Sul. Mas as donas de casa vêm suportando resignadamente a situação, sem insurgir-se"[60].

[59] MORAES, Mario de, et al., Greve e fome abalam o Brasil. O Cruzeiro, n. 41, p. 6-15, 21 de julho de 1962.
[60] I*dem*, p. 13

**Figura 3 – Abordagem de *O Cruzeiro* sobre o alcance dos impactos do saque de 1962**

NO RIO, as filas continuam extensas em Copacabana e, de modo amplo, em todo a Zona Sul. Mas as donas de casa vêm suportando resignadamente a situação, sem insurgir-se. O carioca mantem-se em expectativa, ao crise.

CARIOCA NÃO PARTICIPOU DA CONFUSÃO GENERALIZADA

A AVENIDA Presidente Vargas teve, na greve, um dia tranquilo e sem acidentes.

**Fonte: O Cruzeiro, 21 jul. 1962, p. 13.**

O binômio civilização *versus* barbárie refletia, em certo nível, as disputas e os conflitos políticos entre o Estado da Guanabara e o Estado do Rio de Janeiro. No plano do poder individual, e em termos práticos, o que estava em sendo posto a jogo no tabuleiro era o cabedal político dos governadores Carlos Lacerda, da Guanabara, elevado ao posto de baluarte da civilização e, no extremo oposto, Celso Peçanha, do Estado do Rio, ícone da instabilidade política e apontado como o responsável pela barbárie, nesse intenso e frequente jogo de acusações do qual as imprensas fluminense e carioca eram protagonistas.

> Pelas ruas homens, mulheres, crianças e velhos transportavam da maneira que podiam os mais diversos artigos: latas de biscoitos, sacos de arroz, feijão, mantas de carne-seca e até mesmo peças inteiras de carne verde. Numa padaria localizada na avenida Presidente Vargas, a porta foi arrombada, dezenas de pessoas entraram no estabelecimento e quando voltavam com o produto do

> saque foram atacadas por outras que esperavam do lado de fora. Biscoitos, doces e pães espalharam-se pelo chão, diante da investida do grupo rival. Um homem, parecendo alheio à confusão que se estabelecera, atravessa, nesse exato momento, o "campo de batalha", carregando sobre os ombros um enorme fogão que subtraíra da padaria (TORRES e MENEZES, 1987, p. 12).

José Cláudio Alves resgata alguns casos envolvendo pessoas que foram vitimadas no episódio: do dono de uma casa de materiais de construção que foi morto por um paralelepípedo ao defender a padaria de seu vizinho a um tal João Bambino, dono da Boate Pampanini, apontado como responsável pelos ferimentos de um menor de 14 anos, fato que resultou no incêndio de sua boate e que levou o empresário a ser apedrejado pela multidão; das pessoas que saqueavam e eram atacadas pela multidão ao saírem com os produtos saqueados aos indivíduos que simplesmente atiravam produtos a esmo num poço nos fundos de uma padaria no bairro Gramacho; de uma senhora que foi assassinada pelo dono de uma outra padaria, na Vila São Luís ao comerciante português que foi alcançado pela multidão na altura da Avenida Nilo Peçanha após atirar a esmo contra os revoltosos. Estes e outros episódios, segundo Alves, demonstram um padrão: embora aparentemente desorganizado e caótico, o quebra-quebra poupou as casas de família, as lojas de eletrodomésticos, de tecidos, de calçados e as farmácias, assim como os demais estabelecimentos que içaram em suas faixadas a bandeira do Brasil manifestando apoio com cartazes à "legalidade democrática" (ALVES, 2020, p. 146).

O delegado Amil Ney Reichaid já havia solicitado reforço do Exército e da Polícia Militar no dia anterior ao quebra-quebra. Havia sinais de que um levante poderia ser deflagrado. Importante relembrar que o saque de Caxias não foi um episódio isolado, e dois dias antes a capital do Estado do Rio já havia protagonizado o embate entre populares e o Exército pelos mesmos motivos, que era a falta de alimentos disponibilizados para a compra (NITERÓI, 1962, p. 2). Quando o Exército chegou a Caxias, sua recepção foi absolutamente ovacionada, segundo o sociólogo José Cláudio Alves (2020, p. 147). Torres e Menezes (1985, p. 16-17) sustentam que o prefeito, Adolfo David, declarou ao Jornal do Brasil que assistiu uma verdadeira batalha em que homens, mulheres e crianças, em desespero, gritavam que preferiam morrer lutando a morrer de fome. Eles também relatam a frustração do prefeito, que teria passado o dia em seu gabinete solicitando a presença das forças armadas e recebendo como resposta uma série de negativas porque

elas estariam de prontidão devido à greve geral. Ao fim, nem o prefeito, nem os diretores da Associação Comercial, nem os dirigentes sindicais, ninguém foi capaz de conter a fúria dos insurgentes. Foi no início da tarde que a onda de furor começou a arrefecer. Às dez e meia da manhã, a responsabilidade do policiamento da cidade já havia passado às mãos do capitão Costa Carvalho, do III Batalhão de Carros de Combate, que atuou junto aos seus quarenta soldados. Como a situação não se resolvesse, considerando que o clímax do saque ocorreu por volta das onze da manhã, novos reforços foram solicitados, e foi por volta das quatorze horas que um grupo maior de militares do Exército chegaram na cidade para conter os insurgentes, mas a essa altura o caos já estava instalado e os produtos saqueados já se encontravam nas casas daqueles que promoveram o levante (TORRES; MENEZES, 1987, p. 16).

O dia seguinte ao quebra-quebra foi o retrato do caos. Na esteira dos prejuízos, os comerciantes eram os mais indignados. A Associação Comercial e Industrial de Duque de Caxias (ACIDC) pleiteou ao governo de Celso Peçanha uma indenização de um bilhão de cruzeiros. Tenório Cavalcanti, na Câmara dos Deputados, proporia projeto de lei para autorizar o Executivo abertura de crédito especial aos comerciantes no valor daquele montante (ALVES, 2020, p. 147). A iniciativa do deputado, contudo, chegou a gerar críticas em alguns, entre os quais o presidente da ACIDC, Eronildes José Batista, que disparou no início da semana seguinte ao saque: "Eis aí a demagogia de Tenório – (...) insuflou o povo a depredar e tenta, ao mesmo tempo, nos agradar"[61]. Em termos de impactos internacionais, o saque preocupou as autoridades lusitanas. O próprio cônsul de Portugal no Rio de Janeiro chegou a visitar a cidade para tomar nota dos prejuízos dos comerciantes portugueses atingidos pelos saques (TORRES; MENEZES, 1987, p.18).

Apesar das iniciativas nas esferas estadual, federal e até internacional, o resultado da busca pela recuperação dos comerciantes locais de Duque de Caxias frustrou expectativas; estima-se que apenas vinte por cento deles lograram se recuperar dos prejuízos do saque, que aproximadamente metade retornou às suas atividades em condições bastante precárias e que trinta por cento simplesmente não conseguiram mais retomar seus postos. Assim, conforme aponta Alves, o saque acelerou o processo de

---

[61] JANGO comanda a "batalha do abastecimento. Última Hora, Rio de Janeiro, 9 de julho de 1962, p. 4.

concentração de poder das redes de comércio de Caxias, através do enfraquecimento e/ou da falência dos pequenos comerciantes – que era basicamente de que era constituído o comércio varejista da cidade – e da paralela formação de conglomerados comerciais, absolutamente ricos e poderosos em termos de capital comercial, que passariam a compor a cena comercial especialmente estabelecida no centro de Caxias e em outros municípios da Baixada, tais como as Casas Sendas e os supermercados Disco, antigos estabelecimentos que estão presentes na memória dos mais antigos moradores da cidade.

> Um comerciante que não desejou se identificar relatou sua experiência: "Eu possuía um mercadinho na avenida Duque de Caxias. Às 11 horas ele começou a ser saqueado. Um carroceiro que fazia meus fretes entrou com o povo, pegou as balanças e a caixa registradora atirando-as num matagal que existia nos fundos do estabelecimento. Foi minha sorte. Depois do quebra-quebra consegui vender o material. Nunca mais reabri, não tive condições. Hoje vivo de uma aposentadoria (TORRES; MENEZES, 1987, p. 14).

O saque foi um ponto de inflexão na política de segurança da cidade de Duque de Caxias. Em grande parte, isso se deve aos resultados do levante. Após o 5 de julho, mesmo que o quebra-quebra propriamente dito tenha chegado ao fim, os reflexos do saque estendiam as suas sombras para os dias vindouros. Entre boatos e notícias, as pessoas ficaram sabendo de uma série de episódios que se sucederam ao episódio do quebra-quebra, ou em decorrência dele, relacionados a novas tentativas de saque, furto, invasões etc. Assim foi que, em pouquíssimo tempo, os comerciantes organizados em torno da Associação Comercial e Industrial de Duque de Caxias, começaram a pautar o debate público sobre a política de segurança na cidade, juntamente com o delegado da cidade, Amil Ney Reichaid. O delegado e a associação começaram a convocar voluntários para proteger as ruas e os estabelecimentos comerciais. Esses voluntários formaram a Brigada de Defesa da Família Caxiense – um agrupamento paramilitar composto por pessoas não necessariamente ligadas à área de segurança pública, mas muito frequentemente jovens provenientes das famílias mais abastadas e tradicionais da cidade – os chamados *playboys* – armados com paus, pedras e armas de fogo simples, agrupadas em grupos de doze. Segundo jornais da época, de doze em doze, esses batalhões improvisados paramilitares chegaram a alcançar a marca de seis mil pessoas. Um juiz da época declarou sobre a

milícia então formada: “não era legal, mas se justificava no momento em que fora improvisada, face o estado de calamidade e a necessidade que o comerciante tinha de defender seu patrimônio, que a ausência da polícia deixara ao léu” (TORRES e MENEZES, 1987, p. 19-20).

A Associação Comercial encontrava espaço no Judiciário para atuar e legitimar a ação da Brigada de Defesa da Família Caxiense. No debate público, defendia-se quando da acusação de ilegalidade. Seu presidente, Eronides Batista, se pronunciou algumas semanas depois na Revista *Fatos & Fotos*:

> Milícia é forma de expressão. Não há comando militar. Eles apenas procuram evitar novos saques e perturbações, e até hoje não houve incidentes entre eles e o povo. Nós não somos favoráveis, é evidente, à fome. Mas não somos responsáveis por ela. Ninguém acaba com a miséria saqueando casas comerciais. O problema é mais profundo e não pode ser resolvido com mazorcas. Se o socialismo tem que vir – que venha – mas para todos. Se querem tirar o que conseguiram para distribuí-lo entre todos, que o façam. Mas façam com todos. E não com alguns comerciantes de Caxias, responsabilizados, ao que parece, pela fome nacional. Ou será que alguém vai acreditar que só nosso município passa fome? (Fatos & Fotos, 21 jul. 1962, apud TORRES; MENEZES, 1987, p. 20).

A defesa de uma força paramilitar não era propriamente bem-vista pelas autoridades. O próprio governador do Estado do Rio, Carvalho Janotti, que substituiu em pouco tempo Celso Peçanha, chegou a dar declarações sobre suas intenções de desarmar a população. O jornal local *Luta Democrática* acusava alguns dos *playboys* que compunham a tal milícia, e que eram inimigos do deputado Tenório Cavalcanti, de terem participação nos saques de 5 de julho – dentre eles Hidekel de Freitas (que viria a ser prefeito da cidade anos depois), a despeito de terem sido apontados como repressores do levante. Mesmo assim, a possibilidade de ter um aparato de segurança paralelo às forças oficiais do Estado logrou êxito entre os comerciantes de Caxias.

> Um dos principais efeitos desse comportamento dos comerciantes era a progressiva perda dos limites que separariam a população faminta dos marginais. A progressiva criminalização da pobreza estava presente na confusão entre aqueles que buscavam saciar a forme e os saqueadores. Frente à incapacidade de distingui-los, nada melhor do que uma PM mantida pelos

> recursos dos que se sentiam ameaçados pela realidade que transformava “bons clientes” em vândalos, ladrões e assassinos (ALVES, 2020, p. 149).

Os anos seguintes conviveriam com uma espécie de tropa público-privada contratada pelos comerciantes, ignoradas pelas autoridades políticas e legitimadas por grande parte da população da cidade, a qual almejava o estabelecimento da ordem que garantiria pão à mesa, ainda que tropas paralelas agissem à revelia da lei, pesando a mão no combate à pobreza cada vez mais criminalizada naquele município. Este quadro onde estas relações de forças políticas e pactuações socioeconômicas estão dadas será potencializado naqueles 21 anos que se sucederam ao golpe de 1964. Durante a ditadura instalada, as agências de repressão em Caxias ganham legitimidade, confundidas como o mal necessário para garantir a ordem. É por isso que em Caxias as memórias sobre a ditadura estão pulverizadas com as sombras do saque de 1962. A aposta é que essas memórias precisam ser lidas tendo o saque como lupa. É através de seus efeitos que se pode compreender as lembranças e os esquecimentos dos trabalhadores caxienses daqueles anos, para muitos dos quais resistir não era sinônimo de se manifestar contra o regime, mas sobreviver a ele, garantindo seus empregos e abastecendo suas despensas.

## 2.5. Caxias e a ordem: tensões locais, disputas políticas e realinhamentos estratégicos na periferia da ditadura

Embora não seja um objetivo particular desta pesquisa investigar os meandros da ditadura no município de Duque de Caxias, propriamente, ou os desdobramentos políticos locais decorrentes dos novos arranjos do poder tomados na esfera nacional após o golpe de 1964, parece importante e necessário situar a Caxias sobre a qual os sujeitos que foram entrevistados durante a elaboração desta tese assentam as suas memórias. Se intitulamos como “nostalgia da ordem” o estudo que versaria sobre essas memórias, é justamente o olhar sobre a ordem que será iluminado à medida que mapeamos e identificamos peculiaridades contingentes sobre aquele município durante as décadas de 1960 a 1980, mas particularmente, neste segmento do estudo, a fração de tempo marcada pelos

governos militares. O que se pretende aqui é caracterizar aquele município durante o período da ditadura, identificando as transformações dos seus arranjos políticos e as repercussões desses arranjos no âmbito da sociedade, porque esta é a dimensão imanente que as memórias dos entrevistados, de modo um tanto transcendente, resgatam e reelaboram sob o ponto de vista da experiência pessoal.

Uma dessas características que perfilam a cidade e as memórias de seus trabalhadores é o fato de que, durante a ditadura, o município de Duque de Caxias foi considerado uma Área de Segurança Nacional. Esta foi uma das primeiras medidas adotadas pelo regime após o golpe, e alguns fatores explicam a decisão. O primeiro deles, a presença da Refinaria Duque de Caxias (Reduc) e sua localização estratégica nas rotas para Minas Gerais e São Paulo. Se não é verdade que a maioria dos trabalhadores da cidade – inclusive os entrevistados nesta tese – não atuavam diretamente na Reduc, a própria existência da refinaria impactou as decisões políticas que, em última instância, afetaram os trabalhadores que nada tinham com aquela instituição. O crescimento da vigilância policial, o aumento da presença do Exército no território caxiense e a proliferação dos grupos de extermínio associados clandestinamente a quadros das forças armadas podem ser relacionados tanto ao endurecimento do regime em territórios estratégicos (como o era Caxias, com uma refinaria daquele porte) quanto ao controle ostensivo sobre a população trabalhadora, com desdobramentos conhecidos e compartilhados pelas memórias locais, a exemplo da obrigação de portar a carteira de trabalho diariamente ou o toque de recolher a partir das dez horas da noite. Esta questão merece um destaque especial porque o que se observará é que a presença do aparato policial e militar em Caxias vai sedimentar na memória coletiva a ideia de que tal presença contribuía diretamente com o controle social e com a prevenção de crimes no município. A sensação de segurança, contudo, está inscrita nas experiências sensoriais da memória, não no lastro da história, porque a divulgação de notícias na imprensa, como se sabe, esteve sujeita à censura e ao controle do próprio Estado. Crimes atrozes e hediondos de

anônimos chegavam aos jornais aterrorizando os caxienses que se quedavam temerosos de serem as próximas vítimas de estupradores, sequestradores e... comunistas[62].

Os crimes em que os agentes do Estado eram protagonistas, obviamente, não ganhavam as páginas dos jornais impressos nem os canais de radiodifusão. Decorre daí, portanto, a gênese de uma memória nostálgica de um período de ordem, garantido, é claro, pelas forças militares. Mas para além do aumento das forças repressivas na cidade devido à presença de nichos de organização de trabalhadores, como no caso dos sindicatos, é importante considerar que o próprio município de Duque de Caxias geograficamente estava próximo à Vila Militar de Deodoro, tendo recebido diversas intervenções dos militares oriundos daquele quartel. Outrossim, para além dos sindicatos, da Reduc e de Deodoro, a cidade também tinha forças políticas crescentes e ameaçadoras, como núcleos do Movimento Democrático Brasileiro e células do Partido Comunista Brasileiro. (CANTALEJO, 2008, p. 90-100).

O historiador Manoel Cantalejo investigou as transformações sofridas em Duque de Caxias no contexto da ditadura decorrentes das mudanças políticas ocorridas no país e sua pesquisa é a principal base que sustenta esta seção. Uma dessas transformações estudadas pelo historiador foi o emudecimento das vozes políticas que, após o golpe, precisaram de um tempo para assimilar o que estava ocorrendo em âmbito (CANTALEJO, 2008, p. 82) exemplifica a partir do caso do próprio prefeito, Joaquim Tenório que, se havia sido eleito quase dois anos antes, já enfrentava no início de 1964 uma significativa crise de sustentação política que fez com que uma dezena de outros políticos já se anunciassem como candidatos à sucessão em profusão. Essas vozes de oposição – literalmente vozes, reverberadas em carros de som e reproduzidas em propagandas de jornal pagas por eles – silenciaram-se diante do impacto do golpe de 1964 e da governabilidade por meio dos Atos Institucionais. O medo da cassação era latente. A nova maneira de governar sinalizava a possibilidade de suspensão dos direitos políticos em caso de desconfiança, discordância ou dissidência.

---

[62] Permito-me aqui um gesto em direção à ironia propositadamente com o intuito de destacar o processo de criminalização das forças de esquerda pelos grupos militares que ocupavam o poder durante a ditadura entre 1964 e 1985.

Somado ao medo de eventuais perdas de mandatos, ressalta Cantalejo (2008, p. 83), que crescia também o medo junto à sociedade civil, precisamente aos setores trabalhistas engajados politicamente, decorrente da intensificação dos atos repressivos por parte dos aparelhos de Estado, em especial as Polícias Civil, Militar e do Exército. Da ineficiência aparente ao público ao aparecimento público da eficiência, a Polícia Civil passou a executar e a demonstrar um conjunto de ações ostensivas de repressão, como invasões de agremiações sindicais e prisões de trabalhadores, com ou sem acusação formal sobre esses segmentos ou justificativa para tal. A Polícia Militar também seguiu caminho análogo, assim como a Polícia do Exército, que atuou tanto na zona rural, invadindo fazendas e prendendo líderes camponeses acusados de comunismo, quanto na zona industrial, ocupando fábricas e intervindo em sindicatos. A repressão era generalizada em todos os lugares. Manoel Cantalejo destaca ainda que quando a notícia do golpe chegou à Fábrica Nacional de Motores (FNM), "os operários pararam a produção [e] imediatamente a fábrica foi ocupada, com operários presos, invasões das residências, intervenção no sindicato e a instalação de Inquéritos Policiais Militares" (2008, p. 83). Do mesmo modo, ressalta o historiador, na Refinaria Duque de Caxias (Reduc) "a situação foi parecida com a substituição do comando militar e prisões" (2008, p. 83).

Na imprensa local, pululavam as notícias sobre as invasões a sindicatos e sobre a prisão dos trabalhadores associados ao comunismo. Enquanto isso, o delegado da cidade, Sérgio Rodrigues, ganhava fama e nome ao acumular dezenas de prisões decorrentes de associações subversivas. Só em 3 de abril, apenas dois dias após o golpe de 1964, eram 40, de uma só vez, o número de trabalhadores por ele detidos:

> "O delegado Sérgio Rodrigues, de Duque de Caxias, chefiando uma turma de investigadores, vasculhou o sindicato dos metalúrgicos, sede do município. Prendeu 40 trabalhadores, inclusive os presidentes do CGT (local) e do sindicato dos ferroviários, respectivamente, srs. Crassine de Almeida e Jarbas Amorim, e vários líderes sindicais. [...] Todos foram trancafiados no xadrez"[63].

[63] PRISÃO de 40 líderes sindicais em Caxias. Luta Democrática, Duque de Caxias, 3 de abril de 1964.

Entre os presos, predominantemente homens, uma miríade robusta de profissionais das mais distintas áreas – de radialistas a artistas de circo; de ferroviários a serventes; de operários a comerciários – "todos foram trancafiados no xadrez". Na lista, destacam-se os presidentes do Sindicato dos Ferroviários, Crassine de Almeida, e do Comando Geral dos Trabalhadores, Jarbas Amorim. A esta altura, o Estado da Guanabara se encontrava completamente tomado pelo Exército e pela Polícia. O Estado fluminense seguia o mesmo protocolo quanto à vigilância dos trabalhadores. A Secretaria de Segurança do Estado do Rio anunciou uma série de medidas, sob a prerrogativa da precaução, inclusive a ocupação de todos os sindicatos fluminenses, principalmente os sediados em Niterói. Os trabalhadores que ousassem protestar, conforme noticiado em 4 de abril, eram "dispersados a borrachadas"[64].

Prisões e perseguições a torto e a direito. A iminência da perda de mandatos. Silêncio e estupefação diante da novidade que vinha de cima e que transformaria a história política do país. Todo o clima de novidade daria lugar a um novo ciclo na história de Caxias com o estabelecimento de que o país estava, de fato, sob o poder dos militares. No âmbito local, essa estabilidade se confirmou no processo de realinhamento político iniciado poucos dias após o gole e sobre o qual Cantalejo discorre ao se referir à nova postura das lideranças locais. Do prefeito Joaquim Tenório à Câmara dos Vereadores e seus mandatários, o que se observou foi a tendência de aproximação com os militares e com os poderes do médio e alto escalão político. Como expressões do realinhamento político, Manoel Cantalejo ressalta que o alcaide caxiense tratou de aplicar o artigo 7º do Ato Institucional, suspendendo provisoriamente a estabilidade dos servidores públicos; também nomeou um militar como seu chefe de gabinete; aproximou-se dos militares de forma geral. Além dele, políticos e lideranças locais buscaram estreitar laços com Getúlio de Moura, ministro do Gabinete Civil; a vereança da cidade congratulou Castelo Branco quando de sua posse; a casa legislativa do município aprovou o título de Cidadão Caxiense ao novo presidente (CANTALEJO, 2008, p. 84-85). Em 19 de junho de 1964, na mesmíssima seção em que se noticiava que o prefeito Joaquim Tenório "dispensa os serviços de inúmeros e extranumerários mensalistas e diaristas e de todos os contratados",

---

[64] POLÍCIA e Exército impõem a ordem na GB. Luta Democrática, Duque de Caxias, 4 de abril de 1964.

proibindo "toda e qualquer admissão de servidores até o dia 31 de dezembro do corrente ano"[65], o jornal A Luta Democrática publicava:

> Por decisão unânime da Câmara de Vereadores de Duque de Caxias foi considerado "Cidadão Caxiense" o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, presidente da República e um dos mais destacados membros do Comando Supremo da Revolução Democrática de 31 de março. A homenagem que se presta ao ilustre personagem terá a sua culminância com a presença do homenageado, proximamente em nossa cidade para receber o diploma do honroso título que lhe foi conferido pelos representantes do povo de Duque de Caxias[66].

Assim como nomeou Castelo Branco com o título honorífico, a Câmara de Vereadores cassou o mesmo título de nomes ligados ao trabalhismo, como foi o caso de Leonel Brizola e João Goulart. Além disso, as autoridades souberam aproveitar bem o personagem que dava nome ao município e, a partir dele, buscaram se associar ao novo poder estabelecido pelas diretrizes dos quartéis. O histórico Luís Alves de Lima e Silva – o duque de Caxias – tornou-se referência e exemplo a ser seguido pelas autoridades militares do novo governo nos discursos das lideranças locais. Na celebração de aniversário da cidade, em 25 de agosto de 1964, o prefeito não mediu esforços para associar o mandatário do país ao famoso patrono do Exército Brasileiro: "Ao Presidente da República, Marechal Castelo Branco, militar da mesma estirpe de Duque de Caxias, os meus agradecimentos pelo apoio com que nos distinguiu, dando-nos a sua solidariedade no empreendimento"[67]. A comparação é categórica e especialmente curiosa, pois transcende as contingências do tempo: assim como Lima e Silva combateu os inimigos do Brasil no século anterior, caberia a Castelo Branco desempenhar o mesmo papel contra os adversários que, naquele ano de 1964, insistiam em destruir o país[68].

---

[65] ACONTECEU na Baixada. Luta Democrática, Duque de Caxias, 5 de abril de 1964, p. 5.
[66] ACONTECEU na Baixada. Luta Democrática, Duque de Caxias, 5 de abril de 1964, p. 5.
[67] O MUNICIPAL, 29/08/1964, p. 01. Apud CANTALEJO, 2008, p. 85.
[68] Manoel Cantalejo sustenta: "(...) o jornal O MUNICIPAL, em editorial afirmava que o Presidente Castelo Branco precisava se espelhar na figura de Duque de Caxias para salvar o país. Em comparação, afirmava que Duque de Caxias lutava contra inimigos de arma em punho, mas que agora esses inimigos agiam de outra forma 'tentando asfixiarnos moral e financeiramente, para em seguida ocuparem o nosso território, nossas riquezas e a nossa honra'. Assim, era chegado o momento de o Presidente Castelo Branco agir como Duque de Caxias para poder pôr em prática as medidas que o país precisava contra a recessão e a limpeza moral da nação". Ver: CANTALEJO, 2008, p. 86.

O que se seguiu local e politicamente na cidade após o golpe de 1964 foi uma sequência de alinhamentos entre as lideranças caxienses e as estruturas de poder dos militares em um nível mais amplo[69]. Além disso, a movimentação política e a efervescência das disputas a partir de 1965 se aproximaram bastante das querelas que tomaram conta da cidade nos momentos imediatamente anteriores ao golpe (CANTALEJO, 2008, p. 88). A volta à "normalidade" das disputas e tensões locais foi interrompida com a publicação do Ato Institucional nº 2 e, com ele, a extinção dos partidos políticos por meio do artigo 18, o que deu origem à disputa exclusiva entre apenas duas legendas – a ARENA e o MDB – fato que acabou interferindo em todas as articulações políticas em curso na cidade[70]. Dessa disputa, o MDB saiu vitorioso no pleito de 1966, com a eleição do candidato Moacyr do Carmo e a derrota de Hydekel de Freitas, o que representa, para Manoel Cantalejo, a permanência da força e da influência da cultura política trabalhista em Caxias, principalmente por meio de seus sindicatos[71], apesar dos projetos de reestruturação política que vinham de cima sobre a cidade. A vitória emedebista também prevaleceu no Legislativo, angariando 68,42% dos votos para a vereança e 13 das 19 cadeiras da Câmara. O historiador é enfático:

> Nos primeiros anos após o golpe, a Ditadura Militar não conseguiu alterar profundamente a cultura política local, seja por meio de Atos Institucionais, ou mesmo pela pressão exercida por outros órgãos do governo. Nem mesmo, a forte repressão coma intervenção nos sindicatos teve a capacidade de alterar a cultura política de Duque de Caxias, nos anos iniciais da Ditadura Militar, entre 1964 a 1967 (CANTALEJO, 2008, p. 92).

---

[69] Importante observar que os alinhamentos que começam a ser tecidos entre as forças políticas locais e as estruturas mais altas do poder podem ser lidos pela ótica da cultura política e interpretados através do conceito de conciliação, conforme proposto por Rodrigo Pato Sá Motta (2018, p. 116). Assim, cabe observar de que modo lideranças locais e as ordens que vêm do alto mobilizam concessões e constroem alianças durante o período da ditadura civil-militar, no sentido de construir um ambiente político estável em Caxias, afastado de qualquer postura que sinalize ruptura radical ou moderada.

[70] As tensões internas da ARENA e do MSB são exploradas por Manoel Cantalejo nos capítulos II, III e IV de sua dissertação de mestrado. Ver: CANTALEJO, 2008.

[71] "[...] vejo que houve um projeto de reestruturação política local, tanto através dos Atos Institucionais, de uma forma mais ampla, e de pressões das guarnições militares, principalmente, oriundas da Vila Militar de Deodoro, de uma forma mais especifica. Porém, essas pressões não tiveram efeitos, pelo menos imediato na cultura política que vinha se afirmando com o crescimento industrial da localidade, ligada fortemente ao trabalhismo". Ver: CANTALEJO, 2008, p. 92.

Quando Moacyr do Carmo assumiu a prefeitura, tinha como missão levar Caxias em direção à modernização e ao progresso representado pela industrialização, embora práticas de natureza clientelista, muitas das quais associadas à figura de Tenório Cavalcanti, sogro de Hydekel de Freitas, e à violência de modo geral, permanecessem durante o mandato do novo alcaide. Por outro lado, os alinhamentos políticos que se seguiram ao golpe, aproximando as autoridades locais dos militares, foram efetivos em blindar Caxias de uma intervenção mais ostensiva.

Porém, a partir de 1968 e da lei 5.449/68, o município se tornou alvo da pressão dos militares, passando a integrar o território conhecido como "Área de Segurança Nacional". A consequência mais importante dessa medida, a nível local, foi a suspensão das eleições para prefeito e a consequente intervenção dos militares na indicação dos nomes que ocupariam o Executivo caxiense. A nomeação dos interventores externos na gestão municipal interromperia os planos das lideranças locais que se percebiam como legitimamente adequados para disputar a prefeitura, em situações de normalidade política [72]. A possibilidade de interrupção de planos se concretizou com o Ato Institucional Nº 5, que levou o próprio vice-prefeito, Ruyter Poubel, para trás das grades por dez dias. A prisão à luz do dia, em frente à prefeitura, sinalizava que Caxias efetivamente tinha perdido sua autonomia política. Moacyr do Carmo articulou árdua e estrategicamente para não ter seu mandato cassado, abrindo espaço para militares em cargos de confiança e migrando, ele próprio, para a ARENA, junto com outros políticos que, em debandada, deixaram o MDB.

Após o mandato de Carmo, todos os nomes que ocuparam a Prefeitura de Caxias até o ano de 1985 foram interventores nomeados pelo governador do Estado e aprovados pela Presidência da República[73], ou então diretamente indicados pelo próprio presidente

---

[72] "Na sessão do dia 28 de maio, com o uso do decurso de prazo, previsto desde o Ato Institucional Número 2, pela Arena, acabou aprovado o projeto de lei. Assim, inicialmente, Duque de Caxias foi o único município do Rio de janeiro incluído. Posteriormente, Angra dos Reis, em 1969, e Volta Redonda, em 1974, também foram anexados como Área de Segurança Nacional. Na localidade, prevaleceu a elaboração de que Duque de Caxias foi enquadrado como Área de segurança Nacional, para barrar o crescimento do MDB local". Ver: CANTALEJO, 2008, p. 99.

[73] A Lei 5.449/68, em seu artigo 2º, discorre sobre a indicação dos prefeitos interventores no caso dos oreira da Fonsecamunicípios configurados como pertencentes à Área de Segurança Nacional: "os Prefeitos dos Municípios especificados no artigo primeiro serão nomeados pelo Governador do Estado respectivo,

(no caso de Hydekel de Freitas), à exceção de Francisco Estácio da Silva e Vilson Campos Macedo, que eram presidentes da Câmara e ocuparam interinamente o posto; o primeiro, do início do ano de 1971 até o mês julho, em um momento de incertezas políticas relacionado ao imbróglio quanto ao sucessor de Moacyr do Carmo, que deveria ser, como previa a lei 5.449/68, um prefeito interventor; o segundo, no mês de maio de 1982, enquanto Figueiredo, Presidente da República, escolhia um nome para ocupar o posto como prefeito *pro-tempore*. A tabela a seguir tem a lista dos chefes do Executivo de Duque de Caxias desde que as eleições diretas para prefeito foram proibidas no município:

**Tabela 8 – Chefes do Executivo em Duque de Caxias (1971-1985)**

| Prefeito | Mandato | Partido |
|---|---|---|
| Francisco Estácio da Silva | 1971 (interino até 06/07/1971) | ARENA |
| Gal. Carlos Marciano de Medeiros | 1971-1975 | ARENA |
| Cel. Renato Moreira da Fonseca | 1975-1979 | ARENA |
| Cel. Américo de Barros Gomes Filho | 1979-1982 | ARENA |
| Vilson Campos Macedo | 1982 (interino entre 03 e 12/05/1982) | MDB |
| Hydekel de Freitas Lima | 1982 até 1985 | PDS |

**Fonte: elaborada pelo autor.**

O primeiro interventor, de fato, na cidade, foi o General Carlos Marciano de Medeiros, conhecido pela alcunha de "Delegado da Revolução", um nome próximo do presidente Garrastazu Médici e que também tinha inicialmente boa entrada junto às lideranças locais de Caxias. De perfil tecnocrata, foi nomeado pelo governador Raimundo Padilha com a dupla missão de integrar a administração municipal ao planejamento do Estado e, ao mesmo tempo, unificar o diretório local da ARENA (CANTALEJO, 2008, p. 113-114). A despeito de usar a máxima de que teria uma gestão baseada puramente na técnica, o General Medeiros tratou rapidamente de aceitar indicações de nomes locais

mediante prévia aprovação do Presidente da República". Ver: Lei nº 5.449, de 4 de junho de 1968, art. 2º, p. 23.

para ocupar assentos em cargos da prefeitura[74], o que deixa evidente a imbricação da frieza da tecnoburocracia com o calor das práticas clientelistas que já eram tão conhecidas em Caxias. Essa relação híbrida demonstra, de um lado, a força da cultura política caxiense anterior ao golpe e, de outro, sinaliza a transformação sofrida pelos antigos laços de lealdade, que passam a operar de acordo com os benefícios materiais que esses novos cargos poderiam oferecer (CANTALEJO, 2008, p. 115). Assim, a ditadura não apenas fracassou na tentativa de eliminar a cultura política anterior ao golpe, até esse momento, mas acomodou-se a ela – ou vice-versa – resultando em um tipo de relação híbrida, marcada tanto pelo discurso modernizador do progresso quanto pela necessidade de acomodar anseios políticos locais.

O mandato do General Medeiros, como era de se supor, enfrentou vagas de instabilidade. Buscando agradar a todos, terminou em amplo descontentamento, enfrentando sérias acusações de corrupção e colhendo a má fama de uma gestão marcada por desorganização, pelo lixo e pela profusão de buracos nas ruas. Seu mandato expirou em 1975, justamente o ano em que se deu a fusão dos Estado da Guanabara com o Estado do Rio de Janeiro, fato que demandaria, mais uma vez, um novo realinhamento de forças políticas locais, mirando, a partir de então, na força da capital do novo Estado, a cidade do Rio de Janeiro. O primeiro governador do Estado do Rio de Janeiro pós-fusão foi Floriano Peixoto Faria Lima, e sua indicação para a o Executivo caxiense foi o interventor Coronel Renato Moreira Fonseca, que assumiu com a missão de solucionar problemas de ordem social, como a segurança e a falta de água, e com uma profunda relação de fidelidade junto ao governador. Sua gestão foi marcada pela nomeação de políticos locais tanto quanto de técnicos, mais do que fizera seu antecessor. Essa aproximação com as

---

[74] É importante considerar, conforme salienta Manoel Cantalejo (2008, p. 116), que o prefeito em questão foge à visão clássica de clientelismo, justamente porque ele se tratava de um interventor, ou seja, sua autoridade não provinha do sufrágio. Para o historiador, "o interventor de Duque de Caxias não se enquadra na visão clássica do clientelismo, sendo um fenômeno até certo ponto atípico, pois ele era indicado para exercer uma função política sem ter a legitimidade da votação, aspecto importante dessa prática, inicialmente. Para impor a sua autoridade delegada ele precisava ainda se equilibrar dentro de dois elos: o governador e o presidente e os políticos locais e se via pressionado a agradar ambos os elos, pois necessitava da confiança de ambos os polos ou pelos monos do polo superior". Para situações como a referida acima, o historiador adota a perspectiva teórica assumida por Marcos Otávio Bezerra, Carlos Eduardo Sarmento e Karina Kushnir, para quem as relações clientelistas devem ser vistas a partir de sua própria lógica, e não a partir de modelos previamente concebidos.

lideranças locais se deu em diversos níveis e em diversas áreas, como é o caso da cultura, com o estreitamento de diálogo com os ativistas culturais da cidade, conforme sustenta o historiador Alexandre dos Santos Marques:

> Apesar de rejeitados no espaço do legislativo municipal, após as mudanças nos rumos da política nacional e da nomeação do interventor Coronel Renato Moreira da Fonseca, em 1975, [os militantes da cultura] aproximaram-se do executivo municipal. O canal aberto com a nomeação de Stélio Lacerda para o Departamento Municipal de Cultura possibilitou a entrada desses antigos militantes nos aparelhos de poder. Esta aproximação foi um desdobramento das mudanças ocorridas a nível nacional [...]. Neste período a relação dos artistas com o governo modificou-se e "nesta nova situação a cooptação passa a ser de natureza política". Os intelectuais moderaram as críticas às ações do Estado ou passaram a apoiá-lo. Inseridos numa perspectiva de abertura política, procuravam conquistar mais espaços de atuação, garantir subvenção estatal e ampliar sua força política através da conciliação[75].

Ao longo do mandato do Coronel Fonseca, a ARENA tentou recuperar fôlego e unidade no diretório local, motivada pela bem-sucedida campanha de 1972, em que ganhou o Legislativo[76]. Nas eleições de 1976 para a vereança, contudo, a legenda opositora surpreendeu e causou uma reviravolta no jogo político, levando 51,80% dos votos válidos[77]. Já no Executivo do Estado do Rio de Janeiro, a ARENA saiu vencedora, levando o pleito em 35 municípios, enquanto o MDB conquistava a vitória em 24 deles[78]. Em reportagens como a do *O Fluminense*[79], noticiava-se que o partido situacionista ganhou do MBD em número de votos no país, mas a nível regional, a verdade é que a cidade do Rio de Janeiro, que tão recentemente havia deixado de ser Guanabara, emplacou 15 vereadores na Câmara, nove a mais que o partido da situação, que garantiu apenas 6 cadeiras. Em número de votos, quase 60% ficaram com os emedebistas, enquanto a ARENA conseguiu pouco mais de 26%. Não demorou para que se

---

[75] Alexandre dos Santos Marques. Militantes de Cultura em uma área periférica: Duque de Caxias (1950-1980). Universidade Severino Sombra: Vassouras, 2005. (Dissertação de Mestrado), p. 111-112.
[76] Importante considerar que nas eleições de 1972 para a Câmara caxiense, a ARENA foi a grande vitoriosa. O partido conseguiu 13 cadeiras através de 68.362 votos (51,18%), enquanto o MDB amargou a derrota por 45.265 votos (33,89%), elegendo apenas 8 vereadores. Ver: CANTALEJO, 2008, p. 122.
[77] O GLOBO, 18 nov. 1976, p. 11.
[78] O FLUMINENSE, 19 nov. 1976, p. 1.
[79] O FLUMINENSE, 19 nov. 1976, p. 5.

levantassem vozes na imprensa e no jogo político que associassem o desempenho do MDB em Caxias à proximidade e à influência que a oposição exercia a partir da capital[80]. De fato, a vitória emedebista foi significativa e influente, mas ela não está isolada. O Jornal do Brasil, em novembro de 1976, chegou a observar que o MDB foi simbolicamente vitorioso nos grandes centros urbanos, enquanto a ARENA ganhou nos municípios menores e nos interiores, o que, para Manoel Cantalejo, poderia significar o reflexo de uma crise maior pela qual passava o país e que se expressava especialmente na tendência a um voto de oposição nos grandes centros e capitais (CANTALEJO, 2008, p. 139).

A tendência de fortalecimento do MDB se confirmou nas eleições de 1978, assim como a fragmentação local da ARENA. No plano Executivo estadual, elegeu-se Chagas Freitas como governador pela primeira legenda, o que implicou novos arranjos políticos locais decorrentes da futura indicação do próximo prefeito-interventor, que assumiria no primeiro semestre[81] de 1979. Até lá, Caxias não passou ilesa pelas manifestações sindicais que tomaram conta de boa parte do território nacional no final dos anos 1970, conforme atestam veículos de imprensa que cobriram protestos neste município no apagar das luzes da gestão do Coronel Fonseca[82], exigindo, dentre outras agendas políticas, as eleições diretas em Duque de Caxias. A indicação caiu sobre o Coronel Américo de Barros, que assumiu o Executivo a partir de abril daquele ano, buscando justamente estar em sintonia com as reivindicações das lideranças locais que agitaram a cena política da cidade poucas semanas antes com suas demandas por maior autonomia. As alianças clientelistas deram o tom de sua gestão, conforme destaca Manoel Cantalejo (2008, p. 54). Destacaram-se, ainda, durante o seu mandato, em nível local, as disputas internas do MDB, diante de um quadro de expectativas que apontava para a possibilidade de ampliação de participação política dos parlamentares do partido; e, em nível nacional, o fim do bipartidarismo[83], no final de 1979, o que de certa forma também alterou e

---

[80] O MUNICIPAL, 19/11/1976, p. 01.
[81] O nome indicado foi do Coronel Américo de Barros, que teve seu nome aprovado pelo Presidente Figueiredo em 18 de abril de 1979.
[82] O GLOBO, 30/03/1979, p. 13.
[83] BRASIL. Lei nº 6.767, de 20 de dezembro de 1979. Altera dispositivos da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos), nos termos do art. 152 da Constituição, alterado pela Emenda

alimentou aquelas disputas citadas em nível local, com o surgimento, a partir de diversos órgãos e entidades (inclusive do próprio secretariado do prefeito Américo de Barros), de um conjunto de nomes dispostos a se candidatar ao cargo de prefeito de Caxias. Tais disputas abriram espaço político para que Hydekel de Freitas, deputado federal e genro de Tenório Cavalcanti, ganhasse visibilidade. É que ele teria, supostamente, mais condições de governar o município, pois era deputado federal e, portanto, mais próximo de Brasília que as lideranças limitadas às querelas locais da cidade.

O decreto-lei 1.866 de 9 de março de 1981 alterou o protocolo de indicação de interventores nos municípios dentro da Área de Segurança Nacional, possibilitando a supressão da participação dos governadores e permitindo que o presidente, sozinho, indicasse os nomes dos prefeitos, agora, chamados de prefeitos *pro-tempore* (CANTALEJO, 2008, p. 60). Com isso, o chefe do Executivo nacional poderia, também, ampliar em nível local a influência de seu partido, o PDS (ex-ARENA) – Partido Democrático Nacional – e de seus correligionários, como Hydekel de Freitas. Não obstante, uma nova alteração na legislação, o decreto-lei 1.937 de 27 de abril de 1982, garantiu no mesmo nível o poder do Presidente da República de exonerar diretamente os prefeitos dos municípios dentro dos limites da Área de Segurança Nacional, à revelia dos governadores, desestabilizando a gestão de nomes como Chagas Freitas, governador do Rio de Janeiro, de trajetória emedebista[84], que perdeu o controle de todos os municípios fluminenses circunscritos à Área de Segurança Nacional – exceto Duque de Caxias. A cidade passou a ser vista como a última fronteira do PDS para selar a vitória do partido no Estado fluminense. Bastaria que o prefeito simplesmente perdesse a confiança do Presidente para que ele pudesse ser destituído do cargo. E isso, como se pode imaginar, acabou acontecendo. Américo de Barros foi exonerado e, em seu lugar, assumiu

---

Constitucional nº 11, de 1978; dispõe sobre preceitos do Decreto-Lei nº 1.541, de 14 de abril de 1977; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 dez. 1979. Seção 1, p. 19.463.

[84] De trajetória emedebista mas não opositor o suficiente para ingressar imediatamente no PMDB, um dos partidos originados do antigo MDB, liderado por Ulysses Guimarães, que vetou o ingresso do governador em seu partido. Freitas, então, ingressou no PP (Partido Popular), criado por Tancredo Neves. Porém, com a dissolução da legenda, seus remanescentes foram finalmente incorporados ao PMDB no final de 1982, gerando desgastes entre membros do partido.

interinamente o presidente da Câmara dos Vereadores[85], até que o presidente João Figueiredo escolhesse um nome para assumir a pasta.

**Tabela 9 – Eleições em Duque de Caxias (1982)**

| LEGENDA | VOTAÇÃO | | COMPOSIÇÃO DA CÂMARA | |
|---|---|---|---|---|
| | Nº VOTOS | PERCENTUAL | VEREADORES | PERCENTUAL |
| PDT | 68.921 | 36,04 | 10 | 47,6 |
| PDS | 46.416 | 24,27 | 6 | 28,6 |
| PMDB | 21.391 | 11,19 | 3 | 14,3 |
| PTB | 15.261 | 7,98 | 2 | 9,5 |
| PT | 4.727 | 2,47 | 0 | 0 |
| Branco | 20.929 | 10,94 | - | - |
| Nulo | 13.602 | 7,11 | - | - |
| Total | 191.247 | 100 | 21 | 100 |

**Fonte: O GLOBO, 21/11/1982, p. 14.**

E esse nome, não por acaso ou coincidência, foi o de Hydekel de Freitas, o deputado federal do PDS e genro de Tenório Cavalcanti. Como missão, caberia a Hydekel fortalecer o PDS em nível local, e nisto ele foi muito bem-sucedido, até as eleições de 1982, quando o PDT (Partido Democrático Trabalhista) – oriundo da dissolução do MDB – ultrapassou o PDS na Câmara dos Vereadores. Se nas eleições de 1966 a derrota de Hydekel de Freitas para Moacyr do Carmo sinalizava a permanência das forças trabalhistas no município, as eleições de 1982 confirmaram o vigor político dessas mesmas forças através da vitória expressiva do PDT na Câmara de Vereadores, a qual garantiu à legenda 10 das 21 cadeiras da assembleia. Os demais partidos – PMDB e PTB – ajudavam a compor a base de oposição ao prefeito, totalizando 15 vereadores oposicionistas. O fantasma que assombrava Hydekel estava longe de ser exorcizado. Caberia a ele, prefeito, a tarefa de conciliar as forças de oposição e uni-las num mesmo ideal – o progresso de Caxias – a fim de que pudesse ter cabedal político para gerenciar a cidade com o apoio de sua vereança. Isso se deu, grande parte, com a concessão de

[85] Vilson Campos Macedo.

favores políticos e cargos, bem como de promessas desta natureza que se direcionavam não apenas aos políticos pessedistas vitoriosos ou derrotados. O prefeito lançava cordas clientelistas para quem desejasse segurá-las e, desse modo, garantia sua permanência como alcaide da cidade (CANTALEJO, 2008, p. 166).

A estratégia pareceu funcionar. Sua força política sobreviveu à pressão local para que Caxias deixasse de ser considerada Área de Segurança Nacional, assim como à imensa campanha pelas eleições diretas que percorreu todo o território nacional. Seu mandato apenas chegou ao fim com a transição de João Figueiredo para José Sarney na Presidência da República. A mudança do Executivo nacional se deu em março de 1985. Em julho daquele ano aprovou-se uma lei que garantiu as eleições diretas em novembro nos municípios caracterizados como Área de Segurança Nacional. Desse modo, Juberlan Francisco de Barros Oliveira, nome pedetista, filho da cidade, nascido no bairro Vila Meriti, ascendeu à Prefeitura de Caxias por voto direto, assumindo a pasta no ano seguinte, sendo o primeiro prefeito do município eleito após o fim da ditadura.

# 3. TRABALHADORES CAXIENSES E AS HISTÓRIAS DE VIDA "DO MEU TEMPO", QUANDO A DITADURA NÃO TINHA NOME

Neste capítulo abordaremos a parte principal que inspirou todo o processo de pesquisa: as histórias de vida dos trabalhadores do município de Duque de Caxias através das narrativas de si. Ao revisitarem o passado, essas histórias foram conduzidas para que pudessem se concentrar sobre os anos da ditadura no Brasil. Estes sujeitos foram escolhidos porque se encontravam inseridos no mercado de trabalho durante estes anos ou em uma parte substancial deles. Isso não significa que a visita ao passado desconsidere ou anule o tempo presente e a importância que ele tem para esses trabalhadores; ao contrário, importa dizer que é mesmo o presente que ilumina o caminho da escuridão sobre o qual discorre Giorgio Agamben[86] ao abordar o tema da contemporaneidade e os diálogos entre presente e passado. Por isso mesmo, esta pesquisa não pode ser enquadrada como um estudo que se foca no campo epistemológico dos debates sobre a ditadura. Aqui, o que nos interessa é compreender como os dispositivos da memória são acionados para se referir a este fragmento de tempo compreendido entre os anos 1964 e 1985. Decorre daí o trecho do título que abre este capítulo sobre o qual se diz que "a ditadura não tinha nome".

Parece suficientemente consolidado na literatura historiográfica que a ditadura era conhecida como tal desde quando se instalou no país. Atestam esta consciência, dentre outros, todos os movimentos que se insurgiram na luta contra este regime, dando-lhe o nome apropriado, a despeito da discordância das altas patentes que ocupavam o governo brasileiro neste período, que reforçavam ser aquele um regime democrático. Contudo, ao falar sobre a ditadura que "não tinha nome", pretende-se dar espaço para as memórias que não estão assentadas exatamente sobre o tempo cronológico e nem sobre o conhecimento histórico institucionalizado pela epistemologia, pelos círculos acadêmicos e pela historiografia sobre a ditadura. Assim, entende-se apropriado dizer que "no meu tempo" – embora reconheçamos ser uma expressão abstrata e pouco objetiva – é um termo

[86] AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo e outros ensaios.** Chapecó/SC: Argos, 2009.

adequado e legítimo para se referir aos anos da ditadura através da lente das pessoas que organizaram suas vidas e suas memórias sobre outros alicerces que não aqueles que têm se debruçado sobre a construção conceitual e epistemológica da ditadura no Brasil. Quando os trabalhadores se referem ao "meu tempo", espera-se que seja compreendido que essas pessoas estão abordando suas respectivas trajetórias, seus dilemas, seus sucessos e fracassos, justamente no momento áureo de sua juventude, quando em seus horizontes estava a possibilidade de construção, transformação e superação de suas condições de vida através de escolhas que incluíam, mas não se limitavam a: trabalho, profissão, casamento, moradia etc.

## 3.1. Os trabalhadores e suas histórias de vida

O processo de pesquisa consistiu em buscar trabalhadores e trabalhadoras que estavam inseridos no mercado de trabalho entre 1964 e 1985 e que eram neste período residentes do município de Duque de Caxias. A sondagem destas pessoas foi feita através de formulário eletrônico, e ao todo foram recebidas 72 respostas. Desse montante, seis nomes foram escolhidos, priorizando a diversidade etária, profissional, de classe, de cor e de gênero. No contexto da divulgação do formulário eletrônico, ocorrida no primeiro semestre de 2021, buscavam-se pessoas com idade mínima de 51 anos, isto é, nascidas até o ano de 1970. Este ano foi dado como limite porque entendeu ser pertinente que trabalhadores com 15 anos de idade no limite do ano de 1985 poderiam trazer algum tipo de contribuição pertinente para este estudo. Aqui, parte-se do princípio, confirmado pelas entrevistas realizadas, de que era comum que o início da vida laboral para os trabalhadores periféricos de Caxias se desse ainda na infância ou no início da adolescência. Nesse sentido, contemplar a diversidade etária significou capturar as experiências de diversas gerações que estivessem em postos de trabalho durante os vinte e um anos da ditadura.

A diversidade profissional se deve ao fato de que, por natureza das minhas relações pessoais e profissionais, a divulgação do formulário eletrônico contou com a colaboração de diversos colegas da área da educação, o que fez com que a pesquisa

circulasse prioritariamente entre professores e suas respectivas famílias. Portanto, o filtro estabelecido teve como critério não o resultado absoluto da sondagem, mas o motivador da pesquisa, ou seja, algo mais próximo dos dados demográficos da realidade caxiense dos anos 1960 e 1970, sobretudo. Professores não eram a maior categoria profissional neste período. Mais que isso, a pesquisa se concentrou em buscar trabalhadores que não tivessem tido na educação formal o seu principal desenvolvimento profissional, como é o caso do magistério. Trabalhadores do setor da indústria, do comércio e de serviços foram a prioridade, mas também a área da educação foi contemplada no resultado da seleção, posto que ela existia, ainda que minoritária.

Quanto à diversidade de gênero, o objetivo seria ter uma amostra de igual proporção entre homens e mulheres. Mas o resultado não atingiu o critério inicial, obtendo quatro homens e duas mulheres para o corpo de entrevistados. Quanto à diversidade de classe e de cor, o conjunto conta com metade dos nomes composta por pessoas negras, e a outra metade por pessoas que não se identificaram quanto à cor, mas que poderiam ser lidas como pessoas brancas e/ou brancas mestiças. O conjunto conta ainda com pessoas das classes médias e baixas, com tendência a estas últimas, não havendo nenhuma delas em condição de extrema pobreza ou de alta vulnerabilidade. De igual modo, nenhuma delas pode ser vista como herdeira dos privilégios e da riqueza oriundos das elites brasileiras. As seis pessoas escolhidas para esta pesquisa não foram identificadas por seus nomes de registro, mas por pseudônimos organizados alfabeticamente, de acordo com a ordem de realização das entrevistas. Dessa forma, tivemos o seguinte corpo de entrevistados:

**Tabela 10 – Lista de Entrevistados**

| Entrevistado | Ano de nascimento | Profissão | Data da entrevista |
|---|---|---|---|
| Ana Maria | 1946 | Técnica Judiciária | 12/11/2021 |
| Benedito | 1948 | Rebobinador de motor | 30/11/2021 |
| Casemiro | 1938 | Ceramista/Cristaleiro | 11/03/2022 |
| Danilo | 1960 | Biólogo/Professor | 15/03/2022 |
| Euclides | 1963 | Professor/Historiador | 15/03/2022 |
| Felipa | 1961 | Costureira | 16/03/2022 |

**Fonte: Elaborado pelo autor.**

Com base nas informações acima descritas, esta seção então apresentará as biografias de cada uma dessas personagens da vida real, todas elas marcadas pelo mundo do trabalho e pela iluminação do tempo presente sobre as suas narrativas de si ao revisitarem o tempo passado através das lembranças de suas juventudes.

### 3.1.1. Ana Maria

Ana Maria foi a primeira pessoa a ser entrevistada nesta pesquisa. Septuagenária muitíssimo interessada em compartilhar suas memórias, sentiu-se profundamente honrada por ter a oportunidade de falar sobre seu passado com alguém ligado aos círculos universitários e que, de certo modo, transformaria sua oralidade em material escrito. Técnica judiciária, o orgulho de suas memórias não foi mero acaso; estava ligado à construção de uma trajetória de vida marcada pela busca de conhecimento dentro de sua área profissional. Nascida em 1946, no próprio município de Duque de Caxias quando este contava com apenas três anos de emancipação, tornou-se uma profissional de cartório na própria cidade. Primeiro como escrevente, depois como escriturária, fez carreira nas salas cartoriais caxienses até prestar concurso e se estabilizar profissionalmente.

Como muitos de seus contemporâneos caxienses, era filha de pais migrantes. Sua família nuclear contava com mais dois irmãos e uma irmã. Sua mãe, uma cozinheira

piauiense, foi sobrevivente da gripe espanhola e deixou o estado nordestino em busca de melhores condições de vida no Sudeste. Ao se estabelecer no Estado do Rio, chegou a trabalhar com cartomantes para sustentar-se. Mas foi em uma fábrica de bebidas, a Fábrica Mafra que, segundo a entrevistada, sua mãe passou a trabalhar como cozinheira, e onde finalmente conheceu seu companheiro, o pai de Ana Maria, cujo encontro poderia ser descrito como "paixão à primeira vista". Também migrante, as origens do pai são mais longínquas e remontam ao outro lado do Atlântico. Português, parece ter exercido alguma atividade militar, de onde provém emocionante orgulho da parte da filha. Deixou o país europeu durante o salazarismo. Sua trajetória de migração foi lida de maneiras diferentes pelos seus familiares. Para alguns, ele teria sido um desertor do Exército. Para outros, após um exame mais recente e mais detalhado da documentação do português, teria cumprido suas obrigações militares e, de fato, seu processo de migração se justificaria tão somente pelas condições econômicas que, em Portugal, eram bastante desfavoráveis naquele contexto.

Em suas lembranças, a infância que Ana Maria rememora são de um período especificamente feliz e que ecoa uma felicidade mais ampla, que é a de ter nascido e vivido durante toda a sua vida em Duque de Caxias. Quase como se se confundisse com o próprio município em que veio ao mundo, emancipado três anos antes de seu nascimento, Ana Maria coleciona em suas lembranças as brincadeiras na calçada, as diversões de rua e os bailes dançantes como fagulhas de uma felicidade que emanava da própria cidade numa época em que tal felicidade era possível. Sobre a possibilidade de se mudar para outra cidade, ela afirmaria: "não vou, (...) vou terminar meus dias aqui, eu nasci aqui e vou terminar meus dias aqui". "Aqui", neste caso, não é apenas a cidade, mas a própria rua onde mora, que é a rua também onde nasceu. Ao crescer, mas não muito, ingressou no mercado de trabalho. Quando completou quatorze anos, conquistou seu primeiro emprego, beneficiada por uma qualidade e uma habilidade herdadas de sua mãe: a bela caligrafia. A letra organizada e bem escrita abriu as primeiras portas profissionais, e foi em um cartório no centro de Caxias onde iniciou sua jornada profissional. De um modo um tanto acidental, é verdade, mas que, ao fim, lhe rendeu seus primeiros salários ocupando a vaga que originalmente era de sua prima, a qual deixou o ofício para se casar. A vaga seria posteriormente sugerida à sua irmã, não fosse o fato de o patrão não ter se

satisfeito tanto com a caligrafia da candidata dispensada. Então, foi apresentado o posto vacante a candidata Ana Maria, a outra prima da nubente. Assim, a entrevistada conquistaria o emprego que lhe sustentaria durante a vida.

O ano era 1960, mesmo ano da fundação do Estado da Guanabara e da transferência da capital federal para Brasília. Os cartórios de Caxias respondiam à cidade de Niterói, capital do Estado do Rio de Janeiro, e assim foi até o ano de 1974, quando houve a fusão dos dois estados. O trabalho de Ana Maria se desenvolveu neste ambiente relativamente periférico, embora localizado geograficamente nas avenidas do centro de Caxias. Mas a periferia era significativa não apenas do ponto de vista do trabalho cartorial em si, submisso à jurisdição de uma Niterói ainda não conectada ao Rio de Janeiro pela ponte que atravessaria a Baía de Guanabara a partir de 1974, mas também devido às relações bastante provincianas e pouco republicanas de empregabilidade. O patrão, dono do cartório, era filho de um ex-prefeito da cidade, e não tinha muitos critérios quanto aos salários de seus funcionários. Ana Maria alegou ter sofrido episódios de assédio moral durante grande parte do tempo em que ali trabalhou, sujeita a desequilíbrios vários, como receber salários mais baixos do que funcionários recém-empregados para a mesma função no mesmo cartório. Tal situação melhoraria com a mudança de sua condição para estatutária e, futuramente, após realizar uma prova para o Estado, para atuar como escrevente e, depois, como técnica judiciária.

Se da mãe ela herdou a letra, foi do pai que Ana Maria herdou a referência política: Leonel de Moura Brizola – o que está longe de ser uma exceção, considerando a capilaridade e a popularidade que o gaúcho possuía na Baixada Fluminense, especialmente em Duque de Caxias. O político pode ser considerado um ponto de inflexão na vida da técnica judiciária. Foi graças às políticas que passaram a valer no plano estadual durante seu primeiro governo que as condições salariais de Ana Maria melhoraram, de fato. Decorre daí uma profunda admiração por Brizola, experimentada no alvorecer dos anos 1980, mas com alguma semente nas décadas anteriores, por influência de seu pai. Ana Maria cresceu e se construiu como uma mulher bem instruída e, segundo suas palavras, “antenada” na política. Bem-informada, chegou a ser assinante de O Globo, e era leitora assídua de O Pasquim, graças a um antigo namorado que lhe fornecia semanalmente o periódico de oposição à ditadura. Além da imprensa escrita, o

rádio também era a fonte de suas informações políticas, mas não apenas elas. O rádio lhe fornecia, sobretudo, as canções. Foram elas, as músicas, que atravessam a narrativa de si, no caso de Ana Maria, e trouxeram à baila tanto os eventos políticos quanto os episódios familiares que marcaram a trajetória da entrevistada. Porque era amante da música, Ana Maria construiu-se como uma defensora da liberdade cultural e avessa aos métodos de censura perpetrados durante os anos ditatoriais.

Dona de uma saúde impecável, Ana Maria ostenta ter tido poucos episódios de doença ao longo de sua vida. Com certa ironia, exibe o inédito feito de jamais ter quebrado um braço sequer ao longo da vida, o que até seria desejado em outras épocas, para lhe valer de experiência. Mas a ironia se justifica: o ineditismo que ostentaria expirou em 2012. Neste ano, Ana Maria se acidentou e quebrou o fêmur. Desde então, jamais conseguiu andar novamente. Posteriormente, quebrou também a tíbia. Todas essas intercorrências perfilam uma mulher que se apresentou para a entrevista de modo ironicamente antagônico à vivacidade exibida em sua narrativa sobre sua juventude. Em sua cama, adaptada à sala de estar convertida em quarto, concedeu-nos a entrevista, ao lado de seu irmão, também acamado no mesmo aposento, emocionando-se com a possibilidade de reviver, ao rememorar, os áureos tempos em que, com plena saúde, construiu a si mesma como uma mulher forte, falante, comunicativa e dona de um belo troféu cultural e familiar: os traços de que são feitas a sua caligrafia e a sua história.

### 3.1.2. Benedito

Benedito estava no auge dos seus 73 anos quando concedeu a entrevista que revelou uma trajetória incrivelmente alicerçada no trabalho e nas estratégias de resistência à dureza da vida. Mineiro, origem que carrega de modo marcante em seu sotaque, era da cidade de Leopoldina. Chegou a Caxias quando tinha pouco menos de dez anos de idade. A relação com este município começou com um de seus irmãos, que deixou a cidade mineira em busca de melhores condições de vida para si. O entrevistado salientou que, porque seu pai se preocupava com a possível solidão do filho no Estado do Rio de Janeiro,

o veterano decidiu deixar a cidade de origem e partiu para morar junto com o filho, já em Caxias, precisamente no bairro da Prainha. A Prainha é um bairro que fica nos limites de Caxias com São João de Meriti, bem próximo de onde atualmente corta a Linha Vermelha, via expressa que atravessa a cidade do Rio de Janeiro e dá acesso aos municípios da Baixada Fluminense conforme se conecta com a Via Dutra, rodovia que liga o Rio a São Paulo. O urbanismo atual do bairro é periférico e favelizado. Mas há cerca de setenta anos, a precariedade era ainda mais latente. Foi nesse lugar, cercado de valas negras, sem rede de esgoto, com estruturas sanitárias altamente deficitárias, que Benedito viveu sua infância como uma criança migrante alvo de hostilizações devido ao seu lugar de origem. Hábito de uma era, diria o entrevistado. As provocações em tons de brincadeira eram comuns para com migrantes mineiros, provocações recorrentes entre as crianças que precisavam se deslocar para outros bairros próximos a fim de ter algum tipo de diversão e lazer. Embora o ambiente da nova residência não fosse muito promissor do ponto de vista das condições sanitárias, os pais de Benedito, contudo, pareciam ter tido uma vida ainda mais dura em Leopoldina. De sua mãe, pouco disse. De seu pai, é sabido que foi lavrador quando vivia em Minas. Mas não só lavrador. Talvez tenha sido dele que o entrevistado tenha herdado a capacidade de atuar em diferentes ofícios, como veremos mais adiante.

Ocorre que o pai de Benedito, além de lavrador, era também artesão, confeccionava cestas e balaios. Chegou também a trabalhar como oleiro, e ainda prestava serviços diversos na roça. Graças ao seu filho – o que primeiro migrou para Caxias – conseguiu um emprego em uma fábrica de botões e ali passou a trabalhar em melhores condições que a vida na lavoura lhe oferecia. O processo de estabilização na cidade de Caxias foi longo até chegar às condições de moradia em que Benedito se encontrava no contexto da entrevista: uma casa própria, construída e ampliada, um quintal amplo e acolhedor. O início do processo se deu quando a família do entrevistado foi morar na casa do irmão de Benedito, no bairro da Prainha, uma casa de médio porte alugada, suficiente para ser dividida em duas metades. Em uma delas, o irmão vivia com sua família que fora ampliada com a chegada de Benedito e seus pais. Viveram ali até que o pai pudesse se estabilizar financeiramente. A saga da família depois da primeira casa é feita de uma sequência de moradias diversas em alguns dos bairros do município de Caxias. Sob

diferentes condições – entre as quais, uma casa afetada por enchentes no bairro Bar dos Cavaleiros, uma casa emprestada de uma prima, no bairro do Corte-Oito, próximo ao terreiro do famoso babalorixá Joãozinho da Gomeia, um novo aluguel no bairro Copacabana (Caxias) e uma casa de estuque construída por seu pai após adquirir um terreno no Parque Beira-Mar no início dos anos 1960 – a vida da família foi, com o passar dos anos, adaptando-se à realidade fluminense.

A entrada de Benedito no mercado de trabalho se deu ainda na infância. Seu primeiro emprego, aos dez anos de idade, fazia com que ele se deslocasse da Rua Diamantina, no Corte-Oito, a uma padaria do bairro do Engenho Novo, na cidade do Rio de Janeiro. Ali, Benedito compartilhava o apelido homônimo com um famoso jogador de futebol, esporte que era uma das paixões e um dos talentos do mineiro-caxiense. Ali, o pequeno acordava às 5h da manhã, ajudava o padeiro, entregava os pães, e depois voltava para o balcão para atender os clientes alvoroçados. Após o trabalho em padaria, Benedito chegou a trabalhar em feira, quando a família se mudou para o Parque Beira-Mar. Também chegou a exercer algum tipo de ofício em Magé, na casa de terceiros, e ainda em Niterói, quando finalmente seus talentos futebolísticos foram notados por olheiros. Nesta época, floresceu a esperança de ser indicado para um time profissional daquele esporte. Contudo, a esperança não encontrou lastro da realidade. O sonho não se concretizou.

Mas os dias de construção civil, sim. Os de cobrador de ônibus, também. Na faixa dos vinte anos, Benedito trabalhou numa empresa em São Cristóvão, no Rio. Fez um curso no SENAI e, finalmente, se profissionalizou. Escolheu o curso do SENAI quase que ao acaso, aconselhado por um amigo, que lhe indicou a possibilidade de conseguir uma vaga em uma empresa porque o tal companheiro estava na iminência de deixar o posto (processo incrivelmente semelhante ao caso do primeiro emprego de Ana Maria, a primeira entrevistada). Assim, escolheu o curso de rebobinamento de motores. Após o curso do SENAI, sentiu-se mais preparado para pleitear postos de trabalho mais lucrativos ou que oferecessem melhores condições empregatícias. A conclusão do curso lhe permitiu avançar na escala da carteira de trabalho, deixando para trás os empregos de ajudante e indo em direção aos profissionais, não sem antes passar pelos postos de meio-oficiais, categoria intermediária entre aqueles dois primeiros. Benedito conheceu todas as

categorias e optou, de modo consciente, por aquelas que oferecessem algum tipo de comodidade. Assim foi que, profissional, conseguiu construir antecedentes formativos que lhe permitiram arriscar negociações com seus empregadores, ainda que tivesse que ceder vez ou outra em determinados aspectos. Como quando teve a carteira assinada como profissional, mas com o salário abaixo dos outros colegas mais antigos da mesma categoria. A vaga de trabalho, neste caso, era na Fábrica Nacional de Motores, em Caxias. Para o homem que começou menino entregando pães no Engenho Novo, poder trabalhar no próprio município onde vivia era uma vantajosa oportunidade. Poder-se-ia dizer que, receber menos que os colegas, era injusto e desigual. No chão da vida de trabalhador, Benedito aprendeu cedo a importância de driblar a justiça e a igualdade cartesianas para avançar na melhoria de suas condições sociais e econômicas. E assim foi admitido na FNM.

Sua carteira foi assinada na Fiat Diesel no final da década de 1970. A essa altura, a FNM passava por um processo de transição, de forma que, quando admitiu o entrevistado, já tinha sido adquirida pela multinacional automobilística italiana. O emprego foi fundamental para que Benedito começasse a pensar seu futuro, e o exemplo mais categórico da mudança foi o seu casamento. Mesmo com dificuldades financeiras, o casório acabou ocorrendo à base de um empréstimo fornecido por seu irmão. O antigo emprego lhe permitiu comprar o terreno onde viria a construir sua casa, justamente o lugar onde se daria esta entrevista algumas décadas depois. E o novo emprego, na Fiat, garantiu a possibilidade concreta de construção de futuro que, em linguagem metafórica, poderia ser associado à sua casa no novo terreno adquirido. Inicialmente muito pequena e limitada, e posteriormente ampliada, estendida e adequada às necessidades do casal. Foi ali, na Fiat Diesel, que Benedito viveu de perto as experiências de greve, aproximando-se da experiência vivida por seus irmãos no início dos anos 1960, quando estes trabalhavam com caminhões em transportadoras e, não raro, precisavam voltar para casa quando as estradas eram fechadas por algum tipo de manifestação ou motim. Nada comparável, talvez, àquele de 1962, que ficou conhecido na cidade como “quebra-quebra”.

Quando o levante aconteceu, Benedito estava no início da adolescência e testemunhou o desespero e o alvoroço pelas ruas de Caxias. Chegou a participar do evento, em meio à euforia, sem muita consciência e controle sobre os fatos àquela altura. Sabia

que tinha a ver com fome e carestia, e conhecia de perto a necessidade de seus vizinhos. Benedito fez parte de uma época em que o alimento era escasso nas prateleiras e distribuído em regime de racionamento para a população, que se aglomerava em filas buscando comprar quantidades limitadas de produtos de primeira necessidade. Também conheceu de perto as intervenções do Exército durante e após o saque de 1962, e aprendeu estratégias eficientes para passar despercebido pelas forças da ordem conforme o regime endurecesse já nos anos de ditadura. Garantir-se como um bom trabalhador foi uma delas.

Da infância migrante à trabalhadora, dos subempregos à profissionalização, Benedito percorreu uma trajetória marcada pela inventividade, pela sagacidade e pela capacidade de negociação em busca de melhores condições para si. Mas ela não esgota o conjunto das experiências e possibilidades criativas vividas por ele. O relato de uma vida intensamente difícil quase deu margem para concluir que a jornada do entrevistado se resumiu à crueza das duras penas ligadas ao mundo do trabalho. Isto porque, para além de ter sido (ou quisto ser) entregador de pão, cobrador de ônibus, jogador de futebol, eletricista, e tantas outras profissões (ou quase-profissões), Benedito foi também músico, e isso definitivamente não foi um mero detalhe nem em sua vida e nem na entrevista. Músico de banda, criou a sua própria – Stop – e com ela se apresentava em bailes, bares, clubes, revelando uma juventude ainda mais diversa, rica e criativa. Benedito era vocalista de em meados dos anos 1970. No seu repertório, nomes como The Fevers, Wanderley Cardoso, Jerry Adriani, e uma série de outros artistas que o entrevistado chegou a conhecer. Do rock internacional ao pagode, a banda Stop chegou a se apresentar ao público em shows de mais de quatro horas, com direito a letras em inglês – ou quase isso.

O improviso diante do idioma desconhecido era uma marca do vocalista. Graças à sua voz, Benedito se conectou com nomes importantes do circuito cultural de Duque de Caxias, principalmente do universo da música, muitos dos quais com quem mantinha contato próximo até os dias próximos em que se deu a entrevista que, a propósito, foi concedida na esperança de que aquela voz transcendesse as memórias da banda que teve o entrevistado como vocalista, e alcançasse o registro dos estudos acadêmicos. Residia nisto a satisfação do entrevistado em colaborar com a pesquisa, emprestando sua experiência cultural e sua trajetória de trabalho aos estudos da cidade que acabou por se tornar o seu próprio lugar.

### 3.1.3. Casemiro

Casemiro estava com 83 anos quando concedeu a entrevista que, desde o princípio, foi marcada uma narrativa que apontava para a importância do bem viver e da construção de boas redes de relacionamento. Octogenário e aposentado, rememorou com saudosismo o tempo em que, deixando o bairro de Engenho Novo, mudou-se com a família para o município de Duque de Caxias. A mudança para Caxias ocorreu por volta dos 6 ou 7 anos de idade, em meados dos anos 1940. Seu pai adquiriu um terreno no município, aproveitando a vantagem que seria não mais viver do aluguel que pagava mensalmente naquele bairro da Zona Norte do Rio. A nova residência ficava na antiga Avenida Itatiaia, atual Presidente Tancredo Neves, próxima ao centro de Caxias, que hoje ajuda a conectar bairros como a Vila São Luís, a Vila Leopoldina e a Paulicéia, mas que na época contava com, se muito, uma dúzia de casas. As ruas das imediações não eram pavimentadas. O chão de areia ou de barro vermelho era revolvido com a passagem das carroças de boi. Ônibus eram poucos, e quando havia, tinham a capacidade de pouco mais de uma dezena de passageiros, e eram conhecidos pela simpática alcunha de "ônibus-bolinha". Na infância de Casemiro, as linhas eram raras, e a que melhor lhe servia compunha uma rota circular que ligava a Vila São Luís à estação de trem de Caxias. Dali, os passageiros seguiam a pé pelo centro do município ou tomavam um trem "Maria-Fumaça", em direção à estação Leopoldina, no centro do Rio.

Sua vizinhança era muito bem quista. Casemiro viveu na pele o hábito dos cuidados coletivos com a criação dos pequenos, como era de praxe. Em sua infância, era comum certa rede de solidariedade em que os vizinhos se responsabilizavam coletivamente pela educação das crianças das famílias, especialmente as que migravam para a cidade, assim como por sua alimentação, se preciso fosse. Em última instância, a educação coletiva dos vizinhos significava compartilhar com terceiros os costumes, os códigos morais e as tradições de uma época e de um lugar. O entrevistado foi uma criança que não prosseguiu com seus estudos. Seguiu o que era previsto para a maioria de seus

contemporâneos e interrompeu a educação formal quando adquiriu um livro por engano e não teve direito à troca do produto. A frustração se somou àquela de não ter direito a uma vaga em uma escola pública. Casemiro estudou em escola privada, pois estas eram consideradas a única opção para quem não conseguisse ingressar nas escolas que, àquela época, pouquíssimas, guardavam as referências do que era excelência em ensino: a rede pública.

Cresceu desbravando a cidade com liberdade, circulando por entre bambuzais e admirando extasiado os paraquedistas que desciam às centenas tal qual chuva sob os céus do Gramacho, depois de partirem em voo do quartel de Deodoro. Aprendeu a nadar no Rio Sarapuí, numa época em que este era navegável e limpo, mas também aproveitou as águas de outros, como o Iguaçu e o Jacatirão, atualmente canalizado e rebaixado ao estatuto de valão. Sobreviveu às doenças e epidemias que atingiram a população caxiense – coqueluche, sarampo, catapora, cachumba etc. – muitas das quais se proliferavam devido às pífias condições sanitárias. E estabeleceu relações de amizade que culminaram em relacionamentos, como aquele que levou ao casamento, já no ano de 1968.

Casemiro conheceu a futura esposa em 1967, casou-se no ano seguinte e com ela teve uma filha, Glória, no mesmo ano do casamento, a qual esteve presente durante a entrevista concedida, tendo participado e partilhado também sua história e seu ponto de vista – relatos importantes que ajudam a conhecer a realidade periférica de Duque de Caxias, especialmente durante a década de 1970. Casemiro esteve casado até 1976, tendo residido com sua esposa e filha no mesmo bairro e também em outras localidades, como o Parque Amorim, em Belford Roxo, e a Vila Leopoldina, próximo à Itatiaia[87]. A filha de Casemiro costumava passear na Praia de Mauá, levada por sua tia paterna, que reunia as crianças e partia de trem para aqueles arredores nos fundos da Baía de Guanabara, município de Magé. Quando não, o traslado era feito em uma antiga Kombi de um tio até a famosa Praia de Mauá – o lazer possível – presença marcante na infância de quem cresceu em Caxias naquela segunda metade do século XX. Não foi diferente com Glória.

[87] As informações sobre o casamento e os lugares de residência do entrevistado neste período foram compartilhadas por sua filha posteriormente, via *whatsapp*.

O aposentado guardava em sua residência diversos objetos remanescentes do período em que trabalhou com artefatos de cerâmica e vidro. Mas até que se estabelecesse como funcionário de fábrica, deu início, criança ainda pequena, aos bicos e serviços subalternizados que lhe rendiam, esporádica e irregularmente, algum tipo de retorno financeiro suficiente para comprar balas e doces. O primeiro emprego, de fato, veio quando começou a trabalhar em uma tinturaria, e onde aprendeu técnicas de lavagem e passagem de roupas. Não tardou para que deixasse o emprego na tinturaria e, lá pelos onze anos de idade, começasse a trabalhar em feiras em Botafogo, na Tijuca e em São Cristóvão, a convite de um colega. Quando o expediente acabava no início da tarde, Casemiro deixava as Zonas Sul e Norte do Rio e voltava para sua casa em Caxias, na Baixada Fluminense. Foi no início da adolescência, aos 14 anos, que o entrevistado teve sua carteira assinada pela primeira vez. O emprego foi uma conquista de sua mãe, que ficara sabendo da chegada de uma fábrica de cerâmicas nas imediações do bairro. Tratou de buscar indicar seu filho para um posto de trabalho na Alcobaça Cerâmicas, empresa sediada em Itaipava, Petrópolis, mas que estava se expandindo para a Baixada Fluminense naquele início da década de 1950. Casemiro conseguiu o emprego de carteira assinada, e lá permaneceu por uma década.

Mas na época de seu casamento, em 1968, já havia trocado de emprego. Deixara a Alcobaça Cerâmicas, em Caxias, e passara a trabalhar na Lustres Estrela, uma fábrica no Grajaú concentrada na pintura de vidros, por orientação de um outro amigo seu. A jornada começava às 5 horas da manhã, horário em que tomava o trem até a Leopoldina. Mas o trem que levava Casemiro ao trabalho era também o que o levava para divertir-se em Petrópolis, junto com seus colegas de trabalho, equilibrando sobre os trilhos fluminenses momentos de labuta e de lazer. Na Lustres Estrela trabalhou por não mais que quatro anos. Dali empregou-se na Corcovado, mais uma vez convidado por um amigo, para seguir no mesmo ramo de lustres. Quando a fábrica faliu, Casemiro recebeu a indicação de uma senhora para trabalhar na Nova América Tecidos, a famosa fábrica da Zona Norte carioca atualmente convertida em shopping center. Foi ali que Casemiro trabalhou até conseguir sua aposentadoria, aos 64 anos.

A conquista da aposentadoria de Casemiro, aliás, é um capítulo à parte na narrativa de si. A dificuldade para conseguir o benefício é advinda do fato de que o

entrevistado perdeu o principal documento que comprovava os anos e os postos de trabalho: a carteira profissional. A perda foi literal: devido ao desgaste propriamente dito, causado pela necessidade constante e contínua de portar a carteira de trabalho no bolso das calças cotidianamente, as folhas do documento se soltaram ou se desfizeram. A consequência foi a dificuldade de comprovar, no fim de uma vida inteira de trabalho, o histórico laboral. A dificuldade foi acentuada pela suspeita de queima de arquivo. Aqui, a expressão também é literal: o entrevistado acredita que os documentos foram realmente queimados pelos militares na época da ditadura, de acordo com reportagens que assistiu na televisão. O fato é que Casemiro se deparou com um vazio de registros por parte do Estado a respeito de seu histórico profissional. Sem a carteira em mãos e sem documentos por parte dos órgãos de Estado, coube a ele providenciar testemunhas – colegas de trabalho – que lhe assegurassem o direito à aposentadoria mediante declarações registradas em cartório.

Foi enquanto estava ativo no mercado de trabalho que Casemiro vivenciou os anos da ditadura. Do regime propriamente dito pouco se aprofunda em suas lembranças. Concentrado no trabalho, tratou de evitar grandes tumultos e não chegou a participar de qualquer iniciativa pró ou contra o regime. Porém, traz em suas lembranças a inflação e as dificuldades em relação à compra de alimentos. Glória, a filha, relatou que era comum que sua mãe lhe pedisse para ficar nas filas a fim de que comprasse alimentos de primeira necessidade – feijão, arroz, carne, óleo, grãos em geral – que eram oferecidos em regime de racionamento e para os quais se formavam imensas filas no centro da cidade ou nos armazéns principais dos bairros. A esta altura, Casemiro e a mãe de Glória já estavam separados. A mãe era babá em Copacabana, e foi ela quem testemunhou a presença maciça de militares nas regiões centrais do Rio de Janeiro. Relata a filha que, ao voltar para casa, na Baixada Fluminense, a paisagem que no Rio era tomada por militares, em terras caxienses pouco se alterara.

Embora com alguma facilidade as memórias de Casemiro escapem à cronologia dos anos da ditadura, e eventualmente as lembranças do suicídio de Vargas, do quebra-quebra de 1962 e do golpe de 1964 entrem em confluência e se tornem um evento só, o nome de Ernesto Geisel salta à lembrança do entrevistado, porque um tio seu trabalhou na segurança daquele presidente. O militar gostava de andar por entre civis e, não raro, o

tio de Casemiro era convocado, às pressas, para prestar segurança ao mandatário que tinha apreço por desfilar entre os anônimos. Mas é uma exceção. Em geral, a política andava de um lado, e Casemiro, do outro. Começou a votar no final dos anos 1950 por incentivo de um antigo candidato a vereador da cidade, o qual lhe forneceu as condições necessárias para emitir o título de eleitor. Mas isso não foi suficiente para que o homem nutrisse apreço pelo universo da política. Definido por Glória como "apolítico", o aposentado sempre foi avesso a tumultos, sejam eles de ordem política ou não. Teve cisões na família devido a questões políticas. Decidiu-se por não enveredar por esta seara, embora não negue ter tido alguma simpatia por Zito, ex-prefeito da cidade, com quem compartilhou a vizinhança e a própria juventude nas "peladas" da Laureano, bairro caxiense onde até hoje mora o antigo alcaide da cidade.

O curioso é que o homem que era avesso a tumultos chegou a participar do quebra-quebra de Caxias, em 1962. A cena que não escapa à sua memória é a de, enquanto caminhava em direção ao trabalho, às margens do cemitério Nossa Senhora do Belém, ter avistado um sujeito com uma grande peça de carne seca nas costas. A imagem pitoresca foi o primeiro indício de que algo fora da ordem estava em curso. Não tardou para que Casemiro se pusesse ciente do que estava acontecendo. E, porque muitos também o faziam, tratou de adquirir ele próprio algumas caixas de biscoito dentre os muitos mantimentos que estavam sendo saqueados das lojas e armazéns de Caxias. Naquele dia não houve expediente, e Casemiro voltou para casa – claro, com as caixas de biscoito. Já próximo de casa, deu-se conta de que os saques já tinham chegado às redondezas de seu bairro. A razão do levante ele desconhece até o momento da entrevista. Aposentado há quase vinte anos, Casemiro não morava mais em Caxias no contexto da entrevista. Há cerca de duas décadas vivia na Penha, na Zona Norte do Rio. Com uma casa relativamente protegida por muros que chegam aos dois metros de altura, lidava com as dificuldades de uma vida limitada pela idade avançada e sobre a qual tem uma visão otimista, embora notadamente atravessada pelas saudades de um tempo feliz – a juventude – onde a solidariedade das relações de vizinhança era indubitavelmente superior à perfídia das relações políticas.

### 3.1.4. Danilo

Nascia em 6 de agosto de 1960, no recém-criado Estado da Guanabara, Danilo, filho de uma família caxiense residente no bairro 25 de agosto, de origem simples e de ascendência italiana. Embora nascido fora do município de residência, Danilo viveu e ainda vive, desde que nasceu, no mesmo bairro de Duque de Caxias[88]. O caçula de uma família de cinco irmãos, cresceu desfrutando de muita liberdade, segundo suas memórias, relação que também se estendeu para sua adolescência. Tem sua identidade marcada pelo sobrenome do bisavô, um imigrante italiano que cruzou o Atlântico com a família, incluindo sua filha ainda pequena – a avó de Danilo – instalando-se na cidade de Mimoso do Sul, no Espírito Santo. No Estado capixaba nasceram a mãe e as tias do entrevistado. Já seu pai era da de Itaperuna, no Noroeste Fluminense, município próximo a Mimoso do Sul, no Estado vizinho, do qual distava pouco mais de cem quilômetros.

Após se conhecerem, os pais de Danilo se mudaram para Duque de Caxias, ainda na década de 1940. Ele, caminhoneiro, vislumbrava oportunidades de emprego nos arredores da então Capital Federal. Ela, costureira, não exercia a profissão, mas "ajudava" uma senhora em Vilar dos Teles, em São João de Meriti, em troca de comida e mantimentos. Como os demais vizinhos, o casal ocupou o terreno loteado e construiu sua casa na 25 de agosto[89], bairro que teria sido construído/organizado por um certo Barbosa, uma liderança política local que ocupava a vereança da cidade, conforme atestam as memórias da família do entrevistado. Uma vizinha baiana era quem supervisionava a criação das crianças, na ausência da mãe de Danilo, não raro com palmadas e outras medidas corretivas. Isto porque "naquela época", afirmaria o entrevistado, existia "muito

---

[88] Essa informação foi atualizada posteriormente à realização da entrevista. O entrevistado buscou mais informações junto à sua família e compartilhou uma informação diferente da que relatou originalmente na entrevista. De acordo com essa atualização, sua família morava no bairro Centenário desde que fez a migração para Caxias, um bairro periférico do 1º distrito, próximo à localidade conhecida como Morro da Caixa D'Água. Depois, mudaram-se para o bairro 25 de agosto em 1961. Segundo Danilo: "Fomos morar na rua Miguel de Frias, na casa de uma tia e em 1962 ganhamos um terreno na Vila Operária, doado pelo Sr. Barbosa que era vereador. E lá estamos até hoje" (informação enviada por *whatsapp*).

[89] Mais uma vez, preferimos manter o registro original das memórias do entrevistado, mas a informação foi verificada junto à família posteriormente. Antes de construir a casa no terreno cedido pelo Sr. Barbosa, houve um período em que se viveu na casa de parentes na Rua Miguel de Frias e, antes disso, a família morava no bairro Centenário.

respeito" com os vizinhos. No caso em questão, vizinhos majoritariamente pobres, mas reconhecidamente solidários.

Já os filhos mais velhos do casal eram engraxates e ganhavam algum dinheiro miúdo para encher tonéis de água na vizinhança, com o qual contribuíam nas finanças da casa, numa época em que água encanada praticamente inexistia naqueles arraiais. A merenda que os meninos levavam da escola também ajudava no sustento da família. Quanto às filhas, atuavam diretamente como suporte na criação de Danilo, o caçula dos cinco. Enquanto crescia, Danilo se escolarizava através do ensino público, que caracterizou todo o seu Ensino Fundamental, antigo "primeiro grau". Já o Ensino Médio se deu em escola privada. Chegou ao Ensino Superior e formou-se em biologia pela Fundação Educacional de Duque de Caxias – a conhecida FEUDUC – instituição criada em 1969 no bairro São Bento, em Caxias, e que foi responsável pela formação de centenas de profissionais na área da educação naquele município e em toda a Baixada Fluminense nas décadas subsequentes à sua criação. Desta fase escolar que abrangeu sua infância e sua adolescência, Danilo guarda lembranças que hoje entende estarem associadas à ditadura enquanto fenômeno social e político, mas que, à época dos acontecimentos, simplesmente faziam parte do cotidiano de uma criança ou de um jovem de Duque de Caxias.

Na escola em que cursou o Ensino Fundamental, um certo professor de Danilo era também delegado do DOPS, e ele tinha o hábito de compartilhar com seus alunos "relatos de arrepiar", segundo o biólogo, mas que, a despeito de tudo isso, era um sujeito "gente boa". Outro episódio "de arrepiar" ocorreu quando um vizinho negro, na Copa de 1970, flamejou a bandeira da Itália em tom de brincadeira junto à família de Danilo, a qual tinha ascendência italiana. O vizinho foi espancado quase até à morte por soldados do Exército, não vindo a óbito graças à intervenção da família. Ainda assim, o triste ocorrido não macularia a força e o respeito que o Exército – mas também a Marinha e a Aeronáutica – tinha junto aos moradores do bairro 25 de agosto, para quem a presença desta força armada representava proteção e segurança, aliás, de modo mais significativo e simbólico que a própria Polícia Militar. Talvez porque o próprio bairro em que residiam fosse composto por muitos moradores que eram também soldados do Exército. Além disso, neste bairro também está instalada a 14ª Delegacia do Serviço Militar da 2ª Circunscrição

de Serviço Militar do Exército, isto é, onde os jovens de Duque de Caxias costumam se alistar quando estão para completar os 18 anos. É também bem próximo à sede do Batalhão de Fuzileiros Navais do Rio Meriti, no Rio de Janeiro, importante equipamento da Marinha do Brasil. Danilo cresceu e se formou ali.

É importante considerar que o biólogo não esperou finalizar sua formação oficial, já adulto, para ingressar no mundo do trabalho. Ocorreu que, ainda na infância, enquanto cursava o Ensino Fundamental, Danilo teve seu primeiro emprego com carteira assinada, precisamente aos 12 anos de idade, graças à autorização judicial que, no início dos anos 1970, permitia a crianças dessa faixa etária exercer formalmente este tipo de ofício. Equilibrando-se entre brincadeiras de infância e o compromisso de trabalho, Danilo atuava na portaria da Fábrica de Velas e Sabão Lito & Cia, localizada em algum ponto da Estrada São João-Caxias, nas imediações do bairro Parque Araruama, em São João de Meriti. Ali atuou por cerca de seis meses. Ao longo da adolescência trabalhou de modo informal para conseguir alguma renda ao mesmo tempo em que ampliava seu olhar para os assuntos da política do país, especialmente após seus 16 anos – o que o diferenciava dos outros membros da família que, em linhas gerais, não se interessavam pelo cenário político. E em sua juventude, desenvolvendo os primeiros interesses pela vida pública, catou latas, vendeu ferro velho, fogos de artifício, balas e doces, entre outros. Trabalhou como contínuo no Ministério da Fazenda, chegou a ser lojista, ajudante de pedreiro, encanador e eletricista. Finalmente conseguiu um emprego no Estaleiro Renave em Niterói, onde presenciou e até aderiu a movimentos de greve. Após o emprego no estaleiro, Danilo passou a trabalhar, no ano de 1982, como assessor administrativo na Prefeitura de Caxias. Iniciou os trabalhos no cartório eleitoral, no prédio do antigo Fórum de Duque de Caxias, no centro do bairro 25 de agosto. Neste ponto, sua história de trabalho intersecciona com sua jornada de formação educacional, o que o entrevistado lê como destino manifesto, pois ser biólogo era a sua "vocação natural".

O ano era 1989. O chefe de Danilo na prefeitura era presidente da FEUDUC e olhe ofereceu uma bolsa de estudos integral. No dia de sua formatura, em 1993, o novo biólogo foi contratado para atuar como professor auxiliar naquela fundação e para montar o laboratório de história natural. Também auxiliava o professor de zoologia e de análises clínicas. Sua história laboral com a FEUDUC durou cerca de três anos. Após graduar-se

na FEUDUC, Danilo seguiu em cursos de pós-graduação em Hematologia, Saúde Pública e Análises Clínicas, concomitantemente ao seu trabalho na prefeitura de Caxias. Caxiense não nascido em Duque de Caxias. De família italiana, porém pobre. Morador de um bairro completamente loteado, mas que atualmente é considerado um dos bairros mais elitizados daquele município. A trajetória de Danilo é atravessada por situações que, se podem soar conflitantes, mas que muitas vezes ocorreram de forma concomitante na trajetória do entrevistado. Trata-se não de um paradoxo, mas da realidade concreta que não necessariamente se ajusta a modelos sociológicos pré-estabelecidos, a exemplo dos agentes do Exército que, se por um lado cometiam atrocidades, por outro estavam blindados por uma espécie de reputação respeitável naquele bairro. A própria trajetória profissional de Danilo reflete a concomitância de seus ofícios. Graduou-se em biologia, mas não por isso deixou de atuar na prefeitura na esfera administrativa. Burocrata de um lado, organizador de festivais de samba na cidade de outro, o entrevistado acumula experiências de simultaneidade em suas realizações.

Biólogo, sua profissão o acompanharia até o dia da entrevista. Tendo se aposentado no final do ano anterior de seu vínculo com a prefeitura de Caxias, Danilo seguia trabalhando em seu pequeno laboratório de Análises Clínicas no centro daquele município quando foi entrevistado, aliás, importante conquista profissional do caxiense; talvez por isso mesmo tenha sido ali o local escolhido por ele para dar sua contribuição a esta pesquisa.

### 3.1.5. Euclides

Nascido em 1963, Euclides é fruto do fluxo que caracterizou boa parte das famílias de Duque de Caxias, que tinha início nos interiores dos Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais e terminava nos loteamentos improvisados dos bairros periféricos caxienses. Seus pais chegaram ao município na virada dos anos 1950 para os 1960. Primeiro chegou seu pai em 1958, cumprindo a função muito comum à época de sondar as possibilidades de vida e de sobrevivência no local. Já sua mãe, por sua vez, veio para

Caxias no ano de 1960, depois de preparado o caminho por seu esposo. Sem boas condições financeiras, o casal só conseguiu moradia na periferia de Duque de Caxias. Instalaram-se na Vila Caetano Madeira, atual Doutor Laureano, em uma época em que a região era desprovida dos recursos mais básicos. O bairro era um imenso pântano sem calçamento ou asfalto, repleto de terrenos baldios que seguiam o curso de um escoadouro de água doce conhecido como Canal do Jacatirão. O bairro era cercado de pequenos morros e seu pai foi um dos primeiros, senão o primeiro, a se instalar ali. Porque vivia no pântano, recebeu a alcunha jocosa de [espécie animal que vive em áreas pantanosas][90], a qual foi incorporada à sua identidade e por ela passou a ser conhecido no bairro conforme este se desenvolvia. O Sr. [Apelido Suprimido] se tornou auxiliar de enfermagem e conseguiu trabalho no antigo IAPETEC – Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas – criado por Getúlio Vargas em 1938, atual Hospital Geral de Bonsucesso. A trajetória do pai de Euclides como trabalhador – e como trabalhador de referência da saúde do seu bairro – marcaria a criação de seus filhos, bem como sua relação com as transformações políticas do país. Na periferia pantanosa da Vila Caetano Madeira, o Sr. [Apelido Suprimido] era enfermeiro, tanto quanto o dono da farmácia era farmacêutico ou as rezadeiras eram médicas. Nos sertões caxienses da década de 1960, vivia-se como era possível se viver, adaptando realidades, profissões e ofícios e desenvolvendo tecnologias de sobrevivência em meio aos bastios.

A crise no interior do Estado do Rio foi a propulsora da mudança dos pais de Euclides para Caxias. Deixaram o Noroeste Fluminense e se somaram aos milhares que "desciam" em direção à Capital Federal até 1960, ou às proximidades da Guanabara, se considerar o novo estatuto do Rio de Janeiro após a fundação de Brasília. Se o Sr. [Apelido Suprimido] era o renomado profissional da saúde do bairro, foi graças a uma caminhada laboral que não começou como auxiliar de enfermagem. O jovem chegou para trabalhar em serviços básicos, em estabelecimento como bares e restaurantes, em serviços de limpeza ou correlatos, além disso ainda estudava à noite. A deficiência que possuía na perna não o impediu de buscar o melhor para si e sua família, e é o que explica, segundo

[90] Para garantir a privacidade da identidade do entrevistado e de seu familiar, optou-se por suprimir o apelido pelo qual seu pai era conhecido em seu bairro.

o entrevistado, o valor da educação para seus pais, isto é, a possibilidade de superar as condições socioeconômicas em que se encontrava sua família quando ainda residiam no Noroeste do Estado. Para que os filhos tivessem acesso à educação, sacrifícios eram realizados. Sapatos, por exemplo, praticamente não eram comprados para o pai de Euclides, e os que ele possuía ainda eram remendados. Assim, era possível empenhar algum dinheiro para a compra dos livros de sua prole.

A cidade que encontrariam ao deixarem o Noroeste Fluminense em nada se comparava à imagem que o Rio de Janeiro ostentava enquanto Capital Federal. No município vizinho, Duque de Caxias, a região central talvez ainda conservasse algum tipo de urbanidade alinhada ao progresso: avenidas principais, rodoviárias, mercados, estação de trem, proximidade em relação aos bairros da Zona Norte do Rio etc. A família morava na rua Coelho Neto, logradouro existente até os dias de hoje e com uma função importante no bairro. Ele ajuda a conectar dois espaços de sociabilidade, atualmente conhecidos como Praça da Laureano e Praça dos Aposentados. A Coelho Neto conectava precisamente a atual Praça da Laureano até as margens do Canal do Jacatirão, que é onde se encontrava a residência da família do entrevistado, sendo caminho para chegar até a Praça dos Aposentados e onde as primeiras linhas de ônibus faziam parada.

A cidade que Euclides começou a conhecer e da qual possui uma memória mais viva é aquela que sua lembrança alcança a partir do final dos anos 1960, quando seu bairro começou a se transformar com a entrada de serviços públicos. Segundo ele, foi no começo dos anos 1970 que apareceram aquelas primeiras linhas de ônibus. Lembra-se com certa graça de um deles conhecido como “galinha”, que levava os moradores do bairro até a Central do Brasil, e que tinha um galo na frente da condução. Uma das linhas levava os moradores de seu bairro até o centro de Caxias. A passagem era paga com fichas coloridas e o deslocamento até o centro do município parecia uma verdadeira viagem para o menino. Talvez porque de seu bairro para o centro houvesse um verdadeiro abismo urbanístico. Na Vila Caetano Madeira, a água vinha dos poços, o que era péssimo para a saúde da população, pois o terreno era pantanoso. Somente em meados de 1970 que a água encanada alcançou os moradores do bairro. Valas a céu aberto existiam aos montes – as chamadas valas negras – e Euclides se lembra bastante delas porque cresceu na casa que

chamou de “ilha cercada de valas por todos os lados”, localizada na periferia de Duque de Caxias.

A infância do entrevistado foi em meio a este ambiente localizado entre o bucólico e o caótico. Muitas árvores de frutas e futebol de várzea, pesca de rã em valas e água na cintura nos pântanos. Criações de porcos, novas linhas de ônibus, cavalos cruzando as valas negras e muitas cobras nos terrenos pantanosos que, para o desespero das mães, teimavam em aparecer quando os pequenos se aventuravam nas brincadeiras matagal adentro. Euclides foi criado dentro de casa, em quintal, porque sua mãe tinha realmente preocupação com as serpentes e com outros bichos, que eram muitos. A Vila Caetano Madeira possuía poucas casas, e estas não eram construídas em ruas, mas em trilhas que eram abertas no mato desbravado conforme se davam os loteamentos. Cada rua-trilha não possuía muito mais que uma dezena de famílias, segundo as memórias do entrevistado, o que teria ajudado a criar um ambiente em que a criação das crianças pudesse acontecer de maneira coletiva, a partir da supervisão dos vizinhos. Também era a comunidade quem se empenhava para resolver problemas que afetassem o coletivo, quer seja o entupimento de uma vala em decorrência de enchentes, quer seja a organização das celebrações, como no caso das festas juninas que ocorriam nos bairros caxienses, as quais reproduziam o modo de vida campesino com seus festejos religiosos, com direito a comidas típicas, quadrilha e fogueira. A maioria desses festejos era de origem católica, mas não se pode desprezar a presença robusta de casas de umbanda e candomblé, inclusive no bairro de Euclides, pois não eram poucas e, além disso, cumpriam uma função importante na questão da experiência da coletividade e da ancestralidade.

Contudo, apesar do apoio da comunidade (ou talvez em razão dele), Euclides recorda que a vida era duríssima, especialmente para as meninas, que recebiam uma educação mais rígida de seus pais, como que reproduzindo nas terras caxienses os modos de vida adquiridos nos interiores, dentre os quais, o direcionamento das gurias para as atividades domésticas, o controle da virgindade das jovens, ou a condenação da gravidez antes do casamento. Para todas essas situações, a validação moral da comunidade era importantíssima. Aos meninos a liberdade era licenciada de maneira menos exigente, mas eles eram criados para trabalhar, com a perspectiva de se tornarem provedores das suas famílias. Para alcançar as metas, tanto para meninos quanto para meninas, o uso de

castigos físicos, de corsas e de surras não era raro. Durante a adolescência de Euclides, as ofertas de trabalho não eram das melhores, e o período coincidiu com o momento em que o tráfico começou a criar suas redes, cooptando boa parcela desta juventude. No time de futebol de bairro de Euclides, de onze jogadores, pelo menos sete morreram assassinados, muitos dos quais em decorrência do envolvimento com o tráfico. A Vila Caetano Madeira foi se tornando cada vez mais violenta, com assaltos, com tráfico, com chacinas, com matadores de aluguel e com outros agentes de segurança alternativos, como as "polícias mineiras", uma espécie de organização vinculada em sua origem às forças policiais oficiais, mas que operavam no paralelo para conter criminosos e desviantes morais e políticos. Euclides testemunhou de perto o crescimento da violência nos bairros periféricos caxienses que se transformavam a partir dos subprodutos e dos restos do progresso, assim como da solução inusitada encontrada para contê-la: o "justiçamento".

O "justiçamento" – ou a justiça com as próprias mãos – afetou a vizinhança de Euclides não apenas na questão dos assaltos ou do tráfico, mas também na dimensão da organização política indesejada. No furor dos anos 1970, Euclides viu desaparecer do dia para a noite dois vizinhos seus que faziam parte de um núcleo local do Partido Comunista. O caso não gerou maiores repercussões na vizinhança ou na família, apesar de ter surpreendido a todos. Na família, um notório interesse no silêncio em relação ao que ocorria no país dos muros do seu quintal para fora, ao que tudo indica, com a intenção de proteger o menino. Seus tios maternos eram todos militares. Por parte de pai, seus tios não eram militares, mas eram tanto próximos quanto simpáticos aos quartéis. Euclides guardaria boas memórias deles, que costumavam ser muito afetuosos com o sobrinho. Seu pai poderia ter seguido o mesmo caminho, mas a vida se encarregou de fazer do Sr. [Apelido Suprimido] um sujeito fora da curva familiar no entendimento político, no âmbito do trabalho e até na opção religiosa; enquanto sua família se dividia entre católicos e evangélicos, o pai de Euclides seguiu firme na umbanda. Era assim também na sua vida laboral. Tinha o perfil trabalhista enquanto os irmãos eram informantes dos militares, segundo Euclides soube posteriormente. O menino fugiu da tradição familiar, tornou-se o primeiro da família a ingressar no Ensino Superior, enquanto era protegido tanto pelos tios – porque viam nele uma espécie de aposta para o futuro – quanto pelo pai, que temia pela vida do filho, por seu emprego e por sua própria vida.

O menino que nasceu e cresceu na Rua Coelho Neto e viu morrer assassinada mais da metade do seu time de futebol de várzea, demonstrou desde cedo aptidão para os livros. Terminou o antigo primeiro grau em 1974, em escola particular, já que a oferta de vagas nas escolas públicas era escassa, com metade do valor custeado por uma bolsa de estudos oferecida por um vereador da cidade, que parecia bastante satisfeito ao deparar-se com filas quilométricas de necessitados aguardando algum tipo de favorecimento de sua parte. Anos depois também finalizou o segundo grau, como era conhecido à época. Ingressou no Ensino Superior, primeiro em 1981, aos dezessete anos de idade, e depois em um segundo curso, no ano de 1983, aos dezenove, até então residindo no mesmo endereço em que viveu toda sua infância. Seu primeiro ingresso foi no curso de Economia da Faculdade São Pedro Apóstolo, e ali permaneceu por dois anos, enquanto durou sua bolsa de estudos. A faculdade ficava no bairro do Méier, Zona Norte do Rio. O curso desapontou o jovem universitário, que recebia lições de contabilidade e aulas clássicas de economia pouco alinhadas às suas incipientes leituras da intelectualidade de esquerda. Os professores se alinhavam à direita política ou, no mínimo, não manifestavam explicitamente posição ideológica. Os alinhados à esquerda haviam sido exilados ou demitidos. Para Euclides, o curso foi uma decepção.

Ocorreu que o jovem universitário era também trabalhador. Nos primeiros anos de faculdade, estudava no Méier e trabalhava na Rua da Alfândega, no centro do Rio, mas antes disso ocupou outros postos de trabalho. Ingressou no mercado aos quatorze anos de idade, em 1977, em uma serraria. Não porque precisasse propriamente, mas era a alternativa para aliviar as contas de casa e garantir certa autonomia financeira enquanto jovem. Apesar de assalariado, o posto não lhe garantia estabilidade. Com certa frequência os salários deixavam de ser pagos aos trabalhadores, dado o caos econômico decorrente da crise internacional dos anos 1970, que contribuiu para uma série de instabilidades nos ambientes de trabalho, incluindo o não pagamento dos salários e as greves, muitas das quais decorrentes da primeira situação. Ainda que com renda irregular, Euclides foi um jovem que escapou à enorme dificuldade de se conseguir emprego no contexto de virada dos anos 1970 para a década seguinte. O jovem conseguiu maior estabilidade quando se empregou em uma loja de presentes na Rua da Alfândega. Ali atuava como entregador, o que lhe permitiu circular desde muito cedo pela cidade do Rio de Janeiro e por suas zonas

nobres, experenciando uma realidade concreta – ainda que no papel de trabalhador afetado por humilhações estruturais – que se chocava abissalmente com o modo de vida da Rua Coelho Neto, na Vila Caetano Madeira, onde vivia.

Na loja da Rua da Alfândega Euclides aplicou o que chamou de "estratégia de sobrevivência" transmitida pelas famílias: ser um funcionário exemplar para facilitar negociações com o patrão que fossem necessárias. Tanto assim foi que conseguiu conciliar a faculdade com o seu trabalho. Euclides saía às 17h da loja no Centro do Rio, tomava o trem do ramal Japeri na Central do Brasil para estudar Economia no Méier às 19h. Descia na estação, caminhava até a Rua Castro Alves e ali estudava até depois das 22h. Saía do Méier em direção a Caxias, e chegava ao centro deste município quase à meia-noite. Do centro tomava uma condução até seu bairro, o que lhe tomava mais meia-hora. O universitário não poderia dormir antes de uma da manhã, mas era preciso acordar às cinco para recomeçar a triangulação territorial, o que para um homem, jovem, periférico, no início de sua caminhada como trabalhador, era lido de maneira positiva: era o trabalho que enobrecia o homem. Literalmente o homem, com todo a expectativa depositada sobre o arquétipo da figura masculina.

Algumas situações contribuíram para a interrupção do curso de Economia, inclusive a frustração em relação ao tipo de abordagem do programa do curso e dos professores. Porém, um fator de ordem financeira foi decisivo: a bolsa de estudos que lhe garantia a permanência foi interrompida, e isto significou, na prática, empenhar todo o salário que recebia para pagar a faculdade. Insustentável. Foi então que uma tia apresentou tanto o curso de História para Euclides quanto a instituição que o administrava – a Fundação Educacional de Duque de Caxias (FEUDUC) – que estava localizada no São Bento, bairro relativamente próximo à sua residência, se comparado ao Méier. Neste contexto, conseguiu também um emprego mais próximo, em um supermercado, no bairro da Penha, Zona Norte do Rio, bem mais próximo a Duque de Caxias que a loja da Rua da Alfândega. As condições de trabalho a que era submetido no supermercado eram extremamente indignas, mas era a sua oportunidade. Pouco tempo depois foi trabalhar em uma loja de material dentário, no centro de Caxias.

Foi cursando História a partir do ano 1983 que o entrevistado se aproximou do Partido dos Trabalhadores e deu início também a uma vida de militância partidária. Como

tivesse desenvolvido uma trajetória exemplar como aluno, foi convidado a ingressar no quadro de professores daquela instituição. O curso o levou para o caminho do magistério, e ao longo dos anos 1980 e 90 essa dedicação à docência o levou a se filiar ao SEPE – Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação – alcançando o posto de diretor sindical. Euclides se tornaria um professor formador de professores e de outros intelectuais, tornando-se ele próprio um intelectual de referência nos estudos da história de Duque de Caxias e da Baixada Fluminense.

### 3.1.6. Felipa

Felipa era uma jovem senhora sexagenária quando cedeu a entrevista para esta pesquisa. Nascida no Espírito Santo, veio para o Rio de Janeiro com seus pais quando contava com apenas quarenta e cinco dias de vida. Seu pai era de Carangola, Minas Gerais. A mãe, capixaba, vivia em Cachoeiro do Itapemirim. Na "roça", como era de praxe se dizer, viviam do que a terra que lhes pertencia fornecia para sobreviver. Contudo, a especulação imobiliária e o poder dos latifundiários fizeram com que as pequenas propriedades fossem compradas, tomadas ou invadidas pelos fazendeiros, conforme as memórias familiares registram, no contexto em que a imigração europeia se fez presente na região. Seus pais, sem instrução, praticamente analfabetos, pouco ou nada puderam fazer para reverter a perda das propriedades. Liam de maneira muito limitada, apenas aquilo que aprenderam do contato com a Bíblia Sagrada. E cederam ao fluxo migratório, comum aos contemporâneos capixabas, que tinham nas terras fluminenses o seu destino.

Enquanto vivia na roça capixaba, o casal teve sete filhos, incluindo Felipa. Três de suas irmãs morreram pequenas ainda no Espírito Santo: a primeira devido a uma doença até então desconhecida da família, e que posteriormente veio a ser descoberta: o sarampo; a segunda padeceu por desnutrição; a terceira foi vítima de um acidente doméstico, quando uma panela de mingau que estava sendo preparado em um fogão a lenha virou sobre a criança, provocando sérias queimaduras que, infeccionadas, levaram a menina ao óbito, a despeito das ervas e das rezas que, de modo paliativo, foram

utilizadas para tentar reverter o quadro. Já estabelecido na Baixada Fluminense, o casal teria ainda mais três filhos, mas um deles também veio a falecer na infância, já em Caxias, vítima de coqueluche aos dois anos de idade. Ao todo, foram dez os filhos do casal dos quais apenas cinco seguiam vivos no contexto da entrevista.

Felipa nasceu em 1961 e com pouco mais de um mês de vida veio com a família, de trem, para o Rio de Janeiro. Para a Baixada Fluminense, de modo mais preciso. Instalou-se nas terras limítrofes entre os atuais municípios de Belford Roxo e Duque de Caxias. A chegada da família aconteceu em etapas: alguns parentes vieram antes, fizeram a sondagem do território, especularam sobre as possibilidades de se viver ali, e sinalizaram para os outros as condições e o momento ideais para que a migração acontecesse. A família só teve dinheiro para pagar os bilhetes de trem do casal e de mais dois filhos. Felipa, ainda bebê, veio no colo da mãe e não pagava passagem. Uma das meninas veio agachada por entre as malas, escondida, na torcida para que os fiscais não interrompessem os planos de chegada da família ao Rio de Janeiro.

Instalaram-se no bairro Parque Amorim, atualmente pertencente a Belford Roxo, depois mudaram-se para o Lote XV, sempre em casas de parentes, também neste município. Ambos os bairros estão localizados nos limites com o segundo distrito de Caxias. A mudança de município aconteceu quando a mãe de Felipa ouviu de uma vizinha que havia um morro na beira da estrada, já em terras caxienses, que estava sendo loteado. O lugar, conhecido como Morro do Paraíso, estava localizado no bairro Parque Muísa, a cerca de um quilômetro e meio do Lote XV, dois quilômetros e meio do Parque Amorim e a pouco mais de oito quilômetros do centro de Caxias.

O processo de loteamento era escandalosamente simples: quem chegasse primeiro, levava. E assim foi feito. A família fez uma cerca, instalou-se, sem qualquer tipo de negociação ou burocracia. Ali construiu um barraco de estuque, com ripas de madeira, bairro molhado e telhado de taboa – uma espécie de palha utilizada para cobrir casas no campo, em ambientes predominantemente rurais. A casa era simples, construída onde não havia nenhum tipo de sistema de água ou esgoto. O banheiro era externo – uma espécie de lavatório conhecido como “casinha” que ficava no quintal das residências. A construção do barraco e da “casinha” também esteve a cargo da mãe de Felipa. A ela também coube escavar o terreno para a construção de um poço, com a ajuda das crianças.

O local da escavação foi estrategicamente escolhido, bem próximo a uma mina d'água, e às imediações de uma pedreira. Do poço provinha a água que abastecia a casa e servia às necessidades básicas dos moradores e ao banho. O sabão era caseiro, feito com banha de porco e soda cáustica, e servia a tanto à lavagem da louça, como da roupa e do próprio corpo. Sem esgoto, o sumidouro era a estratégia utilizada para dar fim aos dejetos. Ali era despejado, periodicamente, um tipo de produto que julgava-se eliminar ou diluir a matéria orgânica acumulada no fundo da terra.

Assim como não existia rede de água e esgoto, luz elétrica também não havia. As condições sanitárias eram sofríveis naquela década de 1960 e proliferavam-se os problemas de saúde. Valas a céu aberto existiam aos montes, e um serviço público distribuía comprimidos ou pastilhas para o controle de verminoses. As ruas também não existiam ou, pelo menos, não no formato em que conhecemos atualmente – eram caminhos abertos na mata, sem asfalto, chão de barro. Por outro lado, o chão de terra facilitava o escoamento da água, já que o bairro estava próximo às margens do Rio Iguaçu. A mudança da paisagem do local só começou a mudar em meados dos anos 1970 com a chegada do asfalto. O lugar ostentava certo orgulho e memória de ter servido de passagem para Dom Pedro II que, costumeiramente, subia a Serra dos Órgãos em direção à sua residência de inverno em Petrópolis. Por outro lado, durante a infância de Felipa, a dificuldade de locomoção dos moradores do Morro do Paraíso em quase nada lembrava os áureos tempos imperiais, exceto no nome da antiga linha de ônibus, "Imperador", a única que ligava o Parque Amorim ao centro de Caxias.

A infância de Felipa foi marcada pela necessidade de construir e administrar a própria casa, auxiliando, com seus irmãos, a sua mãe, mais do que pelas brincadeiras de criança, como se poderia supor. Quase não se brincava, exceto aos sábados, quando a família fazia uma faxina geral na residência. Neste dia, banhos eram reforçados, cômodos eram arrumados, e todo esse movimento sinalizavam aos pequenos que era dia de brincar. Os brinquedos, todos improvisados com aquilo que a terra oferecia: espigas de milho viravam bonecas e toras de madeira se transformavam em carrinhos. A entrevistada ingressou na educação formal aos sete anos de idade. Não fazia ideia do que era um caderno ou para que servia um lápis no seu primeiro dia de aula, sem antes conhecer Jardim de Infância ou Classe de Alfabetização. Estudou na Escola Municipal Tiradentes

até a quarta série, e dali em diante precisou interromper sua formação; nesta época, o ingresso no ensino ginasial deveria se dar em outra escola e mediante seleção. Não havia vagas para todos e muitas vezes perdiam-se anos à espera do ingresso nesta etapa da escolarização. No caso de Felipa, perderam-se décadas; a entrevistada concluiu o Ensino Médio já depois de casada, quando seus filhos já estavam crescidos e criados.

Quando a família de Felipa chegou às imediações do Iguaçu, não existiam muitos postos de trabalho disponíveis, segundo suas memórias e, é claro, considerando a classe à qual pertenciam os familiares da entrevistada. Nesse sentido, o mercado de trabalho estava mais aberto aos homens que às mulheres. Para eles, destacavam-se a construção civil e os famosos "bicos" ou "biscates". Para elas, restavam-lhes as "casas de família", que pertenciam justamente às famílias mais abastadas, que poderiam ser do próprio município de Caxias, mas que, em geral, estavam localizadas nas zonas nobres do Rio de Janeiro. Seu pai começou a trabalhar em "bicos", sem carteira assinada, instalando dormentes de linha férrea. Posteriormente, conseguiu um trabalho formal em Niterói, e lá permanecia durante a maior parte dos dias, retornando à Baixada aos fins de semana. Enquanto isso, sua mãe trabalhava na construção da casa, com o auxílio das crianças, melhorando pouco a pouco, semana a semana, algum tipo de instalação da residência. Além disso, ela também se empenhava nas plantações nos roçados à beira do rio, o que rendia à família a sua alimentação básica: hortaliças, raízes e frutas. Também ali se criavam galinhas para o consumo de ovos. O Rio Iguaçu também fornecia o pescado das famílias, e muitos vizinhos costumavam trocar bens alimentícios. Os grãos e as carnes eram escassos. A família de Felipa não foi a única que precisou enfrentar longas filas do arroz e do feijão. As memórias de Felipa trazem ao presente as "greves do feijão", cuja origem ou motivação ela desconhece, mas o histórico de escassez a entrevistada afirma conhecer bem.

Por outro lado, porque contava com não mais que um ano de idade, não possui lembranças sobre o quebra-quebra de 1962. Mesmo assim, as memórias do evento alcançaram a entrevistada. Seu pai foi um dos que transmitiram à jovem o trauma da cidade e que a instruíram sobre o fatídico dia em que as ruas do município foram completamente saqueadas em razão da crise de abastecimento. Felipa começou a trabalhar ainda menina, aos onze anos de idade. Como muitas moças de sua idade, e

mesmo mulheres, seu primeiro emprego foi em uma “casa de família”, no próprio município de Caxias, e neste ofício permaneceu até os quatorze anos, quando conseguiu um emprego em uma fábrica de costuras, na Penha Circular, Zona Norte do Rio. Com o dinheiro da fábrica, comprou sua primeira máquina de costura, que guarda como lembrança até os dias correntes. Ocorre que a costura lhe apareceu como possibilidade desde muito menina. Aos onze, costurou a sua primeira peça de roupa. Dos onze aos quatorze, nutriu a paixão pela costura e a esperança de que, com ela, pudesse ter uma vida mais digna longe das “casas de família” – e não à toa. Assim que começou a trabalhar em uma dessas casas, aos onze anos de idade, Felipa sofreu abuso sexual, o qual não chegou a detalhar, ressaltando apenas o quão traumático – para toda uma vida – foi o referido episódio de violência; e, igualmente, o quanto isso era comum àquela altura, visto que suas irmãs também haviam passado por situações semelhantes quando trabalhavam nas “casas de família” de Copacabana. Também era comum que as crianças trabalhassem desde cedo. Seus irmãos vendiam limão na feira e na rua, ou então peixes que levavam no carrinho de mão. Também trabalhavam como ajudantes de obras. Posteriormente, seguiram carreira como bombeiros hidráulicos, movidos pelo exemplo de seu pai, que fez um curso para seguir nesta profissão, e os filhos o acompanharam.

Durante a infância e a adolescência, décadas de 1960 e 1970, Felipa assistiu a mãe edificar e administrar sua casa, e assistiu o pai se mover por entre alguns postos de trabalho para prover o sustento da família. Este período coincidiu com aquele em que os militares governavam o Brasil por meio da ditadura iniciada em 1964. Da conjuntura política deste período, alguns aspectos atravessaram a vida da entrevistada, sendo que um deles, especificamente, marcou a trajetória de seu pai enquanto trabalhador. Neste caso, um trabalhador negro alvo da supervisão, do controle, da desconfiança e da violência do Estado. O homem, que precisou deixar o trabalho em Niterói para acompanhar de perto a criação dos filhos em Caxias, passou a trabalhar nas redondezas do Morro do Paraíso como bombeiro hidráulico. No tempo ocioso, fazia “bicos” para aumentar seu rendimento e tinha como companheira de trabalho uma bicicleta. Com frequência, aparecia em casa com os joelhos feridos porque havia caído do veículo, mas não por acidente. O pai de Felipa era intencional e frequentemente derrubado de sua bicicleta pela “joaninha” – apelido que era dado ao carro da polícia, popularmente conhecida também como

“patrulhinha” – no trânsito entre um “bico” e outro. O hábito persecutório atravessou o tempo e as conjunturas políticas, repetindo-se em 2005, mas de modo fatal. Uma queda de bicicleta provocada por policiais e a negligência no atendimento e transporte da vítima causaram danos severos em sua cervical, as quais culminaram em sua internação e em seu óbito após vinte e um dias hospitalizado.

A inspeção policial sobre a vida dos trabalhadores marcou as memórias de Felipa sobre a ditadura, que chegou a testemunhar cenas em que o Exército abordava jovens meninos e os questionava sobre o porte e a assinatura de suas carteiras de trabalho. Para eles, o documento era o passaporte para não serem enquadrados e presos por vadiagem. Mãos calejadas também poderiam aliviar os jovens quando da inspeção súbita dos militares. Mas muitos eram levados para a delegacia de Campos Elíseos, segundo distrito de Duque de Caxias, onde eram vítimas de violência policial, de acordo com as lembranças de Felipa. Muitos sequer voltavam. Por isso, a estratégia dos jovens passou a ser fugir do Exército, afirmaria a entrevistada. Por outro lado, alguns jovens do Parque Muísa serviam aos quartéis, conforme vigia a legislação. Desfilavam pelas ruas do Morro do Paraíso com suas fardas tão logo se alistavam, honrando e orgulhando as suas respectivas famílias, e provocando inveja por entre aqueles que não poderiam usufruir do estatuto militar. Dois dos irmãos de Felipa serviram ao Exército. Porém, apesar de cumprirem a obrigação militar, seguiam a tendência daquela juventude caxiense para a qual não era comum que os moços, inclusive os do Parque Muísa, seguissem na carreira galgando os postos mais elevados das Forças Armadas. Tratava-se verdadeiramente de um privilégio de que não participavam.

A infância e a juventude de Felipa foram marcadas pelo processo de migração do Espírito Santo para o Rio de Janeiro e pela instalação e manutenção de sua residência em Duque de Caxias. Não havia tempo para brincadeiras de criança, como não havia espaço para preocupações de ordem estritamente política. Este tópico parecia não ser assunto de preocupação dos familiares da entrevistada. Sabia-se, entretanto, que existiam políticos locais que se perpetuavam no poder sem, contudo, fazerem jus ao mandato, principalmente para a população local que seguia desassistida. A força de Tenório Cavalcante, liderança caxiense que mesclava carisma e terror, carregava em sua “capa preta” e, mais ainda, em sua “Lurdinha”, a metáfora do que o sistema político

representava aos moradores do Parque Muísa, ou seja, o lembrete de que aquele ambiente não estava disposto e nem aberto às interferências e às queixas dos menos favorecidos.

Outros costumes daquelas décadas sob governos militares reforçam esta impressão quando o foco sobre a realidade local desvela as redes de poder e temor às quais as ruas periféricas caxienses, como as do Morro do Paraíso, estavam submetidas. Na adolescência de Felipa, na década de 1970, guardas noturnos gozavam do privilégio de inspecionar as ruas e supervisionar os bairros. As memórias de Felipa apontam para o mal humor de guardas noturnos que, com suas fardas marrons, ostentavam um apito que eventualmente era acionado em caso de identificação de alguma situação que pudesse ser compreendida como fora da ordem prevista ou desejada. Estes homens costumavam servir à repressão de delitos locais, como alguns pequenos furtos, mas também cumpria a eles controlar o cotidiano dos moradores desses bairros. Decorre daí o medo que os pequenos tinham da polícia, a exemplo do próprio filho de Felipa que, desde a infância, herdou do bairro em que nasceu o temor do poder que vinha das fardas.

De capixaba de nascimento a fluminense por trajetória de vida; de empregada informal em "casas de família" a costureira profissional; da menina que não sabia o que era lápis aos sete anos de idade à mulher sexagenária que concluiu o Ensino Médio após a formação dos próprios filhos, Felipa costurou a própria história com linhas de algodão e coseu seus sonhos nos arredores do Morro do Paraíso, em Duque de Caxias, construindo um sentido particular para as experiências sócio-políticas daquele município que, à luz dos trabalhadores do Parque Muísa, podem ser um interessante instrumento para se ler as memórias dos anos de chumbo em Duque de Caxias e avaliar seu impacto na vida prática de seus moradores.

## 3.2. Discussão sobre cultura política em Caxias

Quando olhamos a realidade e a história dos trabalhadores de Caxias, somos convidados a explorar um espaço de experiência que não está perfeitamente ajustado aos modelos explicativos consagrados dos processos políticos orientadores da história

nacional. Lugar de interseção, zona de fronteira, entrelugar, não-lugar, o nome que esta condição recebe pode variar de autor para autor, mas permanece aqui algo em comum, que é a urgência de abordar esta peculiaridade local na perspectiva de superar os binarismos que movem os modelos explicativos da ditadura iniciada em 1964. Para tanto, recuperamos aqui o posicionamento do historiador Rodrigo Pato Sá Motta (2018) a respeito do conceito de cultura política aplicada à realidade brasileira, visando aprofundar, a partir de seu olhar, uma análise mais específica sobre a realidade de Duque de Caxias.

Uma das maiores contribuições de Pato Sá Motta para este estudo tem que ver com o enfrentamento da questão da conciliação/acomodação sobre os setores populares. O historiador foi provocativo quando discorreu sobre as estratégias de despolitização dos setores populares desde a colonização, passando por diversos arranjos de dominação ao longo da história do país, e questionando se elas efetivamente se integraram à cultura popular a ponto de caracterizarem aqueles setores como avessos ao debate político e a mudanças radicais da configuração do poder. Para além, Rodrigo Pato Sá Motta abordou a relação entre as universidades brasileiras e a ditadura, polemizando ao afirmar que houve práticas de acomodação na intelectualidade brasileira, o que acarretou para o historiador uma enxurrada de críticas oriundas dos setores estabelecidos nos nichos acadêmicos. As críticas insistiram na ideia de que Pato Sá Motta teria sugerido que professores foram coniventes com a ditadura, de certa forma acoplando o argumento do historiador ao binarismo que setoriza, de um lado, os simpatizantes àquele regime, e de outro, as vozes da resistência a ele. A esta crítica, Pato Sá Motta respondeu dizendo que "tais relações [entre o aparato repressivo e os meios acadêmicos e intelectuais] foram permeadas por jogos de acomodação que não se enquadram na tipologia binária resistência versus colaboração" (PATO SÁ MOTTA, 2018, p. 124-125), e chega ainda a pontuar que "o expurgo de docentes foi acompanhado de acordos para proteger alguns intelectuais de esquerda, que continuaram a trabalhar em instituições acadêmicas públicas" (PATO SÁ MOTTA, 2018, p. 125).

O argumento de Rodrigo Pato Sá Motta injeta luz ao debate sobre a cultura política brasileira, decompondo-a em cores sobre o que outrora se apresentava em preto e branco. Acreditamos que, no caso da cultura política de Duque de Caxias, assim como em outras cidades da Baixada Fluminense, essa questão também precisa ser enfrentada de maneira

análoga, guardadas as devidas peculiaridades. Neste sentido, vale recuperar algumas provocações sobre este cenário. Na ocasião, questionamos: se os corredores acadêmicos eram potencialmente controláveis a partir de jogos de acomodação, como esses jogos eram possíveis em ambientes onde a população a ser controlada era o retrato da maioria da população brasileira, tanto pelo perfil quanto pela quantidade? Seria possível pensar uma cultura política caxiense, em que esses ou outros jogos de acomodação pudessem ser experimentados? Talvez uma resposta definitiva não seja possível, mas o caminho até ela pode ser mais produtivo que a própria chegada. Assim como o autor aposta no argumento de que de que era preciso que a intelectualidade sobrevivesse aos anos de chumbo, implicando que escolhas fossem realizadas por ela – mas também pelos próprios agentes da repressão, que também se viam na necessidade de se perpetuarem no poder e, portanto, avaliavam se a repressão total aos intelectuais universitários contribuiria para a concretização de sua ambição, ou se os efeitos poderiam ser o inverso – também apostamos na ideia de que os trabalhadores caxienses tinham escolhas a fazer. Essas escolhas podem ser traduzidas como aquelas operações ligadas à vida prática desses sujeitos, imersos em condições muito desfavoráveis do ponto de vista socioeconômico. E é precisamente sobre essas escolhas que discorreremos a seguir, considerando o ponto de vista dos próprios entrevistados e as elaborações de si construídas em suas próprias narrativas.

### 3.3. Narrativas, memórias e as trajetórias dos trabalhadores caxienses na perspectiva da cultura histórica

Embora seja imprescindível apresentar a discussão conceitual sobre cultura política e alinhá-la à história e à memória construídas pelos trabalhadores de Duque de Caxias, entendemos que tomar somente a cultura política como explicação sobre como esses sujeitos lidam com o passado da cidade não é suficiente. Seguimos com Jörn Rüsen quando este sustenta que “seria equivocado atribuir os problemas específicos de orientação histórica da vida humana prática exclusiva ou principalmente ao campo da

cultura política". Nesse sentido, consideramos a importância de ampliar discussão através dos conceitos discutidos em capítulos anteriores, situados dentro do campo teórico da Didática da História, com destaque para aqueles que versam sobre a cultura histórica. Para tanto, esta seção cumpre o objetivo de analisar, à luz da cultura histórica, de que forma os trabalhadores caxienses selecionados para esta pesquisa evocam e mobilizam o passado a partir das narrativas de si. Em um ato de ousadia quase profética, o propósito é apontar para a possibilidade futura de aprofundar e de amadurecer uma investigação que se desdobre sobre um quadro mais amplo e mais robusto de trabalhadores desta cidade, almejando a compreensão de uma cultura histórica pertinente a este segmento da população do município. Por enquanto, contudo, a ambição não é maior que a consciência de que uma análise tão densa seria arriscada demais com o recorte de material que aqui se apresenta – o que não é impeditivo para semear as primeiras provocações a partir das construções narrativas obtidas pela seleção de trabalhadores da cidade escolhida para este trabalho.

A análise caminha nas trilhas teóricas já sinalizadas no início desta tese, especialmente aquelas pavimentadas por Jörn Rüsen e pelo conceito de cultura histórica. Para chegar ao conceito e a partir dele percorrer as narrativas dos trabalhadores, é preciso compreender o propósito. Por que fazer isto? O que se quer, afinal? O que se quer é entender como os trabalhadores de Caxias aprendem história. Aqui, não se trata propriamente de uma pesquisa sobre a educação formal da rede de educação do município ou coisa similar; antes, inquirir se existe um sentido próprio e peculiar dos trabalhadores deste município, que moldou ou ainda molda a maneira como essas pessoas compreendem o passado da cidade. E ao evocar o passado da cidade, é importante salientar, interessa-nos especificamente aquele que diz respeito ao período da ditadura. Ou seja, a intenção é perceber de que forma se desenvolveu a aprendizagem histórica sobre o passado ditatorial do país e suas interlocuções com a história local e pessoal para esses sujeitos.

### 3.3.1. Aprendizagem histórica em tempos pandêmicos

Para Rüsen, a aprendizagem histórica "é a consciência humana relativa ao tempo, experimentando o tempo para ser significativa, adquirindo e desenvolvendo a competência para atribuir significado ao tempo" (SCHMIDT, 2011, p.79). Trata-se da caminhada da consciência histórica no tempo, uma caminhada que se transforma à medida que incorpora elementos capazes de atribuir sentido ao próprio tempo em suas três dimensões: passado, presente e futuro. A memória permite que o passado se presentifique num processo em que o futuro também entra em cena, já que ele é também construído a partir das fundações da memória. Assim é também com as narrativas de si dos trabalhadores caxienses aqui selecionados. São exercícios de memória que mobilizaram um passado contado a partir de um roteiro provocativo, centrados nos espaços de experiência pessoal dos indivíduos, com especial destaque para as trajetórias laborais que são fundamentais para a compreensão das identidades desses sujeitos. E a formação das identidades, quais sejam, constitui uma operação importante da cultura histórica, que é a operação de "orientação"[91], conforme o pensamento rüseninano.

Em uma de suas obras, o teórico alemão descreve a formação da identidade como "aplicação da experiência interpretada para o firmamento de uma unidade pessoal e social [...] bem como a correspondente definição do ser diferente do outro como produto da constituição da individualidade e do agrupamento social" (RÜSEN, 2012, p. 131). Ora, a aposta é que essas pessoas se construíram como trabalhadoras, ou seja, elas forjaram esse "nós" não propriamente em razão de uma voluntária aptidão fisiológica ou corporativista, mas porque suas histórias de vida indicam uma necessidade de se entenderem enquanto trabalhadores e trabalhadoras desde muito cedo, considerando as condições muito precárias de sobrevivência em que se encontravam, em especial a partir da década de 1960, oriundas de processos migratórios, da escassez de recursos, do racionamento de comida, das doenças, do desemprego e do crescimento da violência.

Assim, plenamente conscientes do contexto em que essas narrativas foram produzidas, estamos considerando que, ao produzi-las, nossos entrevistados dialogaram

---

[91] As operações mentais a que me refiro são, nesta ordem: percepção, interpretação, orientação e motivação.

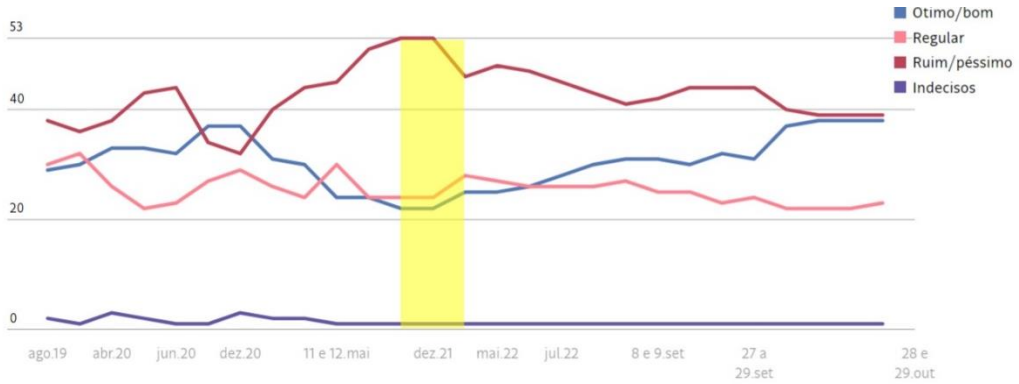
com o presente em que estavam imersos, tanto quanto com o passado que tanto mobilizaram a partir de seus relatos. E que presente era este? Ora, antes de tudo é oportuno considerar que essas entrevistas foram colhidas durante a pandemia da Covid-19, respeitadas todas as condições sanitárias amplamente divulgadas em cada período. Um primeiro bloco de entrevistas se deu em novembro de 2021, e um segundo bloco em março de 2022, distando aproximadamente quatro meses um do outro. Segundo os dados do Ministério da Saúde, o número de mortes em decorrência do novo coronavírus chegou a 199.150 óbitos até novembro de 2021 e 697.955 óbitos até março de 2022, o que representa um aumento de 225% em cinco meses. Só em novembro de 2021, registraram-se 11.420 óbitos, enquanto o mês de março de 2022 sozinho alcançou a marca 81.010 óbitos[92].

Este era o cenário em que o Brasil se encontrava quando as entrevistas foram colhidas. E parece óbvio, porém é oportuno ratificar, que existe uma série de desdobramentos políticos decorrentes da forma como a pandemia foi gerenciada no país. Esses desdobramentos não estão desconectados da maneira pela qual os entrevistados leem o tempo presente. Assim, observa-se a queda de popularidade do então Presidente da República, Jair Bolsonaro, no contexto das entrevistas, se comparada aos dados do início de seu mandato. Em janeiro de 2019, a Pesquisa de Opinião Pública do Instituto Datafolha[93] registrou que a popularidade do presidente alcançava a marca de 37%. Esse número arrefeceu para 22% em novembro de 2021, pouco oscilando no primeiro trimestre do ano seguinte. Por outro lado, foi justamente nesse período que a discrepância entre a aprovação e a rejeição a este político atingiu seu maior nível, conforme é possível observar no gráfico[94] abaixo:

---

[92] BRASIL. **Ministério da Saúde.** Painel Coronavírus. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br>. Acesso em: 14 de outubro de 2023.
[93]INSTITUTO DATAFOLHA. Pesquisa de Opinião Pública. 2023. Disponível em: <https://www.datafolha.com.br/> Acesso em: 14 de outubro de 2023.
[94] Datafolha. Avaliação de governo: 44% reprovam e 32% aprovam Bolsonaro. 20 de setembro de 2022. Disponível em: <https://datafolha.folha.uol.com.br/avaliacao-de-governo/2022/09/44-reprovam-governo-bolsonaro-e-32-aprovam.shtml>. Acesso em: 31 de outubro de 2023.

**Gráfico 3 – Percentual de aprovação e de reprovação do governo Bolsonaro**




**Fonte: Datafolha. Destaque para a área hachurada representando o período em que a realização das entrevistas ocorreram.**

Esses dados contingenciais precisam estar em diálogo com a forma como esta pesquisa se construiu, principalmente com as motivações que implicaram na elaboração da razão mesma da pesquisa. Havia um notório interesse em compreender como o país – e especialmente a cidade de Duque de Caxias – aderiu em massa à agenda política evocada por Bolsonaro no curso de sua candidatura em 2018. Naquele contexto, uma onda ultraconservadora surgiu – ou, se não surgiu, ao menos revelou-se – sem constrangimentos em apoio à candidatura daquele presidenciável. É das pautas desta onda, notoriamente aquela que defendia a intervenção militar no Brasil e manifestava apoio explícito à ditadura, ao AI-5, à legitimação da tortura, dentre outros, que surgiu o interesse desta investigação. Que tipo de leitura as pessoas estavam fazendo do passado? Qual a importância desse passado nas disputas do presente? Inicialmente não estava claro se tal adesão era localizada na Baixada Fluminense, em algum município específico, se era relacionado ao Estado do Rio de Janeiro como um todo, ou era expressão de sua capital. Com o tempo, diversos fatores se somaram para que se compreendesse que o fenômeno da ultradireita era algo maior tanto do ponto de vista espacial quanto cronológico. Todavia, esse esclarecimento não dissipou a inquietude em relação a como a cidade de Duque de Caxias lidava com a memória da ditadura.

Com o avançar da pandemia e seu gerenciamento embasado em premissas negacionistas e fantasiosas, cujas correntes já foram exploradas no início desta tese, assim como a progressão do desgaste econômico, social e político a ela relacionado, criou-se um ambiente em que a posição de conforto político do presidente Bolsonaro foi posta em xeque, e a maior evidência da perda de seu prestígio político está em sua derrota no pleito de 2022. Isso não significou, de forma alguma, a derrota definitiva do pensamento e das ideias que ampararam seu governo, tampouco a perda significativa de devotos políticos fiéis; as eleições de 2022 demonstraram o quanto o político ainda sustenta em termos de apoio consolidado. Mas isso significa, entretanto, que nas margens, nos limites, nas parcelas fronteiriças do eleitorado, seu desprestígio avançou. E é precisamente aí que reside o nosso interesse nesta tese. Não nos ocupamos aqui com o estudo de processos de resistência clássicos ao regime da ditadura, nem com seus agentes; também não é de nosso interesse principal investigar os celeiros do conservadorismo ou da ultradireita, ou dos sujeitos abertamente favoráveis ou partícipes dos governos militares. Nosso foco está em um grupo enorme de pessoas negligenciado em termos de representatividade nos estudos acadêmicos sobre a ditadura e outros regimes políticos: aqueles para quem ocupar e defender um lado da história não era uma prioridade, porque era preciso, antes de tudo, abastecer a despensa.

Então, se estamos apostando no conceito de aprendizagem histórica, isto é, a consciência humana relativa ao tempo e que vai experimentando o tempo para ser significativa, conforme sustenta Rüsen, é preciso antes de tudo considerar o tempo da pandemia e o período político em que ele está compreendido, atentando para a sua capacidade de atuação sobre os sujeitos que dele são agentes. É preciso se desprender da ingenuidade em relação à pureza da narrativa, porque ela não existe. O tempo da pandemia também é o tempo em que os sujeitos se forjam, se compreendem, se performam. É o tempo em que suas consciências em relação ao passado também se desenvolvem, se aprimoram, se reelaboram; suas memórias se presentificam e se conectam com as sombras do futuro, que é rascunhado na régua dos sentidos adquiridos pelo passado e pelo presente, conforme a construção de suas narrativas. O produto desse processo de desenvolvimento e reelaboração de si, é claro, não é inédito, e considerá-lo é

parte importante do desafio de compreender como tais sujeitos aqui selecionados se posicionam no mundo a partir de seus lugares de interseção e fronteira.

### 3.3.2. Experiências passadas que orientam presentes: memórias

Nesta seção, recorremos às narrativas dos entrevistados para mapear traços comuns de suas memórias que nos permitam inferir sobre a maneira como eles têm lidado com seu passado e, desse modo, conferido sentido ao tempo da/na cidade em que têm vivido. Muitos são esses traços comum que correlacionam as narrativas obtidas e atravessam suas experiências recíprocas, orientando o presente de seus autores. Nesta pesquisa, selecionamos alguns desses encontros através dos quais torna-se possível o debate teórico em torno do conceito de cultura histórica e de sua relação com a Caxias em que os trabalhadores da cidade viveram durante o período da ditadura. Para fazer esta análise, escolhemos uma característica muito marcante de Caxias, que é o fato de sua população ser constituída, basicamente, de migrantes oriundos do interior dos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo, além de outros estados do Nordeste do Brasil. O processo de migração foi dividido em três etapas e, através delas, discorreremos sobre os entrevistados em diálogo com os conceitos trabalhados no início deste estudo.

#### 3.3.2.1. Migração

Este é possivelmente um dos temas mais importantes que atravessam a maior parte, senão todas as pessoas entrevistadas nesta pesquisa. E sua importância reside no fato de a migração ser uma característica marcante em si mesma no processo de construção de Caxias e de sua população ao longo das décadas. Esse processo não é iniciado a partir dos anos 1960 – que é de onde parte o início da investigação – mas precisamos considerar as décadas pregressas que queremos entender quem são os sujeitos que narram as histórias

que colhemos. Esses indivíduos são fruto de histórias de migração, ou suas próprias ou de seus pais e avós. Caxias e a região da Baixada Fluminense tiveram momentos em que sua demografia expressava de maneira substancial uma efervescência econômica e social fruto da dinâmica que envolvia as plantações e lavouras, da citricultura à mandioca. Quando Caxias ainda era Merity, distrito de Nova Iguaçu, sua população chegou a ultrapassar a marca dos 10 mil habitantes, de acordo com o censo estadual de 1872, conforme atestam Braz e Almeida (2010)[95] amparados na pesquisa de Israel Beloch[96]. Esse número abruptamente despencou para pouco mais de 800 moradores na primeira década do século XX, o que é explicado, em grande medida, pelas febres e doenças infecciosas que acometeram essas terras baixas e pantanosas que margeavam a Baía de Guanabara, e que levaram à evasão deste território e ao esvaziamento demográfico.

Mas o fim do período das febres acabou e, com ele, assistiu-se na região a uma primeira geração de migrantes pós-endemia, os quais podem ser considerados responsáveis pela reocupação de Merity nesta fase. Os números desse distrito no ano de 1920 saltaram para 2.920 habitantes e, em 1930, registram incríveis 28.756 indivíduos[97]. A ascensão dos números se deveu a basicamente três fatores, segundo Braz e Almeida (2010, p. 33), o fluxo migratório que caracterizou grande parte das cidades brasileiras no início do século XX; a expansão da malha ferroviária na região; e a revitalização ambiental através de uma sequência de obras de saneamento de eficiência discutível que foram implementadas na região. Durante o processo de recuperação demográfica Merity mudou de nome; vestiu-se de Caxias e passou a ostentar a homenagem ao famoso líder do Exército Brasileiro. O distrito iguaçuano, renomeado em 1931, continuou a crescer graças a essas levas migratórias que se estenderam até, pelo menos, a década de 1940. Nesta década, alguns acontecimentos marcam uma nova virada na história do processo migratório em Caxias, ligada à capacidade de atração destas terras motivadas pela

---

[95] BRAZ, Antonio Augusto; ALMEIDA, Tania Maria Amaro de. **De Merity a Duque de Caxias: encontro com a história da cidade.** Duque de Caxias, RJ: APPH-Clio, 2010, p. 35.
[96] BELOCH, Israel. **Capa Preta e Lurdinha: Tenório Cavalcanti e o Povo da Baixada.** Rio de Janeiro: Record, 1986. p. 22.
[97] MARTINS, Angela Maria Roberti; ALMEIDA, Tania Maria Amaro de. Lembranças e trajetórias de portugueses em Duque de Caxias – RJ, 1950-1970. **Almanaque Multidisciplinar de Pesquisa** (UNIGRANRIO), 2017, v. 4, n. 1, p. 192-215 [ISSN 2359-6651].

industrialização, e cujo expoente, neste contexto, foi a instalação, em 1942, da Fábrica Nacional de Motores, em Xerém – a poderosa FNM. Mas não apenas a industrialização em si mesma fez desta década um ponto de inflexão para a questão. É oportuno lembrar que a emancipação da cidade também se deu neste decênio. Caxias se separou de Nova Iguaçu no ano de 1947, e esta nova configuração ajudou a construir o imaginário de uma terra de oportunidades, quer seja de trabalho, quer seja de moradia. Seja como for, a partir da década de 1940, e principalmente durante toda a década de 1950, novas levas migratórias continuaram a alimentar a demografia caxiense, agora alinhadas a uma economia voltada para o projeto de desenvolvimento industrial e urbano construído durante a Era Vargas. Em 1950, a cidade emancipada há três anos já contava com 92.400 munícipes (MARTINS e ALMEIDA, 2017, p. 205).

**Tabela 11 – Cartografia da origem dos entrevistados**

| Entrevistado | Local/Ano de nascimento | Filiação | Origem | Ano da migração |
|---|---|---|---|---|
| Ana Maria | Duque de Caxias[98] (RJ) / 1946 | Pai | Portugal | 1928 (aprox..) |
| | | Mãe | Teresina (PI) | 1925 (aprox..) |
| Benedito | Leopoldina (MG) / 1948 | Pai | Leopoldina (MG) | 1958 |
| | | Mãe | Leopoldina (MG) | 1958 |
| Casemiro | Rio de Janeiro[99] (RJ) / 1938 | Pai | Rio de Janeiro (RJ) | 1944 (aprox.) |
| | | Mãe | Rio de Janeiro (RJ) | 1944 (aprox.) |
| Danilo | Rio de Janeiro[100] (RJ) /1960 | Pai | Itaperuna (RJ) | 1945 (aprox.) |
| | | Mãe | Mimoso do Sul (ES) | 1945 (aprox.) |
| Euclides | Duque de Caxias (RJ) / 1963 | Pai | Noroeste Fluminense (RJ) | 1958 |
| | | Mãe | Noroeste Fluminense (RJ) | 1960 |
| Felipa | Cachoeiro de Itapemirim (ES) / 1961 | Pai | Carangola (MG) | 1961 |
| | | Mãe | Cach. de Itapemirim (ES) | 1961 |

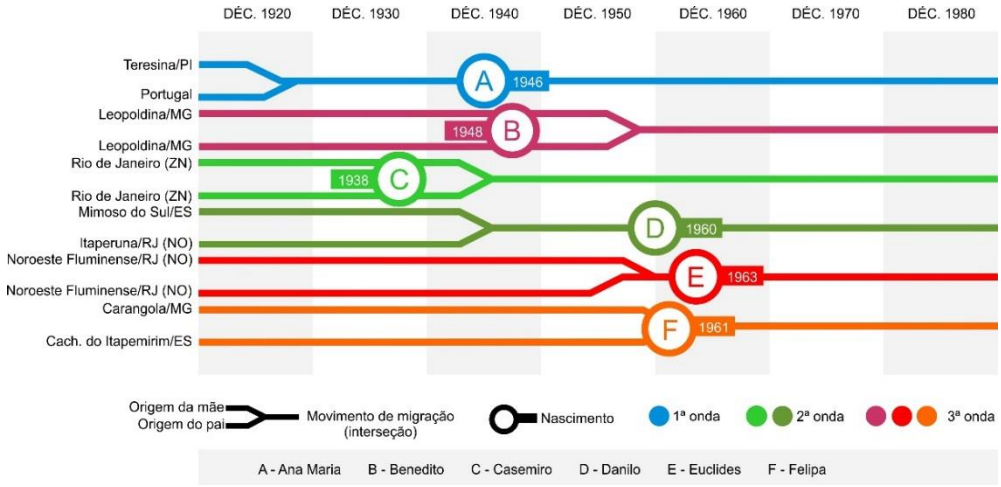
**Fonte: Elaborado pelo autor.**

Os dados coletados através das narrativas nos permitem constatar algumas percepções sobre as origens dos entrevistados. A primeira delas é o fato de que as famílias que migraram para Caxias, dentro da amostra selecionada, pertencem a levas migratórias diferentes e foram mobilizadas por diferentes realidades. Assim, temos uma família que migrou na década de 1920 (família de Ana Maria), duas que migraram na década de 1940 (famílias de Casemiro e Danilo), duas que migraram na década de 1950[101] (famílias de Benedito e Euclides) e uma que migrou na década de 1960 (família de Felipa).

[98] À época, Caxias não era emancipada, pertencendo oficialmente a Nova Iguaçu (8º distrito).
[99] A origem de Casemiro é a Zona Norte do Rio de Janeiro, bairro do Engenho Novo. Ele migra com seus pais para Caxias ainda na infância, com a idade de seis para sete anos.
[100] A despeito de o local de nascimento de Danilo ser literalmente a cidade do Rio de Janeiro, a família morava em Caxias quando de seu nascimento. Apesar disso, o parto foi feito em uma maternidade sediada na cidade do Rio de Janeiro.
[101] Nesta contagem, estou considerando que a família de Euclides migrou nos anos 1950 porque entendo que seu pai deu início a este processo, em 1958. Sua mãe veio posteriormente, em 1960, mas eles já constituíam família quando deram início ao processo migratório. Entendo que opera mais sentido ao

Considero que essas famílias compõem três ondas migratórias diferentes: a primeira onda, nos anos 1920, associada à reconstituição demográfica de Caxias após o período das febres; a segunda onda, nos anos 1940, associada ao início da industrialização e à emancipação da cidade; e a terceira onda, a partir dos anos 1950, associada ao *boom* demográfico e ao "surto progressista" (SOUZA, 2002, p. 114) decorrente da industrialização e dos processos de urbanização que culminaram na venda de loteamentos cada vez menores na década de 1970. Importante considerar aqui que a terceira onda ainda se alimentava da esperança da compra do lote de terra, porque a prefeitura de Caxias ainda aprovava substancialmente uma quantidade alta de loteamentos. Nos anos 1960 foram mais de 60 mil loteamentos aprovados. Na década de 1970, esse número regride avassaladoramente para pouco menos de 28 mil loteamentos aprovados[102].

**Gráfico 4 – Infográfico: migração dos entrevistados e/ou suas famílias para Caxias**




**Fonte: Adaptado pelo autor de Souza, 2002.**

argumento situar o conjunto de interesses da família, como um todo, em se deslocar do Noroeste Fluminense e vir para o Rio, ainda nos anos 1950.

[102] Os números são: 60.038 loteamentos aprovados na década de 1960 e 27.988 na década de 1970. Fonte: Prefeitura Municipal de Duque de Caxias – Cadastro Municipal.

Quanto à origem dos migrantes, a amostra que aqui temos reflete os estudos de Angela Maria Roberti Martins, Antônio Augusto Braz e Tania Maria Amaro de Almeida. Assim, temos que:

> As terras, antes alagadiças e insalubres, foram se tornando acessíveis à ocupação e intensamente retalhadas, foram sendo transformadas em loteamentos populares que passaram a brigar milhares de migrantes originários do Nordeste do país *[Ana Maria]*, de Minas Gerais *[Benedito e Felipa]*, do Noroeste Fluminense *[Danilo e Euclides]* e do próprio município do Rio de Janeiro *[Casemiro]* (BRAZ, 2009, p. 26) [grifo nosso].

E ainda:

> Nos anos 1940 e 1950, a curva demográfica em Duque de Caxias apresentava uma extraordinária evolução. Esse fluxo migratório inchou populacionalmente o município recém-emancipado, assim como os demais localizados no entorno do Rio de Janeiro. De maneira geral, os pontos de partida desse êxodo eram os municípios empobrecidos do Norte e do nordeste do Estado do Rio de Janeiro *[Danilo e Euclides]*, do Espírito Santo *[Danilo e Felipa]*, de Minas Gerais *[Benedito e Felipa]* e do nordeste do país *[Ana Maria]*.
>
> Esses migrantes e suas famílias, deslocadas de sua terra de origem, buscavam na mudança para as áreas urbanas, as condições de vida que viam diluir pela fome, miséria, seca ou violência. Aspiravam uma existência melhor e a ascensão social que a cidade poderia oferecer em comparação aos limites da vivência no campo (ALMEIDA e BRAZ, 2010, p. 85) [grifo nosso].

Um facilitador para esse trânsito migratório peculiar foi a ligação das redes fluminense e capixaba da Estrada de Ferro Leopoldina, já na primeira década do século XX. Assim, era possível a um custo relativamente baixo ir do Rio a Vitória, ou vice-versa, sobre os trilhos da antiga Leopoldina Railway, passando por Niterói, pelos municípios do Noroeste Fluminense e atravessando todo o sul do Estado do Espírito Santo (ALMEIDA e BRAZ, 2010, p. 42). Quanto à migração proveniente de Portugal, Tania Amaro de Almeida e Angela Roberti Martins publicaram, no ano de 2017, um artigo interessante a respeito do fluxo desses portugueses para o Brasil, em geral, e para o Rio de Janeiro e Caxias, em particular. As historiadoras sustentam que estudos recentes verificaram que de 1822 a 1950, cerca de 1.200.000 portugueses migraram para o Brasil (SOUSA, 2008 apud ALMEIDA e MARTINS, 2017, p. 196), mas este fluxo não foi contínuo e nem constante. O início da Primeira Guerra Mundial marca também o arrefecimento da

migração, o que acaba se acentuando ainda mais no período entreguerras. Elas destacam também que a Crise de 1929 e a Grande Depressão atingiram em cheio Portugal na década de 1930.

### 3.3.2.2. A primeira onda: Ana Maria

É neste contexto que podemos compreender a trajetória de Ana Maria, a primeira entrevistada, cuja mãe nasceu no Piauí e cujo pai migrara de Portugal para o Brasil, segundo informou a entrevistada, no final da década de 1920. Neste período, o país europeu atravessava uma ditadura militar iniciada em 1926, liderada pelo General Óscar Carmona após a derrubada da Primeira República Portuguesa, período este que pavimentou o caminho para a ascensão de António Salazar em 1932, e para o Estado Novo Português no ano seguinte. É deste cenário social e político que emigra o pai da entrevistada:

> A minha história de vida foi muito boa, muito boa. Filha de pai português, mãe piauiense, mas um pai que não media esforços pra não deixar faltar nada pros filhos. Tô dizendo assim, nada assim, alimentação, porque a vida da gente é muito triste, era um sapato por ano, só no fim do ano. A gente usava o tamanco até ele ficar fininho... Filha de português, ele comprava tamanco, e era muito comum. Mas a vida, em si, foi maravilhosa (Ana Maria, em entrevista dada em 12/11/2021).
>
> ***
>
> Olha só como que são as coisas, meu pai veio de Portugal, trabalhava na fábrica de bebidas Mafra, minha mãe era cozinheira de lá, conheceu minha mãe, foi paixão à primeira vista (Ana Maria, em entrevista dada em 12/11/2021).

Não apenas seu pai chegou ao Rio nesta década, mas também sua mãe, alguns poucos anos antes dele. Mudaram-se para Caxias na década de 1920, ainda sem se conhecerem. Foram motivados por fatores distintos daqueles que se mudaram para o município nos anos 1960, por exemplo. A migração da década de 1920 estava profundamente relacionada ao desdobramento das obras de saneamento da cidade, à expansão da linha férrea e, sobretudo, à superação da catástrofe que foi a época das febres,

responsável pela baixa populacional representada pelos pouco mais de 800 indivíduos que restaram em meio a pântanos e trilhos. Talvez por isso a memória de Ana Maria registre a importância de sua mãe ser uma sobrevivente da gripe espanhola. Não propriamente pela gripe espanhola em si, mas porque vencer doenças, na década de 1920, era um motivador que orientava a vida dos indivíduos. Ao orientar-se no tempo pela identidade de sua mãe, a doença surge na memória como o obstáculo vencido na construção narrativa da família que construiu uma trajetória de superação. A família de Ana Maria é uma entidade que se insere na história a partir do heroísmo e a consequência mais notória, do porto de vista narrativo, é a concepção de um passado de natureza *épica*.

É possível identificarmos diversos elementos épicos na interpretação que Ana Maria faz de seu passado através da narrativa. O primeiro elemento é a construção do *herói*, cuja presença necessariamente condiciona a própria existência da epopeia. O segundo elemento é o enfrentamento da *aventura*, ou seja, os acontecimentos desafiadores vividos pelo herói. O terceiro elemento é a *mensagem moral*, que atuará sobre virtudes como a justiça ou a coragem. Esses três elementos, pelo menos, dão o tom épico na narrativa de Ana Maria sobre seu passado.

> Meu pai pra início de conversa morava numa aldeia, aldeia, aquela coisa horrorosa, disse que embaixo passavam os porcos, as ovelhas, tudo embaixo da coisa, disse que era aquela coisa horrorosa, então aí eu fiquei mais feliz quando a Viviane trouxe a papelada que aí eu vi que meu pai não era um fugitivo do regime militar de lá. Não era. [Choro]. Olha, ele veio porque ele quis tentar a sorte, mas tem passaporte dele, tem o alistamento militar, eu achei tudo isso. Como é bom a gente guardar as coisas, né?

O trecho selecionado discorre sobre a história do pai de Ana Maria e ele concentra as três dimensões da épica história da caxiense. Seu pai era oriundo de um humilde vilarejo lusitano. Passou muita dificuldade em Portugal e quis tentar uma vida melhor do outro lado do oceano. O contexto coincidia com a mudança política que levou Salazar ao poder naquele país. Alguém na família cogitou a hipótese de seu pai ser um fugitivo da ditadura lusitana, ao que ela atestou através dos documentos históricos – seu passaporte e o atestado de alistamento militar – que ele não se tratava de um fugitivo, e sim de um homem que serviu à sua pátria (*herói*) – com honra, coragem e nobreza (*mensagem moral*)

– e que, além disso, buscou o direito de ser feliz – *aventureiro* que era – superando as condições adversas que seu país enfrentava. Ana Maria inscreve a sua própria história no campo do destino manifesto de seu pai: o militar que serve à sua pátria, mas que não encontra o amor na sua própria terra. É na aventura atlântica que o personagem haveria de encontrar a sua amada, que geraria, claro, a personagem onisciente que conta a história, filha do amor concebido no destino.

A onisciência narrativa também é uma marca da epopeia, um quarto elemento, poder-se-ia dizer. A onisciência narrativa consiste em o narrador conhecer os sentimentos dos personagens, e é através deles que a história se desenvolve: "Olha só como que são as coisas, meu pai veio de Portugal, trabalhava na fábrica de bebidas Mafra, minha mãe era cozinheira de lá, conheceu minha mãe, foi paixão à primeira vista". Ao narrar o encontro de seus pais, o sentimento que emerge repentina e inexplicavelmente – o "amor à primeira vista" – torna-se o elemento central que forja o início da história da família em Caxias. Por outro lado, se olharmos para o lado materno, a mãe de Ana Maria também parece se encaixar nos perfis das mulheres que são salvas e alcançadas pelo amado. Aliás, a narração de Ana Maria traz com alguma frequência a palavra "salvar" para aludir à história de sua mãe.

> Minha mãe se salvou da Gripe Espanhola, ela, o pai dela e a mãe. O pai que não era pai, era tio dela, mas que criou ela, tá entendendo? Então se salvou da Gripe Espanhola. Minha mãe disse que caía um assim do lado, caía outro, eles vinham com o lençol, é terrível, né? Acho que ainda foi pior do que essa aqui, que não conseguiram uma vacina, tá entendendo?

Embora a salvação não seja propriamente protagonizada por um homem (que salva a mulher), existe o componente do destino diante da gripe espanhola. A doença levava a óbito multidões indiscriminadamente ("Minha mãe disse que caía um assim do lado, caía outro, eles vinham com o lençol, é terrível, né? "), mas por um milagre sua família consegue escapar da tragédia. E saem do Piauí em direção ao Rio de Janeiro na década de 1920, e vão morar em Caxias, justamente a região que havia recentemente, na década anterior, sofrido as mazelas das grandes febres. Ora, se o casal consegue cada qual escapar dos males de suas terras, o que se pode esperar da relação que surge a partir desse

encontro senão o cumprimento da promessa de felicidade? Aqui, a narrativa épica constrói seu sentido, o que afetará necessariamente a forma como Ana Maria, nascida em 1946, se referirá à sua infância e à própria cidade onde nasceu: “eu tive uma infância maravilhosa, não faltava nada dentro de casa, Leandro, não faltava. Porque meu pai não deixava, a camiseta dele era toda furada, toda rasgadinha, o tamanquinho no pé, mas pros filhos não faltava um nada”. A entrevistada ainda completa:

> Mas eu fui muito feliz, muito feliz mesmo, nesse período, né. Depois comecei a trabalhar, foi uma luta terrível que a gente... Ô, Leandro, não tinha nada em casa, minha mãe cozinhava com fogão de lenha, você vê o que que é dedicação, com filho paralítico que só ficava no colo, tinha que comer na boca, tinha que limpar as necessidades dele, eu vou dizer [...]. a gente subia em cima de árvore, eu não porque eu ficava com medo, às vezes eu ficava em baixo e ela só jogando as coisas. Tinha uma goiabeira também na minha casa que cada uma tinha seu galho de goiaba, eu às vezes brigava com [minha irmã] que ela ia nas minhas goiabas e pegava, coisas de..., mas foi muito boa minha infância, Leandro. Foi muito boa. Caxias pra mim foi uma mão na roda, se eu tivesse que escolher um lugar pra nascer, eu não ia escolher Leblon, eu ia escolher Caxias de novo, porque eu amei isso.

A história de Ana Maria e de Caxias estão fundidas. São filhas da mesma sorte. Uma nasce em 1946, a outra em 1947. Essa relação quase gemelar conduz a visão da entrevistada sobre seu passado e sobre o passado de onde viveu toda sua vida: “Se eu tivesse que escolher um lugar para nascer, eu não ia escolher Leblon, eu ia escolher Caxias de novo”. É como se ela tributasse sua própria história à cidade onde viveu. Talvez seja esta a razão para que a entrevistada tivesse sublimado a ocorrência das adversidades durante a infância. Porque, sim, elas existiram. Ou não foi a própria entrevistada que, na mesma sentença em que afirmou não faltar nada em casa, também afirmou que seu pai andava com roupas furadas e tamancos nos pés? Quer seja por um membro da família com deficiência ou pela geladeira vazia, quer pela necessidade de trabalhar cedo ou de ter de usar um fogão à lenha para cozinhar, não importa, todo o esforço se anularia ou se converteria em “dedicação” diante de uma vida que nasceu pra ser feliz na cidade-destino, do começo ao fim. Por isso, diante da possibilidade de mudança, “não vou, minha filha, vou terminar meus dias aqui, eu nasci aqui e vou terminar meus dias aqui”, declarava.

A narrativa de Ana reconstrói o futuro passado, aquela expectativa de felicidade que não deveria ser contida porque inscrita no porvir pelo destino. Tanto assim é que, ao sinal de interrupção ou reversão do futuro previsto, o sentimento que acompanha a narrativa é o de profunda frustração. Por exemplo, quando a cidade é transformada com a construção de um viaduto que atravessaria a cidade, o quintal da entrevistada e sua própria vida. Nesse contexto, o progresso surge como elemento que rompe com a Caxias de seus pais, as terras baixas e verdes ainda sem o peso da industrialização, onde era possível ficar "até uma hora, duas horas da manhã brincando de pique na rua [...] em frente à minha casa, assim, um monte de gente sentada na calçada". Essa Caxias se dissipou porque:

> O viaduto do Centenário derrubou tudo, a gente não acreditava. Não acreditava. Quando chegou os caras pra derrubar, foi igual o da Saudosa Maloca, chegou e [demoliu] tudo. Ó, a gente tinha, eu não me esqueço, a gente tinha um abacateiro no quintal que dava cada abacate enorme, uma coisa linda. Cortou aquilo tudo, acabou com tudo, gente... [...] aquilo tudo foi derrubado, aí derrubou tudo, aquilo foi muito triste pra mim [...]. Quando eu voltei lá pra pegar minha filha, que a mamãe tava tomando conta dela pra mim trabalhar, que eu cheguei lá e vi aquela coisa horrível, aquele alvoroço, aquele negócio, ali, pra mim, eu pensei que eu não ia resistir, sinceramente.

O abacateiro é a metáfora da cidade-destino, o paraíso bucólico que propiciou o encontro de seus pais e os salvou da gripe espanhola e do governo português. A Caxias que é acionada por Ana Maria é uma terra-sem-mal que seus pais descobriram e onde puderam construir suas famílias. O viaduto do Centenário é a metáfora do progresso. A cidade se urbanizava às custas do apagamento do passado que, no caso de Ana Maria, é sintetizado em um abacateiro derrubado. A árvore dialogava com as brincadeiras de infância, com a galinha com talharim preparada por sua mãe, com a estadia sem custos na casa que pertencia à fábrica onde seus pais trabalhavam. Além do abacateiro, outro elemento que surge na narrativa de Ana Maria para romper com a promessa de felicidade e alterar o futuro previsto da entrevistada é o acidente que lhe tira os movimentos das pernas e lhe impede de andar. A entrevistada relata o que lhe ocorrera em 2012 como um signo de exceção à regra que regeu toda a sua vida, a saber, o primor de sua saúde:

> Eu também não tive problema com a saúde, a única coisa foi a queda dessa escada aqui que me deixou na cama até hoje, há 9 anos, no dia 2 de agosto de 2012, nunca me esqueço disso, caí daqui e pronto, o médico fez uma besteira aqui na minha perna, botou tudo... Moral da história, nunca mais consegui andar. Até andei um pouquinho... [...] eu ainda ia na rua, ela [a fisioterapeuta] andando comigo e tal, depois fiquei de vez aí [...]. "Ah, vai ficar bonito, só fêmur". Não, senhora, vamos quebrar também a tíbia. Aí quando eu tô me levantando pra segurar no andador, levei uma queda aqui e lá vou eu pro hospital de novo, quebrei a tíbia. Graças a Deus nunca quebrei a cabeça, senão não tava nem te dando essa entrevista.

Este relato fora dado passados mais de 25 minutos de entrevista. Porém, cerca de 10 minutos antes, Ana Maria compartilhava seus pensamentos de infância, também relacionados à saúde. A entrevistada relatava sobre seus pensamentos de menina em meio a um trecho em que discorria sobre a superação de dificuldades em seu ambiente de trabalho. E então, repentinamente, acionou sua memória de infância, compartilhando que "tive uma saúde boa, não tive nada nunca, nunca quebrei... eu era doida pra quebrar o braço, cara. Não podia ver uma pessoa com aquele gesso no braço, ah, eu era doida. Coisa de criança, né?"[103]. Destaco aqui é a relação entre os dois relatos, a sinapse repleta de sentidos entre a menina que queria quebrar o braço e a senhora que quebrou o fêmur e a tíbia. E, além disso, a relação dos dois relatos com o abacateiro de seu quintal.

Ora, a narrativa de Ana Maria sobre sua saúde está profundamente atrelada a uma espécie de soteriologia caxiense, uma capacidade inata da cidade de redimir os personagens que compõem a sua história de todas as suas tragédias pregressas. Na Caxias salvadora de Ana Maria, não há espaço para infortúnios. Se eles aparecem, não surgem como parte inerente à história da cidade, mas como um furo que estoura a membrana de proteção da memória da entrevistada. Trata-se de uma Caxias a ela transmitida por seus pais, que por essas terras chegaram na década de 1920. Sua saúde impecável emerge como sinal e como resposta do destino, dialogando, especialmente, com o histórico de sua mãe, sobrevivente da gripe espanhola na cidade de Teresina, Piauí. Mas o histórico de seu pai – o herói arquetípico – também diz muito sobre as memórias da entrevistada sobre a própria saúde que, de modo quase sobrenatural, apresentou qualidades absolutamente primorosas durante toda a sua vida, segundo suas lembranças. Durante sua infância, a

[103] Ana Maria, em entrevista concedida em 12/11/2021.

possibilidade de quebrar o braço é praticamente impensável, senão como produto do universo fantástico infantil. E essa memória que brotou em sua narrativa não pode ser dissociada daquela que relata a quebra do fêmur e da tíbia, e que trouxe consequências muito duras à entrevistada, em especial aquelas ligadas às limitações do movimento das pernas.

Como negar o bem-estar proporcionado pelas faculdades de locomoção de toda uma vida? Como dissociar esse passado onde andar era possível e circular era um presente, da cidade que acolheu uma sobrevivente e um herói? Ao acionar o próprio passado, a entrevistada também forja o passado da cidade, de modo a construir uma relação simbiótica entre sujeito e território, ambos qualificados pelas suas capacidades de superação, de resistência, de harmonia e de bem-estar. A boa Caxias era a Caxias onde e quando ela podia se locomover, onde ela era saudável, onde era possível brincar na calçada, onde existia um abacateiro. Este é um passado de estabilidade e de ordem, e é dele que brota a nostalgia em Ana Maria. Seu sentimento nostálgico, que ao longo da entrevista lhe levou às lágrimas por pelo menos três vezes, é direcionado tanto para si quanto para a cidade que acolheu seus familiares e gerou a sua própria história.

Diante do exposto, é impossível não fazer alusão ao conceito de "Idade de Ouro" desenvolvido por Girardet, quando este discorreu sobre o tema dos mitos e das mitologias políticas. A Idade de Ouro, conforme destacamos, é uma espécie de era instalada no tempo que passou, onde a ordem e a harmonia prevaleciam. São eles, os "bons tempos", que emergem em contraposição à decadência dos "tempos maus" que são, costumeiramente, os tempos de hoje, de agora, o tempo presente, onde a aposentada se vê limitada a uma cama adaptada aos seus aposentos. Mas também podem ser o presente passado, como o viaduto que – com sua presença – derrubou o passado da entrevistada, seu abacateiro, tal qual a saudosa maloca da canção de Adoniran Barbosa, composta em 1956, destruída pelos "*homi* com as *ferramentas*", e evocada pela entrevistada conforme a citação já anunciara. Na canção, "cada *tauba* que caía / doía no coração".[104] Poderia perfeitamente ser o coração de Ana Maria.

---

[104] Saudosa Maloca (Adoniran Barbosa, 1956) é uma canção de choro que conta a história da demolição de uma favela no bairro do Bexiga, em São Paulo. A canção é uma crítica à demolição das favelas, que

A relação entre o corte do abacateiro e a referência à letra de Adoniran Barbosa merece atenção, pois essa relação parece ser um recurso narrativo para interpretar o passado doloroso. Não é uma referência isolada. Em momentos de dor, Ana Maria convocou letras de música. São elas que são capazes de traduzir o sentimento da entrevistada, operando mais sentido no tempo que a própria cronologia. Na verdade, é um pouco mais que isso. Não apenas os passados dolorosos, mas os passados sensíveis em geral – com ou sem dor – são traduzidos pela música em Ana Maria. Transições políticas cruciais também são marcadas pela música. Ou mesmo sua história familiar, como no nascimento da filha, que também é lembrado por uma canção[105]:

> Quando a [minha filha] estava nascendo, a médica falou assim "Aqui não tem vaga pra senhora, não, a senhora vai ficar deitada aí no chão? [...]. Não tem. Procura seu hospital, a senhora tem, não tem?", eu expliquei e falei "Tenho, minha filha, mas eu quero ter aqui", ela "Ih, tem que ser aqui mesmo, já tá coroando". [Minha filha] assanhada já tava nascendo. Sem eu esperar nem nada, aí a médica começou meu parto, você vai achar a coisa mais... que eu vou te lembrar agora, "Lá, lá, lá, lá, rá, a linha do horizonte no alto da montanha, minha fé me...", o tempo todinho ela fazendo meu parto cantando essa música, a médica [...] Música de Roberto Carlos. Fé. A fé. Não conhece essa música, não? Nossa, eu conheço tudo de Roberto Carlos, tudo, tudo. Aí eu disse "Meu Deus do céu, essa doutora vai me costurar errado aí", aí tava me costurando que já tinha feito o parto, tava só fazendo a costura, mas graças a Deus... outro dia eu escutei a música de Roberto Carlos, aí fui às lágrimas [choro], eu retornei ao ano de 1979, dia 11 de março de 79.

Ao permitir que a música seja o elo com sua história pregressa, o que Ana Maria faz é utilizá-la como método de interpretação de seu passado. Ela aciona o passado através da música, elabora a lembrança a partir das carências do presente – sua restrição motora, por exemplo – construindo uma narrativa coerente, isto é, com sentido; e da interpretação do que é lembrado surgem as referências para orientar-se na vida prática hoje. Ora, isso nada mais é do que a operação da constituição de sentido do tempo, conforme Jörn Rüsen propusera em seus escritos sobre a Didática da História, só que dito pela voz ativa de uma

---

desconsidera a cultura e a história dos moradores locais. A canção também é uma homenagem à memória das comunidades resistentes e à cultura popular produzida ali por seus moradores.

[105] Fé (Roberto Carlos e Erasmo Carlos, 1978) é uma canção pop que fala sobre a importância da fé na vida das pessoas, evocando sentimentos como esperança e resiliência.

aposentada acamada com seus olhos marejados em Duque de Caxias, no meio de uma pandemia.

Nesses escritos, o historiador alemão resumiu a definição de cultura histórica como sendo "o campo em que os potenciais de racionalidade do pensamento histórico atuam na vida prática", ou seja, aquilo que é especificamente histórico "possui um lugar próprio e peculiar no quadro cultural de orientação da vida humana prática" (RÜSEN, 2010, p. 121). Trata-se do campo do conhecimento destinado a investigar como aquilo que é próprio da História aparece e se manifesta na vida das pessoas em meio a tantas influências que podem atuar sobre a cultura de um grupo, de um povo ou de um país. A cultura histórica é a lupa utilizada para lermos o mundo e a nós mesmos, e sua lente é composta de experiências que fazem sentido no tempo e que colaboram para que nós desenvolvamos consciência histórica. A depender de para onde a lupa é direcionada, os olhos que veem através dela conseguem situar todo o resto do corpo no mundo e no tempo, com maior ou com menor eficácia. A comparação do conceito com a imagem da lupa não é perfeita, mas ajuda a compreender o lugar que as dimensões da cultura histórica ocupam no processo de interpretação das experiências no tempo. Essas dimensões são como luzes que permitem que se veja através das lentes. Assim como existem a luz solar e os raios infravermelhos, a iluminação que vem do fogo ou das lâmpadas fluorescentes, assim também operam as luzes cognitivas, políticas e estéticas – as três dimensões mais importantes da cultura histórica.

A dimensão científica ou cognitiva diz respeito aos aspectos históricos propriamente ditos, no sentido científico do saber. São os conhecimentos de natureza técnica que atuam na consciência sobre o tempo. Já a dimensão política é ditada pelas relações de poder e de força que operam a construção da temporalidade e da consciência dela. Mas aqui, para falar de Ana Maria, escolho ater-me cuidadosamente à dimensão estética, que é aquela centrada no sensível. Ora, não é apenas a razão científica ou a razão política que constroem a noção de tempo no ser humano, e nem são somente elas que atuam na construção da consciência histórica; existe justamente a dimensão dos sentidos, daquilo que pode ser apreciado, tocado, ouvido ou contemplado, daquilo que é belo ou feio, do que dá gosto à vida e aromatiza a lembrança. As constantes referências musicais de Ana Maria me chamaram a atenção na entrevista. Em nenhum momento foi solicitado

da entrevistada que partilhasse suas canções preferidas ou os ritmos que embalaram sua juventude. Contudo, a entrevistada espontaneamente o fez, sempre que a narrativa subia o tom da emoção no diálogo com o passado. Acredito que a música atua na construção narrativa de Ana Maria como um feixe de luz utilizado para se ler melhor o mundo. Essa luz que passa pelas experiências feitas de sentido – a lente da lupa – conseguem atribuir sentido ao tempo vivido.

A música "Fé", de Roberto Carlos e Erasmo Carlos, foi acionada para ajudar a traduzir a experiência que foi o parto de sua filha, um evento que tem amparo cronológico – 11 de março de 1979 – mas não está limitado a ele. O evento se conecta com a identidade de Ana Maria e suas raízes na cidade em que nasceu. Ela, que poderia ter parido no IASERJ, no centro do Rio de Janeiro, escolheu ter suas filhas em instituições de saúde de Caxias. Veja:

> Ah, *me identifico muito com esse lugar*. Apesar dessa violência galopante aí, ô Leandro, eu gosto muito daqui. Muito, muito, muito. Tive minhas três filhas todas em Caxias, não fui lá pra baixo, "Você vai ter neném no IASERJ", que nosso coisa era o IASERJ. Não. Sabe onde eu tive minhas filhas? Hospital Duque de Caxias. Duas no Duque de Caxias e uma ali no SASE. Não, eu sou daqui eu vou pra que pra lá? "Mas você tem direito ao IASERJ", não quero, eu quero ter o parto aqui, gente [grifo nosso].

Das três dimensões, a estética é a que apresenta mais autonomia, segundo Rüsen. É comum que haja instrumentalização recíproca entre as outras dimensões e entre elas e a dimensão estética. Mas existe o risco de a dimensão sensível se tornar a única mensagem, descolando-se dos fatores cognitivos e políticos. Na prática, isso significa que as narrativas poderiam ser validadas tão somente pelo seu potencial estético e pelo seu caráter sensível. Trata-se de um potencial auto representativo. O sensível explicando, em si mesmo, o passado, o tempo e a conexão entre eles. Para Rüsen, isso representaria um grave risco – a despolitização da própria consciência histórica e a abdicação de sua racionalidade. Nesse caso,

> O poder das imagens tende a extrapolar o pensamento e a camuflar as ambições políticas de poder. Ao se opor à ciência e à política, o sentido estético próprio da cultura histórica acarreta a irracionalidade e a despolitização da consciência

> histórica nos grupos sociais em que está constituído esteticamente. A fascinação sensível da experiência histórica não admitiria mais esclarecimento algum político ou científico-racional (RÜSEN, 2010, p. 130).

Para Rüsen, se a identidade histórica estiver instalada precisa e somente no campo do sensível, nos "sentimentos profundos dos sujeitos", inevitavelmente o que estará em jogo é o comprometimento de suas faculdades necessárias à orientação política e à reflexão racional. Decorre daí que, se a dimensão estética se apresentar desinstalada da experiência histórica, o processamento discursivo das experiências atuais de crise invariavelmente estacionará e, da mesma forma, dificilmente estratégias de ação política serão eficientes para a superação da crise (RÜSEN, 2010, p. 130-131).

Ora, seria esse o caso de Ana Maria? Estaria a relação da entrevistada com o passado da cidade atravessada somente pela estética representada pelas canções de Roberto Carlos? A resposta imediata para esta pergunta é: não. Primeiro porque outros elementos estéticos são utilizados para Ana Maria se conectar com seu passado. Sua caligrafia, por exemplo. Associada a um talento particular, sua destreza quanto ao traço caligráfico é um traço identitário forte que se associa à sua trajetória profissional, de sua admissão à sua aposentadoria como técnica judiciária. E é graças à sua trajetória profissional que é possível conhecer elementos da dimensão política que saltam da narrativa da entrevistada, basta considerar os apontamentos que a aposentada tece sobre algumas relações de poder profundamente atreladas ao seu trabalho: o dono do cartório que era filho do ex-prefeito; a ausência de regras claras para designar o salário dos funcionários; o apreço pelas organizações sindicais; ou a admiração pela figura de Leonel Brizola, o líder mais expressivo e influente do trabalhismo nas terras caxienses. Mas se quisermos nos ater apenas à pauta das letras de música como ferramentas de interpretação do tempo, que seja. Nesse caso, é preciso enveredar por todas as letras acionadas por Ana Maria, e não apenas "Fé", de Roberto Carlos, ou "Saudosa Maloca", de Adoniran Barbosa. Destaquemos, pois, todos os elementos musicais acionados pela entrevistada, para além das já citadas.

> A Ditadura Militar começou dia 31 de março, no dia que meu neto nasceu, 31 de março de 1964, quando eu escutei no rádio "Pá, pá, o governo tomou... o

> Brizola saiu vestido de mulher, não sei o que que tem...", foi aquela confusão toda. Sabe a música que eu tava escutando? Essa mulher tem uma memória de elefante [Risos], um chuvisquinho igual esses dias, e eu tava escutando aquela música [cantando] "Olho para chuva que não quer cessar, nela eu vejo o meu amor", nunca mais esqueço dessa música também. Demetrius.... Até falei assim, esse cantor... Ditadura foi aquele dia triste, sem contar os quebra-quebra que teve.

Do trecho da entrevista acima temos: a canção "Ritmo de chuva", de Demétrius; uma referência cronológica relacionada ao início da ditadura (segundo a entrevistada, 31 de março de 1964) assentada em mais um episódio da memória de família, o nascimento do neto; um personagem-chave, Leonel Brizola, acompanhado do famoso boato sobre ter fugido do país vestido de mulher; a chuva em sintonia com o sentimento de tristeza e com a música do cantor; e o quebra-quebra. Em um outro trecho da entrevista, Ana Maria relembra uma paródia musical feita a partir do sucesso de *Bat Masterson*, um personagem de faroeste que fazia um estrondoso sucesso na televisão[106] em 1961:

> O Jânio renunciou com sete meses de governo, ia fazer, ia acontecer, ia varrer São Paulo... o símbolo dele era o que? Uma vassoura, é. Não deu em nada, saiu. Aí [cantando] "Mato Grosso ele nasceu, em São Paulo se criou, com sete meses de governo o desgraçado renunciou" [Risos] Olha, tu vê, até as musiquinhas da época, né.

Em outros momentos, Ana Maria destacou não propriamente uma ou outra música, mas o papel exercido por artistas. De um lado, posicionou a dupla Dom & Ravel, como artistas que apoiavam o regime que se impunha a partir de 1964 e, de outro, nomes como Chico Buarque de Holanda, que tiveram suas músicas censuradas por aquele regime.

> Porque você gostar de um determinado artista e você não ver aquele artista poder participar porque foi censurado. Umas músicas que saiam e censuravam

---

[106] De acordo com a Carta Capital, a canção original era: "No Velho Oeste ele nasceu / E entre bravos se criou / Seu nome lenda se tornou / Bat Masterson, Bat Masterson". A paródia tripudiou sobre a renúncia de Jânio Quadros, dando origem à releitura: "No Mato Grosso ele nasceu / Em São Paulo se criou / Foi pra Brasília e governou / Mas não aguentou, renunciou". De alguma forma, a paródia ganhou releituras secundárias, até chegar na forma que a entrevistada guardou em sua memória. Ver: https://www.cartacapital.com.br/opiniao/o-presidente-maluquinho-sim-ja-tivemos-outro-assim/. Acesso em: 27/11/2023.

> as músicas. Era muito triste. Quem teve muita, muita colher de chá nessa ditadura foi Dom & Ravel, que eles eram puxa-saco do governo, né. [Cantando um trecho de uma música]. Mas a censura, sofri, sofri mesmo. Você já pensou a gente gostar de uma coisa.... Eu adorava Chico Buarque de Holanda, o cara fazia uma música maravilhosa e eu não podia curtir aquela música, foi censurada.

Se "ao se opor à ciência e à política, o sentido estético próprio da cultura histórica acarreta a irracionalidade e a despolitização da consciência histórica" (RÜSEN, 2010, p. 130), este não parece ser o caso de Ana Maria. Talvez o fosse se não considerássemos os outros elementos da dimensão do sensível que foram examinados. Mas esses outros elementos se associam com outras dimensões, em especial a dimensão política – a paródia que joga luz à renúncia de Jânio Quadros, a dupla musical que desperta a cooptação de artistas pela ditadura ou o artista que foi alvo da censura daquele regime – fazendo ecoar, de certo modo, o que já assinalava Jörn Rüsen, quando este dissera que "também na relação entre a dimensão cognitiva e a dimensão estética dão-se tendências naturais à instrumentalização mútua" (RÜSEN, 2010, p. 129).

#### 3.3.2.3. A segunda onda: Casemiro e Danilo

A amostra de narrativas que temos coleciona outras experiências migratórias para além da que nos apresenta Ana Maria e que ultrapassam a onda migratória que acometeu Caxias na década de 1920, da qual os pais da entrevistada são provenientes. É preciso e importante abordar outras trajetórias associadas à migração e, para tanto, convém tratarmos das narrativas de Casemiro e de Danilo, trabalhadores absolutamente diferentes, díspares em algumas situações, mas com pontos em comum significativos. Um deles é, sem dúvida, serem filhos da segunda leva migratória para Caxias ocorrida nos anos 1940. Outro ponto coincidente é a cidade do Rio de Janeiro como local de nascimento de ambos. Se Casemiro nasceu e viveu parte da primeira infância no Rio, Danilo apenas ali nasceu, em razão da maternidade estar lá localizada. Sua família, contudo, já vivia nas terras

caxienses. Os entrevistados assim relatam o processo que levou suas famílias a deixarem cada qual a sua terra natal, transferindo-se para Caxias. O primeiro relato é de Casemiro:

> A minha infância graças a Deus foi ótima. Cheguei em Caxias com meu pai e minha mãe, numa idade de 6 pra 7 anos. Em Caxias não tinha nada. Lá perto de casa se tivesse 10 casas tinha muito. [Vim morar] na Avenida Itatiaia 149, hoje agora é Avenida Presidente Tancredo Neves, tá asfaltada. Antigamente era terra, era areia, era barro vermelho, entendeu? Época da carroça, do carro de boi, do cavalo. Ônibus... não existia muito bem ônibus, era aqueles onibuzinho bolinha. Não sei se cabia 20 passageiros ou 10 passageiros. Sei que era muito pequeno. Fazia Vila São Luís, a estação do trem em Duque de Caxias e o ônibus era só de vez em quando [...]. O meu pai comprou um terreno em Caxias e lá [no Rio] morava de aluguel. Era mais facilitado vir pra Caxias, tinha um terreno maior, entendeu?

Já Danilo narra o processo de mudança de sua família da seguinte forma:

> Então, eu nasci em Caxias. Na verdade, eu nasci na Promater, mas já morava em Caxias, então eu sou cria de Caxias. Nasci em 6 de agosto de 1960, tive a infância como a maioria daquelas crianças de antigamente, na rua, brincando, tinha muita liberdade [...]. Eu sou descendente italiano, família [cita o sobrenome de família]. Meu bisavô veio pra cá com a minha avó pequenininha e se instalaram em Mimoso do Sul, Espírito Santo e de lá nasceu minha mãe, minhas tias por parte de mãe. Meu pai era de Itaperuna, que é próximo de Mimoso do Sul, eles se conheceram e depois vieram morar em Caxias. Eu acho que foi devido a profissão do meu pai, que ele era caminhoneiro e aqui teve mais chances para trabalhar como caminhoneiro. Minha mãe não, minha mãe era sempre doméstica. Ela tinha a profissão que era costureira, mas nunca exerceu.

E então as diferenças entre ambos começam a se impor. Primeiro que Casemiro vem para Caxias com a família, portanto, é partícipe do processo de migração. No caso de Danilo é diferente. É que ele nasceu em 1960, quase vinte anos depois de sua família vir morar neste município. Com Casemiro, não. Nascido em 1938, sua família já vivia no Rio de Janeiro, mas no Engenho Novo, Zona Norte da cidade. A família migrou para Caxias quando ele tinha apenas 6 ou 7 anos. Os bairros que se tornaram destino de ambos estão contemplados no excerto abaixo, do renomado cronista da cidade, José Lustosa:

> De 1919 a 1920, D. Francisca Tomé, proprietária a época, do sítio da Jaqueira, vendo o brilhante trabalho do Dr. Forquim, solicitou dele os seus trabalhos profissionais, para o loteamento da propriedade, o que que se combinou, para em 1922 estar a obra completada. Como coincidisse à data da conclusão, com os festejos do Centenário, o conjunto recebeu o nome de VILA CENTENÁRIO. *Era o progresso em marcha* ... A mesma senhora, possuidora de outra faixa de terra, do lado oposto da linha férrea, anunciou sua venda. Surgiu um vulto extraordinário, de visão e ação, que se candidatou a compra: Antônio Gonçalves Ferreira Netto, que juntamente com seu irmão, Adalberto Gonçalves Ferreira, criaram um moderno núcleo residencial e comercial que recebeu o nome de Itamaraty. Pretendiam êstes idealistas, *colaboradores do progresso*, prestar suas homenagens aos primitivos donos das nossas TERRAS, os INDÍGENAS, e dessa maneira deram nomes de tribus aos logradouros que faziam. Não parou aí a atividade dêsses homens, gastando somas elevadas levaram água encanada até o loteamento, e instalaram uma bica pública na Praça que hoje tem o nome de Praça Coronel João Telles, bica que hoje não mais existe. É comum chamarem o magnífico bairro Itamaraty, de Itatiáia, porque uma de suas artérias principais têm o nome de Avenida Itatiáia (LUSTOSA, 1958, p. 92) [grifos itálicos nossos, maiúsculas do autor].

Tanto o bairro Centenário quanto o bairro Itatiaia são filhos do progresso. Pelo menos na visão de Lustosa, que lê a cidade com os olhos fitos em seu presente, o final dos anos 1950. No bairro criado a partir de um loteamento que celebrava em 1922 os cem anos da independência do Brasil, instalou-se a família de Danilo na década de 1940, de alguma forma respondendo à marcha do progresso anunciada por Lustosa. Ali viveu por pouco mais de uma década, às imediações da localidade conhecida como Morro da Caixa D'Água. Mudaram-se em 1961 para o bairro 25 de agosto, considerado uma das regiões mais elitizadas de Caxias. Mas, segundo informou o entrevistado posteriormente, a família mudou-se de bairro para viver na casa de uma tia, e que se localizava em uma comunidade chamada Vila Operária, nas imediações da 25 de agosto. No ano seguinte, 1962, conseguiram um terreno na mesma rua através de contatos com um vereador da cidade. Quando Danilo nasceu, a família vivia ainda no Centenário. Já a história de Casemiro tem a ver com a outra banda da linha férrea, o bairro Itatiaia, comprado de D. Francisca Tomé – a antiga proprietária das terras que vieram a formar o Centenário – por Antônio Gonçalves Ferreira Netto. Ele e seu irmão Adalberto criaram um núcleo comercial e residencial que se chamava Itamaraty, e que posteriormente passou a ser chamado de Itatiaia devido à Avenida Itatiaia, que cortava a região, hoje atualizada para Avenida Presidente Tancredo Neves. Os nomes das ruas e avenidas prestam homenagem

aos povos originários, os indígenas, com logradouros nomeados em tupi, dentro os quais, Itabira, Itaocara, Itaúna, Itacibá, Itatinga e Itamaracá.

Os relatos de migração dos dois entrevistados ajudam a começar a desvelar um aspecto importante da cultura histórica da cidade, que é a sua dimensão política. Existem infindas abordagens possíveis em relação à dimensão política da cultura histórica, mas neste caso, interessa-nos destacar aquela que versa sobre a constituição/construção de poder dentro da cidade a partir de seu desenvolvimento urbanístico, porque ele está profundamente ligado à busca de legitimação a partir de dispositivos próprios da dimensão cognitiva da cultura histórica: aquela caracterizada pela vontade de verdade, a ciência histórica *per se*. Mais uma vez retornamos a Jörn Rüsen (2010) e às suas contribuições acerca dos imbricamentos possíveis entre essas duas dimensões, cognitiva e política. Ora, segundo o autor, "não é possível pensar nenhum tipo de dominação cuja legitimação não recorra aos saberes históricos" (RÜSEN, 2010, p. 127). Os saberes históricos são acionados quando as vontades de poder se arvoram sobre a verdade, buscando construí-la e legitimá-la. "Os participantes do poder e da dominação estipulam suas relações mútuas ao longo do tempo com argumentos históricos, e as internalizam sob a forma de identidade histórica" (RÜSEN, 2010, p. 127), reforça o alemão, que continua:

> O efeito político do saber histórico pode ser demonstrado igualmente pelo exemplo da identidade nacional. Sem as forças cognitivas da formação histórica, a identidade nacional tende a se tornar uma relação mental interna e externa dotada de potencial agressivo nada negligenciável, que, sob determinadas circunstâncias, liberaria energia destrutiva. Com sua competência experiencial, interpretativa e de orientação, a formação histórica pode modificar a negatividade dessa forma bruta da identidade nacional [...]. Ao final de um tal processo de transformação da formação, ter-se-ia uma autoafirmação nacional que compreende a alteridade das outras nações como desafio para reforçar sua própria identidade pelo reconhecimento dessa alteridade (RÜSEN, 2010, p. 128).

É claro que o historiador aqui está se debruçando sobre o papel da formação histórica e dos saberes históricos na formação da identidade nacional. Aqui, a dimensão cognitiva entra em cena para atenuar e/ou positivar as relações de poder da dimensão política, através das transformações possíveis quando mobilizados os pensamentos

históricos exemplar, tradicional, crítico e genético. Caso contrário, a construção da identidade nacional seria tão somente a irrupção da barbárie. Mas o argumento encontrado na leitura do referido teórico reside justamente no papel importante e necessário da dimensão cognitiva para que a política se constitua legitimamente. O exemplo da construção da identidade nacional é absolutamente eficiente para pensarmos a construção dos bairros dos nossos entrevistados, os lugares que os receberam, ambos construídos, conforme sustentou Lustosa, enquanto estava o "progresso em marcha". Svetlana Boym (2017) já havia destacado essa característica do progresso quando aprofundou sua análise sobre o conceito de nostalgia. Segundo a linguista (BOYM, 2017, p. 158), a nostalgia moderna seria caracterizada pelo luto pela impossibilidade do retorno mítico e pela perda do País das Maravilhas, em minha livre paráfrase da obra de Lewis Carroll. Esta nostalgia dialogaria com o paradoxo do progresso, que é uma abstração que aponta para o futuro, mas – e aí justamente reside o paradoxo – escorado no passado sob o risco de, se não o fizer, perder a sua legitimidade.

Ora, a cidade que recebeu Casemiro e Danilo se apresentou a eles a partir de seus respectivos bairros, Centenário e Itatiaia, duas localidades que foram construídas como signo do progresso, e ambas profundamente associadas à construção de uma identidade nacional. A Itatiaia, com seus logradouros em tupi, prestava homenagens aos povos originários da terra, que estavam em praticamente em todas as ruas – ou não. Os indígenas que inspiraram a formação do bairro em nada lograram com os loteamentos ali estabelecidos. Eram senão uma sombra do passado, o vulto do que foi um dia o princípio de tudo, os embriões da cidade que, em meados do século XX, seria elevada ao estatuto da modernidade. Mas eles não estavam, de fato, no bairro. E grande parte da ausência indígena em Caxias, na Baixada Fluminense e em grande parte do território brasileiro se explica pela história que é celebrada pelo outro bairro, o Centenário.

O arranjo político que levou à Independência do Brasil, cem anos antes dos loteamentos de D. Francisca Tomé, em muito contou com o extermínio da população indígena, com sua dominação e com a imposição de valores ocidentais sobre sua cultura. Ora, ao reivindicar a presença indígena no bairro que aponta para o futuro, o que se faz é acionar a dimensão cognitiva para legitimar o processo de Independência do Brasil. O poder de seus proprietários é constituído a partir da identidade nacional. Algo de

semelhante ocorre com o bairro vizinho, Paulicéia, que adotou postura correlata ao nomear seus logradouros com os nomes dos Estados do Brasil. Mas não é só isso, na verdade; não é mera nomeação casual de ruas e avenidas. Trata-se da legitimação do processo de loteamento da cidade em pleno século XX a partir dos saberes históricos que remontam aos séculos passados. E é justamente por quê esses saberes são acionados durante "o progresso em marcha" característico do século XX que precisamente nos interessa.

Quando falamos da dimensão política no caso dos bairros de Casemiro e Danilo, estamos falando de jogos de poder – de poder econômico, sobretudo – que são definidos por aqueles que têm posições estabelecidas e boas relações políticas na cidade. Já foi abordado aqui sobre como se deu o processo de loteamentos dos bairros caxienses. É sabido que grande parte deste processo correu à margem da lei, com acordos ilegais, grilagem de terras, compra e venda de terrenos muitíssimo suspeitas. Não queremos aqui inferir que precisamente isto, esse complexo de fraudes e ilícitos, é o que se deu nos referidos bairros do Centenário e da Itatiaia, mas queremos destacar que seu desenvolvimento urbanístico não pode ser pensado senão pela lógica da dimensão cognitiva que subsidia a dimensão política, pois isso será importante na compreensão da Caxias dos anos da ditadura. Um exemplo desta conexão está na construção do bairro 25 de agosto segundo a narrativa de Danilo. É sabido que este bairro atualmente é considerado uma zona bastante elitizada da cidade. No contexto de formação do urbanismo caxiense, ele foi um dos primeiros bairros a receber as políticas públicas que asseguraram as condições mínimas de ocupação da cidade: saneamento, água encanada, transporte, energia elétrica etc. Para Danilo, contudo, a formação deste bairro teve a ver com a prática de distribuição de terras por um tal Barbosa, que era vereador na cidade, segundo suas lembranças.

> Éramos bem pobres, né. A gente morava num bairro que foi feito por um vereador chamado Barbosa. Ele distribuiu terra pra quem não tinha, nós fizemos nossas casas... [...] Foi antes de eu nascer que fizeram essa distribuição, ou seja, antes de 60, se eu nasci em 60 foi antes de 60. Essa foi a minha história. Os vizinhos eram pobres, mas solidários uns com os outros, um ajudava o outro, sempre foi assim.

Ora, a quem Danilo se refere, na prática? A Câmara Municipal de Duque de Caxias está atualmente na 19ª Legislatura (01/01/2021 a 31/12/2024). Até o fim da ditadura – na verdade, até o início dos anos 2000[107] – apenas um nome figurava como "Barbosa" na Câmara daquele município. Tratava-se de José Pedro Barbosa Filho, vereador eleito para a 4ª Legislatura (01/02/1959 a 31/01/1963) e reeleito para a 5ª Legislatura (01/02/1963 a 31/01/1967). Atualmente este nome figura como logradouro[108] no bairro Vila São Luís, localizado no 1º Distrito do município. A despeito de "Barbosa" poder ser um apelido absolutamente aleatório conferido a qualquer um dos vereadores do município, tudo leva a crer que se tratava mesmo de José Pedro. Aqui nos interessa menos o personagem em si e mais a relação que ele estabeleceu com as estruturas de poder do município, a ponto de virar nome de rua (processo bastante distinto daquele que homenageou nas placas expressões em tupi; aqui, temos um nome e um sobrenome, uma pessoa, portanto). E, além disso, cumpre aqui reforçar que a própria lembrança intacta – ou quase isso – a respeito do nome do político, nos impele a refletir sobre o papel de determinadas *pessoas* no estabelecimento das relações de poder. Friso *pessoas* porque quero contrapor o compromisso com as *pessoas* à filiação a *projetos* ou *ideologias*.

Barbosa foi um exemplo tópico e razoavelmente remoto, mas Caxias experimentou outras levas de casos em que o personalismo entrou como fator de construção e consolidação das estruturas de poder. Arvoro-me aqui a retomar o conceito de "personalismo" conforme abordado por Rodrigo Pato Sá Motta, ou seja, como um aspecto importante da cultura política brasileira e que, em nível micro, operava em Caxias através da mediação na concessão, na compra e na venda de lotes de terra. Ora, e por quê? Porque as pessoas aspiravam à dignidade. Em troca da dignidade, a gratidão, como tão bem aprofundado por Ângela de Castro Gomes[109] ao se debruçar sobre a relação entre Vargas e o mundo do trabalho, mormente sobre as trocas simbólicas entre o mandatário e os trabalhadores, a quem eram oferecidas benesses pelas quais estes manifestavam, de diversas formas, a sua gratidão.

---

[107] Um outro vereador com sobrenome "Barbosa", apareceria na Câmara apenas a partir da 14ª Legislatura, iniciada em 01/01/2001.
[108] Rua Vereador José Pedro Barbosa Filho, Vila São Luís, Duque de Caxias – RJ, 25065-080.
[109] GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo.** Rio de Janeiro: Vértice/Iuperj, 1988, p. 327.

Se as memórias de Danilo tiverem respaldo na história, o tal Barbosa era uma pessoa muito influente na cidade – tanto quanto na memória da família do entrevistado – responsável direta ou indiretamente pela concessão de terrenos em um dos bairros mais elitizados da cidade. Ainda que estejamos abordando a Vila Operária, que é a comunidade localizada nas imediações da 25 de agosto, a questão é que o que se revela neste episódio versa sobre uma estrutura de poder muito enraizada nas práticas clientelistas que caracterizaram as relações econômicas em Caxias desde muito cedo. A própria trajetória de Tenório Cavalcanti já sinalizava essa capacidade de as relações econômicas atravessarem as estruturas de poder.

O "Homem da Capa Preta" com sua "Lurdinha"[110], descrito pela historiadora Marlúcia Souza como "um forasteiro apadrinhado que se tornou administrador de extensas propriedades, sendo beneficiado como segurança e encarregado da obra de construção da rodovia Rio-Petrópolis" (SOUZA, 2002, p. 78), ganhou fama nacional pelo seu carisma e violência concomitantes, mas sua ascensão teve a ver com uma teia de influências ligadas aos grandes proprietários e a uma certa astúcia em perceber as transformações da realidade local[111]. Para muitos era visto como mediador e defensor das causas camponesas (SOUZA, 2002, p. 146 e 176), mas a história tem demonstrado seu profundo interesse nas grandes propriedades, principalmente considerando que ele era um grande beneficiário de atividades como a extração de lenha e a fabricação de carvão, ou mesmo a fiscalização de obras de grandes proporções, como a abertura de rodovias (SOUZA, 2002, p. 80).

Tudo isso para dizer que a história de Danilo é uma história de migração de uma família que precisou se amparar um uma estrutura prévia relacionada aos laços clientelistas e personalistas por uma questão de sobrevivência e/ou de superação (considerando, neste caso, a possibilidade de ascensão representada pela transferência do Centenário para a 25 de agosto). Não há como desprezar a cultura política que subsidiava as negociações na concessão e venda de terrenos no município. Portanto, ao evocarmos a

---

[110] Apelido conferido a Tenório Cavalcanti e à sua arma de fogo.

[111] Tenório Cavalcanti se aproximou do movimento de mulheres ao se dar conta de que essa fatia da população representava cinquenta por cento do conjunto do eleitorado. Esta aproximação pode ser exemplificada pelos elogios tecidos pelo político à Liga Feminina da Guanabara. Ver: SOUZA, 2002, p. 186 e Luta Democrática, 07/07/1962, p. 4.

dimensão política da cultura histórica, precisamos atentar – a exemplo da metáfora da lupa – que as relações de poder em Caxias (refiro-me aqui às relações dadas entre as lideranças locais e a população da cidade) são como os feixes de luz que ajudam a enxergar melhor as experiências daqueles que narram sua história. Quando olhamos as experiências narradas por Danilo, podemos identificar uma trajetória paulatinamente construída a partir de relações com o poder na cidade, quer seja com lideranças políticas (com Barbosa, por exemplo), quer seja com ícones da cultura popular ou seus familiares (por exemplo, a família do cantor Biafra).

> O cantor Biafra, ele tem um irmão e o pai dele era secretário de Comunicação Social na Prefeitura de Caxias no governo de Juberlan [prefeito de Caxias de 1985 a 1988]. Um dia ele me chamou e falou "[Danilo], vamos fazer um lanche lá, uma festa lá em casa que o Dego (irmão do Biafra) passou na faculdade".

Ora, não é qualquer morador da cidade que combina um lanche com o secretário de comunicação do município. Percebe-se aqui que a trajetória de Danilo reflete o caminho de alguém que teceu relações políticas importantes e, de alguma forma, construiu um lastro de ascensão e estabilidade social graças a elas. Talvez por isso tenha sido, dos entrevistados, aquele que foi menos incisivo quando da rejeição aos valores e princípios disseminados pela ditadura, porque ele sempre esteve em diálogo com o poder estabelecido (não necessariamente concordando ou compactuando, mas guardando a proximidade). Ao contrário, o entrevistado foi mesmo capaz de identificar pontos positivos naquele regime, alguns deles ligados à ausência de corrupção, por exemplo, mas outros ligados à questão de segurança e à estabilidade dos moradores – aqueles mesmos residentes que, poucos anos antes, se beneficiaram das negociações políticas com vereadores para conseguir facilidades para a aquisição de um terreno onde construiriam suas residências.

> Onde eu morava tinham muitos soldados militares. Como era ditadura, o soldado tinha uma patente de um sargento da PM, então eles eram muito respeitados. Quando havia um excesso da PM com o morador e tinha um soldado do Exército, o soldado ia lá e chamava a atenção do policial, então era uma forma de proteção também nossa. Mais uma vez eu digo, sou

> completamente contra a Ditadura, mas alguns aspectos nos ajudaram na comunidade carente.

Note-se aí a tensão entre o Policial Militar e o agente do Exército. O policial como o representante do Estado que cruza a linha do tolerável, que passa do ponto com o morador; e o agente do Exército, moralmente superior, representando a moderação encarnada porque estava em sintonia com o perfil dos moradores do bairro, portanto, oferecendo a eles a sua proteção. Quando Danilo olha para seu passado, seu olhar atravessa todo esse campo de experiências. A visão que construiu sobre a ditadura está em muitos pontos alinhadas à rede de apoios políticos que lhe garantiu ascensão e proteção na cidade, o que inclui também a sua trajetória profissional. Nesse sentido, é oportuno considerar o conceito de cultura histórica. Se é ele quem ajuda a compreender como o passado é explicado pelos sujeitos – ou seja, considerados os fatores explicativos para além daqueles que se assentam na historiografia e no saber científico – e se a cultura histórica é como uma lupa cujas lentes se constituem de experiências narráveis, ao iluminarmos a narrativa com o feixe ótico da cultura política caxiense, somos muito tentados a apostar na ideia de que é possível pensar em uma cultura histórica no município, de acordo com a dimensão política verificada na narrativa de Danilo, dado o fato de que o entrevistado forneceu elementos em sua narrativa que associam sua própria experiência a uma visão da ditadura no município, no mínimo, domesticada. Sua narrativa também é única por destacar – diferente dos demais – que no referido período as condições políticas e econômicas e, especialmente, a de empregabilidade, eram melhores. Sobre as relações políticas, ele pontua: “nos meus 16 anos, na época que eu comecei a acompanhar política, a política era um pouquinho mais honesta, vamos dizer honesta”. Quanto à economia, discorre: “não que seja a favor da Ditadura, eu sou completamente contra, mas eu acho que a economia na Ditadura era um pouquinho melhor. A gente conseguia viver um pouco melhor”. E, não sendo o bastante, conclui seu pensamento:

> Quem tinha condições de trabalhar, tinha emprego melhor, talvez até por conta da população ser menor, entendeu? Eu acho que é isso. Emprego tinha mais, eu acho que a distribuição de renda era um pouquinho melhor. Hoje em dia a distribuição de renda é muito concentrada a elite da política.

O caso de Casemiro é curioso porque antagônico ao de Danilo. Se este último demonstrou uma inclinação bastante pujante para os assuntos da política, a ponto tecer comentários bastante específicos – dentro daquilo que se poderia associar à dimensão cognitiva da cultura histórica, Casemiro assumiu para si a postura do sujeito apolítico, mesmo seu pai tendo algum tipo de imersão na organização sindical, posto que era trabalhador ferroviário e chegou mesmo a participar de algumas greves.

> Eu não esquento com regime militar, pra mim eles lá e eu cá, é que nem você, o cara vende a maconha dele lá, eu não vou comprar maconha dele porque eu não vou fumar maconha, então eles lá e eu cá. Eu fui apenas na época da aposentadoria que eu tenho por impressão que os documentos meu foi queimado, porque a gente viu tudo. Depois que eu vi mostrando a matéria com um monte de documento queimado, foi que eu falei.... De alguma forma esvaziaram tudo quanto foi documentação [...]. Olha, eu não gosto de participar nem desse negócio de eleição. Porque, olha, o pouco que eu conheço da política, o pouco que eu vejo [...]. E outra coisa, é muita criminalidade que tem no meio da política. A política é... você errou e nego tá querendo quebrar você logo. Continua a mesma coisa, não mudou muito não.

Existe, no caso do entrevistado, uma dimensão de resignação muito consciente e estratégica. A política em si é tratada como algo muito perigoso, onde pessoas podem ser prejudicadas se tomarem algum tipo de posicionamento neste universo. Nesse sentido, o melhor a se fazer é deixar que a política flua com seus mecanismos de reprodução do sistema, a despeito de se concordar ou não com eles, porque há um bem maior a ser preservado – em última instância – a própria vida. Ora, a resignação não é apenas um posicionamento apolítico, é uma estratégia de sobrevivência dentre muitas daquelas desenvolvidas pelos migrantes que vieram para Caxias e aqui se estabeleceram dentro de quadros de pobreza muito claros e, segundo Marlúcia Souza (2002, p. 210-211), intencionalmente projetados. A maioria desses trabalhadores precisava simplesmente sobreviver. O trabalho era a grande preocupação. No caso de Casemiro, é ele a condição que rompe com a resignação e faz com que o entrevistado venha a se importar com a ditadura. Ou seja, em que a ditadura foi importante para Casemiro? Por que esse período, na verdade, importa? Qual a grande questão que move o entrevistado a sair da comodidade de sua posição apolítica para tecer algum juízo sobre a história? O trabalho.

> Na mão do INSS depois eu descobri um negócio, que a documentação que a gente tinha antiga, os militares queimaram tudo dos trabalhadores. Tem uma vez que tava mostrando na televisão os documentos queimados [...]. Eu acredito que sim, porque sumiu tudo. Não tinha documento em lugar nenhum. Porque não é como se fosse só o meu, quase que toda pessoa que não tem a carteira assinada da época não encontra documento dele, se ele perder a carteira tem que fazer igual a mim.

E depois completa:

> Eu fui [me importar] apenas na época da aposentadoria que eu tenho por impressão que os documentos meu foi queimado, porque a gente viu tudo. Depois que eu vi mostrando a matéria com um monte de documento queimado, foi que eu falei.... De alguma forma esvaziaram tudo quanto foi documentação.

O que ocorreu com Casemiro é que ele perdeu um dos documentos mais importantes de sua vida: a carteira de trabalho. Ele literalmente perdeu a carteira, porque ela se desgastou completamente em razão da umidade e da água da chuva. Importante atentar para o fato de que era usual que os trabalhadores portassem as suas carteiras de trabalho cotidianamente. Isso lhe causou uma série de transtornos burocráticos que o levaram a um processo de aposentadoria muito turbulento e traumático. Durante esse processo, Casemiro constatou que o Estado Brasileiro não possuía registro de grande parte de sua vida profissional, o que agravou a situação do episódio do desgaste de seu documento. Foi então que precisou recorrer aos seus colegas de trabalho para que servissem como testemunhas de toda uma jornada dedicada ao trabalho nas empresas em que atuou. A constatação de que o Estado Brasileiro não possuía todos os registros foi associada a episódios noticiados pela imprensa onde documentos importantes teriam sido destruídos pelos militares após o fim da ditadura[112].

---

[112] O Estadão chegou a publicar em 12/12/2004 e a TV Globo também exibiu matéria sobre um episódio de queima de documentos que comprovariam que os militares vigiavam cidadãos brasileiros antes e depois da ditadura. O programa "Fantástico" revelou que apenas 78 documentos foram preservados da queima de documentos feita na Base Aérea de Salvador. O Ministério da Aeronáutica afirmou, na ocasião, que toda a documentação relativa ao período de 1964 a 1994 teria sido destruída no início de 1998, em um incêndio ocorrido no espaço do Aeroporto Santos Dumont, no Rio. Provavelmente o entrevistado associou este episódio ao sumiço de seus documentos profissionais que deveriam estar em posse do Estado Brasileiro. Ver: https://www.estadao.com.br/politica/documentos-da-ditadura-podem-ter-sido-queimados/. Acesso em: 30 nov. 2023.

A carteira de trabalho é, para Casemiro, o mesmo que a caligrafia é para Ana Maria: um signo importante da dimensão estética da cultura histórica. Através de um elemento palpável, concreto, sensível, o entrevistado lê o mundo, o passado e a história. Durante toda sua vida ele assumiu uma postura que se alinha a uma cultura política pautada na resignação como estratégia de sobrevivência. Jörn Rüsen (2010) afirma que ao se negligenciar a ciência e a política, "o sentido estético próprio da cultura histórica acarreta a irracionalidade e a despolitização da consciência histórica nos grupos sociais em que está constituído esteticamente" (RÜSEN, 2010, p. 130). É tentador pensar que isso se deu com Casemiro, ou seja, como o aposentado não teve formação suficiente que desenvolvesse a dimensão cognitiva do conhecimento histórico e se resignou politicamente, a consequência foi a apatia e a perda da capacidade de reflexão sobre o período da ditadura. O historiador alemão diz ainda que, nesse caso, "a alteridade do tempo torna-se ocasião de fascínio estético ou de uma fruição sem consequências para uma orientação realista da própria vida prática". E, de fato, Casemiro apresenta uma narrativa em que grande parte da experiência pretérita é traduzida através do fascínio pelo passado, de modo semelhante ao que ocorre com Ana Maria, ao se forjar em cima de uma imagem bucólica de Caxias substancialmente associada à categoria mítica Idade de Ouro. Assim ele descreve sua infância e adolescência em Caxias:

> [O rio Sarapuí] era limpo não, era maravilhoso. Você passava assim em cima olhava embaixo era cardume de peixe, tudo quanto era peixe... [...]. Rio Sarapuí, Rio Iguaçu, você olhava ali cardume de peixe enorme. [Isso começou a mudar] quando começaram a deixar fazer favela na beira do rio [...]. A primeira favela que foi construída bem mais na beira do rio aqui foi aquela de Vigário, do lado de lá de Lucas, aí começou a fazer ali e dali pra cá veio... de 1950 pra cá, 52, 53, assim.

E mais tarde, conforme a vida adulta se impunha, o fascínio estético se sobrepõe a uma análise mais crítica sobre a realidade do passado:

> De vez em quando a gente pegava o trem pra Petrópolis, a fábrica tinha uma outra lá em Itaipava, tinha uma que era a principal que era em Itaipava, a daqui era coisa, né. A gente pegava lá com o pessoal, com os colegas em Itaipava, e passava o dia lá em Petrópolis, Itaipava, lá em cima o dia todinho... Brincando

> lá com eles lá, conversando... tava nem aí. Pegava o trem, subia a serra, gostava de subir a serra porque a serra era muito bonita, aquelas maquinazinhas desdentada, subindo devargazinho, era divertido, você olhava as crianças na beira da coisa pedindo moedinha, tu joga moedinha pra eles né, aí ficavam assim na beira, entre a linha e a coisa assim, ficavam trepado ali em cima pra você dar moeda.

A importância com o passado se dá através do fascínio representado pelo reconhecimento de ter sido aquela época um momento áureo em que ideais de pureza, estabilidade e harmonia caracterizavam o período. Nesse sentido, a dimensão estética atrelada à experiência pessoal do sujeito com a cidade e com o território prevalecem sobre posicionamentos mais incisivos e críticos sobre dimensões políticas, como seria o caso da ditadura. Mas quando sua própria sobrevivência entra em jogo em razão da perda de documentos, o sujeito apolítico mobiliza o conhecimento histórico (o poder exercido pelos militares através do regime da ditadura) a partir de sua dimensão sensível (a carteira de trabalho) para encontrar orientação em relação ao passado – e também em relação ao presente (a conquista e o desfrute de sua aposentadoria). Aqui temos outro exemplo de como se dá a operação de constituição de sentido do pensamento histórico. Mais uma vez estamos diante de um jogo de instrumentalização mútua, conforme sinalizara (RÜSEN, 2010, p. 125), entre as dimensões estética e política.

#### 3.3.2.4. A terceira onda: Benedito, Euclides e Felipa

Mas o processo migratório para Caxias teve uma terceira onda, de acordo com a amostra de trabalhadores que estamos utilizando nesta investigação, ou seja, aquela leva marcada pela mudança para este município a partir da década de 1950, ou seja, no pós-emancipação, quando a cidade viveu o chamado “surto do progresso”, inflou a política de loteamentos de terras, embarcou no sonho da industrialização e da modernidade e terminou por colher os frutos de um crescimento muito conturbado e desordenado, que impactou as décadas de 1960 e 1970, com reflexos diretos nas décadas posteriores e que

se arrastam até o presente. É importante considerar que só os anos 1960 representaram na história de migração para a cidade aproximadamente 42% de todo o fluxo migratório, algo próximo de 80 mil pessoas (SOUZA, 2002, p. 210-211). Na nossa pesquisa, são três os entrevistados que compõem esta onda: Benedito, Euclides e Felipa. Comecemos, pois, com Benedito. Mineiro da cidade de Leopoldina, septuagenário, chegou em Caxias no ano de 1958. Veio morar no bairro da Prainha, que é um bairro do primeiro distrito, mas que era e ainda é favelizado. Veio criança, contava já quase dez anos quando chegou no bairro com seus pais. A família se mudou para morar na casa de um irmão mais velho do entrevistado.

> Eu sou natural de Minas Gerais, sou de Leopoldina [...]. Então, lá pelo meado de... 59, 58... foi depois da Copa do Mundo. Brasil campeão e a gente veio pro Rio de Janeiro, 58 eu já tinha meus 9 anos. O que aconteceu? A Copa iniciou, aconteceu a Copa e a gente veio, veio na época de São João, viemos no meado do ano, mês de maio, junho... aqueles negócios de bandeirinha, as crianças faziam aquelas caixotinhas pra vender bombinha, estalinho, aquele negócio todo. Então, a gente veio mais ou menos nessa época. Acho que era no mês de maio, depois vem junho, mês de festas juninas, aquele negócio todo, né. Meu irmão veio primeiro, morava aí, aí meu pai achou que ele estava passando dificuldades morando sozinho, sei lá, o entendimento do meu pai.

Após narrar o processo de mudança, o entrevistado contou sobre o processo de estabilização de residência na cidade:

> [Viemos] direto pra Caxias, aí fui morar na Prainha, da Prainha mudei para o Bar dos Cavaleiros, meu pai parou de morar com meu irmão e viemos morar no Bar dos Cavaleiros, aí como lá enchia muito, meu pai tinha uma prima que morava na Diamantina, ali perto do Corte-Oito, ali, subindo ali perto do Joãozinho da Gomeia, falecido Joãozinho da Gomeia, aí nós fomos morar ali, moramos um pouco lá, mas muita gente na casa dela, aí depois meu pai alugou uma casa perto de um outro primo da gente, que ele tinha lá uma meia água lá sobrando e aí a gente foi morar ali na Copacabana [rua e bairro do 1º distrito de Caxias]. Foi justamente na época que aconteceu esse interveio aí e aí depois a gente ficou sem entender o que que aconteceu.

A cidade de Leopoldina faz parte do conjunto de cidades mineiras localizadas nas proximidades do Noroeste Fluminense e do Espírito Santo de onde partiram muitos dos que atualmente compõem a população da cidade, como já foi exaustivamente abordado

ao longo da tese. Benedito é fruto desse contingente populacional que viu ruir suas expectativas de vida no interior e passou a observar com atenção e esperança as mudanças que estavam em curso na capital. O episódio da migração da família do entrevistado segue a estratégia comum àqueles que saíam dos interiores em direção aos centros urbanos: primeiro migrava uma parte da família, geralmente um homem, para criar as condições econômicas e sociais para prover a transferência dos demais integrantes do núcleo familiar. No caso de Benedito, o responsável por esse processo foi seu irmão mais velho. O rapaz foi até Minas buscar os demais membros da família, e já tinha previamente garantido ao pai as condições mínimas para se estabelecer em sua nova morada, ou seja, um emprego. Para o entrevistado, algo que representou um movimento de ascensão, afinal seu pai era lavrador nas roças mineiras, além de artesão, cesteiro, oleiro, entre outros ofícios que eram necessários para permitir que a família sobrevivesse em Minas Gerais. Nesse sentido, Caxias representava não apenas um futuro, mas um presente promissor, com um emprego em uma fábrica que permitia ao homem trabalhar apenas até sexta-feira, descansar no final de semana e retomar as atividades na segunda-feira. Ao que parece, na roça o descanso de fim de semana não era possível.

Porém, a rigor, o irmão de Benedito não foi o desbravador da possibilidade de futuro em Caxias. Antes dele há havia uma prima de segundo grau que já teria conseguido se estabelecer na cidade em anos anteriores, mas em outro bairro, o Corte-Oito, bairro imediatamente vizinho ao Centenário, aquele bairro que abrigou a família de Danilo. E a dita prima parecia abrigar outros parentes ou conhecidos, afinal havia “muita gente na casa dela”, o que para o pai de Benedito parecia ser um problema, pois esse parece ter sido o grande problema em relação a morar com o filho; sua casa era, na verdade, uma casa compartilhada com uma outra família, que vivia na outra metade da residência. Isso traz uma informação importante do ponto de vista histórico, que é uma certa correspondência entre as ondas migratórias e uma rede de solidariedade que se alimentava diacrônica e sincronicamente.

Existiam ligações de parentesco que se tornaram fundamentais para consolidar as famílias na cidade. Eram essas redes de familiares que atravessam as gerações e aproximavam, ao longo dos anos, os interiores dos centros urbanos, através do processo de migração. E depois atuavam diretamente como apoio para que os migrantes se

estabelecessem no novo território. O efeito comum diretamente ligado a esse processo pode ser observado na narrativa de Benedito, a saber, a peregrinação residencial nos primeiros anos após a migração. Apenas no caso do referido entrevistado, temos os seguintes movimentos: a) de Leopoldina (MG) para a casa do irmão do entrevistado, na Prainha (Caxias); b) da Prainha para o Bar dos Cavaleiros; c) do Bar dos Cavaleiros para o Corte-Oito, na casa da prima de segundo grau; d) do Corte-Oito para a Copacabana, próximo da casa de outro primo; e) da Copacabana para o Parque Beira-Mar (próximo à 25 de agosto) e; f) do Beira-Mar para o bairro Doutor Laureano, onde se consolidou e constituiu família.

A mudança para o Parque Beira-Mar, bairro vizinho à 25 de agosto, coincide com a época em que a família de Danilo recebeu de Barbosa um terreno. No caso de Benedito, sua família ouviu dizer que estavam liberando terrenos naquele bairro, e seu pai conseguiu um pedaço de chão de modo bastante similar ao narrado por Danilo. Bendito conta que "teve esse aluguel, depois fui pra prima lá no [Corte-Oito], sem pagar. Aí viemos pros primos do lado de cá [da Copacabana] sem pagar, aí eles estavam liberando uns terrenos ali no Beira-mar, aí meu pai [...] arrumou um terreno lá". O fato se deu provavelmente em 1963, segundo o entrevistado. Ele ampara-se no evento da Copa de 1962, quando a família morava na outra localidade, e localiza o episódio do terreno do novo bairro em momento posterior ao campeonato mundial. O período que se seguiu ao ano de 1962 foi de uma presença muito forte das forças coercitivas do Estado, devido ao episódio do saque de 1962, que será melhor trabalhado mais à frente. A memória do levante era presente, por isso, a possibilidade de uma nova revolta popular precisava, a qualquer custo, ser dizimada.

Mais uma vez retomo o conceito de cultura política brasileira, desta vez, para tratar de outra dimensão, que é a da *conciliação*. Ao saber que "estavam liberando uns terrenos ali", o que Benedito estava prestes a acompanhar era justamente a prática conciliatória característica da cultura política brasileira, conforme sustenta Rodrigo Pato Sá Motta. Segundo o historiador, "a conciliação foi uma estratégia dos grupos dominantes para construir estruturas de poder estáveis para evitar rupturas revolucionárias" (PATO SÁ MOTTA, 2018, p. 116). De um lado, interrompe-se o ciclo de peregrinação residencial daqueles que, como Benedito, precisavam morar de aluguel, em casas compartilhadas ou

emprestadas por parentes; de outro lado, garante-se o silêncio dos potenciais revoltosos a partir da concessão de um benefício capaz de assegurar a essa população condições mínimas de dignidade e sobrevivência.

A peregrinação residencial de Benedito pode ser traduzida como trajetória de superação da instabilidade amparada numa rede de solidariedade que atuava de maneira estratégica para garantir a sobrevivência de quem dela participava. É importante traduzi-la em termos gerais porque essa trajetória de superação da instabilidade parece não ter se reproduzido apenas na busca do novo lar, mas também na construção de uma carreira profissional. O que ocorre é que, de modo incrivelmente semelhante, a peregrinação que a família de Benedito experimentou de casa em casa se refletiu na experiência de Benedito de emprego em emprego, e isso não parece ter sido uma exceção. Benedito se somava aos muitos migrantes que, vindo dos interiores, se caracterizavam por não possuírem mão-de-obra qualificada. Essa condição foi paulatinamente sendo superada pelo entrevistado e muitos de seus contemporâneos à medida que buscavam cursos de qualificação profissional para que pudessem exercer seu ofício com a vantagem da formação técnica. No caso de Benedito, isso ocorreu após peregrinar entre muitos "bicos" no Rio de Janeiro. Até que decidiu matricular-se no SENAI[113]:

> Aí trabalhei uns sete anos lá, aí fiz um SENAI, fiz um curso de Rebobinamento de Motor no SENAI, e comecei a arrumar serviço para trabalhar até que eu consegui me profissionalizar trabalhando numa empreiteira na Fábrica Nacional de Motores [...]. Eu queria fazer o curso de desenho, aí eu fui pro SENAI fazer curso de Desenho, mas só que o curso já tinha começado [...], aí pra poder esperar terminar o curso, ia levar um ano e pouco, mais ou menos [...] pra eu poder começar na turma nova, aí eu falei assim "Que que tem pra fazer aí?", "Ah, tem uns cursos aqui, tem Rebobinamento de Motor, Eletricista e Instalador, Eletricista de Rádio e Televisão...", é, esses três cursos. [...]. Aí eu falei assim "Ah, vou fazer esse negócio de rolamento de motor", porque eu tinha um colega que tinha me dado um toque, porque ele trabalhava na firma que eu trabalhava, ele falou que queria sair e que era pra *mim* fazer esse curso, que ele ia sair e passava pra mim ficar na vaga dele.

[113] Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.

As redes de solidariedade precisam ser consideradas mais uma vez. Em um contexto de carestia, desemprego e exploração, as amizades eram fundamentais na indicação de postos de trabalho. O que ocorreu com Benedito neste caso foi o mesmo que se deu com Ana Maria, que chegou ao seu posto de trabalho por meio de uma indicação de alguém que sairia para outro emprego; ou também com Casemiro, que precisou deles, seus companheiros de passeios de trem para Petrópolis, como testemunhas no processo de aposentadoria; ou de Euclides, que através dos contatos pôde trabalhar mais perto de casa para poder estudar. Essas relações de amizade associadas ao trabalho jamais saíram da memória dos entrevistados. Enquanto nas médias e altas estruturas os acordos eram estabelecidos para a tessitura das alianças políticas, no baixo clero do mundo do trabalho, eram os amigos o suporte fundamental para garantir uma indicação a uma vaga de trabalho e, com isso, o sustento de suas famílias.

> Eu tenho um curso do SENAI, eu tenho dois anos de ajudante de oficina fazendo serviço para várias firmas, motor pequeno, motor grande. Aí eu tô pleiteando essa vaga". [...]. Eu só sei que eu ganhava, mais ou menos uns dez cruzeiros por hora como ajudante. Aí passei pra doze cruzeiros no meio oficial, aí peguei e falei pra ele assim "Olha, eu ganhava doze cruzeiros no meio oficial, mas eu tô pleiteando a vaga de profissional, eu quero ganhar dezessete cruzeiros", ele mandou eu botar o valor, aí eu botei dezessete cruzeiros. [...]. Aí ele pegou, olhou, olhou, olhou... "Olha só, eu tô indo lá... não é pra trabalhar aqui, não, é pra trabalhar lá em Caxias", aí eu falei "Não, eu conheço Caxias, moro lá", falou "Você mora em Caxias?", "Moro!", "Ah, então vou te levar, vamos de carona comigo que eu vou pra lá, vou lá na FNM, sabe onde é?", "Sei", "Então vamos lá". Vim conversando com ele, ele pegou e falou assim pra mim "Olha só, você vai fazer um teste, se você passar eu assino como profissional, mas o valor do seu salário eu não posso pagar os dezessete, meus funcionários ganham dezesseis e vão ganhar dezessete, já trabalham há muito tempo com isso, eu posso te pagar catorze, assino tua carteira e pago catorze cruzeiros por hora", falei "Tá feito, fechado". Eu ganhava catorze, ficou catorze e assinado como profissional e pra trabalhar perto de casa, em Caxias? Eu não tava perdendo muito, não, e depois de carimbar na carteira como profissional, aí eu vejo o salário.

Foi graças a esses vínculos de amizade que Benedito conseguiu ascender em sua qualificação profissional, de forma a ter lastro técnico e experiência para conseguir negociar de maneira estratégica a possibilidade de trabalhar perto de casa, na Fábrica Nacional de Motores, como no trecho da transcrição acima. Destacamos a estratégia de negociação também como mais uma tecnologia de sobrevivência de quem era pobre e

trabalhador em Caxias. Ou seja, Benedito ganharia menos, mas trabalharia perto de casa, e ainda teria a carteira assinada em uma categoria superior.

> Aí [da empresa Eotron Manutenção de Equipamentos Elétricos] eu passei para a Fiat. A minha carteira não foi assinada como FNM, porque a Fiat já tinha pegado, então eu fiquei lá na Fiat. Eu trabalhei cinco anos, aí depois, como a intenção da Fiat era paralisar a fabricação de motor de caminhão [sic] e queria implantar o caminhão deles, né, da Fiat, então eles queriam parar a FNM, porque a FNM tava dando problema pra venda deles lá fora. Aí eles vieram, que é italiano, né, veio aqui, conversou o governo e... Foi na época que teve greve. Depois, quando eu tava na Fiat teve greve [...]. [Isso foi em] 83, 82, por aí. Foi quando o Lula começou aquele negócio lá de São Bernardo do Campo que foi quando se meteu, assim, com esse negócio de política. [...]. A Fiat que eu peguei de 79 até 84. Aí depois, quando eu saí fiquei por aí, abri uma oficina, fiquei um ano, mas aí a crise bateu de novo, aí eu fui trabalhar com um cara que eu trabalhei pouco tempo antes de ir para a Fiat.

Não é pouca coisa a conquista de seu novo posto de trabalho na Fiat, sobretudo se considerarmos dois fatores, um de ordem pessoal/individual e outro de ordem social/coletiva: no nível pessoal, o emprego na Fiat permitiu ao entrevistado sonhar um *horizonte de expectativas* para si, usando aqui uma expressão bastante conhecida na historiografia rüseneana, como o casamento e a construção de sua família. No nível coletivo, uma carteira assinada numa categoria superior permitiu ao trabalhador assegurar aos agentes do Estado (ou quase) que não estava dentro da categoria da *vadiagem*, motivo pelo qual muitos eram abordados, agredidos, presos ou "desaparecidos" durante a ditadura iniciada em 1964. Mas para além da sua aventura profissional pessoal e estratégica na conquista de seu novo emprego, o relato de Benedito é interessante porque o coloca como testemunha ocular do processo histórico de privatização na FNM, ocorrido durante aquela ditadura. A historiadora Marlúcia Souza aborda o tema ao tratar da relação entre a ditadura e os impactos à classe trabalhadora na esfera econômica, tomando de exemplo o caso da FNM/Fiat:

> Silêncio, fraudes e privatização são marcas deixadas pela ditadura. Em 1968, a FNM foi privatizada, passando para a Alfa Romeu, em meio à revolta dos trabalhadores e ao inquérito aberto para apurar a existência de fraudes. Em 1976, a fábrica passou para o domínio da Fiat, e os operários iniciaram a convivência com a racionalização da produção, a automação, a intensificação

> dos ritmos de trabalho e a hiperexploração da força de trabalho (SOUZA, 2002, p. 209).

As empresas de ponta da cidade, recentemente instaladas no curso do "surto de progresso", não contratavam trabalhadores com baixa qualificação; buscavam mão-de-obra que vinha de fora. No caso da Fiat, a mudança da estatal para a empresa italiana possibilitou, de alguma forma, a contratação de um novo perfil de trabalhador – qualificados o suficiente para serem admitidos na renomada empresa mas vulneráveis o suficiente para entrarem no ritmo acelerado de trabalho e se submeterem à hiperexploração, conforme sustenta Marlúcia Souza (2002), como parece ter sido o caso de Benedito. Os trabalhadores caxienses não qualificados majoritariamente vagavam de emprego em emprego nos postos de trabalho oferecidos, especialmente, no Rio de Janeiro – ou Estado da Guanabara, se nos limitarmos aos anos 1960 e à primeira metade dos 1970. Um dos poucos setores de Caxias que absorvia a mão-de-obra não-especializada migrante era o comércio, daí a relevância da Associação Comercial de Caxias, tão atuante nas relações políticas e nos jogos de poder durante a ditadura, ou antes dela, quando do episódio do grande saque de 1962. A esse respeito, é interessante a abordagem de Marlúcia Souza, quando a historiadora afirma que:

> Todos os dias, chegavam mais trabalhadores em busca de emprego e se alojavam como podiam, onde as condições de vida eram péssimas. Ainda nos anos 60, no relatório do Plano de Desenvolvimento Local Integrado, produzido por M. Roberto Arquitetos, Caxias aparece como um local privilegiado para o investimento econômico, devido à sua proximidade com o Rio de Janeiro, pela existência de áreas disponíveis e baratas, pela facilidade de se obterem isenções fiscais e abrigar o polo petroquímico (SOUZA, 2002, p. 210).

Ao analisar o relatório do Plano de Desenvolvimento Local Integrado[114] de Duque de Caxias, produzido em 1969, a historiadora pontuou que o documento destacava Caxias positivamente devido à sua localização geográfica, ou seja, próxima à Guanabara e, ao

[114] "Plano de Desenvolvimento Local Integrado". Duque de Caxias, RJ: M. Roberto Arquitetos, 1969, v. III, p. 3. Apud Souza, 2002, p. 210-211.

mesmo tempo, desqualificava a população da cidade, tipificando-a como portadora de "limitadas condições de assimilação". Nesse sentido,

> O relatório apontava para o fato de que a atração do capital para Caxias se dava, sobretudo, pelas condições geográficas. Nele, havia também o preconceito, que classificava a população como pobre e portadora de condições limitadas de assimilação. Contudo, isso não atrapalharia os investimentos; ao contrário. A mão-de-obra especializada vinha de fora e a mais barata era farta (SOUZA, 2002, p. 211).

A historiadora segue categórica, amparada na tese de José Cláudio de Souza Alves[115], ao associar a formação desse conjunto enorme de trabalhadores com baixa qualificação ao contexto da ditadura militar em Caxias, não como mero acaso, mas como *modus operandi*, ou seja, era parte do projeto de poder a formação de um núcleo demográfico extremamente precário quanto à qualificação, de modo que pudesse servir aos comerciantes locais cada vez mais associados às estruturas de poder – principalmente ao poder de fogo, dadas as circunstâncias em que se formaram os grupos de *playboys*, de seguranças privados e de justiceiros associados à proteção do comércio na cidade – mas também, e predominantemente, aos postos de trabalho mais subalternizados no Rio de Janeiro/Guanabara.

Esse conjunto significativo, mas invisibilizado, é precisamente aquele que estamos tentando alcançar com este estudo, isto é, não objetivamente aqueles trabalhadores sindicalizados e organicamente politizados que tiveram suas vozes silenciadas quando do alvorecer do regime dos generais, mas aqueles que foram eles mesmos formados sob a lógica do silêncio. E isso só era possível porque era necessário a esses trabalhadores, antes de tudo, sobreviver. Eis aqui o importante papel desempenhado pelas ondas migratórias no contexto da ditadura militar em Caxias! Elas serviram como combustível ao silêncio – o que era cotidianamente lembrado à população do município por meio de rondas noturnas e da vigilância coercitiva do trabalhador, conforme se verá mais adiante (SOUZA, 2002, p. 211).

---

[115] ALVES, José Cláudio de Souza. **Baixada Fluminense: A Violência na Construção do Poder.** São Paulo: USP, 1998. Tese de Doutorado.

A trajetória de Euclides também conheceu experiências ligadas à vigilância e ao controle dos agentes do Estado sobre os trabalhadores durante a ditadura. Seu caso, contudo, é um capítulo à parte, porque o entrevistado transcendeu a condição de trabalhador do setor de serviços para ser um operário intelectual, um agente educador, professor de outros professores na área de história. Mas isso não anula e nem inviabiliza o trabalho junto às memórias pessoais que o entrevistado traz à sua narrativa. Ele também pertence ao processo de migração que caracterizou a cidade de Duque de Caxias no século XX. Este processo é narrado pelo entrevistado nos seguintes termos:

> Eu sou da primeira geração dos que nasceram na cidade de Duque de Caxias. Eu nasci nos anos 60, no ano de 1963. Meu pai e minha mãe, como uma boa parte dos pais e mães e avós de Caxias e da Baixada, vieram dos interiores, para fazer essa cidade, construir essa cidade. Os dois vieram do Noroeste Fluminense. Chegaram aqui em 1958, meu pai primeiro e minha mãe em 1960, num bairro chamado Doutor Laureano, à época, Vila Caetano Madeira. Um desses loteamentos periféricos desprovidos de tudo, nem arruamento tinha, nada, nada, quando meu pai chegou aqui. Eu nasço em 63 e passo a minha primeira infância nos anos 60, até os anos de 1970, vendo os moradores do bairro sobreviverem naquelas condições difíceis.

Os pais de Euclides vieram do Noroeste do Estado do Rio de Janeiro na transição dos anos 1950 para os 1960. O modelo se repete: primeiro os homens para pavimentar o terreno, depois os demais membros da família. No caso de Euclides, seu pai chega em 1958 e sua mãe em 1960. O pai de Euclides trabalhou no setor de serviços, seguindo a estratégia de peregrinação profissional, e parte dela teve a ver com os estudos que lhe permitiram a formação na área da saúde, tornando-se referência no bairro, que era carente de profissionais desse setor. A narrativa de Euclides, portanto, desde o início aponta para a área da educação como fator diferencial na sua história de vida.

Esse exercício de memória, é claro, não pode ser lido de modo ingênuo. A memória, com suas paixões, está em consonância com as demandas do tempo presente. Fernando Catroga (2001) e tantos outros historiadores que se dedicam aos estudos da memória pontuam sobre a importância de se libertar do ideal de pureza da memória, como se ela fosse simplesmente uma reprodução ipsis litteris do passado. O historiador português nos lembra de que a memória "não é um armazém que, por acumulação, recolha

todos os acontecimentos vividos por cada indivíduo, um mero registo; mas é retenção afetiva e "quente" do passado feita dentro da tensão tridimensional do tempo" (CATROGA, 2001, p. 20).

No caso do entrevistado, que é um historiador local renomado e reconhecido por seus pares, parece ser importante destacar a educação como algo que, desde os tempos remotos, indicava seu próprio destino, numa espécie de rememoração do futuro passado[116]. Essa conexão de temporalidades entrecortada e intermediada pela educação também caracteriza o modo particular com que Euclides constrói sentido para sua própria narrativa, interpretando a sua própria experiência à luz das demandas do presente, e orientando o seu agir no momento mesmo da entrevista, ou seja, selecionando conscientemente (ou não) os termos que poderão lhe qualificar como um homem trabalhador caxiense que se constituiu enquanto um intelectual de esquerda no próprio município em que nasceu. Alguns outros trechos de sua narrativa podem exemplificar como isto se deu:

> Meu pai chega aqui e vai trabalhar em serviços básicos, em restaurantes, em bares, trabalho de limpeza. E aí vai tentando construir oportunidades. Ele estudava de noite, evidentemente em condições muito difíceis, meu pai tinha uma deficiência física em uma das pernas, o que tornava a situação dele de trabalhador braçal ainda mais difícil. Mas ele apostava muito na *capacidade de entendimento* que ele tinha, na *vontade de estudar*. Isso virou uma marca da família, porque também é outra marca das famílias que ainda guardam suas lembranças ancestrais de seus avós, *o valor da educação* [grifo nosso].

Em outro trecho, dedicado à sua infância, o entrevistado mais uma vez traz no mesmo contexto a situação de pobreza extrema e a vocação para os estudos:

> Meu pai, por exemplo, tem uma coisa que é muito simbólica pra mim que meu pai não comprava sapatos, os sapatos do meu pai eram todos furados e aquilo, no começo me incomodava, mas depois eu nem precisei perguntar, eu entendi

[116] Destaco aqui a expressão presente na obra de Reinhart Koselleck, que aprofundou investigação a respeito de como o futuro era esperado, aguardado ou projetado em épocas passadas. De sua análise, decorrem os conceitos de "campo de experiência" e "horizonte de expectativa". Ver: KOSELLECK, Reinhart; MASS, Wilma Patrícia; PEREIRA, Carlos Almeida. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos.** Contraponto Editora, 2021.

> o porquê, porque a renda familiar não permitia. *Ou ele comprava livro pra mim*, pra eu *estudar*, porque à época eu estudava no ensino particular, porque a rede pública era terrivelmente desprovida de qualquer condição. *Ou ele comprava livro* pra mim e pagava a minha mensalidade, a minha e da minha irmã, e depois do meu irmão, ou ele comprava sapatos. Isso é muito forte na minha cabeça [grifos nossos].

Interessante também é entender o lugar que a dimensão política da cultura histórica ocupa na narrativa de Euclides. Em muitos momentos o entrevistado traz à baila episódios em que jogos locais de poder se tornam o epicentro dos acontecimentos históricos, mas um, em especial, merece aqui ser destacado, justamente porque está atravessado pela constituição de sentido do passado a partir da vocação do entrevistado para os livros e para a educação.

> A vida política era o vereadorzinho que arrumava um emprego, que arrumava uma vaguinha na escola, bolsa, muito comum nos anos 70, 80, o Alexandre [Marques] estudou isso muito no texto dele, as escolas particulares crescerem, os donos da escola enriquecerem, virarem vereadores [...]. O que quebra isso com muita valentia é a luta do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação a partir dos anos 80 em Caxias, o SEPE, ele vai confrontar duramente isso [...].

E complementa em seguida:

> Eu, por exemplo, estudava em escola particular com bolsa de cinquenta por cento, porque um vereadorzinho da área dava. Todo ano minha mãe tinha que ir lá comigo naquela fila, fila dos pobres deitados lá, e o cara tirava uma onda, porque demorava umas três horas pra você ser atendido. Aluísio não sei das quantas. "A senhora quer uma bolsa?", minha mãe, coitada, na humildade, com aquele constrangimento, "é, Seu Diretor", "Peraí", e dava mais uma meia hora ali. E o pessoal enchia o filho da puta de voto, ele deve ter se elegido umas quatro, cinco vezes... esqueci o nome dele.

Mais uma vez é preciso evocar o conceito de cultura política brasileira a partir de seus dois aspectos: personalismo e conciliação. No caso de Euclides, fica muito claro que a sua condição social e econômica só poderia ser superada se cedesse aos interesses políticos, associados tanto ao personalismo do vereador quanto à conciliação que harmoniza e ordena, evitando revoltas a partir das benesses. Graças aos benefícios

concedidos graças à humilhação de sua mãe e de muitas outras famílias tão pobres quanto, o entrevistado conseguiu estudar em uma escola particular. Os xingamentos que irrompem de sua narrativa demonstram seu posicionamento político atual a respeito de sua história, como uma espécie de furor represado pela condição em que se encontrava no passado, mas que agora lhe permite expurgar o trauma a partir do proferimento de palavrões que desqualificam o vereador da cidade, também reduzido em valor na narrativa de Euclides à medida que este emprega o diminutivo para qualificá-lo como apenas um "vereadorzinho". A mesma associação entre pobreza e estudos se repete, dessa vez para tratar da juventude e da conciliação entre trabalho e faculdade:

> Eu trabalhei em supermercado, em lojinhas, um dos empregos mais estáveis foi na rua da Alfândega, que eu trabalhei em loja de presente, e aí no começo dos anos 80, eu entrei na primeira faculdade, trabalhando na rua da Alfândega, aí se encontra com aquelas relações que você vai com serviço, sendo um bom funcionário... ser bom funcionário é fazer tudo que o patrão quer e não reclamar, né. E aí, eu viro, vamos dizer assim, admirado pelo patrão... uma tradição familiar também, os nossos pais vão ensinando a gente a ser um bom funcionário, no sentido de você fazer tudo e não reclamar de nada, de preferência fazer mais do que tudo, não é ser exatamente um puxa saco, mas é você ser, digamos assim, preso àquela lógica do esforço máximo, e isso, no meu caso, esse patrão, ele era português ele vai "facilitar" minha relação com minha primeira faculdade.

Nesse último trecho fica bastante evidente a aproximação entre Benedito e Euclides, no que diz respeito às estratégias da classe trabalhadora para conquistar a estabilidade e interromper o ciclo da peregrinação residencial ou profissional. Essas estratégias não desaparecem quando o trabalhador dá início a uma jornada intelectual, ao contrário, sua jornada aumenta, dobra, triplica, porque além de sobreviver, o trabalhador precisa se empenhar no desenvolvimento de suas competências intelectuais, o que o move em direção às correntes ideológicas que o orientam quanto à sua origem:

> Era um triângulo territorial terrível: eu saio de Caxias, vou pro Centro do Rio, trabalho o dia inteiro, pego o trem, vou pro Méier, dez horas da noite termina a aula, a aula termina dez e vinte, aí eu ia pro ponto pegar ônibus [...] e quando chegava aqui em Caxias era dez pra meia-noite, no Centro [de Caxias], ainda tinha que vir pra Laureano, pegar o último ônibus que saía pra ir pra Laureano [...]. Aí chegava meia-noite e vinte, meia-noite e trinta em casa, comia a comidinha que minha mãe tinha deixado lá pra mim, tadinha, e uma hora da

> manhã eu ia dormir pra acordar cinco, cinco e meia, seis horas, porque eu tinha que pegar o ônibus [novamente]. [...]. Mas aí no ardor da juventude você se sentia importante, né, porque a lógica do trabalho, que dá importância ao homem, eu não me cansava, só que quando eu começo a estudar Economia, eu começo a me aproximar das leituras políticas, e para o azar dos conservadores de hoje em dia, [eu me tornei] um intelectual de esquerda.

No caso de Euclides, através de sua narrativa, o desenvolvimento de suas competências intelectuais ilustra a associação entre vocação para estudos e a origem de classe, e incorpora a possibilidade de transcendência da situação de pobreza através da educação e da intelectualidade:

> Eu por exemplo, quando cheguei na faculdade de Economia, os professores de esquerda tinham sido todos exilados, então se pegava lá um monte de filho da puta de direita que fazia aquela Economia clássica, né, e não era isso que eu queria aprender, eu queria aprender a Economia Política. Aí eu rodei o Méier inteiro atrás de bibliotecas públicas para achar *O Capital* do Marx, para mim ler. Eu não ia achar, final da Ditadura, nego tinha sumido com tudo, mas eu achei um perdido numa biblioteca pública do Méier [...]. Eu quase desisti de ser de esquerda, porque [quando eu] achei *O Capital*, falei "Pô, agora eu vou virar o cara, né, agora eu vou explodir", e aí comecei a ler. Na terceira página desisti, não entendia porra nenhuma que tava escrito ali [Risos]. Não tinha nada a ver aquela porra. Falei "Pô, caramba, como é que pode? Meu sonho tá indo por água abaixo, pensei que ia me apropriar desse pensamento revolucionário" [...]. Um pobre coitado, mora em Caxias, tinha estudado nuns coleginhos vagabundos pra caramba, tava lá na faculdade de Economia clássica que ninguém ensinava porra nenhuma, nego só ensinava a fazer livro de contabilidade, como é que você vai encarar um livro daquele? Eu fiquei numa frustração, cara [Risos]. Ainda bem que consegui superar minha frustração e fui avançando. Mas era muito interessante, porque você vivia no sacrifício, né, na luta.

Seria demasiado precipitado pressupor, a partir das narrativas supracitadas, que durante a sua adolescência Euclides tivesse o esclarecimento e o conhecimento específico sobre a história de Caxias e do mundo, de suas disputas e ideologias, da relação da cidade com a política do Brasil, das conexões entre os poderes locais e a história nacional. Porque é próprio de seu ofício, Euclides desenvolveu como trabalhador as competências do saber científico para a compreensão do passado da cidade, e essas competências caracterizam a dimensão cognitiva da cultura histórica da qual, atualmente, o próprio entrevistado é parte, porque produz conhecimento sobre esse passado. Sua narrativa apresenta uma miscelânea de fontes memoriais e saberes provenientes de uma formação acadêmica que o qualificou

para ler o passado de si e da cidade a partir de referenciais científicos. Quando ele cita as práticas clientelistas da cidade, ao falar da concessão das bolsas, ele mobiliza sua própria história pessoal para dizer que “O que quebra isso com muita valentia é a luta do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação a partir dos anos 80 em Caxias, o SEPE”. Assim, temos que o conhecimento acadêmico produzido sobre a cidade emerge em sua narrativa em trechos como aquele em que o entrevistado relata a oferta de bolsas de estudos nas escolas particulares de Caxias, onde lembra que “o Alexandre [Marques] estudou isso muito no texto dele, as escolas particulares crescerem, os donos da escola enriquecerem, virarem vereadores”, ou então em outros como:

> Isso é uma herança da Ditadura Militar, né, terrível. A tortura e a matança é uma herança dessa ideologia da violência da Ditadura Militar. Impor a violência como sistema [...]. A maior parte desse eram a polícia mineira [...] porque eles eram habilitados a usar arma, inclusive. Os guardas noturnos, os informantes, a maior parte deles dos bairros, ou policiais militares mesmo, também viviam sobre condições salariais terríveis, se associavam aos comerciantes e todo mundo ganhavam com essa "associação" [...].É basicamente esse modelo, essa mistura de comerciantes locais com esse segmento armado de baixo escalão que tem acesso à arma, porque nos anos 80 não é tão fácil ter acesso a arma como tem hoje, infelizmente, ainda mais agora com o bolsonarismo que ele colocou um milhão de armas na rua.

A leitura que o entrevistado faz do passado de si e da cidade não se dá apenas por suas memórias, mas, sobretudo, pela capacidade que ele teve de mobilizar os conhecimentos científicos propriamente ditos para compreender, no caso do excerto acima, a relação entre a ditadura civil-militar e a criminalidade em Caxias. Neste pequeno trecho ele mapeia as condições socioeconômicas na cidade; identifica grupos estratégicos importantes no controle social (como os guardas noturnos e os comerciantes); guarda a historicidade dos anos 1980 quando aborda o acesso às armas de fogo; e, sobretudo, empenha a capacidade de tecer conexões entre passado e presente a partir do recorte da violência. Esta é uma leitura muito própria de quem possui instrumentos cognitivos refinados a respeito do passado. Euclides não é o único a se valer desses instrumentos, mas é o que, de longe, possui maior capacidade de mobilizá-los, devido à sua trajetória profissional.

Felipa, uma costureira que migrou ainda bebê do interior capixaba, também chega a mobilizar o passado a partir da dimensão cognitiva da cultura histórica, mas de um modo distinto de como se deu com Euclides. Antes de discorrermos sobre a relação de Felipa com o conhecimento histórico, cumpre resgatar aspectos importantes da história de migração e da trajetória profissional da entrevistada. Felipa nasceu em 1961, compondo com apenas 45 dias de nascida a terceira leva de migrantes que chegaram à cidade no curso do processo de urbanização e de industrialização da região. O primeiro contato com o progresso foi a partir de suas contradições: o trem. A família de Felipa embarcou no progresso sobre trilhos precisando de artimanhas para não pagar a passagem de todos os membros da família. Não havia dinheiro para todos, e era urgente deixar sua região de origem. A família era do Espírito Santo, Cachoeiro do Itapemirim. Na verdade, seu pai era de Carangola, Minas Gerais, e conheceu sua mãe naquela cidade capixaba enquanto trabalhava nos roçados, e ali constituiu família. A narrativa do êxodo é marcada pelo trauma: a família começou a perder terras para os fazendeiros do Espírito Santo. Dividirei esse relato em três momentos para trabalhar, a seu devido tempo, com cada uma das partes:

> Eles tinham as terras, eles plantavam, eles tinham casa, eles tinham a vida deles lá. Tudo começou lá quando eles começaram a perder as terras. Começou a perder as terras deles [...].
>
> ***
>
> Pelo que eu vejo agora, assim, o conhecimento que a gente vai tendo, tudo dá entender que foi naquele período que os europeus chegaram, recebeu terra do governo e o governo tirou a terra de quem era dono das terras e... eu, não sei se [o que] eu tô falando tá certo ou não, mas eu creio que deva ter sido isso, a história nos conta isso, né.
>
> ***
>
> Então quando eles chegaram aqui no Rio, vieram outras pessoas na frente pra saber onde é que eles iam ficar. Veio meu tio, veio uma tia e viram onde é que eles iam ficar. Só que as coisas ficaram muito difíceis lá, os que vieram tinham que ou ir lá pra buscar eles, ou mandar carta, naquela época não tinha carteiro pra ir lá, uma coisa rápida, e ficou muito apertado, ao ponto de que minha mãe e meu pai iam perder os filhos mais velhos pra ficar a trabalho lá, se eles ficassem. Eles resolveram vir, juntou tudo e foi embora.

Comecemos pelo último trecho: a migração propriamente dita. A história de Felipa se comunica com tantas outras que apontam para a estratégia utilizada nessas jornadas de deslocamento em direção aos grandes centros. No caso dela, o pioneiro foi

um tio, e a partir dele uma rede de solidariedade familiar se estabelece a ponto de, quando a situação se torna insustentável no interior, a família se vê obrigada a trazer todos os integrantes de seu núcleo do Espírito Santo para as terras fluminenses. Os pioneiros já haviam escolhido um lugar: o bairro Parque Amorim, localizado hoje no município de Belford Roxo (que não existia na época enquanto tal), mas próximo aos limites do segundo distrito de Caxias. Ali, o progresso, mais uma vez, apresentaria à família sua outra face e os seus contrastes: sem dinheiro, o pai de Felipa precisou trabalhar com a instalação de dormentes, que são aquelas placas de madeira que apoiam e estabilizam os trilhos dos trens:

> Chegando aqui eles foram pro Parque Amorim [para] ficar encostado na casa de meu tio, a irmã do meu pai que veio primeiro, né. Ficou minha mãe lá um bom tempo, meu pai foi trabalhar de botar aqueles dormentes do trem, né. Era o único trabalho que ele conseguiu pra sustento da família.

Já o primeiro trecho reforça o argumento de que existiu uma crise nos interiores que culminou na expulsão de enormes contingentes populacionais em busca de melhores condições de vida. Segundo a memória da entrevistada, a família possuía alguma posse, ou seja, existia uma situação pretérita de relativa estabilidade, que foi afetada à medida que os pequenos lavradores começaram a perder as suas terras. A transferência da família de Felipa foi em 1961, portanto, perfeitamente amparada, sob o ponto de vista histórico, com a crise pela qual passava o país e os interiores de Estados como o Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo. Diversos historiadores já abordaram as revoltas populares ocorridas na transição dos anos 1950 para os 1960, e isso já foi tratado aqui na seção em que exploramos a espiral das crises.

Mas eu gostaria de me ater ao trecho do meio, aquele em que Felipa explica o porquê da perda das terras de sua família. Ela diz: "*Pelo que eu vejo agora*, assim, *o conhecimento que a gente vai tendo*, tudo dá entender que foi naquele período que os europeus chegaram, recebeu terra do governo e o governo tirou a terra de quem era dono das terras" [grifos nossos]. Ora, se a família de Felipa perdeu terra para os europeus que chegaram no Espírito Santo, não é possível afirmar categoricamente, por escassez de fontes. Mas é possível afirmar categoricamente que houve migração europeia para o

Espírito Santo, precisamente para a parte Sul do Estado. A esse respeito, o próprio Danilo, nosso outro entrevistado, nos ajuda a compreender a dinâmica de deslocamentos populacionais nessa região do Sudeste, pois o biólogo tratou de identificar-se, na primeira oportunidade que pôde, como descendente de família italiana, a qual vivia em Mimoso do Sul, no Estado capixaba. Também é possível afirmar categoricamente que essa explicação não foi perpetuada a partir das memórias familiares ou, pelo menos, não por aquelas compartilhadas pelos pais da entrevistada. A explicação do êxodo está no "conhecimento que a gente vai tendo" e a conexão é estabelecida "pelo que eu vejo agora". Ora, se vê agora é porque não via antes. E o que significa essa ruptura epistemológica na história de Felipa? Ora, não poderia ser outra coisa senão a aprendizagem histórica por meio de dispositivos associados à ciência, ao conhecimento histórico propriamente dito, aos saberes localizados no âmbito cognitivo da interpretação do passado.

A história de Felipa se inscreve também na possibilidade de aprendizagem histórica a partir da dimensão cognitiva da cultura histórica, o que se deu a partir de pelo menos dois processos fundamentais na trajetória pessoal da costureira: a) o seu retorno à escola já adulta, com os filhos já crescidos e; b) a própria formação de seus filhos, que alimentam os saberes de família com os conhecimentos adquiridos, primeiro na escola, e depois nos círculos acadêmicos[117].

> Muitos ficaram pelo meio do caminho com a quarta série mesmo. Foi o meu caso, eu fiquei até a quarta série e parei ali. Fui terminar agora depois de casada, meus filhos já adultos que eu fui terminar aqui no CIEP, que eu fui concluir até o Ensino Médio. Cheguei a fazer o ENEM... Foi muito bom, foi muito bom.
>
> ***
>
> Assim, os filhos vão crescendo e vão pra escola, a gente vai acompanhando o desenvolvimento dos filhos, então a gente vai passando a ler um pouco através dos filhos. Então a gente vai ajudando os filhos, vai vendo os filhos estudando, vai clareando nossa mente e vai pesquisando mais.

A menina que inicia os estudos escolares no final da década de 1960 e envereda pelo decênio seguinte, encontrou dificuldades hercúleas para continuar na escola, o que se conecta com o retrato socioeconômico da Caxias dos anos 1970, onde estudar era

---

[117] É importante considerar que a filha de Felipa atualmente é professora e cursava um programa de doutorado em relações étnico-raciais no contexto de realização da entrevista.

direito de poucos. Nesse sentido, as palavras são da própria costureira, que afirma que foi para a escola “aos 7 anos, sem saber o que era um caderno, sem saber... não só eu, todos os meus irmãos, todo mundo daquela época. A gente não sabia pra que que era um caderno, a gente não sabia o que era um caderno, um lápis”. O ensino público não comportava todo o conjunto da população, que recorria ao ensino privado se quisesse continuar e avançar para o que hoje conhecemos por Ensino Médio. Felipa relata que “pra fazer a quinta série [...], sexta, sétima e oitava série ali não tinha [...], aí ia para o outro colégio [que] era muito longe, não tinha vaga, era muita criança e não tinha vaga”. Contudo, isso não impediu que a menina que interrompeu os estudos se tornasse a senhora que o retomaria, depois de ver seus próprios filhos se firmarem na idade adulta. Ao longo desse processo, a entrevistada indiretamente entrou em contato com saberes históricos que lhe ajudaram a explicar a sua própria origem e a orientá-la no mundo.

Até que isso acontecesse, sua trajetória consistiu basicamente na construção de si através de meios que lhe eram possíveis dadas as condições socioeconômicas de sua família. Um dos caminhos que permitiram essa construção foi a sua profissão – Felipa tornou-se costureira. A entrevistada explica em cinco trechos de seu relato, amparada em suas memórias, como se deu o caminho até sua profissão:

> A gente ganhava roupa dos outros, calçado e era muito difícil a vida, aí sempre eu pensava dentro de mim "se um dia eu, assim, tiver condições de ter filhos, eu não quero ter muitos filhos e eu quero ter um filho, assim, meus filhos vai usar a roupa que eu vou fazer, eu quero costurar pra mim e pros meus filhos". A minha profissão ficou gravada dentro de mim e eu comecei a pegar roupas velhas, desmanchadas e fazia na mão, a minha primeira peça de roupa eu fiz aos 11 anos de idade.
>
> ***
>
> Eu peguei uma peça de roupa, desmanchei e fiz minha primeira peça de roupa aos 11 anos, uma blusa. E todo mundo ficou encantado, "Nossa, você fez?", tudo na mão, caseei, preguei botão, botei babado na roupa, naquela época a gente não tinha máquina fotográfica pra tirar foto, mas fico imaginando "poxa, tudo que eu fiz, tudo que passamos, a história tá dentro da gente, teria que vir pro papel", mas a gente naquela época não tinha a tecnologia que a gente tem hoje, então tá guardado na nossa mente. Então foi assim, um período muito difícil pra nós.
>
> ***
>
> Então o que que acontece, quando eu tava com 11 anos que eu fui trabalhar nessa casa, ficava na minha cabeça aquela coisa matutando "eu não quero isso pra mim, é muito complicado, eu já sei ler", saber ler era de tudo, sabia ler de tudo, mas não era de tudo, pra nós era grandioso, "pô, aprendi a ler, já tô lendo", aí é "sabe ler? Vai pra casa de família". Era assim. Então eu ficava revoltada

> com aquilo, eu queria ter uma vida melhor e aquilo ficou dentro de mim, aos meus 11, 12, 13, 14... aos 14 anos já fui trabalhar em fábrica de costura, aí começou a exploração, porque nessa época não assinava a carteira de menor, não é isso? Menor com 14 anos não se assinava carteira, só aos 18 anos. Então eu comecei a trabalhar lá na fábrica de costura com 14 anos, mas eu queria ir mesmo pra mim aprender, eu queria aprender, eu queria mexer em máquina, era meu sonho. Então eu entrei com 14 anos, eu fiquei com 14, 15, 16 e 17, trabalhei 4 anos nessa fábrica, aprendi muito lá, foi lá que eu me inspirei no que eu faço hoje.
>
> ***
>
> Foi um período, assim, meio complicado, porque 16, 17 anos, a gente quer as coisas, a gente não tem, muito difícil, todas as meninas querendo ter suas coisinhas, querendo ter suas roupas, nesse período eu já estava já costurando, já costurava pra mim. Aí comprei minha primeira máquina de costura, pretinha, tá até ali dentro, eu guardo ela de lembrança.
>
> ***
>
> Eles me mandaram embora, né, mandaram várias meninas embora porque era assim naquela época, precisou do serviço, concluiu aquele período de serviço deles, o patrão era sem... mandava embora. Explorava muito, porque a gente era de menor e ganhava o salário menor, né, tinha o salário maior e o salário menor. Eu fazia trabalho na máquina... trabalhava em todas as máquinas, a gente fazia já o trabalho de profissional, mas ganhava como menor de idade, salário de menor de idade e sem carteira assinada. Aí as costureiras aproveitavam, exploravam. Mas o ponto foi bom porque ali eu aprendi o ofício de costura. Tanto que eu concluí meu curso de corte e costura no SENAI, eu sou costureira formada pelo SENAI.

Os cinco trechos acima são absolutamente potentes para a compreensão dessa população caxiense migrante e suas condições. A primeira observação que faço na abordagem da história de Felipa tem a ver com a dimensão estética da cultura histórica. Assim como para Ana Maria a compreensão do seu passado passa pelos seus atributos caligráficos ou, no caso de Casemiro, pela materialidade de sua carteira de trabalho, em Felipa a sua sensibilidade se revela na costura. As etapas de desenvolvimento de sua habilidade como costureira situam a entrevistada no tempo e dão sentido à sua história como sujeito. Assim, temos: a habilidade quase inata revelada aos 11 anos, o primeiro emprego, o desejo de superação, a exploração na fábrica, a compra da primeira máquina preservada até os dias atuais, e o curso no SENAI. A leitura do passado da entrevistada passa quase que necessariamente pela relação profissional que ela estabelece com o mundo. É claro que isso pode implicar em imprecisões das competências cognitivas da cultura histórica. Por exemplo, em sua narrativa, a explicação de Felipa como foi contratada na fábrica: “aos 14 anos já fui trabalhar em fábrica de costura, aí começou a exploração, porque nessa época não assinava a carteira de menor, não é isso? Menor com

14 anos não se assinava carteira, só aos 18 anos". A informação não está alicerçada na história. Então, respondendo à Felipa, na verdade não é isso, não. O ano provavelmente era 1975, e era perfeitamente possível ter a carteira assinada nesta época. Mas a própria imprecisão da entrevistada nos ajuda a compreender o invólucro da informação, que é a exploração do trabalho infantil pelo setor privado durante a ditadura civil-militar.

Desde a legislação de 1932, criada durante o Governo Vargas, previa-se a regulamentação do trabalho menor através de uma carteira profissional[118]. Contudo, esse menor deveria ter, no mínimo, 16 anos de idade. Em 1941, durante o Estado Novo, um decreto-lei foi publicado dispondo sobre a proteção do trabalho dos menores[119]. A partir desta legislação, com base em seu artigo 2º, proibia-se expressamente o trabalho aos menores de 14 anos de idade, instituindo a Carteira de Trabalho do Menor. Observa-se, assim, uma progressão quanto ao caráter vigilante e proibitivo da legislação, mas uma regressão quanto à idade mínima legal para iniciar-se no mundo do trabalho, de 16 para 14 anos.

Toda essa legislação, contudo, foi futuramente alterada por decreto-lei no ano de 1969, o qual funda a CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social – já durante a ditadura civil-militar[120]. A nova regra eliminou qualquer referência quanto à idade mínima permitida para receber o documento e subtraiu da lei qualquer caráter proibitivo, salvo se direcionado à intervenção de pessoas estranhas na relação de trabalho, isto é, que não fossem o próprio empregado, o empregador ou o sindicato. Desse modo, e na prática, o decreto-lei permitiu que empregadores assinassem a carteira de seus empregados ainda

---

[118] BRASIL. Decreto n.º 21.175, de 21 de março de 1932. Institui a carteira profissional. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21175-21-marco-1932-526745-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 7 out. 2023.

BRASIL. Decreto n.º 22.035, de 29 de outubro de 1932. Regulamenta a carteira profissional. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22035-29-outubro-1932-526776-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 7 out. 2023.

[119] BRASIL. Decreto-Lei n.º 3.616, de 13 de setembro de 1941. Dispõe sobre a proteção do trabalho do menor e institui a Carteira de Trabalho do Menor. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3616-13-setembro-1941-413842-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 7 out. 2023.

[120] BRASIL. Decreto-Lei n.º 926, de 10 de outubro de 1969. Institui a Carteira de Trabalho e Previdência Social e substitui as outras documentações trabalhistas. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-926-10-outubro-1969-375307-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 7 out. 2023.

durante a infância, e de maneira absolutamente legalizada, eximindo empregadores de qualquer tipo de preocupação quanto ao trabalho infantil. A legislação exigia que a anotação da profissão na carteira obedecesse a uma série de condições, dentre as quais, o certificado da habilitação profissional, citando expressamente o SENAC, o SENAI ou estabelecimento de ensino profissional oficial ou reconhecido (o que ajuda a entender a razão pela qual a costureira, já experiente, busca o curso do SENAI para emitir uma certificação, ou seja, um documento que cultural e historicamente costumava gabaritar os profissionais que eventualmente o possuíssem). E, embora a CLT, nos termos no Artigo 13 originalmente publicado em 1943, afirmasse que a carteira profissional deveria ser obrigatória para o exercício de qualquer emprego, a nova legislação alterou o texto, redigindo um novo parágrafo em que permitia a possibilidade de admissão temporária de emprego ou atividade remunerada, sem assinatura de carteira, nas localidades em que não pudesse ser emitida a CTPS, desde que a empresa permitisse que o empregado buscasse um posto mais próximo e emitisse uma certificação.

Na prática, tratava-se de um afrouxamento da fiscalização em relação às relações trabalhistas. Menores de idade poderiam ser contratados na periferia dos centros urbanos, sem carteira assinada, com salários menores que outros funcionários mais velhos, mais antigos ou mais especializados, cabendo ao empregador tão somente a obrigação de autorizar a busca de um posto próximo e de fornecer uma espécie de atestado ao empregado no ato de sua admissão, com dados sobre as condições em que estava sendo contratado, e também no ato de demissão, constando o histórico da relação empregatícia[121]. Este parece ter sido o caso de Felipa, que viveu toda sua vida acreditando que sua carteira não foi assinada porque a legislação da época não permitia. A verdade é que a legislação da época não apenas permitia, mas afrouxava a fiscalização a ponto de ludibriar crianças e adolescentes ávidos por sobreviver a partir da renda oriunda dessas relações contratuais, e por elas mesmas explorados. Portanto, embora sua memória não *corresponda ipsis litteris* às contingências da história do trabalho no Brasil no ano de 1975, ela revela um sistema perverso de relações de poder, de abuso e de exploração forjada na letra da lei no auge da ditadura civil-militar, o que é praticamente um convite

[121] Essa prerrogativa da lei só foi revogada no ano de 2019, através do texto expresso pela Lei 13.874.

a analisar como se davam as relações trabalhistas em Caxias e/ou com trabalhadores caxienses nesse período, também sob o ponto de vista da dimensão política da cultura histórica.

Agora, se ao evocarmos o conceito de cultura histórica, estamos tratando necessariamente e, antes de tudo, de cultura, então é necessário considerar as condições sociais ocupadas culturalmente por Felipa, que é uma mulher, ou uma menina ainda, quando seu sonho de costureira começou a ser alinhavado. A questão a saber é se a forma como Felipa borda e caseia seu passado foi costurada ainda quando criança ou se é a senhora hoje, no alvorecer da chamada terceira idade, quem prega os botões desse tecido chamado memória. Por tudo o que já foi abordado aqui, a segunda hipótese é a que faz mais jus ao processo de construção do passado através da narrativa. É a mulher de hoje, do presente, que olha para o tempo que passou, mobilizadas as competências advindas da experiência – inclusive as competências cognitivas da história – e identifica nele a gênese da vida que ela tem hoje, assim como o caminho que ela construiu como estratégia de superação das condições socioeconômicas do seu tempo. São essas competências que permitem que essa visita ao passado seja feita com olhar crítico e com certa possibilidade de revolta, como que expurgando o peso das relações desiguais marcadas pela injustiça e pela invisibilidade. É a mulher de hoje que é capaz de visitar o trauma e a dor, silenciados durante toda uma vida.

> Quando a gente é menina, principalmente, naquele período de que a gente aprendeu a ler e vai pra casa de família pra trabalhar, sempre tem os abusadores, né. Teve um período que eu passei sobre isso, abuso, abuso de criança, homens querendo abusar de crianças, né, e eu passei por esse período [...]. Principalmente as meninas. Os meninos também, mas as meninas foram mais visadas nesse período aí de Ditadura. Homens mesmo, até mesmo homens vizinhos, e depois que a gente foi ver que o abuso, a gente sabia que estava errado, entendeu? Eu mesmo passei por isso dentro de uma casa, uma casa que eu trabalhava. A minha mãe lavava roupa nessa casa, fui lá pra tomar conta dos garotos [...]. Aqui eu passei, tinha 11 anos de idade, tava uma semana naquela casa, pra ajudar aquela família, e a dona da casa pediu pra minha mãe se tinha alguém, minha mãe me indicou até pra ter um dinheirinho a mais e eu fui, eu saía de casa pra ir lá ajudar e o homem tentou abusar de mim e eu não aceitei aquilo de jeito nenhum, porque eu via que aquilo tava errado, entendeu? [...]. Mas aí eu fico imaginando assim, as mulheres deveriam ver isso aí, e as mulheres não viam isso aí, então eu carreguei isso pra mim, foi a primeira e a última vez. Eu carreguei isso pra minha vida e sempre pensei "se eu tiver minha filha, nunca vou deixar minha filha passar por isso que passei".

O que Felipa nos relatou foi que a desenvoltura na leitura, diferente do que ocorreu com Euclides, quando suas habilidades para os estudos durante a infância foram conduzidas – ou pelos seus familiares ou pela elaboração de sua memória feita no presente – à docência, a menina não foi incentivada a prosseguir no caminho dos livros – por ser *menina*. Ao contrário, uma vez que existiam condições de infraestrutura educacional absolutamente limitadas nos anos 1960 e 1970 em Caxias, saber ler era o básico e o máximo que era esperado das crianças e jovens do sexo feminino. Euclides, em sua entrevista, chegou a detalhar as expectativas que eram criadas para as meninas, ao comentar sobre a criação de sua própria irmã: "os anos 80 eram anos duríssimos, porque não tinham opções, os meninos e as meninas, as meninas, ainda presas ao machismo, elas eram preparadas para serem domésticas, donas de casa, casar, ter filho, tudo na igreja". Em outro momento, o entrevistado endossa: "[nessa época] as meninas continuam presas dentro do seu quarto, é outro aspecto muito legal também de estudar, a coisa da virgindade, aquela coisa mesmo, era vigiada".

Após a formação escolar mínima, a próxima etapa seria trabalhar nas chamadas "casas de família" (de modo geral) ou "casas de madame" (se instaladas nas zonas nobres, como a Zona Sul do Rio de Janeiro). O trabalho consistia, basicamente, em ser uma empregada doméstica para famílias de classe média, porém, a partir dos onze anos de idade, como Felipa, ou até antes disso. Mulheres podiam passar toda uma vida trabalhando em casas de família, equilibrando-se em uma jornada dupla ou tripla, privilegiando a criação dos filhos dos patrões em detrimento da criação seus próprios filhos. A irmã de Felipa passou por isso, trabalhando em Copacabana. Como ela, outras meninas também passaram por situação semelhante. A costureira lembra: "Todas as duas das minhas irmãs foram trabalhar em casa de família lá no Rio, em Copacabana. Elas ficavam quinze dias longe de casa, era muito ruim porque a gente era muito unida, isso desuniu a família". E foi nesse contexto que também passaram pela experiência da violência: "Mas as minhas irmãs passaram por isso também, de homens, patrão, querendo abusar delas". Até Benedito, o outro entrevistado, também chegou a compartilhar que a

mesma experiência: “Minha irmã trabalhava na casa de família lá no Jacarezinho, ali no Engenho Novo, aí ela arrumou pra mim trabalhar lá na padaria”.

Faz todo o sentido que em sua narrativa Felipa enfatize que não queria esse tipo de profissão para si, ainda que coloque nos ombros da menina que ela era a decisão ou a vocação para escolher um outro caminho e uma outra profissão. Foi precisamente nesse relato que ela se sentiu segura para acessar o trauma, que foi o abuso sexual sofrido nesta casa próxima à sua residência em que foi levada a trabalhar quando tinha 11 anos. E é igualmente curioso pensar que esse relato foi dado no fim da entrevista, quando as perguntas já tinham sido esgotadas e quando foi oferecida a ela a possibilidade de falar qualquer outra coisa que a entrevista em si não tivesse abordado. Então, espontaneamente, Felipa desmanchou a costura do silêncio e acionou do novelo de suas lembranças o trecho de fio mais sensível, reportando como sua profissão não apenas lhe livrou das casas de família, mas, sobretudo, das violências ali perpetradas.

Note-se que a entrevistada estabeleceu conexão entre a diferença entre os papéis de gênero e o período da ditadura: “Os meninos também, mas as meninas foram mais visadas [para o abuso] nesse período aí de Ditadura”. Não há como ignorar que o período da ditadura civil-militar significou para ela, entre outras coisas, o fato de ter sido abusada. Se há conexão entre a experiência pessoal e a compreensão do passado, então podemos acessar o conceito de cultura histórica. Neste caso específico, a violência sexual ocorrida em casas de família nos permite atravessar as três dimensões: cognitiva, política e estética. Mas aqui, estamos nos ocupando de destacar esta última. Então, ao tratar da dimensão estética, estamos considerando, sobretudo, o gênero de Felipa e todos os desafios a ele relacionados. Porque ser mulher fazia toda a diferença quando a infância era vivida na periferia caxiense no início dos anos 1970, deixando de brincar para driblar a própria morte[122], tendo a possibilidade única de construir uma vida após o deslocamento para outro Estado da federação, enfrentando os desafios relativos a dimensões culturais onde os papéis de gênero eram dados de maneira assustadoramente rígida, quase estática. Então, sim, faz sentido guardar a primeira máquina de costura comprada. O objeto é a

[122] Felipa teve alguns irmãos que faleceram ainda na primeira infância.

testemunha mais concreta da superação conquistada por Felipa através das linhas e dos carretéis.

A história de Felipa se conecta com a de Euclides e a de Benedito em muitos aspectos. Primeiro porque os três são filhos da terceira onda migratória que estamos abordando neste estudo. A família de Benedito chegou em Caxias em 1958, assim como o pai de Euclides. Já sua mãe chegou em Caxias em 1960, um ano antes da família de Felipa deixar o Espírito Santo de trem, com a menina recém-nascida desembarcando na cidade aos seus 45 dias de vida. Mas as similitudes não se esgotam ao período da migração da família. Todos os três relataram situações muito difíceis em relação à vida em Caxias, com uma riqueza de detalhes terrivelmente impactante. Então, sim, a aridez da vida nas terras caxienses também une essas três narrativas. O papel da educação como fator de ascensão ou superação social também surgiu nos três casos, cada um de forma diferente. Mas existe uma informação reservada à história desses três personagens reais que não foi mencionada propositadamente, e que considero que é a informação mais importante em termos de história de vida e sua relação com as dimensões da cultura histórica: Benedito, Euclides e Felipa são três pessoas negras.

Se foi coincidência ou não, caberá ao destino e às investigações posteriores darem conta dessa peculiaridade, mas o fato é que as três pessoas que compõem a terceira leva migratória são atravessadas pela cor e pela racialização de sua história. Os demais entrevistados são aparentemente brancos ou, no máximo, pardos de pele clara. A autodeclaração de cor ou raça não chegou a ser pensada no roteiro da entrevista ou na ficha de identificação dos sujeitos. Mesmo assim, a questão do pertencimento racial emergiu a partir das narrativas, que foram sendo tecidas de uma maneira tal que foi muito comum encontrar a o espelho da história de um entrevistado no relato de um segundo, e o mesmo com o terceiro. Então, a partir desse momento, discorreremos sobre como os três entrevistados se encontram em suas respectivas narrativas, tendo a negritude como um elemento-chave deste encontro narrativo.

Em primeiro lugar, cabe dizer que os três entrevistados abordam a questão cor/raça em suas respectivas narrativas, ora identificando-se pessoalmente como negros, ora identificando seus familiares dentro desta categoria ou então abordando o racismo como um problema a ser enfrentado. Os demais não mencionam qualquer tipo de

pertencimento racial. O mais próximo disso foi Danilo, que se identificou como descendente de italianos, mas, a rigor, isto não o qualifica como branco, porque Euclides também é descendente de italiano mas se identifica como preto. No caso desses três, o pertencimento racial emerge como um fator de qualificação de suas memórias e através dele o sentido do passado é interpretado. Vejamos:

> Eu cheguei ver isso mesmo... Mas aí é que nem eu falei pra você, isso é coisas que, por exemplo, eu como pessoa de cor tive que ficar bem distante mesmo, sempre sobrou pra gente. Tô falando assim, essas coisas assim sempre sobrou pras pessoas de cor, então a gente procurava ficar bem distante, "ah, tão discutindo ali", se eu puder, eu não passo ali. Eu vou ficar parado olhando? Qualquer coisinha sobra pra gente. "Que que você tá fazendo aqui? Então foi você, né! Você que é o agitador" [risos].
>
> [Benedito, comentando uma fotografia da Passeata dos Cem Mil (1968), em que jovens picham a fachada do Theatro Municipal do Rio de Janeiro, a ele apresentada durante a entrevista][123].
>
> ***
>
> Eu sou preto e minha irmã é branca, metade da minha família, uma parte é branca e outra parte é preta. Meu avô é italiano branco [...], alto, um metro e setenta, e minha avó negra, de Angola, baixinha, bonita. [...]. Aí meu avô fez uma porrada de filho, metade preta, metade branca [...]. Os netos também é a mesma coisa, eu saí a parte preta e minha irmã a parte branca, né, não que por ser branca e tal, mas ela é uma menina bonita.
> [Relato de Euclides sobre sua origem familiar].
>
> ***
>
> Eu circulava com os meus amigos de noite, aquele sentido de liberdade da juventude, então essas patrulhas que rolavam no bairro, muitas ligadas à polícia mineira, já nos abordaram, e aí ou é sorte ou é meus protetores espirituais, que eu sou do candomblé, que me impediam ter o destino de outros meninos, porque eu não me diferenciava de nada deles, me vestia como eles, sou preto, então alguma coisa me poupou daquele destino, mas eu já fui abordado, mas nunca com violência, engraçado meu caso, só constrangimento.
>
> [Outro relato de Euclides, dessa vez sobre a relação entre a abordagem policial durante a ditadura e sua cor].
>
> ***
>
> Eu falo que meu pai foi morto pelo Estado, porque meu pai foi perseguido desse período que ele saía de bicicleta e voltava e ele falava que tinha espaço para eles passarem, mas eles jogavam o carro pra cima e ele caía, o joelho ralava sempre, sempre com frequência, aí minha mãe falava "Poxa, por que eles fizeram isso?", aí meu pai sempre respondia "Eu não sei, porque eles fizeram eu não sei, mas alguma coisa tem em mim porque eles não gostam de mim", aí fomos ver depois que era o preconceito, né, será que existia, né? Existia, né. Uma pessoa negra andando de bicicleta e tava sempre sendo

[123] Disponível em: http://memorialdademocracia.com.br/card/passeata-dos-cem-mil-afronta-a-ditadura. Acesso em: 10 nov. 2021.

> esbarrado pelo carro... não atropelava, mas faziam de tudo pra aquela pessoa cair e se machucar, entendeu?
>
> [Relato de Felipa sobre o histórico de perseguição ao seu pai].
>
> ***
>
> A polícia batendo me marca muito, eu sempre falei pros meus filhos, meu filho tá aí com 30 anos, a C***** com 37, então, sinceramente, eu sempre passei com o J****... ele não podia um carro de polícia que ele se escondia. Mas eu não passei isso pra ele, eu fiz de tudo pra não passar, né, mas parece que não sei, até quando criança, ele via a polícia e corria, e eu falava "não pode, porque você não deve nada a polícia, você é uma criança, um estudante, você é uma criança, você não tem que correr de polícia", mas ele tinha medo de polícia, e eu não passei isso pro meu filho. Por quê?
>
> [Outro relato de Felipa relacionando a criação de seus filhos ao medo transgeracional de sua família em relação à polícia].

Existe ainda uma dimensão muito peculiar nas falas de Benedito que é muito difícil de capturar na forma escrita e que não está reproduzida no trecho acima. A apresentação da linguagem transcrita da entrevista não conseguiria atingir no mesmo nível a percepção que há no áudio do entrevistado. Diz respeito à forma coloquial de o entrevistado se referir, genericamente, a pessoas anônimas. Ele chama a essas pessoas de "nego". Esse recurso é comum e até utilizado por outros entrevistados[124], mas em nenhum outro a marca desse estilo de se comunicar é tão notável quanto em Benedito; em 2h02min de entrevista, Benedito se refere a "nego" (como quem diz "Fulano") cinquenta vezes! É algo como utilizar essa expressão a cada dois minutos e meio, aproximadamente, do início ao fim da entrevista[125]. Para além, suas frases e expressões são dignas de um estudo posterior, pois são reveladoras de uma sabedoria profunda associada a construções frasais bastante simples.

Em segundo lugar, as três histórias são marcadas por processos migratórios para lugares muito, muito difíceis. Não apenas para Caxias em si, mas para lugares da cidade

---

[124] Casemiro utiliza a expressão 11 vezes; Euclides, apenas 3 vezes.

[125] É possível que a expressão possa ser um traço das heranças culturais fundadas da negritude, materializadas na linguagem, e uma negritude associada aos interiores, aos campos, assim como a uma época mais remota. Mas não tenho, por enquanto, instrumentos adequados para associar seu modo de se comunicar ao seu pertencimento racial ou regional. O que é possível afirmar é que em Benedito a referência a anônimos surge como uma expressão associada a uma cor/raça, sem que necessariamente se saiba se esses anônimos pertencem ou não a este recorte étnico-racial.

extremamente deficitários em termos de infraestrutura. Portanto, é preciso destacar que a Caxias que esses três entrevistados encontram não é a Caxias do "Surto do Progresso". Ao contrário, era a face invisível de um município em processo de crescimento demográfico hiper inflado e descontrolado, que construiu na vida e na memória a trajetória das pessoas negras da cidade.

Ao tratar do acesso ao saneamento básico, Benedito comenta que onde morava "tinha vala negra. Quando eu morei na Prainha, lá era meio brejo, do lado de onde passa a Linha Vermelha agora. Ali perto do Corpo de Bombeiros". Ao comparar passado e presente, o entrevistado acha que existia um equilíbrio melhor no passado "apesar das valas negras" porque atualmente a poluição e a alimentação contribuiriam para uma saúde mais precária. Contudo, o entrevistado identifica melhorias do passado para o presente, afinal "foi começando a melhorar também esse negócio de pessoas ficarem doentes", neste caso, referindo-se às moléstias e verminoses que acometiam a população naquele quadro drástico de pouco ou nenhum saneamento. Ele ainda completa: "a vala assim, preta, preta mesmo. [...]. Porque o esgoto das pessoas [...] aquilo escoando devagar, mas, você sabe, né? Ficava armazenado, aí vai crescendo e ia embora". E relembra a infância:

> Olha, sem brincadeira nenhuma, quando eu morava no Bar dos Cavalheiros, era vala negra, a gente ia brincar de bolinha, a bolinha caía naquela vala negra. Quando chovia enchia e aquela vala negra espalhava a água e entrava dentro das casas. Lá no Bar dos Cavalheiros até hoje ainda enche, ali pro lado da Prainha pra onde eu morei... Bar dos Cavalheiros, Prainha misturado ali ainda enche, eu trabalhei lá não tem muito tempo e deu nisso. Mas tinha muita vala negra, aqui onde eu morava aqui, graças a Deus melhorou, enchia tudo aqui, Itatiaia, ali, meu filho, qualquer chuva pra passar ali era a pior coisa.

As lembranças de Benedito parecem bastante similares às de Euclides, embora residissem em bairros distintos:

> Água encanada chegou na minha casa em 74, se eu não em engano, tô puxando pela memória tentando fazer uma relação. Até então era de poço. E água ruim, porque era um terreno baixo, pantanoso, então água ruim. Isso também preocupava muito meu pai, porque meu pai como trabalhava na rede de saúde, ele tinha essas informações, da contaminação, da febre amarela. Ele ficava muito preocupado, mas era o que tinha. Tinha que ferver a água pra consumir, esgoto e água só chega... Uma característica física eram as valas a céu aberto.

> Muitas valas. A minha casa de esquina, então se tinha vala atrás... era uma ilha cercada por valas de todos os lados. Muito mato. E as coisas de infância, de brincar, muita árvore, muita fruta, muito campo aberto pra jogar futebol, muita pesca de rã, muito água na cintura dos pântanos que a gente entrava, às vezes puxava uma rã e vinha uma cobra junto, aí a molecada saía tudo correndo.

As valas negras eram uma marca da Caxias dos anos 1960 e 1970, mas da Caxias periférica, não aquela propagandeada como "Meca do Progresso". A verdade é que o título só era possível porque existiam essas outras Caxias invisibilizadas, sem infraestrutura, sem energia, sem água encanada, sem esgoto, sem saúde, sem o mínimo. A mesma precariedade de condições se deu com a família de Felipa. Quando o Estado não era providente, a saída era construída pelos próprios moradores ou seus.

> Então foi um período, assim, que o que mais me marcou foi isso, que a gente não tinha esgoto, nada disso. Todas as casas eram sumidouro, fazia aquele poço, faziam o vaso ali em cima e ali era feito. De ano em ano meu pai jogava um produto, eu só não me lembro o produto, mas ele jogava um produto ali dentro pra poder... de dois em dois anos, parece, por aí, ele jogava um produto, parecia que era cal, alguma coisa, pra poder consumir aquilo ali, entendeu?

A costureira lembra com precisão a respeito do quadro de doenças que acometiam as crianças e que eram produto da precariedade das instalações nas periferias da cidade.

> A gente tinha muito problema de saúde, porque as valas, tinham muitas valas na rua, as valas de esgoto, né? Tudo a céu aberto. Complicado demais nessa época. Todo mundo tinha aquelas... chamava de lombriga, né? [Risos]. Tudo igual, né. Então tinha uma medicação [...]. O homem vinha, eu me lembro daquele homem, ele vinha com aquela roupa marrom e entregava nas casas uns saquinhos com os comprimidos, os comprimidos grandes que pareciam que não iam passar na garganta, e a gente tomava aquele comprimido pra matar os vermes. Todas as crianças daquele período eram assim, né, tomavam aqueles comprimidos para matar as lombrigas.

Em meio a toda sorte de doenças, à dificuldade de transporte, a uma carestia devastadora, esses três entrevistados trataram de sobreviver e de buscar estratégias inventivas e criativas para driblar o destino que parecia fatídico. Se o Estado não providenciava água, furava-se um poço. Se não existiam ruas, abriam-se trilhas. Se a fome batia à porta, os vizinhos partilhavam o alimento. A rede de solidariedade é algo muito

importante e poucos trabalhos se debruçam sobre essas relações como estratégia de sobrevivência. Benedito, por exemplo, cujo passado é construído em cima de marcos simbólicos, como as Copas do Mundo, relembra que "depois da Copa de 62, que eu morava aqui, aí acabou a Copa, quando a gente tava se mudando para o Beira Mar [...] e nós fizemos lá uma casinha lá de *estuque*". Tecnologia semelhante foi abordada por Euclides que, enquanto historiador da cidade, traz sua expertise para a narrativa ao considerar as técnicas de construção "que são trazidas também do interior, dos avós, dos pais, dos tios mais velhos, desses nossos pais... [...] E como é que as tecnologias de construção vão mudando, porque chegam as tecnologias mais modernas", evidenciando que a Caxias periférica é uma terra de transição do rural para o urbano, marcada justamente pelo processo de adaptação da bagagem cultural e tecnológica trazida dos interiores diante da chegada de novos materiais, como o cimento, o concreto, novas telhas, dentre outros. Mas o relato de Felipa sobre a utilização dessas tecnologias de construção impressiona, porque ela enfatiza justamente o papel de sua mãe, uma mulher, como a líder do processo de construção, contrariando as expectativas do tipo de trabalho que se esperava das mulheres. Se a elas cabia cuidar do lar, antes era preciso construir um. Então:

> Nessa época, né, tudo atrasado, né, então o Morro do Paraíso ali foi o lugar que a gente conseguiu pra gente morar. Até aí tudo bem, viemos, minha mãe fez um barraquinho de estuque. Sabe o que que é estuque, né? Com barro, colocou os filhos pra trabalhar, isso eu já estava em crescimento, tava crescendo, né [...]. Ela cavava no barranco, minha mãe cavava no barranco, molhava a terra pra fazer um tijolo que não é tijolo [...], e eles pegavam madeira fininha tipo bambu, aquelas madeiras, graveto, o que dava, fazia a armação da casa e ali fazia o barro e colava de um lado e do outro pra fazer a parede. Assim foi feita a nossa primeira casa aqui no Rio. Foi assim, dessa forma. O telhado era daquela taboa de fazer esteira, que os índios... [...], tipo palha, que a gente vê os trabalhos dos índios, né. Então aqui tinham vários lugares que tinham aquele mangue e dava muita taboa. Ela pegava aquelas taboas, botava pra secar e fazia o telhado.

Quando migravam, esses trabalhadores aprendiam dos pais as respectivas profissões. Aprendiam as técnicas de construção próprias dos interiores. Erigiam paredes de barro e cobriam tetos de palha, quando Caxias se vendia como a menina-dos-olhos da arquitetura moderna. Benedito, Euclides e Felipa compartilham experiências muito semelhantes que passam ao largo desse ensaio dantesco de progresso, inclusive quanto à

expectativa de superação de suas realidades pretéritas. A necessidade de sobrevivência, entretanto, não extinguiu de suas famílias o anseio pela dignidade, nem a esperança de superar a triste realidade de valas negras e paredes de estuque. Os três relatos apontam que a esperança residia em uma conquista: a educação. O caminho de Euclides já foi assaz explorado nesse estudo. Atrelado à sua identidade hoje, a memória do entrevistado localiza e elege pontos importantes da sua infância que demonstram desde cedo sua aptidão para os livros e a recusa a perpetuar saberes técnicos aprendidos de seu avô, no Noroeste Fluminense. Seu destino como docente se forja em sua trajetória acadêmica, primeiro na Economia e depois na História, até tornar-se a referência que é hoje para a historiografia local.

Felipa, por sua vez, também apresentou uma narrativa em que a educação foi um recurso estratégico chave para a superação das mazelas sociais. Em seu caso, agrava o fato de essas mazelas se acentuarem devido à sua condição feminina. Sem poder estudar, tomou a costura como caminho e profissão, e quando estabelecida e estabilizada na fase adulta, tratou de oferecer o melhor que pôde aos seus filhos, a ponto de aprender com eles aquilo que lhes era ensinado nas escolas. A educação coroa a trajetória da costureira, pois, já depois de uma trajetória profissional construída ao longo de décadas, decide fazer um curso de costura oficial e reconhecido no SENAI, e recebe de seus professores os elogios aos seus talentos e à sua experiência, os quais dispensam a formalidade do curso referido. Não obstante, matricula-se em um CIEP e termina o Ensino Médio, concluindo a educação básica que lhe faltara na juventude, chegando a se inscrever no Exame Nacional do Ensino Médio – o ENEM. Mas será o Benedito o único para quem a educação não lhe apareceu como signo de grandes esperanças? Não parece ser o caso. Se por um lado a dificuldade no ensino formal lhe foi presente durante a infância, conforme relata:

> Eu e minha esposa a gente não foi bem no estudo porque na nossa época teve dificuldade nesses trâmites que eu tô falando, o estudo ficou com dificuldade, você sabe que essas coisas atrapalham, a família ficou com dificuldade pra ajudar os filhos no estudo, isso aí tudo atrapalhou um pouco

Por outro lado, o entrevistado se revelou um aprendiz que se educou por outros meios que não a escola.

> Eu tinha feito só a quinta série, depois quando eu fiz o curso do SENAI, aí eu fiz um supletivo pra poder entender mais alguma coisinha, por conta dos livros de parte elétrica, eu queria ler e entender, e eu lia, mas sabe como é que é, né? [Risos]. Mas eu sempre fui uma pessoa que li bastante, eu aprendi muita coisa lendo, eu pegava um livro aqui e eu queria entender. "Revolta", por que revolta? Até chegar no ponto de "Revolta com a fome...", aí entender o porquê da revolta [...]. Então eu lendo algumas coisas eu fui entendendo, eu escrevo mal, mas tem algumas coisas que eu sei ler.

Quando se trata da ditadura civil-militar, Benedito esclarece como se informara do que passara na cidade:

> Em Caxias teve A Luta [Democrática], aquele jornal da Luta, que andava divulgando uma coisinha, entendeu? Mas ele sofreu opressão, jornalista que sumiu... Você sabe que tem nego que é teimoso, né? [...]. Dá merda. Fecha a boca aqui e leva uma [Risos]. Leva uma lá na frente.

O curso do SENAI, os livros e as revistas, o jornal local do município, todo esse conjunto de meios ajudou a orientar o entrevistado no processo de construção de consciência sobre o tempo e sobre as condições em que o município estava inserido durante a ditadura. Mas a educação enquanto esperança não se esgota na sua experiência de educação paralela. É em suas filhas – professoras – que o entrevistado se realiza e sonha com a possibilidade de superar as desigualdades e as injustiças. A sequência de trechos a seguir demonstra a preocupação de Benedito com o porvir. Nela, a educação emerge como signo de esperança:

> A extensão do estudo que as pessoas estão tendo, a palavra que as pessoas estão conseguindo imprimir e não ter repressão, eu acho que a democracia ajudou nisso [...]. Minha filha conseguiu fazer faculdade, a outra, meu filho falou que vai fazer, a pandemia que atrapalhou ele.
>
> ***
>
> Eu gostaria que esse negócio da educação... tá faltando muito em Caxias e tinha que ser muito melhorado. Isso aí eu gostaria de ver. Há muita desistência por conta disso, eu sei que tem pessoas com dificuldade de aprendizagem, mas se tivesse facilidade de colégio, de estudo, eu acho que daria mais pessoas. Incentivaria também os professores, porque você se esforça pra aprender pra ensinar e você vê as pessoas evadindo, as pessoas não dando muita importância. E eu acho que se o governo prestasse mais atenção na educação, eu acho que

> eles encontrariam uma maneira de chamar atenção das pessoas pro estudo. Incentivar as pessoas pro estudo. Eu acho que isso daí seria uma coisa que eu ia ficar satisfeito de ver [...]. Na minha época era com dificuldade, tinha um colégio que só cabe 100 pessoas, tem 150, você fica pro ano que vem". Tá me entendendo como é que é o negócio? Não tem vaga, não tem colégio, não tem vaga. Agora, se o governo desse uma atenção pra isso, os colégios seriam melhorados, os professores ficariam mais satisfeitos pra dar aula e os alunos prestariam mais atenção, porque via que estava sendo valorizado. Então eu acho que isso aí é uma coisa que por enquanto tá distante ainda.
>
> ***
>
> O Brizola quis colocar aí pra todo mundo aí, mas infelizmente teve lugar aí que as pessoas banalizou, mas o lugar que deu certo, você sabe que tem uns Brizolão aí sinistro, né. Bom pra caramba, as crianças gostam de estudar, limpinho [...]. Herança [do Brizola]. E nego falou que não dava certo. Negócio dele era para as crianças ficarem o dia inteiro. Estudar, fazer esporte, não sei o quê, sair uma pessoa melhor. [...]. A caneta tá na mão de vocês.

Ao dizer que "a caneta tá na mão de vocês", Benedito reconhece seus limites dados pelo avançar da sua idade, mas propõe uma continuidade confiando nas gerações que hão de sucedê-lo. Ao anunciar com quem está a caneta, dobra-se para seu passado como quem lamenta pelo fato de que a caneta não esteve com ele. Se a frase praticamente despede a entrevista, ao mesmo tempo ela sinaliza a importância da continuidade, o que nos faz pensar no conceito de genealogia de Foucault, aquele mesmo que abriu este estudo. Aqui, talvez seja possível pensar na fundação de um conceito a partir da experiência de Benedito, dos demais entrevistados negros e de todos aqueles que enfrentaram o desafio de construir suas vidas em Caxias tentando superar as estatísticas que os direcionava para a morte – a genealogia da esperança – porque ela também está inscrita na ordem do tempo. Benedito, como os demais, forjaram-se como sujeitos enquanto o país vestia-se de fardas. Enquanto o milagre econômico ostentava as transformações que direcionavam o país para a modernidade, as valas negras decoravam o chão de terra dos territórios loteados num perverso jogo clientelista, travado às sombras pelos donos poderosos daqueles bastios pantanosos, impulsionando a especulação imobiliária sem que, com isso, os direitos mínimos daquela gente fossem garantidos. O resultado não poderia ser outro a não ser a desordem urbana que esteve diretamente associada aos aumentos da criminalidade e dos índices de violência. Em ritmo similar, organizações criminosas trataram de surgir aliadas aos poderes para controlar a desordem social e vigiar corpos parecidos com aqueles de Benedito, de Euclides e de Felipa. E mesmo assim, em meio a toda a sorte de violências e violações, alguém ousou ter esperança. Esta tese, que começou tentando encontrar as

raízes para os clamores por ordem, termina descobrindo os rizomas desse sentimento, a esperança, que tem atravessado gerações de trabalhadores que não desistiram de levar adiante as memórias de seus ancestrais, esse conjunto de pessoas tão imenso quanto diverso, que esperançosamente encontrou nas terras baixas caxienses a possibilidade de construir a sua própria história.

## 3.4. Nostalgia da ordem: o tempo do caos, o saque de 1962 e as memórias caxienses sobre a ditadura civil-militar

### 3.4.1 O tempo do caos

As trajetórias das experiências migratórias são inevitavelmente elementos importantes para a compreensão de uma realidade histórica pontual que esguicha jatos de memória e alimenta as lembranças daquelas e daqueles que conseguiram sobreviver a esse período de recomeços. Elas fornecem subsídios para se pensar as condições em que se deram as instalações desse enorme contingente populacional, majoritariamente pobre ou miserável, que deixou suas terras de origem para fundar uma nova vida a centenas de quilômetros de suas antigas residências. As entrevistas foram capazes de mapear singularidades individuais, traumas, interseções entre as experiências, mobilidades sociais possíveis, relações políticas, redes de solidariedade, entre muitos outros aspectos que caracterizam aquele tempo pós-migração. Todo esse conjunto de aspectos em muita coisa orientou a população de Caxias sobre o significado que o tempo tem. Nesse sentido, são todos muito importantes para a compreensão de uma cultura histórica própria daquele município.

Mas tudo isso não é suficiente e não justifica o título da tese. Em que pese um entrevistado ou outro que manifeste algum tipo de saudosismo em relação aos seus tempos de infância, onde está a nostalgia? E de que ordem estamos falando? Ora, o que esta seção pretende examinar é como foi construída na memória da população trabalhadora caxiense a ideia de que o passado era portador de uma ordem tal que

merecesse ser resgatada no tempo presente através do sentimento nostálgico. Para tanto, pareceu-me necessário debruçar-me sobre a ideia de ordem no presente ou, antes disso, seu revés: a desordem. A sensação de que as coisas estão fora do lugar alimenta críticas que se direcionam a muitos domínios da experiência humana contemporânea. A política partidária, por exemplo, é alvo desse tipo de investida. O agrupamento de todos os políticos numa categoria genérica chamada corrupção movimentou a escalada de lideranças *outsiders* mundo afora, e no Brasil não foi diferente com a ascensão de Bolsonaro em 2018. A moral também recebeu dos críticos conservadores a sua parte das pedras acusadoras dos pecados relacionados aos desvios da ortodoxia comportamental. Conservadores escalaram sua popularidade disseminando pânico moral nos últimos anos sobre os avanços dos direitos de pessoas LGBTI+, sobre a descriminalização do aborto ou movimentando pensamentos que há algumas décadas seriam inimagináveis – como o terraplanismo e a ideologia *antivax*[126]. Mas aqui não pretendo me estender nessas duas searas, sob o perigo de render uma outra tese de mesma amplitude. Quero me ater a um outro foco das críticas da desordem: a segurança. E, na medida do possível, sua interlocução com a crise do sistema político brasileiro.

Em todo o Brasil, conservadores mobilizaram pensamentos, desenvolveram tecnologias de amplo alcance, códigos associados a dispositivos de mensagens de texto, automatizaram o envio de notícias que aludiam a uma espécie de escatologia contemporânea. Toda essa movimentação foi norteada pelo sentimento de que o fim dos tempos estaria próximo se o "gigante" não levantasse. A figura alegórica do gigante, nascido em "berço esplêndido" do Hino Nacional Brasileiro, fazia referência ao estrondoso poder de agência do povo brasileiro, se consciente de seu papel na tomada de decisões. Ora, desde as jornadas de junho de 2013, esse tem sido o tom das manifestações que se ocuparam de criticar governos e posicionamentos alinhados à esquerda, o que culminou na deposição da presidente Dilma Rousseff, na ascensão de seu vice, Michel Temer, e na eleição de Jair Bolsonaro em sequência.

Sobre a referida crise política, a deposição de Dilma Rousseff talvez seja o ponto de inflexão mais importante. Em seu primeiro mandato, a chefe do Executivo alcançou a

---

[126] Grupos que rejeitam a vacinação obrigatória como medida preventiva; anti-vacina.

proeza de ter a maior aprovação de todos os presidentes das últimas décadas, incluindo seu antecessor, Luiz Inácio Lula da Silva. No mandato seguinte, uma vez reeleita, o extremo oposto aconteceu: ela conseguiu uma anti-proeza ainda mais expressiva: a maior reprovação de todos os tempos. Como uma presidente passa da maior aprovação à maior reprovação em tão pouco tempo? Existe, é claro, uma série de pesquisas que têm se dedicado a responder esta pergunta e a estudar a crise política no Brasil a partir da década de 2010; nosso foco não é esse. O que importa aqui é registrar que é precisamente nesse momento de virada que os discursos que remetiam ao passado como *lugar seguro* ganharam força. Então, se estamos falando de segurança, a primeira coisa a considerar é: os tempos presentes são *tempos inseguros*. E grande parte dessa crítica tem raízes no sistema político ou no desequilíbrio econômico.

O problema é que a crítica à política e à economia abriram, no Brasil, uma brecha para que o desprezo pelas questões humanitárias simplesmente se instalasse, e o exemplo mais notório da interseção entre a crítica ao sistema político e o desprezo pela dignidade humana ocorreu em abril de 2016, no curso dos discursos que aprovaram, na Câmara dos Deputados, a abertura do processo de impeachment contra Dilma Rousseff e, dentre eles, o de maior impacto político: a exaltação e o louvor a Carlos Alberto Brilhante Ustra, promovido pelo então deputado Jair Bolsonaro, quando do proferimento de seu voto pelo apoio à deposição da mandatária. Ustra era o chefe do DOI-Codi do Exército de São Paulo e sob suas responsabilidades estavam as torturas sofridas por dezenas de presos políticos durante a ditadura civil-militar. Dilma foi torturada, e a insensibilidade do deputado estarreceu ativistas dos direitos humanos no Brasil inteiro. Proclamou o deputado na ocasião, unindo o desprezo pelas questões humanitárias, a crise política, o elogio a uma instituição ligada à ordem por excelência e o apelo à paixão religiosa: “Pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff, pelo exército de Caxias, pelas Forças Armadas, pelo Brasil acima de tudo e por Deus acima de tudo, o meu voto é sim”[127].

---

[127] DELLA BARBA, Mariana; WENTZEL, Marina. Discurso de Bolsonaro deixa ativistas 'estarrecidos' e leva OAB a pedir sua cassação. BBC News Brasil. 15 abr. 2016. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160415_bolsonaro_ongs_oab_mdb. Acesso em: 1 dez. 2023.

Ora, aberto estava o caminho, em rede nacional, para que a ditadura deixasse de ser um problema da história e passasse a ser apenas a história de um problema: a incompletude da ordem. O que se viu depois a este episódio foram hordas de movimentos que trataram de tentar completar o movimento de ordenação da sociedade que não foi possível entre 1964 e 1985. Assim, os crimes de Estado, as denúncias de tortura, os desaparecimentos políticos, deixaram de ser um escândalo e passaram a ser compreendidos como um conjunto de medidas necessárias para regular a sociedade, sob o espelho do que Raoul Girardet chamou de *Unidade* enquanto categoria mítica mobilizada para construir determinada imagem sobre o passado (e sobre o presente). O mito da *Unidade* embalou não apenas o discurso de Bolsonaro, mas inspirou todo aquele que passou a identificar nas pautas humanitárias indícios de quebra de unidade. Nesse sentido, os valores da "Pátria Amada, Brasil"[128], emergiram como substitutos à fratura da sociedade promovida pela fraqueza moral dos antecessores políticos, fratura essa expressa pela crise política, pelas denúncias de corrupção, pelas operações do Ministério Público, pela prisão de políticos, dentre outras.

A leitura que faremos sobre como o passado de Caxias é processado pelas memórias de sua população precisa passar pela compreensão deste presente complexo e mais amplo, não restrito a uma localidade específica, em que moral, política, religião e economia formam uma miscelânea caótica na qual se torna muito difícil distinguir onde começa e onde termina cada aspecto. É justamente o caos que estamos mobilizando como elemento central para a compreensão de narrativas que apontem para o passado como o lugar do não-caos.

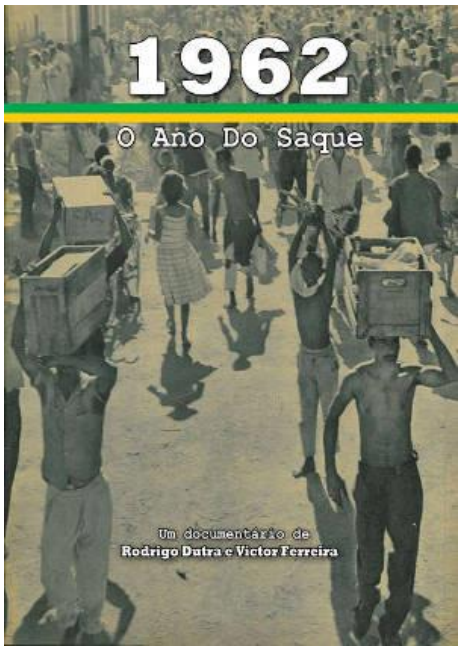
### 3.4.2 O saque de 1962

Um documentário de 2014 dirigido pelos por Rodrigo Dutra e Victor Ferreira – *1962: o ano do saque* – tratou de abordar juntamente a interseção entre esse caos

[128] *Slogan* do Governo Jair Bolsonaro (2018-2022) com base em trecho homônimo do Hino Nacional Brasileiro.

representado pelos desdobramentos das jornadas de junho de 2013 e o caos que gerou o levante ocorrido naquele início da década de 1960, em Caxias[129]. O documentário surgiu alimentado pela passagem dos cinquenta anos do quebra-quebra, em 2012; de fato, o documentário se amparou no quebra-quebra ocorrido em Caxias em 2013, em consequência das insurreições de junho daquele ano, e foi lançado no ano seguinte, refletindo sobre as relações possíveis, na espiral da história caxiense, entre um levante e outro. O curta tem uma linguagem que se comunica com outras produções artísticas, dentre as quais o filme "Rio Babilônia" (1982), de Neville de Almeida, que direciona sua crítica aos contrastes da cidade do Rio de Janeiro.

**Figura 4 – Cartaz de divulgação do documentário 1962: o ano do saque**




**Fonte: Portal Lurdinha[130].**

[129] DUTRA, Rodrigo; FERREIRA, Victor. 1962: O ano do saque [Documentário]. [S.l.]: [s.n.], 2014. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=AJcc-ZJeE5s&t=1961s.
[130] Disponível em: https://lurdinha.org/site/filme-1962-o-ano-do-saque-2014-assista/. Acesso em 10/12/2023.

O documentário de Dutra e Ferreira conta com uma série de depoimentos de personagens da cidade que viveram e/ou testemunharam o saque de 1962. Personagens até então anônimos, que guardaram em suas memórias ou reproduziram as que suas famílias lhes transmitiam, sobre o saque ocorrido naquele ano. Mas também depoimentos de historiadores, como Rogério Torres e Marlúcia Souza, além de outros nomes importantes do cenário cultural da cidade, como o artista plástico Paulo Ramos. Porém, a narrativa da obra é primordialmente conduzida pelo diálogo entre dois personagens: um deles, o sociólogo José Cláudio Souza Alves, já referenciado aqui nesta tese algumas muitas vezes; e o outro, o representante da Associação Comercial de Caxias, Getúlio Gonçalves.

Escolho trazer para a tese o documentário de Rodrigo Dutra e Victor Ferreira por quatro razões: primeiro, porque não me considero propriamente inovador no sentido de refletir sobre as relações temporais possíveis entre as tensões da década de 2010 e as crises do início dos anos 1960 em Caxias; ao contrário, Dutra e Ferreira, dez anos antes desta tese ser escrita, perceberam estas relações, pelas lentes das câmeras e pelo palco do teatro, de uma maneira muito perspicaz, correlacionando os episódios de saques ocorridos nos dois momentos históricos referidos; depois, porque o documentário é realmente rico em depoimentos e se comunica diretamente com a proposta que estamos abordando na tese, isto é, traz à cena um nicho da população que não costuma ser visibilizado ao se abordar, sob o ponto de vista histórico, as narrativas nacionais; terceira, como desdobramento da segunda, os depoimentos revelam uma tensão narrativa que é capturada pela direção do documentário, representada pelos pontos de vista quase antagônicos de José Cláudio Alves e Getúlio Gonçalves; e, finalmente, a quarta razão, que é considerar a pertinência do filme à discussão teórica e conceitual desta tese, ou seja, o entendimento de que o debate sobre cultura histórica e suas dimensões – e principalmente a dimensão estética/sensível – pode ser enriquecido com o conteúdo da produção cinematográfica da própria cidade, sobretudo quando esta produção e a tese coincidem quanto à abordagem temática e às reflexões dela advindas.

### 3.4.3 O tempo da fome

Feitas as considerações acima sobre a produção de Dutra e Ferreira, passaremos às narrativas dos nossos entrevistados e, à medida que suas memórias se comunicarem ou tensionarem com as do referido documentário, abordaremos o fenômeno. O que a obra dos cineastas evidencia, e que também emerge das narrativas dos nossos entrevistados, é o duelo discursivo que eleva a memória do saque à polissemia de suas motivações. Esse duelo é protagonizado tanto por falas que apontam para a legitimação do levante quanto por outras falas que descredibilizam as motivações do quebra-quebra a partir do oportunismo por ele gerado. Muitas vezes as duas falas estão nas memórias da mesma pessoa. Mas, em geral, a direção do documentário busca situar as falas que legitimam o levante entre aqueles que reconhecem a fome como um problema realmente presente na sociedade caxiense dos anos 1960. Por outro lado, as outras falas apontam para o oportunismo do saque, e costumam ser viabilizadas pelos comerciantes ou por pessoas que têm neles a sua referência.

As duas tipologias discursivas são encontradas nas falas dos nossos entrevistados. Passemos àquele primeiro tipo que versa sobre a carestia que imperava sobre a população hipossuficiente e que, subsidiadas ou justificadas pela legitimidade, permitiram que a multidão atacasse e saqueasse os estabelecimentos. Em algumas falas surgiram constatações que apontaram para a fome, a carestia e o racionamento de alimentos. Algumas falas teceram uma associação direta entre o quebra-quebra e esse quadro de crise de abastecimento. Outras incidiram apenas sobre o quadro de crise, sem associar ao saque. Ana Maria destaca, sem citar diretamente o quebra-quebra, que os alimentos básicos começaram a faltar na mesa das famílias. Ela aborda o surgimento das filas e os critérios que dificultavam a compra e o estoque dos insumos:

> Depois teve o problema também do Regime Militar, começou a faltar feijão, começou a faltar arroz, aí a gente tinha que ir pras filas, não era igual você chegar no mercado agora e ter cinquenta marcas de arroz e você escolhe, não, era aquele arroz que vinha e marcava assim, por exemplo, Rua Capitão Damasceno, caminhão vem e tal, aí a pessoa fazia aquela imensidão na fila pra comprar o feijão argentino, o arroz que vinha não sei daonde, tá entendendo? Isso foi ruim? Foi, isso foi muito ruim (Ana Maria).

Benedito endossa a fala anterior da caxiense quanto à falta dos insumos, mas ao mesmo tempo trouxe à memória outros elementos, como a vigilância das forças de repressão sobre a classe trabalhadora, o problema do desemprego que assolava a cidade, e o cotidiano dos trabalhadores afetados pela greve que paralisou o sistema de transporte. Além disso, o mineiro arriscou um paralelo entre o clima de 1962 e a crise imposta pela pandemia da Covid-19 no tempo presente:

> Eu só sei que havia dificuldade e as pessoas não estavam encontrando cerais, mantimentos, e a dificuldade de serviço, e as pessoas controladas, o serviço... aí, eu só sei que eles reclamaram, rolou essa confusão, aí num dia assim, amanheceu e nisso do pessoal sair para trabalhar, aí falou assim "ó, houve greve e vai ter um quebra-quebra", aí quebra-quebra e nego "hum, tem um armazém ali", aí nego... pô, nego tá com fome, não tem o que comer, igual esse negócio da pandemia aí. Aí nego invadiu lá, aí nego quebrava, invadia e pegava os cereais, o que pegava... nego barbarizou (Benedito).

Na época do saque, Benedito tinha por volta dos 14 anos, embora sua memória o tenha sugerido algo como apenas dez anos. Talvez porque ele tenha sido partícipe do saque, segundo ele, tendo sido conduzido como uma criança por pessoas de maior expertise. A visita ao passado investiu na infantilização de sua agência e no seu compromisso com a solidariedade:

> Nisso que os cara me botou dentro do mercado, aí tinha uma parte cheia de coisa, aí eu peguei Cremogema, Maizena, lata de leite, peguei um bocado. Aí tinha uma sacola assim, aí eu peguei e botei dentro da sacola, e saí depois que meu... já tava pegando as coisas, aí eu consegui pegar só isso só, criança. A minha vizinha, eu tinha uma vizinha que tava com criança pequena passando fome. Aí eu peguei e distribuí, as mulheres queriam comprar e eu dei pra elas porque... aí falei assim "agora o leite a senhora arruma aí, compra leite de saquinho pra poder fazer a mamadeira das crianças" (Benedito).

A memória de Benedito vai ao encontro de algumas das que foram exibidas no documentário de Dutra e Ferreira, como uma de uma mulher, que insistiu que o saque se concentrava nos alimentos. Era o medo de passar fome, reforçava. O racionamento que outros entrevistados trouxeram de suas memórias também compôs a fala de Benedito:

> O quebra-quebra ficou mais por conta desse procedimento. As pessoas com dificuldade, como são com essas dificuldades, você está vendo tudo aí, as pessoas custavam a conseguir um ganho, quando conseguia era pouco e as coisas sumindo da prateleira, o preço subindo, e sumindo. Já imaginou, você chegar no armazém para comprar, você com um sacrifício juntar seus trocadinhos que cê trabalhou, quando chegava lá "ah, vou comprar um arroz", aí cadê? O macarrão... "Ó, só pode 3kg por pessoa" (Benedito).

Danilo não guarda memórias pessoais do saque, mas ouviu falar “que o pessoal que ficava passando fome quebrou as coisas da loja, do mercado, saquearam muitas lojas”. Mas Felipa, nascida um ano depois de Danilo, embora não guarde lembranças diretas do saque, lembra-se com precisão das dificuldades enfrentadas ao longo de sua infância, durante as décadas de 1960 e 1970. Ela resgata uma informação importante que está associada a essa Caxias de transição, parte rural e parte urbana. Sua família não passava fome propriamente, porque como estavam instalados em um ambiente praticamente ruralizado, era possível plantar frutas e hortaliças ou criar animais para abastecer as famílias, muitas vezes trocando alimentos entre elas. Contudo, aquilo que só poderia ser adquirido no mercado, como as carnes vermelhas e os cereais, não era consumido por essas famílias ainda mais afastadas do centro.

> Todas as casas tinham muitas frutas, a gente vivia, assim, a base de muita fruta. Antes as casas tinham muita fruta, hortaliça era nosso sustento, então foi um período, assim... um período difícil pra arroz, feijão e carne, porque foi um período que teve a greve do feijão, né... [...] Naquela época a gente tinha muita hortaliça, criava-se galinha, porco, todas as famílias tinham galinha no quintal, tiravam os ovos, criavam porco, uns criavam cabrito e a gente trocava, tinha negócio de base de troca, né, e tipo assim, o que minha mãe tinha e o que a vizinha não tinha, trocava, era muito assim, na troca de comida, trocava-se muito essas coisas. Então, assim, foi um período bom, não tinha fartura, mas a gente não passava fome porque a gente podia plantar lá as coisas, mas a gente queria comer arroz, feijão, uma... sabe, carne vermelha, bife, essas coisas. A gente não comia isso, não (Felipa).

Contrapondo-se ao discurso da carestia, emergiram outras falas que indicavam que os partícipes do saque, na verdade, aproveitaram-se da insurgência para proveito próprio. O oportunismo gerado pelo saque podia ser evidenciado, segundo esse discurso,

através dos produtos saqueados que não eram alimentos, como caixas de cigarro e máquinas, ou então pelo interesse de produzir estoque e vender os insumos posteriormente. Houve quem apontasse também para o desperdício de alimentos durante o levante. Alguns apostaram no clima de diversão promovido pelo levante. Todos esses fatores se somam para dar ao quebra-quebra um aspecto de movimento descontrolado e dissociado da real necessidade da população.

> Essa menina que eu tô falando, a Maria Pica Pau, ela trouxe do saque da Souza Cruz, que era aqui na Duque de Caxias, ela trouxe caixas de cigarro. E no saque do mercado, que era mercado não, era armazém. Armazém. Aí ela trouxe um caixa de alho que, cara, vou te contar, eu me lembro desse fato. Meu pai não deixava a gente... Eu tô falando porque ela era vizinha da gente e a gente via, né. Açúcar até era viável porque era um negócio pra alimentação, e cigarro? E cigarro? (Ana Maria).

Benedito, em uma de suas falas, justifica sua participação no quebra-quebra, atribuindo à inocência infantil e à falta de maturidade a adesão aos grupos de saqueadores.

> Muita gente saqueou, teve nego que saqueou bastante, fez estoque em casa [...]. Fez estoque em casa, aí nego invadiu o mercado, aí eu fui com uma irmã minha [...], aí tá eu na rua, aquela confusão e nós saímos na rua, aí os caras iam aguardar nós naquele armazém lá embaixo, aí fomos, aí chegou lá, aí foi olhar, perto, olhando, nego foi e pá pá pá, estourou aquela porta de aço, aí o pessoal lá e me levou [...]. Fiquei na reta e aí me levaram. [Isso com] dez anos, dez para onze anos, por aí. Aí eu fui “no pacote”, assim [...]. A gente via aquilo e para gente era farra, criança é farra (Benedito).

Casemiro se lembra de como também participou do motim. Admite ter levado caixas de biscoito para beber com os amigos, mas se mostra estupefato ao perceber que outros produtos, que não alimentos, também viraram algo dos saqueadores. Na ocasião, tem destaque o lamento do aposentado ao se deparar com mantimentos pisoteados pela multidão.

> Chegamos lá ainda tinha umas caixas de biscoito aí pegamos umas... eu e mais dois colegas pegamos umas quatro, cinco caixa de biscoito, levamos pra tomar uma... até demos pro pessoal lá também. Mas o senhor coisa falou "Ó, cês vão pra casa que a gente não vai trabalhar hoje não, vamos ver como vai ficar isso aí". Aí quando eu vinha pra casa, fazendo meu trajeto, aí tô chegando em casa,

> aí tô vendo já tão quebrando do lado de cá tudo. Mas o pior é que uns tavam quebrando, outros tavam pegando as caixas administradoras, balança, esses negócios, e eu tava pegando mantimento, e eu ficava com pena sabe do que? Macarrão, esses negócios, nego pisava em cima, quebrava tudo. É uma bagunça (Casemiro).

Casemiro reforça sua fala em relação às máquinas que estavam sendo roubadas dos estabelecimentos. Mas sua fala chama atenção por se conectar com um ponto de vista abordado no documentário *1962 – o Ano do Saque*:

> Olha, eu não vi falar em morte, mas esse saque começou no mercado, dizem que é no mercado ali no calçadão onde era a Papelaria Itatiaia [...]. Mas atrás desse troço aqui tinha outras coisas, tinha muito roubo [...]. *Quem ia pegar balança? Quem ia pegar caixa registradora? Quem tinha carro pra carregar*. Eu não ia sair com uma caixa registradora na cabeça, então... [...]. Mas eu acho que foi isso aí mesmo, mas não foi assim... foi um troço que aconteceu assim, *troço programado mesmo* (Casemiro) [grifo nosso].

A fala de Casemiro reproduz quase que literalmente a narrativa que sustenta os argumentos de Getúlio Gonçalves, o representante da Associação Comercial de Caxias, no documentário de Dutra e Ferreira. O representante dos comerciantes é categórico ao desconfiar da natureza do motim: "Agora esse saque que seria o saque do povo, eu também tenho cá minhas dúvidas se esse saque teria sido autenticamente popular ou se o povo apenas embarcou por um momento, por uma oportunidade qualquer" (DUTRA e FERREIRA, 2014). Ao sugerir que o saque tivesse tido a participação de quem "não ia sair com uma caixa registradora na cabeça", ou seja, Casemiro aponta para a classe média e para pessoas com algum nível razoável de articulação capaz de organizar um "troço programado mesmo". A fala está sincronizada com a desconfiança de Getúlio Gonçalves, de que o quebra-quebra era, na verdade, não produto do "povo" de Caxias, mas de agentes outros, que gente que "veio de fora". O representante dos comerciantes chega mesmo a sugerir que existiu a participação dos sindicatos na articulação do motim. Também compartilhou que viu a "sociedade" levar as coisas, ou seja, uma categoria de pessoas que se aproxima mais de uma classe média organizada que passava longe de estar em quadro de insegurança alimentar, por exemplo.

Getúlio Gonçalves chegou a fazer parte da chamada "Turma do Esculacho", um grupo composto pelos *playboys*[131] das zonas mais nobres de Caxias que se organizaram no contexto pós-1962 para reprimir novas tentativas de levantes e proteger os comerciantes do centro da cidade. No documentário, e em sua produção acadêmica, José Cláudio Souza Alves retoma a importante relação que se estabelece, a partir da organização de movimentos como a "Turma do Esculacho", entre o controle da população e a formação de grupos de extermínio. Forja-se, neste contexto, a ideia do matador como herói (ou anti-herói). Para Getúlio Gonçalves, a Turma do Esculacho não fazia mais do que reagir "normalmente" à desordem que afetava diretamente as suas propriedades.

As falas de Getúlio Gonçalves não estão isoladas. Parece haver algo que une esse tipo de parecer com outras declarações similares, conforme destacamos nos nossos próprios entrevistados, que procuraram, em algum nível, deslegitimar a organização do quebra-quebra. Essas narrativas, em geral, têm alguns pontos em comum com as que legitimam a reação da população: todas concordam com a ideia de que havia um problema de abastecimento no país; concordam também que pessoas estavam em situação de fome; também estão de acordo em relação à existência das filas do feijão, do arroz, da carne etc.; o ponto de divergência, basicamente, é a legitimidade do movimento em razão da possibilidade de favorecimento, aproveitamento ou oportunismo de setores da sociedade que não estavam em situação de penúria. Essa fala cumpre o objetivo de atingir a raiz do motim, a organização do levante, a articulação da reação dos populares. Nessas falas, surge a ideia de que o "povo" caxiense participou do quebra-quebra, mas não o organizou.

Diante disso, é convidativo resgatar os conceitos relacionados às *mitologias políticas* desenvolvidas por Raoul Girardet, para melhor compreender como esses pensamentos se perpetuaram tal qual espectros de suspeição, desde as elites comerciais da cidade até os trabalhadores mais humildes. Para tanto, a fala de Getúlio Gonçalves parece estratégica para analisar que tipo de relação pode ser estabelecida com os conceitos de Girardet. O representante do comércio caxiense profere: "Agora esse saque que *seria* o saque do povo [...]". O pretérito imperfeito surge como desconfiança e desestabilização de uma versão do fato. A desconfiança encontra eco no trecho seguinte: "eu também tenho

---

[131] Dentre eles, o que viria a ser prefeito de Caxias, Hydekel de Freitas.

cá minhas *dúvidas* se esse saque teria sido *autenticamente popular* ou se o povo apenas embarcou por um momento, por uma oportunidade qualquer". Gonçalves expressa sua dúvida em relação à autenticidade da organização do quebra-quebra; sugere que o povo poderia simplesmente ter sido conduzido ou "embarcado" numa aventura anômica urbana.

Raoul Girardet categorizou quatro arquétipos da mitologia política: a Conspiração, a Idade de Ouro, o Salvador e a Unidade. As falas que sustentam a ideia de que o quebra-quebra não foi um movimento "autenticamente popular" podem ser conjugadas com o mito da Conspiração, que alude à narrativa dos complôs articulados através de ambientes soturnos, misteriosos, sombrios e de espionagem. São erigidos às sombras em torno da Organização – uma entidade que caminha entre a abstração e a concretude, conhecida por todos e não conhecida por ninguém, simultaneamente. Para ela, trabalham as forças nômades, peregrinas, viajantes, estrangeiras. Ora, ao sugerir que o quebra-quebra não foi um movimento "autenticamente popular", Getúlio Gonçalves deposita em agentes externos a responsabilidade pela articulação do levante. E se a Conspiração tem como características as sombras que lhe conferem um caráter quase macabro, ritualístico e satânico, assim serão as narrativas que porão ênfase no potencial mórbido daqueles que se rebelaram. O documentário está repleto de depoimentos que testemunham que "mataram com tijolo, amassaram a cabeça dele com tijolo", como o de Getúlio Gonçalves. Não apenas o representante da Associação Comercial, mas a imprensa de uma forma geral investiu e explorou os episódios em que comerciantes foram enforcados, degolados, apedrejados até a morte, desfigurados, colocados em fornos de padaria e assados à morbidez, como se pode observar nesse pequeno trecho publicado em *A Noite*:

> Das cenas dantescas vividas desde a madrugada de ontem pelas populações das cidades de Caxias, Nilópolis, Meriti, N. Iguaçu e outras do vizinho Estado, a que mais dramática se revelou foi, sem dúvida, o bárbaro enforcamento de um negociante, que na tentativa de proteger seu estabelecimento da fúria da multidão desvairada, foi impiedosamente massacrado, a socos e pontapés. Dando vazão aos seus instintos sanguinários, elementos mais exaltados, passando uma corda pelo pescoço do infeliz, já nos estertores da morte, penduraram-no, numa trave do teto do estabelecimento alçando seu corpo ainda em vida com bruscos e violentos puxões da corda[132].

[132] BALANÇO da greve: mortes, saque e até enforcamento. A Noite, Rio de Janeiro, 6 de julho de 1962.

Nos jornais, Caxias emerge como o palco da barbárie, como o avesso da civilização. Saqueadores saindo das lojas com os bens subtraídos sendo saqueados por outros saqueadores. Simbolicamente, a referência era a barbárie. Mas as forças que tramaram contra o comércio de Caxias não são parte da barbárie, mas da Organização. No trecho abaixo extraído de *Última Hora*, o governador do Estado se torna o responsável pela revolta. Não se deve desprezar a construção do discurso que imputa o ônus politicamente o governador, um agente externo astuto e frio. Pouco menos de dois anos antes do golpe de 1964, é possível perceber a construção de certa narrativa soteriológica ordeira em torno do Exército Brasileiro e, com isso, o alinhamento pela imprensa com uma das tipologias mitológicas da política exploradas por Raoul Girardet – o Salvador:

> Ora, a crise não foi gerada pelo povo, mas desencadeada pela incapacidade do Poder Público. No Estado do Rio o que se viu, nos últimos dias, foi o Sr. Celso Peçanha estimular o povo ao saque. E na hora em que explodiu a revolta, o que se viu foi o Sr. Celso Peçanha ordenar à sua Polícia que metralhasse o povo. O sangue dos mortos fluminenses é, agora, a bandeira que a multidão de famintos agita como a anunciar a aproximação de acontecimentos ainda mais graves.
>
> Não fosse a ação pronta do Exército talvez estivéssemos, a esta hora, diante de um morticínio ainda mais brutal, cujas consequências, por certo, não incidiriam apenas sobre a vida do Estado do Rio, mas projetariam sua sombra sinistra sobre todo o território nacional[133].

O estímulo ao saque associado à ordem para que a polícia metralhasse o povo confere ao governador a pecha de uma liderança sanguinária e monstruosa, o que é reforçado com o trecho que afirma que "o sangue dos mortos fluminenses é, agora, a bandeira que a multidão de famintos agita". O tom de *Última Hora* mira na política e mobiliza a morbidez para cumprir seu objetivo. Em *A Noite*, o mórbido parece emanar do povo e é o elemento principal da narrativa; com ele, gera-se precedente para movimentar as peças do xadrez político. Mas a despeito de suas diferenças, as matérias coincidem quando tratam de associar o saque às sombras da articulação conspiratória cujo elemento estético mais notório, o sangue, parece ecoar as palavras de Girardet, quando este declara:

---

[133] JANGO empenhado em solucionar a crise no máximo em 48 horas. Última Hora, Rio de Janeiro, 6 de julho de 1962.

> É de uma mesma constante obsessão que parece depender, aliás, esse terrificante acúmulo de referências animais: a de uma boca monstruosa, sempre ávida, sempre devoradora. Uma boca mandíbula que tritura, traspassa e dilacera, mas também uma boca ventosa que suga e aspira. Uma boca sedenta de sangue, que se lança com sofreguidão às fontes da vida, bebe delas à saciedade e as esgota (GIRARDET, 1987, p. 44-45).

A narrativa da capa de *Última Hora* investe na ideia de como se organizaram na expectativa da "sombra sinistra", não o "povo", mas os grupos associados e previamente articulados, pertencentes às classes médias, a grupos políticos opositores, às elites governantes ou às lideranças dos sindicatos, por exemplo. O Sindicato adquire, no representante da Associação Comercial, o peso da Organização. E, se não é possível provar que são eles os responsáveis pela anomia do saque, é porque tudo foi feito debaixo do silêncio e do pacto de confidência. Complô.

Ao questionar a autenticidade do saque, Getúlio Gonçalves se soma às vozes – ou ajuda a criá-las? – que retiram a agência do "povo" de Caxias, ainda que o motim tenha a participação direta da "sociedade" caxiense. Existe uma oposição curiosa entre "povo" e "sociedade" na narrativa do representante da Associação Comercial. Para ele, "povo" é o conjunto da população da cidade autenticamente pertencentes ao município e limitadas a ele, e que se associam a Caxias a partir de uma inocência quase rousseauniana. É esse "povo" que passava fome, enfrentava filas durante o racionamento de alimentos, que era afetado pelas greves nos transportes. O "povo" é dado como uma verdade absoluta e incontestável. Por outro lado, a "sociedade" é o conjunto das pessoas que mora na cidade mas avançaram quanto à identidade pela inocência. Transitam entre diferentes espaços, tecem redes com estruturas exteriores ao município, são profissionais liberais, capazes de se comunicar com instâncias diversas do poder e possuem consciência política. À inocência do povo, Getúlio responde com a consciência da sociedade.

> Eu acho que o saque veio dirigido. Não fio a população de Caxias que saqueou. Mas o duro pra mim – vocês vão ficar pasmos com o que eu vou dizer – eu vi a sociedade carregando gênero. Latinha de óleo, arrozinho, feijãozinho, batatinha... quando eles me olharam eu falei: "Rapaz, que isso? ". Pô,

> engenheiros, dentistas, advogados, a sociedade de Caxias também levando alguma coisa (DUTRA e FERREIRA, 2014).

O testemunho de Getúlio Gonçalves está sustentado por uma oposição clara entre "povo" e "sociedade". Seus argumentos se baseiam na fratura representada por esses dois conceitos que compõem a população de Caxias. É preciso atentar para a ideia de que existia um todo que foi quebrado, um elo que foi partido, e o documentário de Dutra e Ferreira, tal como organizado, identifica a razão da fratura: o momento político. Getúlio Gonçalves começa sua narrativa falando sobre as questões nacionais, sobre a Campanha da Legalidade, sobre a imposição do parlamentarismo, ou seja, o tempo presente (início da década de 1960) é a razão da *divisão* em Caxias, expressa pela diferença que ele próprio constrói entre "povo" e "sociedade" e que repercute em falas como a de Casemiro, quando este denuncia que houve quem saqueasse estabelecimentos comerciais para levar máquinas pesadas e não propriamente comida, o que somente seria possível se os saqueadores tivessem condições para realizar o transporte, como um carro, por exemplo. Ou em falas como de Ana Maria, que se viu chocada quando viu sua vizinha carregar caixas de cigarro.

Então, os testemunhos que sustentam a ideia de que interesses escusos operaram no quebra-quebra de Caxias fomentam a divisão entre "povo" e "sociedade". Assim, por esta fratura podemos dizer que a Unidade – outra categoria da mitologia política explorada por Raoul Girardet – foi abalada. Uma metade inocente perece pela inépcia que lhe é inata, e a outra metade oportunista avança pela astúcia aprendida ou desenvolvida em ambientes externos. Uma metade, o "povo", incapaz de se organizar, passa fome. A outra parte, a "sociedade", se não passa fome, estimula o caos para dele se aproveitar como se fome passasse, sem necessidade. Se o mito da Unidade é sobre a aventura humana diante do dilema entre o indivíduo e a sociedade (sem aspas), entre a aceitação da liberdade em meio ao caos e o desejo de união visando à harmonia, então sua versão caxiense se dá através do "povo" de Caxias, que é harmônico e ordeiro. Já a "sociedade", como disse Getúlio Gonçalves, "tenho cá minhas dúvidas", porque quando a oportunidade aparece, ela é flagrada "levando alguma coisa".

Ao colocar a “sociedade” em suspeição, Gonçalves ratifica a incapacidade do “povo”, pois este “povo” está inscrito numa espécie de inocência que remete à natureza, à bondade e à ingenuidade, e se opõe aos atributos da “sociedade”. São qualidades que são assumidas como próprias da gente de Caxias. Assim, a Caxias dos trabalhadores, em Gonçalves, é uma Caxias idealizada do ponto de vista político. O lugar dos trabalhadores é onde impera a harmonia. Não existem conflitos possíveis nesta cidade ideal. Então, mais uma vez, Girardet ajuda a compreender como essa Caxias é erigida na narrativa de Gonçalves e em muitas outras, porque ela também se associa a uma outra tipologia da mitologia política – a Idade de Ouro. Trata-se de uma era pretérita, real ou imaginária, precisa ou abstrata, que dialoga com o presente dos sujeitos. É um “tempo de antes”, onde reina a felicidade, que emerge em oposição a um presente decadente, onde impera a desordem. No caso de Caxias, o “tempo de antes” parece ser o mesmo que possibilitou o nascimento de Ana Maria, a Caxias do abacateiro e das brincadeiras na calçada até altas horas da noite. Como a árvore cortada pelo progresso, assim também se deu a inocência atravessada pela ambição e pela corrupção. Parte da população da cidade se corrompeu, associando-se a elementos externos, a personagens macabros e sanguinários, articulados soturnamente em torno da Organização, que pode ser o sindicato, o comunismo, o governo estadual, ou qualquer outra instância de poder que possa atuar sobre Caxias e arrancar-lhe a pureza.

### 3.4.4 O tempo da ordem

> Desde o 5 de julho de 1962, essa classe dominante, sobretudo o setor comercial, havia experimentado a definitiva ruptura com uma visão que os aproximava da população, encarada como um grande mercado consumidor. Se a privatização dos serviços da PM não podia ser obtida de forma legal, restaria a recorrente possibilidade da ilegalidade, usada agora na formação de grupos paramilitares que auxiliassem os setores interessados na classificação de quem era o consumidor e quem era o saqueador, o marginal ou o ladrão (ALVES, 2020, p. 150).
>
> (José Cláudio Souza Alves)

A constatação que elevamos à epígrafe desta subseção parte de José Cláudio Souza Alves, sociólogo que também empresta sua visão ao documentário de Rodrigo Dutra e Victor Ferreira. Na obra dos cineastas, Alves é categórico ao afirmar que o saque de 1962 foi um dos momentos chave para compreender a construção do que veio a ficar conhecido como grupos de extermínio e da ideia de matador como (anti) herói popular. Os grupos de extermínio que deixaram a Baixada Fluminense famosa nos noticiários sensacionalistas e aterrorizaram o mundo com seus índices de criminalidade são um dos mais poderosos tentáculos da violência em Caxias. Não foi o único. O próprio quebra-quebra pode ser visto como um desses tentáculos. As insurreições no campo também o eram, motivo pelo qual talvez nem seja apropriado falarmos de violência urbana, já que o ambiente rural também era atingido pelas marcas do sangue derramado na terra. O que é possível testemunhar, contudo, é um refinamento dessa violência que acometia campo e cidade, e que tinha como princípio as tensões individuais nas demarcações de terra e nos loteamentos, mas que, aos poucos, ganha uma dimensão coletiva, culminando na explosão do saque de 1962.

A partir do saque, os comerciantes caxienses, por meio de sua Associação, articulam-se em defesa da ordem, da proteção e das famílias. A reação ao saque é justificada ou, nas palavras de Getúlio Gonçalves, "[em relação aos grupos armados e aos grupos militares] o que aconteceu foi uma reação *normal* dos comerciantes e de seus familiares. Realmente houve um revide", afirmou no documentário. A repressão à desordem do quebra-quebra abriu uma espécie de precedente para a organização de grupos que atuassem no âmbito da segurança à margem da lei. Na busca por identificar quem era "povo" e quem não era, os caxienses passaram a conviver com a ideia de que era preciso extirpar o mal, eliminá-lo pela raiz, devolvendo à Caxias a sua inocência perdida através do sacrifício. Do mesmo modo, o que operava à margem da lei, também espelhava o que operava dentro dela. Após o saque, aumenta-se a presença dos militares no município, instalam-se novos equipamentos públicos de segurança, que incluem batalhão, delegacia, além da própria presença física dos agentes de segurança do Estado nas ruas.

A repressão à população caxiense pelas forças do Estado também são uma marca do "tempo da ordem" representado pela ditadura civil-militar. Na busca para distinguir

entre o “cidadão” e o “bandido”, a classe trabalhadora era, de longe, a que mais sentia o poder das fardas. São inúmeros os exemplos trazidos à baila pelas memórias dos entrevistados que evidenciam as assimetrias entre aquele que porta o revólver e aquele que porta, ou não, a carteira de trabalho. Uma das características que atravessou boa parte das narrativas em torno da repressão foi a opção pela invisibilidade. Alguns entrevistados trouxeram em suas memórias relatos pessoais ou de testemunhas próximas de si que estiveram em sob a lógica do medo, onde entenderam a importância de tornar-se invisível para sobreviver ao controle ostensivo das forças militares. Casos como o levantado por Ana Maria, no segmento abaixo, são lidos pela entrevistada como um gesto de risco. A aposentada não tergiversou ao dizer que o afastamento das disputas políticas seria a melhor opção:

> Não vi ninguém ser torturado parente meu, mas vi amigos que sofreram tortura, dois desapareceram que nunca mais ninguém achou, outros cumpriram prisão e depois voltaram, retornaram, outros passaram a tortura e tornaram a se meter na política, entendeu? Esse é até conhecido meu, o Sérgio que era dono de uma coisa ali, papelaria. Era funcionário da Petrobrás e era contra o governo. Foi preso, foi torturado, isso que a mulher dele contava pra gente. Depois voltou e ainda se candidatou a vereador. Ah, para com isso! Eu dava uma banana pra esse país (Ana Maria).

Postura semelhante de afastamento foi adotada pelo pai de Euclides. O professor hoje consegue compreender as razões que levaram seu pai, tão brizolista quanto Ana Maria, a fugir do risco representado pelo posicionamento explícito contrário ao regime:

> Meu pai tinha uma consciência de cidadania, porque meu pai era um velho brizolista, velho getulista, e ele morria de medo, porque ele tinha emprego no Governo Federal, com aquele empreguinho miserável dele ele bancava a família, então ele se trancava, não falava nada, ele morria de medo dele ser um alvo, não era exatamente um militante, mas ele um simpatizante. Muito tempo depois, que eu sou pesquisador, que eu identifiquei isso, daí aqueles comportamentos meio estranhos do meu pai, aquela coisa meio distante dele, não queria falar de política (Euclides).

Benedito parece concordar com Ana Maria e com o pai de Euclides. Como a repressão impusesse o medo aos trabalhadores, o melhor caminho seria evitar estar em

evidência. O dilema que se impõe, entretanto, reside na impossibilidade de se tornar invisível quando a cor da pele desnuda o sujeito. Benedito era um homem preto e, como tal, sabia que, independentemente do delito apontado pela acusação, dele já seria considerado suspeito. Como driblar a suspeição?

> Eu via os outros sofrendo, eu driblei, eu driblei bem. Que nem eu tô falando pra você, não quero saber dos outros, quero saber de mim, isso aqui é o que eu tenho pra fazer pra ganhar meu dinheiro, isso aqui vou fazer pra ganhar meu dinheiro. Esse aqui é o ônibus que eu pego pra ir pra casa, por causa de que que eu vou parar no meio do caminho? Vou pra casa. Entendeu? (Benedito).
>
> ***
>
> Eu, como pessoa de cor, tive que ficar bem distante mesmo, sempre sobrou pra gente [...]. Essas coisas assim sempre sobrou pras pessoas de cor, então a gente procurava ficar bem distante, "ah, tão discutindo ali", se eu puder, eu não passo ali. Eu vou ficar parado olhando? Qualquer coisinha sobra pra gente. "Que que você tá fazendo aqui? Então foi você, né! Você que é o agitador! " (Benedito).
>
> ***
>
> As pessoas vão fazendo comentários, e o comentário pode acarretar problemas. Eu procuro trazer as pessoas pra razão, assim "Ó, é melhor você deixar isso de lado, o trabalho da gente aqui é outra coisa, esquece", entendeu? Até porque também eu sou músico, aí o meu negócio mais era [...] outra coisa, era fazer bar, era cantar, zoar, pra fazer os outros dançar (Benedito).

O caso de Benedito é ainda mais emblemático. O rebobinador de motores era músico. O entrevistado guardou durante quase toda a entrevista a informação de que era vocalista de uma banda chamada *Stop*, junto com seus irmãos. Causou estranheza e curiosidade o fato de que essa informação tivesse passado quase despercebida pelo entrevistado durante boa parte de seu depoimento. Toda a narrativa de Benedito foi construída em cima da progressão profissional a partir de cursos, formação técnica e conquistas ligadas ao universo do trabalho. Quando houve oportunidade e o interesse em ouvir mais sobre sua história pregressa como músico, o entrevistado chegou a parar a entrevista para buscar uma guitarra dentro de sua casa. Trouxe à cena, examinou-a, explicou de que era feita, comentou sobre as possibilidades de reparo, reforçou a afeição que tinha com o instrumento, e arriscou algumas letras em inglês, sem que falasse uma frase sequer neste idioma. A banda apresentava sucessos internacionais com fonemas improvisados, mas talentosamente afinados. Benedito era vocalista da *Stop* e se apresentava não apenas em Caxias, mas em outros locais do Rio de Janeiro.

Não restam dúvidas de que o passado de Benedito pode ser lido através das lentes da dimensão estética da cultura histórica. Seu repertório musical, a relação com a cultura internacional e sua performance como uma banda caxiense formada por integrantes pretos e migrantes compõem elementos sensíveis significativos através do qual é possível ler o passado. A aprendizagem histórica é possível a partir da profissão suprimida do entrevistado, não apenas pela banda ou pelo repertório em si, mas pela relação que Benedito, como homem preto, "de cor", estabelecia com a sociedade. Visível, cantor, músico, o artista precisava se invisibilizar se quisesse continuar a cantar. Se um das marcadas da ditadura civil-militar em Caxias foi a imputação da invisibilidade aos trabalhadores como estratégia de sobrevivência, inegavelmente a outra foi o abortamento e/ou o sepultamento de sonhos e talentos que escapassem ao que era esperado para a classe trabalhadora[134]. O homem preto que teve sucesso com uma banda chamada *Stop*, foi ele mesmo vítima do significado do nome de seu grupo musical. Benedito *parou* seus sonhos, sua banda, sua música, seus *shows*, para seguir com a carteira assinada como um profissional de rebobinamento de motores, o que lhe garantia – ou quase – não ser interpelado pelas forças do Estado.

Casemiro também testemunhou sobre as muitas vezes que esse documento foi utilizado como escudo para o livramento em relação às abordagens policiais. O aposentado dá detalhes de como se davam as abordagens dos agentes da repressão, o que nos dá uma ideia dos tipos de critérios estéticos e dos métodos nada ortodoxos utilizados para definir quem era "trabalhador" e quem era "vagabundo":

> Se você fosse num baile de carnaval, você tinha que ir com a carteira no bolso, pra você entrar no baile você tinha que mostrar que a sua carteira tava assinada e trabalhava, que você não era vagabundo [...]. Fui abordado muitas vezes, tirava a carteira, mostrava e a gente ia embora. [...]. Se você tivesse sem a carteira no bolso tava arriscado parar na delegacia... Sabe o que acontecia? Tinha um detetive aí que tinha o negócio da laranja, essas calças boquinha que

[134] É importante ter em mente a diferença do impacto da ditadura entre os artistas das camadas mais altas da sociedade e artistas periféricos e pretos, como Benedito. A proposta aqui não é negar que o regime tenha impactado nomes consagrados da arte, alguns dos quais foram censurados, presos ou exilado. Trata-se de perceber que esses nomes, majoritariamente, puderam retomar sua arte, o que quase nunca foi possível aos artistas de periferia, ou quando possível, de modo muito distinto. É como se a dimensão artística tivesse sido sequestrada das camadas mais populares em regimes de exceção, mais ou menos como na máxima que diz que ao trabalhador só lhe é permitido o trabalho.

> nego tá usando agora, naquela época você não usava uma calça boquinha [...]. Se ele aparecesse com a equipe dele e se ele pegasse você com uma calça boquinha, apertadinha, o que acontecia, ele jogava laranja, se a laranja não passasse, ele pegava a tesoura e *vupt*!, cortava (Casemiro).

Os relatos não afirmam categoricamente, mas nos permitem pensar que as terras caxienses eram possivelmente um dos territórios utilizados para o desenvolvimento e o refinamento dessas metodologias de abordagem nada ortodoxas. A intensificação da abordagem com base em estilo de roupa, tipo de cabelo, cor da pele, parecem ter sido naturalizadas e apresentam seus efeitos até os dias de hoje. É possível identificarmos continuidades em relação ao comportamento das forças militares e sua relação com a população. Há, também, rupturas que os próprios entrevistados sinalizam. Por exemplo, a ideia de que no passado havia a presença do Estado (através da repressão), ao passo que, hoje, as forças de segurança se mostram decadentes. Forja-se, aos poucos, o pensamento de que o passado era seguro devido à presença ostensiva desses agentes; por outro lado, no presente, outros agentes atuam para enfraquecer a segurança na sociedade. Vejamos:

> Sinceramente... o país... antigamente era outra coisa, a gente às vezes ficava até dez horas [da noite] conversando, cinco, seis, sete [pessoas] batendo papo, conversando, criança, né. Se passasse um guarda noturno próximo daquele bolinho "Por que é que vocês tão fazendo esse bolinho aí? Que que é isso aí? Vou dar uma volta aí, se eu voltar e vocês tiver aí..." (Casemiro).
>
> ***
>
> Aí você diz assim, hoje em dia os caras [criminosos] tão fazendo bagunça, os caras [policiais] passam... fui pagar o boleto do coisa ali, "Segurança Presente", só que [...]. tem que cortar a fila desse lado pra ir pro outro lado, dois "seguranças presentes" aqui, a fila cortou aqui e foi pro outro lado, a mulher entra na fila aqui, a mulher que tava do lado de cá veio brigando com a mulher, os "seguranças presentes" que estavam do lado não falaram nada com a mulher. Que "segurança presente" é esse? (Casemiro).

Danilo também parece investir na reprodução do pensamento de que o passado ditatorial era seguro, devido à presença dos agentes da repressão, e o presente democrático, em termos de segurança, seria enfraquecido e incompleto. A ditadura é percebida como um mal, mas com benefícios –mal menor – que precisam ser observados. A democracia, por sua vez, perde seu valor ontológico. Em Danilo, ela se torna uma "falsa democracia", onde prevalecem relações políticas e autoritárias similares ao regime de exceção.

> Os assaltos não tinham muito porque o guardo noturno rodava e [...] por exemplo, os policiais pegavam ônibus de linha, [...] General Rondon, eles pegavam o ônibus General Rondon, normal, a pessoa ia dando sinal, ele ia parando e "Documento? ", [se] não tem, ia pra delegacia. [Risos] Era assim, então isso inibia muito, hoje você vê, o cara anda armado pra tudo quanto é lado, antigamente isso não tinha. É o único aspecto que eu acho que a Ditadura ganhava no Brasil, que ainda é muito difícil a Ditadura ganhar de qualquer coisa da Democracia, mas... Apesar de que a gente vive num país com uma falsa democracia (Danilo).
>
> ***
>
> O que quer dizer uma democracia falsa? Você não tem direito de ir e vir, não tem direito a sua opinião em certas coisas, você pode dar opinião, pode falar, mas você não é ouvido [...]. Como agora, o presidente da república quis fazer o armamento, dar arma pra todo mundo. Eu acho que tinha que ter um plebiscito pra ver se o povo quer isso ou não, tá entendendo? É isso que eu acho que é a democracia, agora a gente elege o cara pra ser nosso representante, pra ele decidir por nós sem a nossa opinião. Isso não é democracia, então vivemos numa semidemocracia. Algo incompleto, muito incompleto (Danilo).

O biólogo é convicto de que o passado ditatorial, na prática, apresentava benefícios, se comparado ao tempo presente. Se ele manifesta em suas palavras a condenação do regime em si, especialmente devido a práticas como tortura e censura, por outro lado aquele regime desponta como referência em termos de segurança, economia e ilibação.

> Não, pelo contrário, acho até que fui beneficiado [pela ditadura]. Porque a gente trabalhava, tinha uma certa proteção, na minha época de adolescente, se você ficar na rua até dez, onde horas da noite sem uma carteira assinada você pegava "vadiagem", então isso evitava muito crime, muita coisa, hoje em dia não tem isso. Toda pessoa tem direito de ir e vir, toda pessoa tem direito de ficar na rua o horário que ele quiser, mas como a segurança no Brasil, essa vertente eu acho que valorizava a ditadura. Porque a ditadura não permitia essa criminalidade na madrugada. Tinha guarda noturno antigamente, os guardas noturno rodava as comunidades (Danilo).
>
> ***
>
> É, você tinha que ter carteira de trabalho assinada, um documento que você trabalhasse. Se você não tivesse, e tivesse na rua, o que eles alegavam? Não tem que ficar na rua, quem não trabalha é vagabundo. Essa era a ideia deles. Mas naquela época, também, o desemprego era muito menor, hoje o desemprego é absurdo, então você não pode fazer um esquema desse, e que é uma coisa ruim também, mas para assalto, essas coisas, eu acho que eu fui beneficiado nesse aspecto (Danilo).

A Caxias de Danilo parece ser uma outra cidade, muito diferente daquela em que Euclides nasceu e cresceu. Embora ambos tenham semelhanças em suas trajetórias (descendentes de migrantes, nascidos no início da década de 1960, professores etc.), Danilo e Euclides são personagens opostos em termos de como percebem o passado da cidade. Euclides é historiador, é negro, morador de bairro periférico de Caxias, e mobiliza os conhecimentos científicos em sua área profissional para se orientar em relação ao presente. Danilo é biólogo, é branco, morador de bairro elitizado de Caxias, e mobiliza sua trajetória individual para avaliar o passado e se orientar no presente. Assim, se para ele no tempo da ditadura o desemprego era menor, para Euclides:

> É o auge do desemprego, a falência do projeto de ditadura militar do país potência, e no grande crescimento da dívida externa, na concentração de recursos pra atender a dívida externa, o desemprego bruto. Os anos 80 foi um sacrifício para aquela juventude, aquela juventude desapareceu, ela foi exterminada (Euclides).

A polícia e os guardas noturnos que garantiram a proteção de Danilo são os mesmos que asseguraram o extermínio da juventude contemporânea a Euclides, inclusive seus próprios amigos dos times de futebol de várzea. Euclides consegue conectar sua experiência pessoal, de maneira crítica, ao projeto de nação da ditadura civil-militar de 1964 e às suas dimensões econômicas, sociais e políticas. Ao mesmo tempo, seu olhar é preciso ao discorrer sobre o processo de formação das forças paralelas de segurança na cidade, as chamadas "polícias mineiras", que cresceram em aliança com setores do comércio da cidade.

> A maior parte desse eram a polícia mineira, os informantes da polícia civil eram a polícia mineira, porque eles eram habilitados, né, a usar arma, inclusive. Os guardas noturnos, os informantes, a maior parte deles dos bairros, ou policiais militares mesmo, também viviam sobre condições salariais terríveis, se associavam aos comerciantes e todo mundo ganhavam com essa "associação" (Euclides).

Felipa também é testemunha da metodologia pouco ortodoxa dos militares, que ganhou ares de ortodoxia na periferia da Baixada Fluminense. A juventude sofria com as

abordagens truculentas dos agentes da repressão e buscavam estratégias para fugir do controle desses militares, algo que vai ao encontro da análise de Euclides.

> Foi assim: meu irmão com os colegas, jovens, muitos gostavam de tocar violão... meus 15, 16, 17 anos, aí os meninos, tinham alguns que tocavam violão, tinham violão, queriam tocar seu violão, outros cantavam... brincavam de cantar, né. O Exército vinha pela pista, e aí a gente não sabia que isso era ditadura. Eles tocavam violão, cantavam na beira da estrada, a gente, as meninas, também ficavam juntas, todo mundo, a vizinhança, e quando o Exército vinha, a gente não sabia o que era ditadura, eles chegavam e falavam que tinha que ter carteira assinada. Quem não tinha carteira no bolso ia preso, o Exército botava dentro do caminhão e dava o nome de vadiagem. Eles eram preso por vadiagem, tava com o violão na mão, cantando, conversando na beira da estrada e era preso por vadiagem, tinha que estar com a carteira no bolso e assinada, aí ele liberava. Muita das vezes, também, eles olhavam na mão, se tava com a mão calejada era trabalhador, se tava com a mão lisinha aí era vadiagem, aí levava preso. Aí levava pra delegacia de Campos Elíseos, até apanhavam, muitos apanhavam. Às vezes ficavam dias e dias lá, até a família poder ir lá soltar, isso quando conseguia ir lá soltar, às vezes nem conseguia [...]. É muito triste isso. Aí a gente não sabia o que era ditadura, mas sabia que tinha uma violência atrás da gente, aí começou a gente a se resguardar, quando vinha o caminhão do Exército, aquele caminhão aberto com os homens dentro, a gente corria e se escondia, e se eles vissem correndo pra se esconder, eles iam atrás, muitas das vezes os soldados iam até nos becos pra poder ver se viam alguém, porque eles viram correr (Felipa).

O relato de Felipa impressiona pela riqueza de detalhes em relação à abordagem dos militares e pela forma como se comunica com as informações trazidas por Euclides, que conhece o passado da cidade não apenas por suas memórias, mas pelas competências cognitivas da historiografia. Mas a entrevista de Felipa, em si, pareceu mais forte do ponto de vista da permanência dos dispositivos perpetradores do medo sobre a população trabalhadora periférica e preta de Caxias. Suas palavras atravessam o tempo e as gerações, mobilizam as memórias de seu pai até a criação de seus filhos. Felipa é o vértice que conecta duas outras gerações marcadas pelo pavor da polícia. A gênese do horror nasce do acúmulo de experiências persecutórias desde a época em que era menina, no contexto dos anos 1960 e início dos 1970, sofridas pelo seu pai. Na época em que a ditadura não tinha nome[135], o homem utilizava uma bicicleta para se locomover em distâncias

[135] "Eles chamavam de vadiagem, né, a ditadura, né, então eu não sabia o que era ditadura, eu não tinha noção, ninguém falava sobre ditadura. Fomos saber disso depois, estudando, a gente cresce e a gente vai

consideráveis em um bairro praticamente desprovido de serviços de mobilidade urbana. Quase diuturnamente, seu pai aparecia com os joelhos machucados, porque o carro da polícia passava por ele e o derrubava da bicicleta. Em uma das vezes, o homem precisou ser hospitalizado, tendo sido indevidamente movido pelos policiais no local em que ocorreu a queda, o que lhe causou prejuízos tais que comprometeram o final de sua vida.

> Meu pai tinha uma bicicleta, aí nesse período que ele aprendeu a profissão de bombeiro hidráulico [...], às vezes ele vinha de bicicleta, saía de bicicleta de casa pra fazer alguns bicos, alguns serviços, e isso já estava com meus 17, 18 anos, as coisas estavam bem evoluídas, ele ia de bicicleta pro Parque Amorim, rodava de bicicleta, rodava o bairro, era comum. Muitas das vezes ele chegava em casa com o braço ralado, joelho ralado, rasgava sempre a calça, aí minha mãe perguntava "Ah, A****, que que houve? Que que aconteceu? De novo, você caiu de novo? ", "É, a 'Joaninha' esbarrou na minha bicicleta", que é a patrulhinha, a PM. Então meu pai foi muito perseguido, a gente fala que ele teve uma perseguição até a morte dele. Eu falo que meu pai foi morto pelo Estado, porque meu pai foi perseguido nesse período que ele saía de bicicleta e voltava. E ele falava que tinha espaço para eles passarem, mas eles jogavam o carro pra cima e ele caía, o joelho ralava sempre, sempre com frequência, aí minha mãe falava "Poxa, por que eles fizeram isso? ", aí meu pai sempre respondia "Eu não sei por que eles fizeram, eu não sei, mas alguma coisa tem em mim porque eles não gostam de mim". Aí fomos ver depois que era o preconceito, né, será que existia, né? Existia, né. Uma pessoa negra andando de bicicleta e tava sempre sendo esbarrado pelo carro... não atropelava, mas faziam de tudo pra aquela pessoa cair e se machucar, entendeu? (Felipa).

A queda derradeira deixou o pai de Felipa internado por mais de vinte dias. A imperícia dos policiais que prestaram os primeiros socorros, somada ao quadro de escassez de recursos para o atendimento à saúde, contribuíram para que o homem viesse a óbito após semanas de internação. Para Felipa, o presente acumula a continuidade das injustiças sofridas por ela e sua família no passado.

> Mas, do jeito que fizeram, foi tudo errado, já começou errado aí, por isso que eu falo que o Estado assassinou meu pai, porque a polícia é o Estado, nós pagamos eles pra isso, pra eles trabalharem, mas eles trabalharam totalmente errado e continua até hoje, né, a gente tá acompanhando isso, então foi um período muito ruim, meu pai ficou 21 dias internado sem recurso, fez todos os exames, mas tinha que aguardar uma ambulância pra levar ele lá no..., ele tinha

---

sabendo que 'Poxa, então aquilo que a gente passou foi a ditadura! A gente viveu nesse período também', foi parte da ditadura" (Felipa).

> que fazer um exame específico, mas não tinha ambulância pra levar ele, no Hospital de Saracuruna, meu pai ficou 21 dias internado até vir a falência dele. Foi muito triste (Felipa).

Eis, aí, uma população a ser contida, seja por uma abordagem repentina dentro de uma condução, seja pela perseguição sistemática a um trabalhador que pedalava sua bicicleta. A face da ditadura civil-militar em Caxias revelou não apenas os modelos clássicos de repressão a movimentos de resistência organizados, mas também a ação controladora do Estado sobre trabalhadores, reproduzida e alimentada pelo racismo estrutural. Era o "haitianismo fluminense" que agia para prevenir novas insurreições como a de 5 de julho de 1962. Tudo isso em nome da ordem, da harmonia, da restauração nostálgica da felicidade do "meu tempo", da presentificação do passado à força da bala. O golpe de 1964 deu continuidade à repressão na cidade; não a inaugurou. O controle militar na fila dos alimentos racionados é anterior ao saque e se estende para depois de 1964, de forma que para a população trabalhadora da cidade, costumeiramente, a construção do sentido do passado passou a ser operado justamente a partir desses dispositivos de controle, repressão e vigilância, muito mais do que, propriamente, pela cronologia dos acontecimentos. E é por isso que, não raro, ouve-se falar do quebra-quebra como um feito da ditadura civil-militar em Caxias. E é também, por isso, que não é possível lermos o sentido deste regime em Caxias se não tomarmos o 5 de julho de 1962 como elemento significante para a memória de sua população.

Nas entrevistas que foram realizadas, essa associação entre quebra-quebra e ditadura civil-militar emergiu quase que espontaneamente dos entrevistados. Ela reflete uma percepção absolutamente comum entre os mais velhos de Caxias, que é falar do saque de 1962 como algo próprio daqueles governos militares. Separamos trechos das entrevistas de Ana Maria, Benedito, Casemiro e Euclides para discorrer sobre essa associação:

> Ditadura foi aquele dia triste, sem contar os quebra-quebra que teve (Ana Maria).
>
> ***
>
> Aí teve um... qual era o nome daquele armazém que a Maria Pica Pau pegou a caixa de alho e veio trazendo, que depois a caixa caiu no valão? Saque. Tavam saqueando as coisas. É Ditadura, nesse período, tá entendendo? [...] A época?

> Isso foi em 64, o povo tava meio coisa e começaram a fazer essas badernas. Quebraram a Açúcar Pérola, aquela coisa toda... (Ana Maria).
>
> ***
>
> Revolta de alguma coisa... [...]. Eu era tão jovem, sei lá. Quando teve a Ditadura em 64, eu tinha 18 anos. Tá entendendo? Eu era bem jovem (Ana Maria).
>
> ***
>
> Depois teve o problema também do Regime Militar, começou a faltar feijão, começou a faltar arroz, aí a gente tinha que ir pras filas, não era igual você chegar no mercado agora e ter cinquenta marcas de arroz e você escolhe, não, era aquele arroz que vinha e marcava assim, por exemplo, Rua Capitão Damasceno, caminhão vem e tal, aí a pessoa fazia aquela imensidão na fila pra comprar o feijão argentino, o arroz que vinha não sei daonde, tá entendendo? Isso foi ruim? Foi, isso foi muito ruim. Agora, eles quererem dizer, o cara falar outro dia "Tomara que a Ditadura voltasse", eu falo "Pelo amor de Deus, não volta, não" (Ana Maria).

Nos trechos transcritos, Ana Maria claramente se posiciona contra a ditadura civil-militar. Durante a entrevista ela lista algumas razões para assumir esse posicionamento, mas nestes trechos resta evidente que a situação de carestia que se associa ao quebra-quebra é, sem dúvida, uma de suas principais motivações. Ao mesmo tempo, Benedito também se coloca:

> Por isso que tava esse negócio dessa opressão de todos os jeitos, tanto nas comunicações que as pessoas eram vigiadas com o que falava, quanto na maneira, nas coisas que as pessoas compravam, que as pessoas faziam. Já tinha a dificuldade de dinheiro e depois as coisas tavam sumindo da prateleira, por isso que aí o Exército fez isso... (Benedito).
>
> ***
>
> Eu sei que o caminhão do Exército ficou ali na praça Roberto Silveira ali em Caxias, naquela subida ali dos Correios, aí o pessoal fazendo fila, aí chegava lá 1kg de arroz, 1kg de açúcar, 1kg de feijão, macarrão. [Isso foi] depois do quebra-quebra. Isso aí foi depois do quebra-quebra, quando o Exército meio que tomou conta, entendeu, aí o Exército ficou tomando conta, ficou no comando. Eu não me lembro se o governo ainda era Jango ou se era Castelo Branco (Benedito).
>
> ***
>
> O Juscelino [sic] tava organizando, querendo reunir as pessoas, aí eles fingiram que tavam do lado dele, deram as costas, se reuniram e foi quando deu aquele golpe, que nego falou, que teve quebra-quebra, que nego fugia, eu lembro que nego falava depois, a história que estavam contando, que o Brizola saiu vestido de mulher, meteu o pé para os Estados Unidos (Benedito).

As memórias de Benedito tendem a fundir o saque de 1962 com a ditadura civil-militar. O quebra-quebra e o golpe de 1964 são unidos na mesma narrativa, quase que em sequência e com relação de causa e efeito. Em suas memórias, as filas da fome parecem protagonizar a narrativa, assim como o papel de vigilância e repressão desenvolvidos pelas forças de segurança do Estado. O entrevistado chega a manifestar explicitamente não saber se os fatos rememorados correspondem ao governo de João Goulart ou Castelo Branco. Em outro momento, nitidamente confunde o presidente Juscelino Kubitschek com João Goulart. Assim como lhe escapa a precisão do mandatário, também lhe escapa a cronologia, e o quebra-quebra, na mesma linha de raciocínio, torna-se um episódio do golpe de 1964. Casemiro é, dos entrevistados que possuem memória sobre o quebra-quebra de 1962, o único a distingui-lo da ditadura civil-militar. Enquanto sua filha comentava, durante a entrevista, que na Baixada Fluminense não houve grandes impactos diretos em relação à resistência às forças da ditadura de 1964, como os movimentos estudantis que atuaram no Rio de Janeiro, senão "alguns tumultos", seu pai replicou instantaneamente: "Não, o tumulto que teve em Caxias não foi isso, não". E então explicou o que seriam, na verdade, os tumultos de Caxias, deixando claro que:

> Não, em Caxias foi o quebra-quebra [...]. Até hoje eu me lembro dessa cena, cara. O cara com um pedaço de carne seca nas costas carregando enorme e o cachorro atrás. Aí, vem ele... aí eu "Caramba, que isso? ", aí quando eu cheguei no trabalho, eu vi que o pessoal tá tudo do lado de fora do trabalho, "Que que tá havendo cara? ", "Aí, o pessoal tá quebrando tudo, cara, olha só", falei "Que isso, cara! ".

Danilo, Euclides e Felipa, os entrevistados nascidos respectivamente em 1960, 1963 e 1961, obviamente não têm lembranças próprias do quebra-quebra, ocorrido em 1962. Porém, Euclides se manifestou na entrevista quando o assunto veio à tona. Ele, que é historiador e parte do grupo dos acadêmicos que se têm se debruçado sobre o passado de Caxias, e estudados por Ana Enne em sua tese de doutorado (ENNE, 2002), foi questionado sobre a peculiaridade bastante usual na população da cidade de associar o quebra-quebra de 1962 à ditadura civil-militar. Esse fenômeno é absolutamente curioso e está presente em muitas famílias caxienses que testemunharam o acontecimento. Quando o assunto "ditadura" chega a essas pessoas, elas acionam imediatamente a memória do

“quebra-quebra”. O professor Euclides atribuiu à dinâmica da memória a explicação para o fato, considerando que a memória em questão incidia tanto sobre a fome e o racionamento de alimentos quanto sobre o aumento da repressão após o saque.

> O saque, ele marcou a memória da cidade, violência terrível por conta da configuração política da época, desabastecimento, uma forma de desgastar o governo do João Goulart, uma pressão dos sindicatos dos ferroviários, um desejo legítimo das pessoas de ter acesso à alimentação, uma reação ao empoderamento dos comerciantes locais em relação aos estoques, tudo isso virou um barril de pólvora que explodiu num grande saque aqui na cidade onde morreu gente pra caramba (Euclides).

E então, Euclides mobiliza o conhecimento historiográfico sobre a cidade para discorrer sobre a dança entre a memória e a história.

> Você tinha crise de racionamento nas cidades, 64, 68, 70, que criavam uns negócios chamados Fila do Feijão. Já ouviu falar nisso? Então, esses racionamentos estão vivos na memória, inclusive a minha, eu já fui na Fila de Feijão com a minha mãe. Na época a gente virava a noite pra comprar um quilo de feijão. Mas esse não é o saque de 62, mas essa relação da memória leva até o saque. Então é como se fosse um espelhamento da memória, e de qualquer maneira tá ligado, tá ligado a essas crises de abastecimento cujo grande auge da violência é o saque. A outra consequência é o aumento da repressão da cidade, porque o 15º Batalhão vem pra Caxias em 63 (Euclides).

A “Fila do Feijão”, assim como todas as outras filas para adquirir suprimentos existiam tanto antes do saque de 1962 quanto depois do golpe de 1964. Elas são um elemento fundamental na atribuição de sentido do passado. A cronologia dos fatos, os marcos políticos e a historicidade associada às competências cognitivas da cultura histórica são diluídos na penumbra do passado. Nela, o elemento mais marcante são as sombras da fome, do racionamento, da carestia, das filas do feijão, do arroz e da carne. Esses são os elementos sensíveis que roubam a cena quando dimensionamos a aprendizagem histórica a partir dos elementos da cultura histórica, e que foram muito bem capturados pelas lentes de Rodrigo Dutra e Victor Ferreira, ao abordarem a crise de abastecimento ocorrida em 1962.

De forma semelhante, a historicidade em relação aos dispositivos de ordem parece sucumbir em algumas narrativas que resistem sustentando a posição de que a ditadura civil-militar brasileira se constituiu através de aparatos de segurança e estabilidade minimamente admiráveis, sem contar a prosperidade econômica que, diante do tempo presente, apresenta-se como superior. Decorre destas narrativas o sentimento nostálgico, como se pudesse o tempo restaurar no presente o passado forjado pelo próprio presente na seara das disputas políticas. O exame de outras experiências de cidade, de outras trajetórias construídas sobre territórios periféricos, com todas as suas estratégias e engenhosidades criativas para sobreviver à ordem que hoje é reivindicada nostalgicamente, demonstra que a história nacional dos grandes processos, como é o caso da ditadura civil-militar, pode ser enriquecida tanto quanto explicada a partir da vida daqueles e daquelas que precisaram se tornar invisíveis para sobreviver, aqueles e aquelas que esperançosamente ofertaram à história as suas memórias, no intuito de que, no curso desta tese, possam se tornar visíveis e serem reconhecidas como herdeiras legítimas da cidade que ajudaram a construir.

## CONCLUSÃO

Quando o projeto desta tese nasceu, ele recebeu um título que sinalizava a importância da memória para a orientação dos sujeitos em relação a passados difíceis, como era o caso da ditadura civil-militar no Brasil. Chamava-se "Entre lembranças e silêncios: ensino de história e a construção da memória sobre a ditadura civil-militar na Baixada Fluminense". O objetivo geral que norteou o projeto antes mesmo de ser submetido à banca de seleção deste Programa de Pós-graduação era investigar como se dava a construção da memória sobre a história recente do Brasil nos círculos familiares e de convivência de estudantes da educação básica, considerando experiências e expectativas dos respectivos sujeitos, sua consciência histórica, e tendo como eixo norteador suas lembranças relatadas para educandos da Baixada Fluminense.

Ao longo dos meses, tornou-se evidente a enorme abrangência do tema, o que fez parecer necessário limitar um pouco mais o objeto de pesquisa. Para tanto, foi necessário refletir sobre a alma da investigação, ou seja, a raiz do interesse daquilo que deveria ser pesquisado. E então o projeto foi renomeado. Àquela altura, o título "Dos porões da memória a memória dos porões: o ensino de história e as disputas de narrativas sobre o doloroso passado ditatorial brasileiro" pareceu mais adequado a uma perspectiva mais específica sobre o objeto de pesquisa. Tratava-se de comparar os elementos que compõem a memória – o que chamei de porões – à memória daqueles que passaram por experiências de cativeiro, repressão e tortura durante a ditadura. Tudo isso, porém, associado ao campo epistemológico do Ensino de História, e todos os debates envolvidos nesta área do conhecimento. Um misto de ousadia com ingenuidade. Inviável, é claro.

Durante quase dois anos foi necessário revisitar o epicentro motivador do interesse da pesquisa que ora se revela como tese. Foram meses árduos repletos de reveses até que, finalmente, nascesse "A nostalgia da ordem: cultura histórica, memória e ditadura em Duque de Caxias (RJ) ". Entre alguns lutos enfrentados durante o desenvolvimento da pesquisa, revela-se aqui o alvo do que seria, talvez, o primeiro deles: o Ensino de História. O luto por esta área do conhecimento não diz respeito à sua morte em si, mas ao abandono deste campo pelo projeto. Sigo esta linha de pensamento para dizer que o caminho que esta tese percorreu foi de uma reflexão profunda sobre aquilo que realmente incomodava

seu autor. Quais as raízes da angústia sentida, quais as lacunas e as demandas que o presente apresentava?

Durante muito tempo, confesso ter atribuído ao Ensino de História uma responsabilidade maior do que ele realmente possui (penso eu) em relação à história do país. Talvez não devesse sequer chamar de responsabilidade, mas de culpa mesmo. E esse sentimento, em parte, refletia um senso muito perverso e exagerado de autocobrança e de frustração pessoal diante do devir histórico. Ora, o tempo não é linear; esta figura entre as primeiras lições que o conhecimento acadêmico apresenta aos calouros de História. Ocorre que, de tão óbvio, tornou-se invisível aos olhos, imperceptível aos sentidos. Viver as curvas do tempo correndo em espirais foi um processo tão surpreendente quanto dolorido, mas foi graças a este processo que foi possível compreender o problema a ser investigado na pesquisa e definir o alvo desta investigação, que era a relação da população trabalhadora da cidade de Duque de Caxias com o seu passado a partir de suas memórias e da relação que elas estabelecem com a cultura histórica do município.

Compreendi que era injusto imputar ao Ensino de História mais uma cobrança, diante de tantas que este campo vem sofrendo nos últimos anos, além dos ataques que surgem vociferando ódio contra cientistas, professores e outros agentes educadores. Também abri mão, a princípio, de tomar a ditadura civil-militar como o centro do meu interesse; ela deixou de ser o meu objeto para ser o cenário sobre o qual as memórias deste segmento da população que eu buscava atuariam. E então fui compreendendo que a minha pesquisa seria caracterizada menos por uma investigação sobre um período histórico e mais por uma articulação entre o debate conceitual em torno da cultura histórica e de suas três dimensões – cognitiva, política e estética – com um certo pragmatismo representado pelas memórias de um determinado segmento da população.

Grande parte deste debate foi desenvolvida articulando o conceito de cultura histórica com os de memória e testemunho, com o objetivo de dirimir eventuais dúvidas a respeito de como eu percebia a relação desses dois conceitos com a problemática da verdade. Não tomei os depoimentos colhidos como retratos fiéis de uma verdade histórica, mas como uma versão subjetiva daqueles que passaram por experiências em grande parte ignoradas ou invisibilizadas nos debates acadêmicos. Da mesma forma, busquei aprofundar o debate sobre os conceitos de nostalgia e de ordem, buscando refletir sobre

como, a partir do primeiro, os sujeitos se voltam para seu passado, e para tanto o debate promovido por Svetlana Boym revelou-se fundamental; e, a partir do segundo, como ela, a ordem, foi imposta e incorporada à cultura política da cidade. Além disso, entendi que era necessário refletir um pouco mais sobre alguns conceitos da política, não apenas sobre cultura política em si, mas sobretudo aqueles que se direcionam a compreender os elementos simbólicos e culturais que se associam a ela. Descobri nos conceitos de mitos e mitologias políticas, debatidos por Raoul Girardet, um tesouro precioso que se comunicava diretamente com meus incômodos primários, com o embrião das minhas angústias, que é o tempo presente, o qual chamei de "presente incendiário". É possível que minha aventura sobre os conceitos de Girardet seja lida como se eu a estivesse superestimando. Em parte, concordo com essa leitura. Mas, por outro lado, foi graças à riqueza do debate teórico que estes conceitos promoveram que consegui abrir novas portas epistemológicas com novas chaves hermenêuticas.

Como quisesse conhecer a realidade dos meus entrevistados para além daquilo que suas memórias poderiam me oferecer, lancei-me sobre o estudo da história do município de Duque de Caxias, porque compreendi que a definição mais específica de um território a ser pesquisado era bem-vinda. Alguns dados recentes ajudaram a situar sua população no "presente incendiário" que deu vida ao embrião desta tese. Mas foi fundamental avançar também sobre o passado da cidade, a partir dos instrumentos que a historiografia poderia oferecer. O resultado revelado desta incursão demonstrou a riqueza presente nas histórias de sua gente, e me forneceu elementos-chave para a compreensão não apenas do passado da cidade, mas de como os trabalhadores caxienses lidavam com esse próprio passado.

Ao mergulhar na Caxias dos anos 1960, 1970 e 1980, fui levado às décadas anteriores, porque não poderia haver a Caxias dessas três décadas se não houvesse ocorrido, nos decênios anteriores, processos migratórios que trouxeram dos interiores uma população ávida por reconstruir as suas próprias vidas na "Meca do Progresso". Descobri também um episódio crucial para compreender a relação da população com a memória da ditadura civil-militar: o grande saque ocorrido em Caxias em 5 de julho de 1962 e, para tanto, vali-me da possibilidade de situar este episódio num cenário mais amplo, através de um gesto ensaístico de conexão da história nacional com a história local.

Os conceitos de memória e de cultura histórica me ajudaram a conectar o famoso quebra-quebra aos anos de ditadura iniciados em 1964. E foi então que tratei de explorar algo que durante toda a vida me pareceu curioso: o fato de que a ditadura civil-militar possuía, em Caxias, raízes profundas no saque de 1962, e que a memória dos trabalhadores foi o terreno onde esses dois períodos foram unidos à revelia da cronologia. Com o auxílio de Raoul Girardet, pude identificar inúmeras interseções entre o quebra-quebra de Caxias e os mitos políticos do pensador francês – a Conspiração, a Idade de Ouro e a Unidade – e se faltou explorar o mito do Salvador, o tempo presente se encarregou de fazê-lo em meu lugar e antes de mim.

Por fim, cabe destacar que o trabalho não faria sentido sem a existência deles, se a narrativa deles não fosse contemplada, se eles não estivessem presentes no próprio corpo da tese, eles – os trabalhadores caxienses. O desafio de encontrar esses sujeitos teve as dificuldades ampliadas devido ao curso da pandemia do novo coronavírus, que inviabilizou, por meses, o contato físico com este segmento. Especialmente porque, no caso deles, eram pessoas mais vulneráveis a eventuais exposições, por serem idosos. A busca se deu através de um formulário eletrônico que foi multiplicado graças ao apoio de pessoas que, de algum modo, se identificaram com a pesquisa. Foram seus pais, vizinhos, amigos, colegas de trabalho, que formam o conjunto dos trabalhadores selecionados para esta investigação, que são: Ana Maria, Benedito, Casemiro, Danilo, Euclides e Felipa. Seis pessoas identificadas por pseudônimos e, de alguma forma, reelaboradas através de biografias que buscaram traduzir para o corpo textual da tese as suas trajetórias de vida. Se isto digo, faço-o até um tanto orgulhoso do referido processo, pois percebo como um marcador diferencial ter esses personagens do cotidiano caxiense como o cerne de uma pesquisa acadêmica. Faço-o também consciente de que cada um dos nomes apresentados aqui foi traduzido por mim, pela minha mediação e pelo meu olhar. Não há qualquer tipo de sentimento ingênuo relacionado à pureza ou originalidade da memória. É sempre reelaboração – o que em nada prejudica a sua potência.

As narrativas dos entrevistados confirmaram uma série de apostas que me impulsionaram no início do projeto. Por exemplo, a ideia de que existia uma ditadura civil-militar presente na narrativa historiográfica consagrada pela universidade e transmitida através dos modelos explicativos que alcançavam as salas de aula, e uma

ditadura civil-militar que, se não era percebida, era vivida a partir de critérios muito distintos daqueles modelos explicativos alinhados a uma narrativa nacional mais ampla. Essas narrativas também confirmaram que o trabalho era condição primeira que fez com que a experiência da ditadura tivesse, em Caxias, um outro viés. O que alguns chamariam de alienação, eu escolhi chamar de resistência. Não a resistência clássica, como conhecemos dos embates com a polícia ou das letras de música de protesto. Mas resistência humana à própria morte pois, nos limites últimos da periferia, sobreviver vem antes de protestar. O regime dos generais era mais um dentre tantos outros desafios que foram impostos a uma população muito vulnerabilizada, egressa das ondas migratórias que arrastaram dezenas de milhares de interioranos de diversos estados e regiões para os sertões do Rio de Janeiro, para as terras baixas do Recôncavo da Guanabara, para os pântanos de Duque de Caxias.  Dezenas de milhares de migrantes e seus descendentes, que tiveram na jornada profissional uma das poucas possibilidades de superação de sua condição socioeconômica.

Isso não significa que a realidade do passado foi anulada ou plenamente silenciada nas memórias desses sujeitos; tampouco que eles permaneceram inertes em suas consciências em relação à ditadura civil-militar. É que antes de dar nome à ditadura, era preciso dar nome à fome, à falta de cidadania e à ausência de direitos. As lacunas do passado refletiam, também, uma dimensão própria daquele regime, que foi a sua incrível capacidade de se aproveitar das vulnerabilidades sociais e de se reproduzir através da hierarquia e das desigualdades. Uma das faces mais cruéis da ditadura civil-militar foi seu braço racista, e isto saltou aos olhos em narrativas como as de Benedito e Felipa. A dimensão cognitiva do conhecimento histórico, ao longo de uma vida chegaram a esta última e permitiram que seu olhar para o passado fosse dirigido a partir de um viés crítico capaz de dar nome ao que nome não tinha: racismo. No caso de Benedito, especialmente, foi comovente ouvir o testemunho de alguém que precisou enterrar seus sonhos, parar a jornada de desenvolvimento de seus próprios talentos musicais, de suas próprias sensibilidades artísticas, porque sobre si pesava o medo da metodologia nada ortodoxa dos agentes da repressão do Estado.

Ao buscar nas memórias a nostalgia da ordem, encontrei a genealogia da esperança. Encontrei nas histórias de vida elementos preciosos que renovam a capacidade

de olhar para o mundo e para as pessoas, entendendo que, assim como o tempo tem as suas espirais, também as esperanças tecem seus próprios meandros. Se o poder tem raízes nas estruturas sociais, o desejo por superá-las tem os seus rizomas. E eles indicam que o trabalho com as possibilidades de investigação sobre a cultura histórica, a memória e a ditadura em Caxias não estão secas; ao contrário, florescem, cientes de é possível encontrar em seus ramos novos frutos, cujas sementes hão de ser lançadas no chão da história.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS


AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo e outros ensaios.** Chapecó/SC: Argos, 2009.

ALBERTI, Verena. Fontes orais: histórias dentro da história. In: BASSANESI, Carla (Org.). **Fontes históricas.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 155-202.

ALÉSSIO, Nancy, LOPES, Irene Maria Magalhães. Transformação Política ao nível do poder local – Estudo de caso (Caxias). Relatório Preliminar. In: **Revista de Ciência Política.** Rio de Janeiro: V. 5, n□ 4, out/dez, 1971.

ALMEIDA, Leandro Rosetti de. **Museu da lembrança: história ensinada, narratividade e memória.** São Gonçalo, 2016. (Dissertação de mestrado) – Programa de Mestrado Profissional em História – Faculdade de Formação de Professores – UERJ, São Gonçalo, 2016.

ALVES, José Cláudio de Souza. **"Baixada Fluminense: A Violência na Construção do Poder".** São Paulo: USP, 1998. Tese de Doutorado.

_____. **Dos Barões ao Extermínio: Uma História da Violência na Baixada Fluminense.** 2ª ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

AVELAR, Alexandre, GONÇALVES, Marcia. Giro linguístico e escrita da história nos séculos XX e XXI. In: MEDEIROS, B. F. et. al. (Orgs.). **Teoria e historiografia: debates contemporâneos.** 2016. pp.57-78.

BARTHES, Roland. **Roland Barthes por Roland Barthes.** São Paulo. Cultrix. 1977.

BELOCH, Israel. **Capa Preta e Lurdinha: Tenório Cavalcanti e o Povo da Baixada.** Rio de Janeiro: Record, 1986.

BENVENISTE, Émile. "Da subjetividade na linguagem". In: **Problemas da Linguística Geral I.** 5a ed. Campinas: Pontes Editores, 2005, p. 284-293.

BEZERRA, Nielson Rosa. **A Cor da Baixada: Escravidão, Liberdade e Pós-Abolição no Recôncavo da Guanabara.** Duque de Caxias: APPH-CLIO, 2011.

BOYM, S. Mal-estar na nostalgia. História da Historiografia: **International Journal of Theory and History of Historiography,** Ouro Preto, v. 10, n. 23, 2017. DOI: 10.15848/hh.v0i23.1236. Disponível em: https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1236. Acesso em: 8 jul. 2023.

BRAZ, Antônio Augusto. **Vidas em Transição: A Cidade e a Vida na Cidade em Duque de Caxias (RJ) nas Décadas de 30, 40 e 50 do Século XX.** Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Severino Sombra: Vassouras, 2006.

_____. **Do loteamento aos bairros: a construção dos 'lugares' em Duque de Caxias nos anos 40 e 50 do século XX.** Revista Pilares da História. Ano 8. N. 9. Maio/2009.

_____; ALMEIDA, Tania Maria Amaro de. **De Merity a Duque de Caxias: encontro com a história da cidade.** Duque de Caxias, RJ: APPH-Clio, 2010.

CANDAU, J. **Memória e identidade.** São Paulo: Contexto, 2014.

CANTALEJO, Manoel Henrique de Souza. **O Município de Duque de Caxias e a ditadura militar: 1964 -1985.** 2008, 183f, Dissertação (Mestrado) – UFRJ/ PPGHIS/ Programa de Pós-Graduação em História Social, Niterói, 2008.

CARVALHAL, Juliana Pinto. "Maurice Halbwachs e a questão da memória". In: **Revista Espaço Acadêmico** (edição virtual). nº 56, jan/2006. http://www.espacoacademico.com.br/056/56carvalhal.htm. Acesso em: 28 de julho de 2016.

CATROGA, Fernando. **Memória, história e historiografia.** Editora Quarteto, 2001.

CERRI, L. F. **Cartografias Temporais: metodologias de pesquisa da consciência histórica.** Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 36, n.1, p. 59-81, jan/abr., 2011.

CONAN, Éric, ROUSSO, Henry. **Vichy, un passé qui ne passe pas,** París, Fayard, 1986.

COSTA, Pierre Alves. **Duque de Caxias (RJ) – de cidade dormitório à cidade do refino do petróleo: um estudo econômico-político, do início dos anos 1950 ao início dos anos 1970.** 2009, 339f, Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciência Humanas e Filosofia, Departamento de História, Rio de Janeiro, 2009.

DO CARMO ARCENIO, Cláudia Rodrigues; DE AZEVEDO, Patrícia Bastos. **A espiral do tempo como um dispositivo de análise para narrativas, (auto) biografias, trajetórias de vida e história oral.** Revista Brasileira de Pesquisa (Auto) biográfica, v. 6, n. 18, p. 668-684, 2021.

ENNE, Ana Lúcia. **Lugar, meu amigo, é minha Baixada: memória, representações sociais e identidades.** Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **Rio de Janeiro: uma cidade na história.** 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

_____. **A volta do filho pródigo ao lar paterno? – A fusão do Rio de Janeiro.** 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

_____; AMADO, Janaína; (Org.). **Usos e abusos da História oral.** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.

FOUCAULT, Michel. **"Nietzsche, a genealogia e a história ",** 1992. p. 15. / FOUCAULT, Michel. "Nietzsche, la généalogie, l'histoire", 1994

GABRIEL, Carmen T. **"Teoria da história, didática da história e narrativa: diálogos com Paul Ricoeur".** Revista Brasileira de História. São Paulo, v.32, nº 64, 2012, pp. 187-210.

GAGO, Marília. **Concepções de passado como expressão de consciência histórica.** Currículo sem Fronteiras, v.7, n.1, pp.127-136, jan/jun 2007.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo.** Rio de Janeiro: Vértice/Iuperj, 1988.

GONTIJO, Rebeca. **Sobre cultura histórica e usos do passado: a Independência do Brasil em questão.** Almanack. Guarulhos, n. 08, pp.44-53, 2 sem. 2014.

GRINBERG, Keila. Historiadores para que? In: **Ciência Hoje online,** 09 de março de 2012: http://cienciahoje.uol.com.br/colunas/em-tempo/historiadores-pra-que. Acesso em: 20 de janeiro de 2015.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Edições Vértice, Editora Revista dos Tribunais LTDA, 1990.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências no tempo.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

HEYMANN, Luciana Quillet. "O devoir de mémoire na França contemporânea: entre memória, história, legislação e direitos". In: GOMES, Angela de Castro (Coord.). **Direitos e cidadania: memória, política e cultura.** Rio de Janeiro: FGV, 2007, pp. 15-43.

JARDIM, Luís Eduardo Franção. **A Ditadura Militar na cidade, no trabalho e na casa de cidadãos brasileiros: Um estudo de depoimentos.** Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado – contribuição à semântica dos tempos históricos.** Rio de Janeiro. Editora Contraponto/Editora PUC Rio. 2006.

KUSCHNIR, Karina; PIQUET-CARNEIRO, Leandro. **As Dimensões Subjetivas da Política: Cultura Política e Antropologia da Política.** Estudos Históricos, nº. 24, 1997.

LACERDA, Stélio. **A fábrica de tecidos do 'Corte-Oito'.** Revista Pilares da História. Ano 9. nº. 10. Maio/2010.

_____. LACERDA, Stélio. **Uma passagem pela Caxias dos anos 60.** Teresópolis, edição do autor, 2001.

LAZARONI, Dalva. **O município de Duque de Caxias. Sua terra, sua gente, sua economia, sua história.** Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1990.

LUSTOSA, José. **Cidade de Duque de Caxias: Desenvolvimento Histórico do Município** – Dados Gerais, Serviço Gráfico do IBGE, 1958.

MARQUES, Alexandre dos Santos. **Militantes da Cultura em área periférica Duque de Caxias (1950- 1980).** Dissertação de Mestrado em História. Vassouras: USS. 2005.

TORRES, Rogério; MENEZES, Newton. **Sonegação Fome Saque. Duque de Caxias**: Consórcio de Administração de Edições, 1987.

OAKESHOTT, Michael. **Sobre a história e outros ensaios.** Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

PATTO SÁ MOTTA, Rodrigo. Cultura política e ditadura: um debate teórico e historiográfico. **Revista Tempo e Argumento,** Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 109–137, 2018.

MARQUES, Alexandre dos Santos. **Militantes de Cultura em uma área periférica: Duque de Caxias (1950-1980).** Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Severino Sombra: Vassouras, 2005.

MARTINS, Angela Maria Roberti; ALMEIDA, Tania Maria Amaro de. **Lembranças e trajetórias de portugueses em Duque de Caxias – RJ, 1950-1970.** Almanaque Multidisciplinar de Pesquisa (UNIGRANRIO), 2017, v. 4, n. 1, p. 192-215.

NEVES, Guilherme Pereira das. **História, teoria e variações.** Rio de Janeiro: Contracapa, 2011.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares.** Proj. História. São Paulo, (10), dez. 1993.

PALOS, Joan-Lluís, SÁNCHEZ-COSTA, Fernando (Org.). "Qué es la historia hoy? Reflexiones de una transformación de una disciplina". In: **A vueltas con el passado. Historia, memoria y vida.** Barcelona: Universitat de Barcelona, Publicacions y Edicions, 2013.

RAGO, Margareth. **O historiador e o tempo.** Quanto tempo o tempo tem, v. 1, p. 25-48, 2003.

RANCIÈRE, Jacques. **O ódio a democracia.** São Paulo: Boitempo, 2014.

REIS, José Carlos. Teoria e História da "Ciência Histórica": tempo e narrativa em Paul Ricoeur. FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves; CONDÉ, Mauro Lúcio Leitão. **Ciência, História e Teoria.** Belo Horizonte: Argumentum, p. 93-122, 2005.

REIS, José Carlos. **Tempo, História e compreensão narrativa em Paul Ricoeur**. Locus: revista de história, v. 12, n. 1, 2006.

_____. **História e teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade.** 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

_____. **Teoria e História: tempo histórico, história do pensamento histórico ocidental e pensamento brasileiro.** Editora FGV, 2015.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa.** v.3. Campinas (SP), 1997.

RÜSEN, Jörn. **Aprendizagem histórica: fundamentos e paradigmas.** Tradução de Peter Rautmann, Caio Pereira, Daniel Martineschen e Sibele Paulino. Curitiba: W.A. Editores, 2012.

_____. **Teoria da História. Uma teoria da história como ciência.** 1. ed. Curitiba: Editora da UFPR, 2015.

_____. **Contribuições para uma teoria da didática da história.** Curitiba: WA Editores, 2016.

_____. **História viva: teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico.** Brasília: Ed. UnB, 2010.

_____. **Razão histórica: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica.** Brasília: Editora UnB, 2010.

_____. **¿Qué es la cultura historica? Reflexiones sobre una nueva manera de abordar la historia,** 1994. Trad. de F. Sánchez e Ib Schumacher.

SÁNCHEZ MARCOS, Fernando. **Cultura historica** [2009]. Disponível em: <http://www.culturahistorica.es/sanchez_marcos/cultura_historica.pdf >. Acesso em 7 out 2020.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora et. al. (Orgs.). **Jörn Rüsen e o ensino de História.** Curitiba: Ed. UFPR, 2011.

SOUZA, Marlúcia Santos de. **Escavando o passado da cidade: história política da cidade de Duque de Caxias.** Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.

STONE. Lawrence. "O ressurgimento da narrativa: reflexões sobre uma nova velha história". In: **Revista de História.** Campinas: IFCH/UNICAMP, 1991.

**Jornais e Revistas**

ACONTECEU na Baixada. Luta Democrática, Duque de Caxias, 5 de abril de 1964.

BALANÇO da greve: mortes, saque e até enforcamento. A Noite, Rio de Janeiro, 6 de julho de 1962.

JANGO comanda a "batalha do abastecimento. Última Hora, Rio de Janeiro, 9 de julho de 1962, p. 4.

MORAES, Mario de. et al., "Greve e fome abalam o Brasil". O Cruzeiro, n. 41, 21 jul. 1962, p. 6-15.

NITERÓI: povo saqueia armazéns e enfrenta polícia nas ruas. Última Hora, Rio de Janeiro, 3 de julho de 1962.

NITERÓI OCUPADA pelo Exército: rodoviários continuam em greve. A Noite, Rio de Janeiro, 6 de julho de 1962.

POLÍCIA e Exército impõem a ordem na GB. Luta Democrática, Duque de Caxias, 4 de abril de 1964.

PRISÃO de 40 líderes sindicais em Caxias. Luta Democrática, Duque de Caxias, 3 de abril de 1964.

***

O FLUMINENSE. 19 nov. 1976. Niterói.

O MUNICIPAL. 19 nov. 1976. Duque de Caxias.

LUTA DEMOCRÁTICA. 7 jul. 1962. Duque de Caxias.

O GLOBO. 18 nov. 1976. Rio de Janeiro.

O GLOBO. 30 mar. 1979. Rio de Janeiro.

O GLOBO. 21 nov. 2013. Rio de Janeiro.

**Legislação**

BRASIL. Lei nº 5.449, de 4 de junho de 1968. Declara de interesse da segurança nacional os Municípios especificados no artigo primeiro e dá outras providências. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5449-4-junho-1968-359221-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em: 8 nov. 2023.

BRASIL. Lei nº 6.767, de 20 de dezembro de 1979. Altera dispositivos da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos), nos termos do art. 152 da Constituição, alterado pela Emenda Constitucional nº 11, de 1978; dispõe sobre preceitos do Decreto-Lei nº 1.541, de 14 de abril de 1977; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 dez. 1979. Seção 1, p. 19.463.

BRASIL. Decreto n.º 21.175, de 21 de março de 1932. Institui a carteira profissional. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21175-21-marco-1932-526745-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 7 out. 2023.

BRASIL. Decreto n.º 22.035, de 29 de outubro de 1932. Regulamenta a carteira profissional. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22035-29-outubro-1932-526776-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 7 out. 2023.

BRASIL. Decreto-Lei n.º 3.616, de 13 de setembro de 1941. Dispõe sobre a proteção do trabalho do menor e institui a Carteira de Trabalho do Menor. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3616-13-setembro-1941-413842-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 7 out. 2023.

BRASIL. Decreto-Lei n.º 926, de 10 de outubro de 1969. Institui a Carteira de Trabalho e Previdência Social e substitui as outras documentações trabalhistas. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-926-10-outubro-1969-375307-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 7 out. 2023.

**Websites**

BRASIL. Ministério da Saúde. Painel Coronavírus. 2023. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br. Acesso em: 14 out. 2023.

CARRANÇA, Thais. Como onda de saques por fome deu origem à milícia em município do RJ. BBC News Brasil, 23 jul. 2022. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/07/como-onda-de-saques-por-fome-deu-origem-a-milicia-em-municipio-do-rj.shtml?utm_source=facebook&utm_medium=social&utm_campaign=fbfolha&fbclid=IwAR1HEjr9n5WTVVn3RBPzJJj16zvzCxyDw9lt0ee7gDzWo-AMpW_wmYNxco8. Acesso em: 20 mar. 2023.

DATAFOLHA. Pesquisa de Opinião Pública. 2023. Disponível em: https://www.datafolha.com.br/. Acesso em: 14 out. 2023.

DATAFOLHA. Avaliação de governo: 44% reprovam e 32% aprovam Bolsonaro. 20 de setembro de 2022. Disponível em: https://datafolha.folha.uol.com.br/avaliacao-de-governo/2022/09/44-reprovam-governo-bolsonaro-e-32-aprovam.shtml. Acesso em: 31 out. 2023.

DELLA BARBA, Mariana; WENTZEL, Marina. Discurso de Bolsonaro deixa ativistas 'estarrecidos' e leva OAB a pedir sua cassação. BBC News Brasil. 15 abr. 2016. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160415_bolsonaro_ongs_oab_mdb. Acesso em: 1 dez. 2023.

DOCUMENTOS da ditadura podem ter sido queimados. Estadão. 12 dez. 2004. Disponível em: https://www.estadao.com.br/politica/documentos-da-ditadura-podem-ter-sido-queimados/. Acesso em: 30 nov. 2023.

FOLHA DE SAO PAULO. Sao Paulo, 17 fev. 2009. Editorial. Disponivel em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1702200901.htm. Acesso em: 01 ago. 2019.

PASSEATA dos Cem Mil afronta a ditadura. Memorial da Democracia. Disponível em: http://memorialdademocracia.com.br/card/passeata-dos-cem-mil-afronta-a-ditadura/. Acesso em: 10 nov. 2021.

VILLAS, Alberto. O presidente maluquinho, sim, já tivemos outro assim. Carta Capital. 05 abr. 2019. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/opiniao/o-presidente-maluquinho-sim-ja-tivemos-outro-assim/. Acesso em: 27 nov. 2023.

**Audiovisual**

DUTRA, Rodrigo; FERREIRA, Victor. 1962: O ano do saque [Documentário]. [S.l.]: [s.n.], 2014. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=AJcc-ZJeE5s&t=1961s

# ANEXOS

## Anexo A - Roteiro utilizado para entrevista

# PROJETO A NOSTALGIA DA ORDEM: CULTURA HISTÓRICA, MEMÓRIA E DITADURA EM DUQUE DE CAXIAS (RJ)

FICHA DE ENTREVISTA

Nome completo da/o entrevistada/o: _____
Data de nascimento: ___/___/___ Idade: _____ anos Profissão: _____
Bairro: _____ Cidade: _____ Data da entrevista: ___/___/___
A/O entrevistada/o cedeu os direitos de seu depoimento? ( ) sim ( ) não

ROTEIRO

1. Conte brevemente a sua história de vida (foco na infância e juventude). Fale sobre a vizinhança e o lugar onde morou na infância/juventude.
2. Fale sobre sua situação econômica/financeira (em particular) e do país (no geral) no período de sua juventude. Cite o ano ou quaisquer marcos cronológicos que nos ajude a compreender melhor este momento.
3. Como foi seu primeiro emprego? Fale um pouco sobre como era trabalhar na sua juventude.
4. Fale sobre as eleições e sobre política na sua época de juventude.
5. Como era o governo na época de sua juventude? O que você lembra dos governos nos diferentes níveis (federal, estadual e municipal)?
6. Compare a época de sua juventude com a época atual, em vários aspectos: vida familiar, social, família, política, educação, saúde, segurança etc.
7. Durante sua infância era comum o contato com militares (aeronáutica, polícia militar etc)? Como era a relação entre civis e militares?
8. Você sabe o que foi a ditadura militar (Quando ocorreu, como foi etc.)? O que você sabe sobre este período da história?
9. Você considera que os meios de comunicação e/ou a escola te forneceram algum tipo de informação sobre a ditadura? Se sim, quais meios e que informações?
10. Você considera que foi afetada/o direta ou indiretamente pelo regime militar?
11. Você chegou a se envolver em algum movimento contrário ou favorável à ditadura? Por que sim/não?
12. Você se sente confortável nesta entrevista para se posicionar em relação à ditadura, isto é, dizer o que pensa sobre esse período da história?
13. Gostaria que você comentasse livremente sobre as seguintes palavras (democracia, tortura, censura e direitos humanos).
14. Gostaria que você comentasse livremente sobre algumas imagens relacionadas à ditadura.
15. Você consegue relacionar alguma dessas palavras ou imagens à sua juventude em Duque de Caxias? Fique à vontade para falar sobre.
16. Tem algo que você gostaria de acrescentar ao seu depoimento, que você até agora não comentou?

Agradecemos a sua colaboração e ficaríamos felizes se você pudesse deixar uma mensagem de encerramento nesta entrevista.

**Anexo B – Cards com palavras-chave utilizadas para a dinâmica da entrevista**

| | |
|---|---|
| CENSURA | DEMOCRACIA |
| DIREITOS HUMANOS | CENSURA |

## Anexo C – Imagens utilizadas na dinâmica da entrevista

**Estudante de medicina perseguido por policiais em manifestação estudantil na Cinelândia, Rio, em 21 de junho de 1968 / Evandro Teixeira.**

**Jovem pichando a fachada do Theatro Municipal do Rio de Janeiro em 26 de junho de 1968 (Passeata dos Cem Mil) / Kaoru-CPDOC.**

**Greve dos bancários em Porto Alegre/RS, 1978 / Sindiban-POA.**

**Anexo D – Matéria de jornal utilizada na dinâmica da entrevista**

Jango Empenhado em Solucionar a Crise no Máximo em 48 Horas

REVOLTA DA FOME NA BAIXADA FLUMINENSE CUSTOU DEZENAS DE VIDAS

65 MORTOS E MIL FERIDOS NOS SAQUES!

CRIME IMPERDOÁVEL

EXÉRCITO SALVOU O POVO DO MASSACRE FINAL EM CAXIAS!

Última Hora

**Reprodução da capa do jornal *Última Hora*, 6 jul. 1962.**